

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL ODEMAR LEOTTI
SEÇÃO CIRCULANTE

LABIRINTO DAS ALMAS

A Diretoria Geral do Índios

Política indigenista em Mato Grosso (1831 a 1889)

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Héctor Hernán Cabrera
Bruit

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
27/06/2001

BANCA

Prof. Dr. Héctor Hernán Bruit Cabrera (orientador)

Prof.(a) Dr.(a)

Prof.(a) Dr.(a)

UNIDADE BC
 N.º CHAMADA:
7/UNICAMP
L555L
 V. _____ Ex. _____
 TOMBO BC/ 45504
 PROC. 16/012/2004
 C ☐ D ☐
 PREC. 11.00
 DATA 31/01/2004
 N.º CPD _____

CM00157737-7

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Leotti, Odemar
**L 555 L Labirinto das almas: diretoria geral dos índios – política
 indigenista em Mato Grosso (1831 a 1889) / Odemar Leotti.**
 -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Hector Hernan C. Bruit.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Historiografia. 2. Índios da América do Sul - Brasil.
3. Indigenista - Brasil. 4. Catequese. I. Bruit, Hector Hernan.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Resumo:

Esta dissertação tem por objetivo a análise da política indigenista em Mato Grosso de 1831 a 1889. Apesar do seu projeto de desenvolvimento propor ser evolutivo e contínuo, na prática este evento, foi carregado por rupturas, onde cada cultura apropriou-se do discurso colonizador de acordo com suas modalidades receptivas. O Estado Imperial, ao editar o regulamento 426, que orientava a instituição da Diretoria Geral dos Índios, sonhava incorporar as sociedades indígenas ao projeto povoador do século XIX. O governo provincial por sua vez, ao tentar coloca-lo em prática, sofreu uma pressão ditada pela sua diversidade interior que impediu sua consumação de forma harmoniosa. A Missão de N. S. do Bom Conselho e a Normal de Miranda, na região do Baixo Paraguai, um dos objetos delimitados para estudo, foi palco de uma política indigenista carregada de descontinuidades, marcadas pelos limites de um saber que se arrogava como sendo único e verdadeiro. Esta política ao sentir esta região sofrer sua desintegração com a invasão paraguaia, volta sua força contra outras sociedades, principalmente os Bororo Coroados, obstáculos à construção de estrada para as províncias do sul. A multiplicidade cultural dos povos locais, que, no discurso colonizador, aparecia como de fácil domínio, tornou-se com o tempo, algo enigmático e incaptável, garantindo com isso descontinuidade e tensão ao projeto colonizador.

Abstract:

This dissertation aims to examine the indigenous politics in Mato Grosso between 1831 and 1889. Besides its evolutive and continuous development, this event has been carried out by rupture, where each culture has adopted the colonization discourse according to their receptive modalities. The Imperial State, editing the regulamentation 426, which oriented the *Diretoria Geral dos Índios* institute, wanted to incorporate the indigenous societies to the settlement project of the XIX century. The provincial government in its turn, trying to put this in practice, had suffered some pressure dictated by its interior diversity which has stopped its consummation in a harmonic way. The *N. S. do Bom Conselho* and the *Normal de Miranda* missions in the region of low Paraguai, one of the delimited object for studding, was a stage of an indigenist politic full of discontinuities and marked by the limits of a knowledge which considered itself as the unique and truly knowledge. Watching this region suffer its disintegration with the Paraguay invasion, this politics turns its strength agnest other societies, specially the Bororo Coroados, obstacles to the construction of the road to the south provinces. The cultural multiplicity of the local folks, which in the colonization discourse, appeared to be easily dominated, became as time passed, something enigmatic and unacceptable, assuring with this the discontinuity and the tension to the colonization project.

Aos que aqui estiveram,
e aos que ainda estão:
para além do bem e do
mal.

“O acontecimento sempre é produzido por corpos que se chocam entre si, se cortam ou se penetram, a carne e a espada; apesar disso, o efeito não é da ordem dos corpos: batalha impossível, incorporal, impenetrável que vigia seu cumprimento e comina sua efetuação”¹.

¹ Deleuze e Parnet. in RH. Revista de História. Campinas. SP. IFCH/UNICAMP. 1991.

Sumário

Apresentação.....	11
Introdução.....	19
Capítulo 1. Passados recompostos: uma revisão bibliográfica da historiografia mato-grossense.....	39
Capítulo 2. Uma síntese da história de Mato Grosso.....	53
Capítulo 3. As modalidades da recepção: as sociedades indígenas e suas dinâmicas interpretativas.....	63
Capítulo 4. (1831 – 1845) persuasão e brandura: da idealização à descentralização da política indigenista.....	109
Capítulo 5. (1845–1864) O Aprisionamento das Almas.....	129
Capítulo 6. Do discurso à prática As Aldeias de Bom Conselho em Albuquerque e Normal de Miranda.....	169
Capítulo 7 (1864-1889) O índio e a Guerra: a crise da política indigenista no baixo Paraguai e os conflitos com os Bororo Coroados.....	237
Considerações Finais.....	283
Fontes Bibliográficas.....	287
Fontes Manuscritas.....	293
Anexo: Fronteiras revisitadas: ilustrações sobre a política indigenista em Mato Grosso.....	301

Apresentação.

Vou falar de acasos e circunstâncias, ou melhor, falar sobre os reencantamentos da vida. O mundo-da-vida em seu embate com o abstracionismo egoísta. Entre estas duas performances nascem novos lugares, novas verdades. Umas persistentes, outras efêmeras, outras quase um sopro de vida. Todas buscando o encanto mesmo que para apenas um suspiro...um tênue relampejo de existência. “O acontecimento sempre é produzido por corpos que se chocam entre si, se cortam ou se penetram, a carne e a espada; apesar disso, o efeito não é da ordem dos corpos: batalha impossível, incorporal, impenetrável que vigia seu cumprimento e comina sua efetuação”¹.

Terras longínquas. Assim eram vistas as terras de Mato Grosso. Ali naqueles sertões de terras selvagens. Ali que produzia nas almas acolhimentos do bem e do mal. Terror e fascinação se entremeavam produzindo sentidos. Almas que conduziam corpos que se atritavam produzindo descontínuos no afã do linear. Lugar de encontros de homens. Homens, cada qual de um mundo. Mundos que geravam pontos diferenciados de acolhimento. Compunham componentes conceituais movediços fabricantes do real. Algo fugaz, inconstante, instável.

Às vezes me pergunto quantos mundos tem o homem. Quantos homens? Quantos mundos? O que os movem? O que os organizam? O que produz os seus sentidos? O que os fazem chegar até nós? Palavras os carregam e nos afetam; como maestros tocam nossas línguas em suas línguas. “O que torna os homens tão grandes e tão poderosos, capazes de enfrentar perigos nunca vistos, saindo de ‘lugares tão distantes para lugares tão distantes’? De

¹ Deleuze e Parnet. in RH. Revista de História. Campinas. SP. IFCH/UNICAMP. 1991.

um lugar para outro, de um país para outro, de um sonho para outro? Onde não teriam ido para alcançar uma terra de abundância?’²

Estavam ali bem próximos do meu olhar. Algo neles inquietava-me . Aqueles homens trabalhavam na obra de ampliação de minha moradia. Olhos repuxados, cabelos lisos e negros. Então disse em meus momentos distanciados da linguagem acadêmica: homens com “cara de índio”. Viajei no pensamento. O que trouxe estes homens até aqui? Como foi sua inserção em nosso meio? O que ficou impregnado dos seus antigos saberes? Que deuses os transformaram? Quantos deuses transformaram? A partir daí deu-se início a algo que não me deixaria tão cedo. Buscar respostas às minhas indagações, atender às minhas inquietações. Eis o início de minhas buscas investigatórias. Sentia-me como um caçador. Foi assim que tornei ao enveredar-me por caminhos dantes não navegados.

Os primeiros objetivos foram tragados e deslizados pelos documentos. Os recortes espacial e temporal modificavam-se a cada leitura documental. As leituras bibliográficas iam embebendo-se nos relatórios oficiais, nas cartas angustiadas dos sitiados que desesperavam-se perante a iminência de um ataque dos índios. Teorias eram engolidas por acasos e circunstâncias que garantiam descontinuidades e desviavam possibilidades que imaginavam-se balizadas em certezas. O cotidiano mostrava-lhes não serem tão certas assim. Entendia-me, a cada experiência de leitor de mundos, que estava na realidade afetado pelas palavras, pelos caminhos textuais. Já sentia-me tomando parte na trama. Envolvia e tornava-me envolto em seus sentidos. Confessei-me em conversas silenciosas, a impossibilidade de sair ileso destes lugares longínquos. Senti-me impossibilitado de passar por cima de tantas rugosidades, tantos meandros. Acreditei que em cada canto, por mais tênue que pudesse ter sido, exalava vida, e

² GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A lenda do ouro verde. Unicamp. Campinas. Mimeo, 1984.

fazia valer as marcas deixadas por oleiros dos tempos e dos espaços. É como se fosse algo que queimasse minha alma, me tocasse, me balbuciando exclamasse: leia-me, de continuidade à minha fala, leve-me para além dos limites de minha carne. Posso acreditar que muitos desses lugares constituíram o caminho dessa dissertação.

Labirinto de almas, eis o que pressenti que fosse. Labirinto que garante a não impermeabilidade do íntimo lugar do fazer. É isto que garante o descontínuo, o refazer do mundo, o seu reencantamento. O estar perante esses acontecimentos constituía-me uma angústia ao não conseguir transformar em palavras escritas o que ardia no interior do coração, tocavam-me de forma fugidia como que querendo sussurrar, arrancar algo daquele objeto. A poesia estava lá dentro...mas não queria sair. Como disse Regina Beatriz: “qualquer um de nós poderia ser preso ou roubado pelo tempo da dor, da alegria, da fé, da esperança, da revolta do outro (...). Difícil foi e continua sendo passar para a linguagem escrita a significação de todas as coisas vistas e sentidas. É como se as minhas palavras não dessem conta do meu coração.”³

O que aconteceu com a política indigenista no século XIX, está além das minhas explicações. O que fui entendendo ao longo de minha imersão neste mundo foi que muito pouco poderia contar de tantas coisas que ali aconteceram. Mesmo as que ousei transformar em palavras, pouco pode ter aproximado das profundidades densas dos sentidos ali depositados. O que aqui será visto foi o que o ângulo condicionado de minha produção conseguiu interpretar. Quero portanto desculpar as arbitrariedades cometidas por este navegador e aqueles que de alguma maneira coadjuvaram na composição da sua rota. Portanto agradeço a todos que direta ou indiretamente me acompanharam neste trabalho. Gostaria isenta-los da responsabilidade por todas as falhas que a presente interpretação possa ter

³ Ibid. p. 1.

cometido e assumi-las como minhas. É com estas precauções que apresento a dissertação de mestrado *Labirinto das Almas, A Diretoria Geral dos Índios: política indigenista em Mato Grosso(1831-1889)*.

Para penetrar neste emaranhado das almas, utilizei-me de documentos oficiais: cartas imperiais, relatórios de presidentes de províncias, e seus escalões subalternos tais como os diretores gerais dos índios, secretários de polícia, presidentes de câmaras. Foram feitas leituras de correspondências daqueles que atuavam espalhados pelo espaço colonizador como sitiados, militares, religiosos, etc. As leituras destes documentos foram entrecruzadas com leituras bibliográficas que de alguma maneira influenciaram em minhas interpretações, que por sua vez, ampliavam-se ou sofriam mudanças de acordo com as leituras e as contribuições importantes do meu orientador prof. Dr. Hector Hernan C. Bruit. Por outro lado, gostaria de agradecer pela presença firme, experiente e honesta de profissionais como o prof. Dr. Leandro Karnal e o prof. Dr. Robin Wright, o que foi-me motivo de orgulho tê-los como integrantes da banca qualificadora do meu trabalho. Não tenho dúvidas de que com suas críticas e sugestões, senti um crescimento sem igual na qualidade deste trabalho.

Proust, em sua obra *Leituras*, afirma que ao lermos um texto, devemos terminar nossa relação com o autor no seu ponto final. A partir daí entra a escrita do leitor. Após esta leitura proustiana, senti melhor o que a banca queria que eu entendesse. Os textos teóricos devem contribuir nas reflexões interpretativas, fazer falar o acontecimento, não transformá-lo em ilustração das teorias. Para Proust, a leitura serve para nos libertar e não fazer de nós seus prisioneiros. Serve como lugar de reflexão não como mecanismo dogmatizador. Podemos, segundo ele, citar vários teóricos sem tornarmo-nos seus prisioneiros e sim apropriarmo-nos de seus textos.

Resolvi, acompanhar o sentido cronológico dos acontecimentos, portanto os o decreto 426, e os aldeamentos passaram a ser narrados a partir dos anos de seus aparecimentos. Apesar de meu balizamento inicial ser 1845, ano da regulamentação do decreto acima citado. Procurei explorar o período entre 1831 a 1845, por achar importante entender como foi aplicada a política indígena em Mato Grosso antes do decreto.⁴ Não foram encontrado sinais de aldeamentos entre a emergência do decreto 426 até 1851, em razão dos limites governamentais em instituí-los. Em 1848 foi nomeado o primeiro Diretor Geral dos Índios, porém somente em 1851 conseguiu-se implantar a primeira aldeia reduzidora. Os dos índios Guaná e Kinikináo sofreriam a primeira experiência pós decreto em Mato Grosso. Foi instalada no lugar chamado Mato Grande, no distrito de Albuquerque, próximo de Corumbá, com o nome de Aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, em um local que já havia por experiências anteriores. De 1851 a 1864 tratamos do cotidiano do aldeamento de Bom Conselho e posteriormente a Aldeia Normal de Miranda e a Aldeia Santa Maria de Dourados, que teve uma existência efetivamente efêmera na região do Baixo Paraguai. O último capítulo dividiu-se em duas partes: de 1864 a 1870, buscando indícios de sua presença antecedendo até 1860, procuramos mostrar as ingerências da guerra no cotidiano catequizador. De 1870 a 1889 tratamos da reabertura da navegação e os novos parâmetros de utilização da terra e sua influência na política indigenista neste período. Este estudo fez com que entendêssemos a descontinuidade que foi o desenvolvimento desta política. Para isso nos inspiramos na tese da instabilidade da constituição do real. Este é produto de uma multiplicidade de lugares de sua produção. A cada instante, a cada lugar a leitura de mundo de cada indivíduo, de cada grupo social, de cada sociedade desloca os sentidos do que lhe é posto e (im)-posto, transformando e

⁴ Entende-se Mato Grosso como província que abrangia um espaço geográfico que correspondia ao que hoje

(re)territorializa o que é tido como o real. Procurando apurar este tipo de entendimento metodológico fiz uso de vários autores que aparecerão durante o trabalho. Espero que tenha dado alguma contribuição ao campo de estudos que estejam de alguma forma envolvidos com o tema escolhido por esta dissertação.

*

Gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente se envolveram com contribuições para a realização deste trabalho. Sem suas ajudas jamais poderia chegar ao seu término. A lista seria interminável.

Primeiramente, não poderia deixar de lembrar do meu orientador prof. Dr. Hector Bruit.. Tenho por ele um agradecimento especial, por acreditar no meu trabalho e por tudo de sábio que conseguiu transferir para a sua realização. Ao integrantes da banca de qualificação, prof. Dr. Robin Wright e prof. Dr. Leandro Karnal, por suas críticas e sugestões, que muito ajudou na ampliação da qualidade deste trabalho Não poderia deixar de agradecer à ajuda da prof. Dra. Eliane de Moura, que tem a arte de nos tirar dos momentos depressivos, sempre nos incentivando a continuar, nunca negando apoio. À prof. Dra. Margareth Rago, por Ter contribuído enormemente nos momentos em que frequentei suas reuniões de linha. À prof. Dra. Eni Orlandi, a qual tive o privilégio de ser aluno, e estrapolar os limites da linguagem forma. Ao prof. Dr. Edgar de Decca, por incentivar-me a enviar o projeto. Ao Paulo Miceli, por sua simplicidade e capacidade em seus incentivos, enfim aos demais integrantes do corpo docente departamento de História da Unicamp, por tudo que adquiri nos dois semestres em que participei como aluno de mestrado. Não poderia esquecer da coordenação de pós-

graduação e dos funcionários da secretaria, em especial ao Junior e à Lurdinha, que nunca mediram esforços para prestarem seus serviços. Ainda lembrando de Campinas, é importante lembrar dos meus companheiros de pós-graduação. O Wagner, Almir, Walter Fraga, Loredana, Jean, o Marcão e Ana Paula, a Ana Maria, o MacCord, o Evandro, a Elisa e tantos outros que me escapam neste instante, mas que sempre estavam prontos a se auto-ajudarem. Ao Wilson Cunha, que merece uma homenagem especial, pois sem sua ajuda seria muito mais espinhosa esta caminhada. À dona Ondina, que presenciou nossos momentos de fugas naquele barzinho que se parece com a grandiosidade do seu coração. A todos os meus colegas de Cuiabá, em especial ao Donizeth por estar sempre mais próximo e logicamente foi quem mais aguentou meus momentos de desânimo, e sempre soube apontar um barzinho alentador. Ao Maione que soube ser exímio e sensível na busca de documentos, ajudando-me na minha falta de tempo. Minha gratidão aos colegas do departamento de História da UFMT, que nos últimos momentos da produção desta dissertação sempre souberam compreender minhas dificuldades, um abraço especial na Cristiane, Juliana, Tetê, Carlinhos, Lylia, Nauk, Maria de Fátima, Regina Beatriz, Machado, por estarem sempre incentivando-me. Da mesma forma quero agradecer aos colegas da Unemat (Universidade Estadual de Mato Grosso), pelo incentivo e apoio. Ao Otávio Medeiros e o Paulo Cesar, à Malu, ao Sérgio Cintra, a Sônia em que pudemos estar próximos souberam, , entre outros que nos poucos momentos dar incentivos importantíssimos. Ao Luciano e a Sueli, que gentilmente cederam espaço privado de seu lar, para que pudesse dar digitar e imprimir parte do trabalho. Quero deixar aqui registrado elogios ao Clementino, historiador e diretor do Arquivo Público Estadual, que verdadeiramente atua como novo arquivista, ao ponto de ficar até mais tarde esperando estas buscas, construindo atalhos dando sugestões enriquecedoras contribuindo então como historiador, como poeta que

é. Tem muito de você em meu trabalho. Nos últimos momentos foi imprescindível a ajuda do Luiz Ponce da Silva, a quem agradeço imensamente. Ao Alexandre Régio, meu irmão e companheiro, pelo prazer de ouvir seu filosofar, ao Humberto, Marília, Sérgio Simpson e Pagani, que entre um copo e outro, ouviam-me com paciência. Ao Wellington pela ajuda na fase final. e muitos outros. Aos colegas de Juína, em especial ao Wilson, ao Márcio e Sessél e Éric . aos meus colegas de Comodoro, especialmente um guerreiro chamado Zé do Carmo, lutador pela terra e justiça. Se fosse enumerar todos que ajudaram não caberia aqui. Quero desculpar-me aos que por ventura esqueci de elencar aqui. Meus agradecimentos à Universidade Estadual de Campinas, por ter-me recebido como aluno, e também ao CNPq. pela bolsa de mestrado, sem a qual seria quase impossível dar continuidade a esta dissertação.

Agora reservo um lugar aos integrantes de minha família. Meus agradecimentos: ao Uirá que sempre soube ouvir e discutir minhas constantes discussões sobre o trabalho, aos meus irmão que sempre torceram por mim, à minha mãe que sempre me passou otimismo e benção sagrada, ao meu pai que lutou até a morte pela dignidade de sua família, às minhas filhas queridas Ariana e Maira. À Maria José por bons momentos no passado. Ao Lenildo que junto com a Ariana ajudaram-me a produzir os anexos, além do carinho com que sempre me trataram. Ao Junior por tudo de bacana que ele é. Às meus netinhos do coração, que pagaram preços altos pela ausência do avô, Camila, Letícia e Lucas. Um agradecimento especial a Adinha, amor e boa razão de minha existência. Você tornou doce a minha vida. Soube ser a grande companheira nos bons e maus momentos. À sua, e agora também minha família. a todos os meus irmãos.

Introdução

Tal como uma folha revirando-se ao vento, que modifica seu posicionamento ao vacilo de um olhar distraído, assim poderíamos definir o lugar do mundo vivido, o mundo da poesia criadora do real. O ser e o tempo constituem-se na volatilidade do instante. Por mais que o egoísmo abstrato encarnado procura montar um rumo certo ao ser, impondo-lhe um tempo absoluto, este é apropriado por uma infinidade de formas diferentes de lentes que o desloca e o reencarna na necessidade de instaurarem-se em novos territórios da existência. É neste mundo de espaços e momentos tênues, fugazes como éter, que traslado-me ciente das dificuldades de instalar-me como olhar. Opõe-me à solidão desejada no uso da primeira pessoa do singular, o emaranhado de heranças culturais que carrego em meu ser. Mesmo assim, procuro a ilusão do navegador, a forma que compõe o sonho criador. Navegar é preciso. A vida não tem precisão, é incerta. O certo e mais palpável que nos toca a pele e a alma é o lançar-se na aventura da busca, invadir territórios no tempo e no espaço. É disto que tenho certeza, é isto que é preciso. Viver o instante. Visitar e ser visitado pelo passado. Ser o incomensurável. Morrer e ser visitado, e ser visitado pelos eternos presentes.

É preciso romper com um saber que analisa o homem “voltado para si, cortado da comunidade; e, átomo”, como cita Bosi, “esta forma de busca concebe os outros homens e as coisas como outras tantas mônadas. Há pouco lugar para as formas de sociabilidade primária quando tudo é medido pelo status, pelo dinheiro, pelo caráter abstrato das instituições; quase nenhum lugar para a relação afetiva direta com a Natureza e o semelhante. Egoísmo e abstração geram modos de sentir, agir e falar muito distantes das

condições em que se produz a poesia que é exercício próprio da empatia, das semelhanças, da proximidade.¹ De nada adiantaria compreender os modelos homogeneizantes do passado fazendo uso de métodos que não privilegiam as mil maneiras de uma cultura se colocar diante das diversas situações impostas. Cada cultura, em cada momento, em cada lugar, soube a seu modo de agir, refigurar o que lhe foi imposto. Pois qualquer imposição de modelos únicos, perde-se em seu caminho pseudo definido. Contaminando-se por uma infinidade de significados que se apossam de sua imposição este vai imprimindo-se num descontínuo ziguezagueante como se fosse um desenho de uma criança. Ao ato de compreensão desta rede de significados respeito os limites que me conformam.

Ao tentarmos falar sobre as questões indígenas esbarramo-nos inevitavelmente nos inúmeros procedimentos das diversas maneiras de fazer. Mesmo sabendo-se da impossibilidade de apreende-las no seu todo – o que não é o objetivo deste trabalho – procuramos compreender como um modelo de disciplinarização das sociedades existentes em Mato Grosso caracterizou-se por um descontínuo vertiginoso que persistiu e apareceu nos repetidos recomeçar da política indigenista no período imperial. Entender a descontinuidade do projeto colonizador precisa antes de tudo, voltar nossa abordagem garantindo um lugar às maneiras com que estas sociedades “tem incorporado, transformado ou rejeitado as diferentes formas” dos modelos a eles impostos. Segundo WRIGHT, torna-se necessário a busca de uma abordagem diferente no que toca à compreensão das relações entre índios e missionários da que tipicamente havia sido apresentada na literatura. “A abordagem usual – a de analisar as consequências e os impactos das práticas missionárias nas culturas indígenas” a seu ver, “não dava conta de uma série de fenômenos e situações,

¹ BOSI, Alfredo. *Ser e Tempo na Poesia*, São Paulo, Cia das Letras, 2000. p. 130. Segundo BOSI, “o tempo ‘eterno’ da fala, cíclico, por isso antigo e novo, absorve no seu código de imagens e recorrências, os dados

tais como os movimentos de conversão em massa iniciados entre os povos indígenas, por uns poucos missionários”² Para ele é importante nestas análises haver deslocamentos no campo de visibilidade dos objetos, no sentido que aspectos como “as tradições cristãs elaboradas pelos povos indígenas em grande medida independente da influência missionária (...) enfim, os estudos sobre a relação entre índios e missionários prestavam pouca atenção às maneiras com que as religiões indígenas (das quais refiro às suas cosmogonias, cosmologias, antropologias e escatologias) têm moldado o cristianismo, forjando criativamente o que venho a chamar de ‘campos inter-religiosos de identidade’. Muitas vezes, este processo é descrito na literatura superficialmente como ‘sincretismos’, com pouca ou nenhuma discussão do que esteja envolvido em cada caso.”³ Portanto não é possível análises que não coloque em relevo os mitos constituídos por esses povos, “das inúmeras possibilidades que tem esta sociedade de lidar com a simultaneidade e as transformações”⁴. NOVAES em seu artigo sobre a sociedade Bororo, coloca relevância na multiplicidade cultural desta cultura, principalmente quando interiorizados nos seus mitos. Para entende-lo o faz a partir da interpretação de Lévi Strauss, de que “o mitos narram acontecimentos passados, que ocorreram num tempo irreversível, mas formam, simultaneamente, uma estrutura permanente, associada ao passado, presente e futuro.”⁵ A autora estabelece a possibilidade de inferimento no funcionamento cultural “a partir de uma análise da relação que o mito estabelece entre o protagonista e seus outros.”⁶ Contando com

que lhe fornece o mundo...” *ibid.* p. 131.

² WRIGHT, Robin M. Transformando os Deuses. Os múltiplos sentidos da conversão entre os índios no Brasil. Campinas – SP. Ed. da Unicamp. 2000. P. 07.

³ *Ibid.* P. 07.

⁴ NOVAES, Sylvia Caiuby. A épica salvacionista e as artimanhas da resistência – as Missões Salesianas e os Bororos em Mato Grosso. In Transformando os Deuses. Os múltiplos sentidos da conversão entre os índios no Brasil. Campinas – SP. Ed. da Unicamp. 2000. P 345.

⁵ *Ibid.* p. 351.

⁶ *Ibid.* p. 352.

mais de sessenta mitos coletados por Albesetti e Venturelli, NOVAES procura entender um modelo de ação desta sociedade. Torna-se impraticável, se pretendermos um exercício mais plural na compressão das relações sociais entre colonizador e colonizado. PRATT, propõe novos recortes temáticos, novos conceitos e releituras que contribui como forma de refazimento do “*circuito*” constituidor de paradigmas produtor de representações dos povos coloniais. Propondo uma “descolonização das abordagens das “*zonas de contato*”, apresenta alguns conceitos, entre eles o de transculturação “entendido como um fenômeno da zona de contato e que se refere às apropriações dos materiais nativos pelos europeus mas também à maneira pela qual os coloniais se apropriam dos estilos imperiais, construindo eles próprios modos de representação que, absorvidos pelo olhar imperial, constituem um universo cognitivo que passa a ser considerado como originariamente europeu.⁷ Outro conceito fundamental que a autora introduz é o de zona de contato que “é compreendido como sinônimo de fronteira cultural, enfatizando as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, pondo em questão como os sujeitos coloniais são constituídos nas e pelas relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e visitados, em termos de interação e trocas no interior de relações assimétricas de poder⁸.

Apropriando das suas reflexões poderemos fazer levantar a seguinte questão: em que medida as construções a respeito das culturas indígenas, como o outro subordinado, teriam sido moldadas pelos próprias culturas locais, através da construção de si próprios e de seu ambiente tal como eles – os próprios povos coloniais – os apresentaram aos colonizadores?

⁷ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru, EDUSC, 1999, *apud* resenha de MACHADO, Maria Helena P. T. (unesp.) in Revista Brasileira de História – São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 20, n. 20, 2000, p.282,283.

⁸ Ibid. p. 283.

O objetivo desta dissertação é procurar compreender, como a cada documento que aparece, os discursos nos dão a impressão de sinalizarem para um eterno recomeçar das iniciativas civilizadoras dos povos indígenas, nesta, então, província.

A noção de índio tem de forma recorrente aparecido de maneira generalizante. Constituindo assim em imagem que mesmo em sua representação aparentemente homogênea da figura deste personagem, sofreu a cada circunstância histórica e espacial, deslocamento que garantiram a imposição de um saber sobre outros, por esse menosprezado. Ao fazer leituras a partir de um sujeito desgarrado de sua concretude⁹, o modelo colonizador, negava às sociedades indígenas, suas historicidades. Por outro lado concretamente os povos indígenas, caracterizam-se por uma multiplicidade cultural, que garante uma complexidade em suas formas culturais. Não só as políticas indigenista, porém elementos precursores a estas tem garantido uma visão deformada sobre o índio que de forma direta ou indireta, proporcionando-lhes graves malefícios.

Desde a infância passando pelos ensinos escolares, temos carecido de uma certa seriedade metodológica na leitura da multiplicidade cultural que compõe as ainda diversas sociedades indígenas. As representações construídas acerca dos povos indígenas, foram sendo passadas décadas após décadas, sempre atendendo às demandas do presente. Este por sua vez, sempre se formatou respeitando os interesses de grupos sociais que ao assumir um

⁹ Para BOSI, “O objeto separado é um dado empírico, igual a todos os outros dados empíricos, e assim tratado pela ciência positivista que o destaca da percepção singularizadora. (...) No poema, o singular é o concreto, o ser ‘multiplamente determinado’, multiplamente unido aos sentimentos e aos ritmos da experiência, multiplamente composto de conotações históricas e sociais. Singular é o momento pleno da vida, o mais rico de todos; por isso difícil de ser expresso fora dos termos de imagem e som. (...) o caráter concreto da palavra poética não se identifica necessariamente, com o caráter icônico, mais imediato das artes visuais. O concreto do poema cresce com as fibras espessas das palavras, que é um código sonoro e temporal; logo, um código de signos cujos referentes não transparecem, de pronto a visão.” BOSI recupera em Flávio Vespasiano Di Giorgi, o sentido latino do termo CONCRETO: (*concretus*) participio passado do verbo latino *concrecere*, que quer dizer: **crescer junto, formar-se em densidade, com-crescer.** (...) Há entre o poeta e o campo da experiência não só a mediação imagística como também as várias mediações do discurso: o tempo, o modo, a pessoa, o aspecto, faces todas que a predicação verbal configura. Ibid. p. 136.

lugar de fala de verdade sobre o real, impôs um tipo de saber sobre outros destituídos de autoridade de fala.

Por parte do colonizador tinha sua conformidade nos componentes culturais herdados e modificados pelos integrantes das diversas frentes de expansão nas várias regiões deste continente. Foi a partir de um tipo de leitura homogeneizadora proponente de um tempo absoluto e único que materializou-se uma variedade de leis, regulamentos, portarias e decretos como forma concreta das inúmeras tentativas de redefinição das diversas temporalidades existentes¹⁰. O eixo principal da política indigenista tal qual pretendemos analisar foi a instauração do ato regulamentar 426. Este ato jurídico redefine toda multiplicidade cultural anteriormente existente, anulando centenas de diferenciadas formas de vida, de forma arbitrária e violenta. Em contrapartida esta política esbarrou constantemente na força apropriadora desta infinidade e complexa teia cultural. As diversas formas interpretativas de que compunham cada uma destas sociedades garantiram uma descontinuidade no processo expansionista, levando à reedição contínua de novas leis, novos decretos, novas e revigoradas violentações das formas culturais indígenas.

O sentido de vida tal como a política instalada em 1845, com o advento do regulamento 426, queria fazer crer, ou melhor, fazer crer ao colonizador, que o conteúdo deste regulamento, ao ser aplicado faria com que os povos indígenas "aprendessem-no" em seu "sentido literal", e assim procedendo fariam uso deste aprendizado, interiorizando-o. A partir daí, passariam a entender este novo sentido e integrariam ao grande projeto

¹⁰ "... nosso saber resulta de um longo processo de aprendizagem, que não teve um começo na história da humanidade. Todo indivíduo, por maior que seja sua contribuição criadora, constrói a partir de um patrimônio de saber já adquirido, o qual ele contribui para aumentar. E isso não é diferente no que concerne ao conhecimento do tempo. (...) Ressalta disso tudo que o conceito de tempo não remete nem ao 'decalque' conceitual do um fluxo objetivamente existente nem a uma forma de experiência comum à totalidade dos homens, e anterior a qualquer contato com o mundo. O tempo não se deixa guardar comodamente numa

colonizador oferecido pela política imperial. Os estudos analíticos dos discursos a partir da escola francesa, hoje já nos possibilita uma nova abordagem dos sentidos e de suas constantes instabilidade interpretativas. Para ORLANDI, "...não há sentidos "literais" guardados em algum lugar, seja no cérebro ou na língua e que 'aprendemos' a usar. Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco, o trabalho da ideologia e do inconsciente, estão largamente presentes. (...) As transferências presentes nos processos de identificação dos sujeitos constituem uma pluralidade contraditória de filiações históricas. Uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma outra formação."¹¹

As diferentes formas de agir de cada cultura, tal como as formas diversas em que os colonizadores se inseriam nas sua materializações, deram-se respeitando a forma como cada qual intervinha no mundo, ou seja, a partir de gestos interpretativos. Estes por sua vez, provinham de formações discursivas diferenciadas e com isso faziam de uma mesma palavra, inclusive interior às suas próprias sociedades, significações diferenciadas, dependendo da posição de cada integrante de cada cultura, do grupo social com o qual partilhava saberes, e da posição de cada cultura. Cada integrante destas culturas ao posicionar-se como sujeito, como inscritos nestas relações, faziam-no a partir de formações discursivas e dos dizeres que estas produziam, respeitando a complexidade das relações de sentidos . Para a análise destas relações, devemos entender os sujeitos nelas inscritos como sujeitos que falam a mesma língua mas a partir de formações diferentes, tanto pelo lado dos colonizadores, quanto pelo lado da multiplicidade das sociedades culturais que aqui já

dessas gaves conceituais onde ainda hoje se classificam, com toda a naturalidade, objetos desse tipo. ELIAS, Norbert. Sobre o Tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998, p.p. 10 e 11.

estavam estabelecidas. Portanto é importante saber-se de cada discurso: como se diz, quem diz, em que circunstância se diz, ou melhor, saber o modo como o discurso se textualiza.

O encontro de mundos produzidos por sentidos de vida diferenciados produz apropriações de diferentes lugares permitindo a partir desta complexidade cultural a instalação de acontecimentos tal como se deu naquele instante. Não se permite então elementos metafísicos pré-elaborados para entendê-los. “No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo”¹². Portanto ao propormos identificar o modo como se dão as configurações inscritas nos discursos colonizadores, necessitamos entendê-los como algo que “construíram representações aceites ou impostas do mundo social”¹³. Porém não podemos deixar de lado a experiência como lugar de configuração e de refiguração, e para tanto não é possível suprimir a situação do leitor. Por outras palavras, como é que uma configuração narrativa imposta pelo colonizador pode corresponder a uma refiguração da própria experiência, por cada uma das culturas locais, com as quais se confrontou. Isto posto, não nos é permitido entender este evento sem colocar a questão essencial, que para CHARTIER seria as “modalidades de recepção”. “As modalidades do agir e do pensar, como escreve Paul Ricoeur, devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas do poder. Pensar assim a individualidade nas suas variações históricas equívale

¹¹ ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso*. Campinas-São Paulo, Pontes, 1999. p. 60.

¹² CHARTIER, Roger. *A História Cultural, entre práticas e representações*. Lisboa, difel – Bertand Brasil, 1986. P. 24.

¹³ Ibid. p. 24.

não só a romper com o conceito de sujeito universal, ma também a inscrever num processo a longo prazo – caracterizado pela transformação do Estado e das relações entre os homens – as mutações das estruturas da personalidade”¹⁴.

Pensar a aventura colonizadora como a vontade de imposição de um saber que se propõe homogêneo, é pensar simultaneamente sua colisão com uma heterogeneidade, (interna a ela, a sociedade colonizadora) e, oriunda de uma multiplicidade de saberes que de forma explícita ou não expõe-se como radicalidade pela impossibilidade de pronta assimilação, de forma imediatizada, da vontade de verdade colonizadora. Pelo contrário, cada acontecimento é mediatizado por uma complexa rede de formações discursivas que são por sua vez, historicamente produzidas, garantindo sucessivos e tênues deslizamentos de sentidos, tornando o instante instável e fugidio. A vertigem se instala no olhar do colonizador, ao deparar-se com uma espécie de “labirinto”, cheio de encruzilhadas, carregadas de pontos possíveis de fugas das “almas”.

Assim o índio nunca era o que o colonizador imaginava saber sobre eles, nunca era aquilo apreendido pelas redes de seu poder. Ao fato de ser um outro que não era possível ser totalmente submetido, requeria constantemente do colonizador novas iniciativas; porém nunca estava no lugar que a ele reservavam. A variedade que compunha o complexo cultural dos povos indígenas fazia com que a política indigenista fosse de encontro a uma realidade que não aceitava a medida social imposta, impedindo uma realização colonizadora linear, harmoniosa e evolutiva, tal como se materializava nos discursos oficiais. As múltiplas culturas indígenas foram e ainda são objetos de investigação por parte de uma gama de lugares disciplinares como de historiadores, antropólogos, indigenista, empresários, políticos etc. Nunca se exaure a necessidade que se tem de nomea-los. Tudo

¹⁴ Ibid. p. 25.

se faz ao sentir a angústia causada pela impotência dos extremos do conhecimento e a impossibilidade de lançarem-se para além de seus limites. O homem sempre foi um escravo das linguagens demarcadoras dos limites do seu conhecimento e não se cansou de deslocá-las ao sabor de suas conveniências momentâneas. A partir do lugar em que estava assentado seu conhecimento é que a leitura colonizadora, e de uma infinidade de culturas indígenas, configuravam e refiguravam os seu objetos. Este nunca estavam pré-existentes, porém eram sempre produto de construções de cada lugar cultural. Partimos para efeito de nossa análise, fundamentado na idéia de que o sentido não esta já lá, pelo contrário, o objeto é produto de construções de linguagem.

Ali está exposta aquela figura, aquele corpo a oferecer-se como objeto. Ao mesmo tempo é um corpo ausente, incaptável. Ao mesmo tempo, não nos cansamos de impregna-lo com nossos conceitos, com nossos apelos, nossas coerções, nossos julgamentos carregados dos fardos de nossos valores, seguros em nossas prescrições. Por outro lado, surge nessa relação do colonizador com seu objeto, uma inquietação, que esteve sempre presente em suas falas. O saber indígena nunca foi aquilo que se pensava ser. A cada ato, produzia-se agenciamentos que colocavam em perplexidade as certezas dos discursos presente a estes atos. Os saberes indígenas estavam sempre escorregadios; não abarcavam de todo as formas de vida impostas pelo colonizador, não arrefeciam-se às suas coerções, nem se deixavam de todo seduzir-se pelas suas súplicas. Nunca o colonizador os tiveram como um todo, década após década, o discurso aponta para um novo recomeço nas tentativas de captura daqueles saberes que teimavam em não se entregarem ao altar dos deuses ocidentais. Segundo Certeau (1994), “Há bastante tempo que se tem estudado que equívoco rachava, por dentro, o ‘sucesso’ dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das

ações rituais, representavam às ações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Eles eram outros, mesmo no seio da colonização que os 'assimilava' exteriormente; seu modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder, que não tinham meios para recusar, a esse poder escapavam sem deixá-lo. A força de seu procedimento se mantinha nos procedimentos de 'consumo'.¹⁵

Por mais que o decreto imperial procurasse alcançar com a sua ordem, com o que havia de contribuição de pensadores iluminados por uma razão transcendental, cada lugar em que tentava a implantação de um saber homogeneizante, este deparava-se com o inusitado, com a radicalidade deste labirinto de significados, onde nada firmava-se de pé. Portanto as malhas do saber ocidental encontraram os limites dos seus conhecimentos, quando não conseguia abarcar entre as mãos o conjunto dos povos indígenas. Como a areia molhada do mar escorrega entre os dedos as almas indígenas escapavam ao anseio capitulador da política indigenista. Isto apareceu mais materialmente quando o colonizador entendeu o quão pouco atingiu com suas leituras sobre a diversidade cultural dos povos indígenas. Os povos indígenas, num ato conservador de suas potências garantiram certos poderes de troca, quando sentiram-se em inferioridade militar e técnica. Não caíram de joelhos em nenhum momento. Aceitaram o jogo, cada cultura respeitando suas circunstâncias histórico-culturais.

O que os documentos tem nos apresentado, prima muito pelo ato perplexo e confuso, do colonizador, que sente a impotência perante algo que foge aos domínios de sua

¹⁵ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis RJ, Editora Vozes, 1994., ,

linguagem e que dentro de uma elasticidade estratégica, o mantém no meio termo do controle das sociedades indígenas.

“As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”¹⁶ Para Deleuze “toda criação é singular, e o conceito como criação propriamente filosófica é sempre uma singularidade. O primeiro princípio da filosofia é que os Universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados ¹⁷. Não houve situação estável para o colonizador encontrar um lugar para aplicação dos seus conceitos. Ele próprio os modificava de acordo com suas circunstâncias, nos momentos dos seus atos. Para este filósofo. “Não há lugar para opor o conhecimento por conceitos, e por construção de conceitos na experiência possível ou na intuição. Pois, segundo o veredicto nietzscheano, você não conhecerá nada por conceitos se você não os tiver de início criado, isto é, construído numa intuição que lhes é própria. Um campo, um plano, um solo, que não se confunde com eles, mas que abriga seus germes e os personagens que os cultivam.”¹⁸

Nos solavancos de suas histórias, nas suas discontinuidades, nas lutas para superarem suas incertezas, se esfregaram, se esfolaram, se entenderam ou simularam tal coisa, se conspiraram...ou melhor, embalararam-se cada um no enredo, que por sua vez cada qual denominou de vida. Apoiados cada um em suas certezas jogaram suas fichas nestes jogos.

¹⁶ CHARTIER, Roger.op. cit. p. 17.

¹⁷ DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. O que é a filosofia. Rio de Janeiro, ed. 34, 1992. p. 15.

¹⁸ Ibid. p. 15 e 16.

Não faz parte da proposta deste trabalho, buscar a veracidade de cada documento. Porém compreende-los como materializações de diferentes formas de sentir a vida. Buscar sinais que indiquem pistas que ajudem na composição de possíveis tramas que possam ser vistas como política indigenista do século XIX, em Mato Grosso. Apesar da vontade aqui expressa, sei dos limites desta interpretação, e dos fardos que carrega.

Tratarei cada documento como monumentos produzidos por práticas culturais, não isentas de conflitos sociais onde grupos sociais a cada conjuntura, circunstanciadas por atores históricos, elaboram memórias e registros, interpelados por condições de produção que se deram historicamente. Gostaria que fossem entendidos como possuidores de sonhos prescritos por modelos que determinavam seus momentos de crença de que a vida valia a pena. Por outro lado inferiam nestes modelos, deixando cada qual ao seu modo sua marca. É a produção destas subjetividades, que respeitando as posições interpretativas do analista, devem ser preservadas ao máximo. Portanto, mais do que me deixar mover pelos corredores castradores, frutos dos dogmas que teimam em falar em nome da vida de tantos personagens, farei, o possível para abrir janelas. Com isso poderei então sentir o ofegar de suas narinas, o odor de seus suores, o brilhar dos seus olhos, lembrar que são muito mais que números.

Vou contar para vocês a história de homens, mulheres e crianças. Protagonistas que intervieram agindo por gestos interpretativos, que faziam com que se auto imaginassem agindo dentro da mais correto comportamento. Entraram em cena por várias formas e fôrmas, por vários motivos, sonhos, esperanças, decepções de amores perdidos, de vidas destroçadas que tentavam refazer-se, de fugas de situações, de vida perversas, de jovens que materializavam suas primeiras aventuras carregadas do sentido épico, mesmo aqueles que vieram ao arbítrio da hierarquia familiar. Uma coisa tinham em comum: vinham

motivados por seus desejos, ou criavam seus territórios para garantir a permanência destes desejos. Desejos esses, múltiplos, diversos. do mais mesquinho ao mais louvável. O que podemos admitir é que cada um vinha dimensionado pelos sonhos, sonhos estes impulsionados por suas vontades. Essas por sua vez apossavam-se de significados os quais imaginavam vida. E mesmo aqueles que não puderam impor suas vontades, constituíram aqui, de alguma forma, lugares garantidores da emergência do prazer, as suas inscrições como personagens vivenciadores e viventes...gentes. Silva, Leverger, Castro, Santos, Dulce, Joaquim, José. Independente dos valores que cada qual carregava, acreditavam estarem agindo pelo que consideravam como legítimo .

Fizeram parte também aqueles que, literalmente, não tiveram opção de escolha, por terem sido agrilhoados e jogados nos porões de navios negreiros, à revelia de seus desejos, que por isso foram obrigados a reterritorializarem-se de forma dramática nos novos limites impostos. Não perdendo de vista os conflitos entre eles, todos apossavam-se da crença de estarem com a verdade e por sua defesa defendiam suas crenças de se sentirem enredados pelo que supunham como vida. Acima das estruturas que possam se afirmar como causas predeterminantes das viagens ou voragens, destes personagens, que ao serem instalados nas latas dos arquivos, ficaram expostos, à mercê das voracidades interpretativas, deve-se garantir um máximo de emergência dos seus atos. Apesar de indefesos perante as leituras arbitrárias desta narrativa, devemos possibilitar suas emergências, assegurar assim um território mínimo de suas experiências como protagonistas do acontecimento, um lugar de fato de suas vontades.

Os aspectos salientados serão vistos como parâmetro da análise do que pode se chamar de “política indigenista” que se deu em Mato Grosso entre 1831 e 1889. Apesar de

tomarmos como baliza 1845¹⁹, por nesse ano ter sido regulamentada a política indigenista pelo governo imperial, como pode ser notado no recorte cronológico, houve um recuo ao ano de 1831. Este procedimento deu-se pela importância desta data, pelo fato de nesse ano ter sido decretado o fim da “guerra justa” ao índio. A partir deste decreto histórico, a política indigenista se subordinaria, pelo menos em tese, aos limites da persuasão.

O fato de marcarmos nosso balizamento em 1845, foi por ter, a política indigenista sofrido, neste ano, a presença do regulamento 426. Este se instaura durante o período regencial. Ao mesmo tempo em que reafirmava o decreto de 1831, esboçava uma materialização do desejo colonizador de povoamento da província e com isso, de inserir o índio ao seio do seu projeto. Seria necessário interiorizar-lhe a linguagem civilizadora, subordiná-lo de forma persuasiva a um novo saber, já que, unicamente pela via da truculência foi-lhe inviável. Essa inviabilidade não seria por não haver poderio militar suficiente para tanto, mas pela necessidade de introduzi-lo no projeto de povoamento. Por sua vez, para parte de setores locais, o índio aparecia como obstáculo, por suas “correrias”, que criavam um clima de insegurança ao seu estabelecimento. É entre esses dois aspectos que a política indigenista se situou nesse período. É neste pressionado espaço de manobra que tentará edificar seu projeto.

O que chama a nossa atenção é o fato de o índio ter declinado o colonizador de suas políticas guerreiras e feito com que este se redefinisse para a política persuasiva. Não queremos diminuir os males causados à cultura indígena, mas mudar o viés analítico que coloca o índio como agente passivo, ao mesmo tempo não pretendemos creditar-lhes atitudes de resistência modeladas por utopias alheias à sua forma de agir. Modelos produzidos fora das memórias que constituíram suas variadas formas de intervirem perante

¹⁹ Em julho de 1845, foi decretado a regulamentação 426, que instituía a Diretoria Geral dos Índios.

as situações apresentadas. Por um lado, a implantação do regulamento 426, já se instaurava graças a dificuldade de submete-los pela força; por outro, pela necessidade deste como elemento formador do sonhado povoamento e, ao mesmo tempo, não continuar colocando-se como obstáculo a este. De formas mais ou menos guerreiras, as diversas culturas locais, fundearam-se no seu aparato histórico e souberam, cada um ao seu modo peculiar, negociar, dentro do espaço limitado por uma relação desigual. Com isso, criaram condições de sobrevivência dos seus sentidos de vida; e poderiam perfeitamente em cada instante de suas intervenções, estarem se sentindo sujeitos destas relações.

Haja visto a desigualdade militar, os relatos são documentos notórios das dificuldades e da forma descontínua com que se deram as tentativas de subordinação dos povos indígenas à cultura ocidental.

Apresentamos no primeiro capítulo, uma revisão bibliográfica, que procura mostrar uma lacuna na historiografia mato-grossense com relação a produção de estudos históricos da política indigenista em Mato Grosso. Com raras exceções, o estudo das relações interétnicas quase não consta das produções historiográfica em Mato Grosso. No segundo capítulo apresentamos uma síntese geral dos acontecimentos que marcaram a história de Mato Grosso, e seus reflexos com relação à população indígena.

No capítulo terceiro, apresentamos um trabalho sobre aspectos que norteavam as modalidades receptivas das culturas indígenas. Este capítulo procura mostrar, minimamente é claro, elementos temporais componedores de sentidos, que ao se emaranharem ao saber imposto, pode ter-lhe provocado deslizamentos inevitáveis, refigurando-o ao modo de cada procedimento cultural. Entendemos ser de importância apresentar um painel da política indigenista que antecedeu à decretação do regulamento de 1845. Para tanto, no capítulo quarto, foi introduzido um pequeno estudo do período compreendido entre 1831 e 1845,

onde procuramos mostrar o jogo político entre o poder local e o governo central. Este recorte cronológico atende a necessidade de entendimento do decreto de 1831 que centralizava o poder sobre tal política, e 1834, quando conseguiu-se dar poder as Assembléias Provinciais para legislar sobre os índios, de forma paralela com o poder central. No quinto capítulo, descrevemos, um relato mais geral da política indigenista, porém mais delimitado temporalmente ao período proposto. Procuramos apresentar fatos documentais desse projeto junto a povos indígenas não aldeados de forma oficial e povos mais resistentes à política aldeadora. Esse tipo de abordagem obedece ao estudo do momento histórico em que, apesar de já haver sido decretado o regulamento 426, recomendando o aldeamento, este ainda não havia conseguido sair do papel. A instituição dessa peça jurídica, garante a tentativa de retomada da centralização do controle das sociedades indígenas. Produto dos saberes predominantes como sentido de verdade, que garantia o poder naquele tempo histórico, era uma lei à medida do homem do século XIX. O que se pôde observar foi que a primeira administração da Diretoria Geral dos Índios instalada, inaugurou uma política mapeadora que tinha como objetivo garantir um controle dos variados procedimentos culturais. Estes dispositivos faziam parte da necessidade de instalação de uma política persuasiva tal como rezava o dito regulamento. Nele mostramos também como foi se concretizando a política na forma de escolha dos lugares para a instalação dos aldeamentos para o serviço de catequese dos povos indígenas. No capítulo seis, aparece uma política indigenista demarcada entre a promulgação do decreto regencial de 1845 até 1864, porém a partir do momento de implantação de alguns aldeamentos como a Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, localizado em Mato Grande no distrito de Albuquerque, próximo ao hoje município de Corumbá, e, a Aldeia Normal de Miranda, ambas situadas na região do Baixo Paraguai. Essas missões tiveram como seus personagens

principais pelo lado colonizador os freis capuchinhos Mariano Bagnaia, e Angelo Caramônico²⁰. Só anos depois, no início da década de sessenta dos oitocentos, a Aldeia Normal de Miranda, foi fundada, pelo frei Mariano às margens do rio que lhe deu o nome. Mesmo entendendo ser de grande importância a instituição da Aldeia de Santa Ignês, no vale do rio Guaporé, na Cidade de Mato Grosso, atualmente município de Villa Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, não aprofundamos seu estudo, pela impossibilidade de darmos tratamento a um espaço tão grande e rico que foi esta política em Mato Grosso. Delimitamos nossa investigação à região do Baixo Paraguai. Especificamente trabalharemos os aldeamentos de Albuquerque e Miranda. Ou seja, as Missões de Nossa Senhora do Bom Conselho e a Normal de Miranda.

No capítulo 6, tratamos do período que vai de 1864 a 1870. Nesta circunstância histórica, houve um momento muito dramático na história de Mato Grosso, principalmente na região do Baixo Paraguai, ocasionado pela Guerra do Paraguai. Neste período a política indigenista sofreu duros reveses. Ao submeter-se à invasão dos paraguaios, o governo provincial acaba perdendo o controle sobre a parte sul do seu território, ficando com isso sem contato com seus aldeamentos que por sua vez foram totalmente desmontados pela tropas inimigas, e tanto sua população indígena como seu diretor, frei Mariano foram sequestrados e levados para Assunção, capital paraguaia. Por outro lado, sem comunicação com o resto do território imperial e passando, consequentemente, por um dos seus piores

²⁰ Os freis capuchinhos Mariano Bagnaia, e Angelo Caramônico, foram os principais personagens da presença religiosa em Mato Grosso, no período focalizado. Mariano dirigiu inicialmente a Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho e posteriormente a Aldeia Normal de Miranda. Caramônico que teve sua vinda à província creditada a Mariano, manteve com este uma relação próxima. Ocupou seu lugar na direção de Bom Conselho, enquanto Mariano fundava a missão de Miranda. Em meados de 1864, foi-lhe ordenado que fundasse Aldeia de Dourados. Para isso, viajou de barco durante 84 dias para obter contato, principalmente com o grupo Cayuá. Mariano durante o conflito com o Paraguai, foi sequestrado por tropas deste país, juntamente com índios Guaná. Ao retornar ficou-se sabendo que os Guaná morreram em Assunção. Futuramente Mariano tornou-se pároco em Corumbá, município em que foi celebrado.

momentos financeiros e de desorganização econômica e política, o projeto indigenista na região do Baixo Paraguai, praticamente esfacelou-se. Procurando ser mais fiel aos acontecimentos de forma como esta política foi se dando cronologicamente, no último capítulo, voltamos a uma análise mais geral, acompanhando os deslocamentos da própria política da época, que ao ver-se alijada dos seus aldeamentos na região do Baixo Paraguai, desviou seu alvo de lutas contra, principalmente os povos Bororos Coroados.

Em 1870, com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, reiniciou-se o período de navegação no rio Paraguai, e com isto há o que podemos chamar de uma reviravolta na política agrária da região com a repartição de terras chegando a níveis escandalosos²¹. A entrada das casas de créditos e seus financiamentos, trouxe com ela os projetos agroindustriais de grande porte. Esse novo fato, exerceu uma maior pressão á situação que já estava fragilizada, fazendo com que a política indigenista sofresse efeitos de um momento em que a terra passa por um grande interesse econômico. Ao mesmo tempo em que passou por um total dismantelamento operacional, a política para os índios sofreu uma forte pressão a partir a partir dessa nova demanda. Por outro lado, há documentos que mostram um Mato Grosso ainda lento, sem poder de deslocamento de mercadorias. Em um dos relatos dos presidentes de províncias constatou-se a lentidão de uma província. João José Pedrosa, em 01 de janeiro de 1879, em relatório à Assembléia Provincial afirma que *"pode-se com propriedade dizer que o serviço de transporte faz-se com a lentidão do passo de boi"*²². Este período será analisado até 1886, período final da monarquia, momento de parte da capitulação dos índios Bororos, com a expedição ordenada pelo Presidente de

²¹ cf. LEOTTI, Odeimar. Caminhos Cortados, Política de distribuição de terras em Mato Grosso, (1870-1914)Caceres, mimeo, unemat, 1996.

²² Relatório do Presidente de Província João José Pedrosa à Assembléia em 01 de março de 1879. APMT. Cuiaba, MT. p. 19 a 55.

Província Galdino Pimentel, em 1985, com a ajuda da índia Rosa Bororo, raptada por uma Bandeira e criada por famílias cuiabana, serviu como intermediária nas negociações de “paz” com este povo. Pouco tempo depois, 1895, iniciou-se em Mato Grosso, a política indigenista da Missão Salesiana. Essa missão religiosa presente até os nossos dias exerceu enorme influência na constituição da cultura de Mato Grosso, e especificamente junto aos índios Bororos Coroados, instalando-se tanto na capital quanto no vale do rio Araguaia, não mediu esforços na tentativa de aldear os “indomáveis” e guerreiros índios da sociedade dos Boróros Coroados.²³

Este trabalho utilizou-se da farta documentação existente no Arquivo Público do Estado do Estado de Mato Grosso – APMT, Procuramos trabalhar principalmente com aquilo que nos possibilitou analisar o discurso fundador da política indigenista em Mato Grosso. Para tanto buscamos informações nos Relatórios de Presidentes de Províncias, nos Livros de Registros de Cartas e Ofícios da Diretoria Geral dos Índios, dos Registros de Decretos Imperiais, de Documentos Avulsos, contendo cartas, plantas, gráficos etc. Mesmo não trabalhando com documentos que atestem as falas indígenas, procuramos ver as sua subjetividades, não pela presença material da fala destes povos, pois não as, foi-nos possível ter acesso a elas, mas pelas descontinuidades, interrupções, frustrações do projeto colonizador, que se propunha linear, irreversível, inexorável. Foram nestas lacunas, que possibilitou-nos a identificação de sinais residuais, de que o desejo de sucesso do projeto colonizador quase sempre esbarrava-se num verdadeiro labirinto de sentidos. A cada inserção neste ato, diferentes interpretações garantiram esta descontinuidade do

²³ A política de instalação da Missão Salesiana em Mato Grosso, por seu grau de importância, pelo fato de serem os únicos a conseguir aldear os “temidos” Bororos Coroados e por estarem nessa atividade até os dias atuais, deixei esta investigação para um momento posterior. Para que melhor possamos entender a política indigenista é importante expor uma síntese geral dos acontecimentos que marcaram a história de Mato Grosso.

acontecimento. Aí é possível imaginar a presença ativa da historicidade indígena atuando e garantindo a sua inscrição no processo colonizador, não como um sujeito passivo, mas deslocador da pretensa estabilidade do modelo ocidental de sociedade. Procuramos fazer entender a partir de nossa metodologia, que tornara-se impossível a possibilidade de inserção do índio ao projeto colonizador, da forma como pretendiam. Para tanto tomou-se como referencial de problematização do objeto, as teses do real não como algo dado, mas como algo que construiu-se no cotidiano das relações sociais, através da incompletude da língua e seu contínuo deslizamento, que com isso impossibilitou a imobilização do sentido humano e conseqüentemente sua subordinação a um modelo homogêneo e tido como certo e único.

Capítulo 1

Passados recompostos: uma revisão bibliográfica da historiografia mato-grossense.

Ao entendermos, a não naturalidade do objeto, ao entendermos que os conceitos não servem para explicar práticas e sim serem explicados pelo estudo das práticas, poderemos visualizar a partir daí, a não existência de objetos com o sentido já lá. São sim, produtos de práticas culturais, que, de acordo com cada circunstância histórica, instituem-se em um momento da produção de verdades sobre o passado.

Mato grosso, que já foi território demarcado por cada cultura que sobre este espaço manteve ocupação, recebeu de tempo em tempo, as mais diversificadas denominações. Estas variavam ao sabor das camadas que ali predominaram. Os sítios arqueológicos nos denunciam a presença de diferentes ocupações humanas que habitaram esta região. Há pelo menos oitocentos sítios arqueológicos em Mato Grosso. Os trabalhos sobre tal, buscam principalmente recuperar, marcas de sociedades que habitaram esta região no passado. Procurando dar-lhes um tratamento, desconstruindo o sentido a-histórico ao qual foram reduzidos por algumas matizes históricas, antropológicas, etc. O termo Mato Grosso aparece a partir de uma visão litorânea, que cria, filiada ao sentido de civilização e barbárie, a nominação de sertão.

No período após a independência do Brasil, que diferentemente dos estados republicanos criados com a emancipação da Colônia espanhola, instalou-se um império abrangendo amplo território, e conseqüentemente, tornando-se necessário sua consolidação. Para tanto necessitava-se suprimir a diversidade cultural existente, e implantar simultaneamente a idéia de nação. A construção histórica sobre esta região,

edificada a partir dos centros da intelectualidade, que por sua vez, tinha sua matriz teórica na Europa , exerciam suas teses, na busca da conceituação de um passado que mais fundamentasse o poder vigente em cada momento histórico. Um problema atravessava o caminho da construção de uma “civilização” que erguesse o Império às alturas das potências que emergiam , principalmente no mundo Europeu. Era a figura do índio. Este tornou-se objeto das mais variadas matizes de análises. Foi cantado e decantado. Foi configurado positiva e negativamente. Dependendo das posições discursivas, o índio era (e é) objetivado nas mais variadas formas, predominando uma permanência básica que é o sentido dual platônico do errado/certo, de civilização/barbárie, tal qual foi deslocado este sentido.

Já historiografia mato-grossense tem como inevitável o índio como seu alvo de análise, porém os trabalhos em todas as fases historiográficas nunca, em sua maioria, deram destaque exclusivo ao tema. Quase sempre tem aparecido em segundo plano. Se até a fase das produções do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, era visto do ponto de vista positivista, com a produção acadêmica, os olhares esteviveram mais voltado para o estudo das relações de trabalho, em específico as relações escravistas. Mesmo nas produções historiográficas mais recentes os povos indígenas quase não foram , objeto de análise, salvo raras exceções.

Desde os tempos primordiais até nossos dias eles se situaram sob as construções subjetivas de cada instante histórico. Os posicionamentos de grupos com autoridade de fala, carregavam-se com sentido de verdade, garantindo com isso uma após outras as mais variadas descrições deste personagem.

Quanto aos primeiros escritos , antes mesmo do desencadeamento das expedições monçoneiras, um jesuíta anônimo, arrolava sobre os povos indígenas da região de

pantaneira de Mato Grosso, (que também abrange parte do Mato Grosso do Sul, parte da Paraguai e Bolívia). Segundo este religioso descrevia, no início do século XVII, (Doc. XXXII, in *"Jesuítas e Bandeirantes no Guairá"*), mencionou a presença de várias sociedades indígenas, caracterizadas por ele como *"gente labradora"*, e que a *"cada três anos per lo menos mudam chácara"*.¹ Este trabalho constituiu-se como importante por seu mapeamento das várias sociedades desta época, como os Guaicurus, Paiaguas, Guatós, etc.

O Padre Diogo Ferrer, em seu anuário de 21 de agosto de 1633 afirma: *"menciono também os gualachos, em cujo nome se compreendem 'todas las naciones que no tienen por propia la lengua guarani, como os guayarapos'"*². Segundo sua narrativa recuperada por Corrêa, estes povos se caracterizavam por serem *"labradores y enemigos capitales de los paiaguás, os sarayes e nanbiquarucus, que atingiam Santa Cruz de La Sierra, os Gualachos do rio Paraguai, acima do Itatin que"*, segundo Ferrer, *"tienen mucho arroz qui recofen por sus lagunas y son grandes pescadores, e outros"*³

Estes trabalhos produzidos pelos religiosos do século XVII, tem como contribuição, a possibilitar, um mapeamento das localizações indígenas na região da bacia do Paraguai, na região compreendida entre os rios Paraná e alto Paraguai, localização espacial do nosso estudo.

O século XVIII, contou com a presença da ação colonizadora. Após as descobertas de jazidas, impulsiona-se a fundação de um aglomerado urbano denominado de Minas de Cuiabá. Os textos deixados pelos personagens desse momento histórico, constituem-se

¹ CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso, Várzea Grande, Fundação Julio Campos, 1994, p. 115.

² Ibid. p. 115.

³ Coc. VII, apud. Ibid. P. 115.

como ricas fontes historiográficas. Proporcionam a possibilidade de análise de tipos de discursos sobre o índio próprio de época. Tivemos com Antonio Pires de Campos, Antonio Rolim de Moura, Pimenta Bueno entre outros, produções de relatos que muito amplia o quadro de estudos históricos. O capitão Pires de Campos, e m sua *Breve notícia, que dá o Capitão Antônio Pires de Campos*, publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em seu tomo 25, relata as sociedades que habitavam o lado oriental do rio Paraguai, águas acima, no sentido do rio Cuiabá. Segundo Campos, os ribeirinhos desta região “*usam andar embarcados, e vivem de corso e montaria*”⁴. Em seu trabalho, procura fazer um relato mais voltado para a etnografia e mapeamento destes povos, tais como os guaicurús, paiguas, cuchipone, araripoconés, esses dois últimos, habitavam o rio Manso, afluente do rio Cuiabá, na hoje chamada Chapada dos Guimarães.

Os cronistas, foram um dos primeiros historiadores das relações entre colonizadores e os povos indígenas em Mato Grosso. teve como destaque a figura de José Barbosa de Sá, que viveu na região então denominada de Minas de Cuiabá, no início do século XVIII. Garante em seus escritos, a narrativa do cotidiano na capitania. Consegue, com seu relato fazer uma análise comparativa da população indígenas “seus tempos” com o século XIX. ao retratar a conquista mineradora, afirma, citado alguns rios da bacia do rio Paraguai “*entrando pelas grandes baías que acompanharam as margens deste grande rio, foram achando tantas nações de gentes que não cabem nos arquivos da memória e só me lembro das seguintes: Caroxas, Taquagentes, Xixibes, Xanites, Xacorerés, Aragonês, Janés, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraés, penacúcas e outros*”⁵ incluso no cotidiano das relações do conquistador com as sociedades indígenas, Sá relata as constantes lutas

⁴ Apud. Ibid. p.115.

entre estes. *“Só para se ter idéia do grau de morticínio, só num ataque às embarcações de viajantes para a capitania ‘morreram 600 pessoas e levou o gentio 20 canoas. (...) Causou esta novidade grande alvoroço na nas populações e não menos sentimento a perda de tantas vidas e fazendas em que poucos haviam que não tivesse parte.’* ⁶ neste ritmo Sá relata as conflituosas relações entre índios e colonizadores e Mato Grosso, no início do século XVIII.

Civilização e Barbárie: o discurso do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

A historiografia de Mato Grosso, em sua fase de instituição a nível local, do Instituto Histórico e Geográfico, criado no virar do século XX, recebe no seu referencial de análise influência quase direta dos paradigmas do seu similar nacional. Carregado de uma ansiedade de constituição de uma sociedade homogênea e próspera, encontra na sua heterogeneidade cultural um obstáculo a este intento que a inspirava. Esta herança na forma de pensar a sociedade arrasta-se com um caudal que tem sua matriz nos longos anos em que funcionava a nível nacional o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

“No bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistemática. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação Brasileira’ capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios

⁶ SÁ, José Barbosa de. *Relações das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus Princípios até os presentes tempos*. Cuiabá, Ed. da UFMT. s/d, P. 10.

organizadores da vida social do século XIX. entretanto, a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolvia dificuldades específicas, para as quais já alertava José Bonifácio em 1813: ‘amalgamação muito difícil será a lega de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios. etc, etc, etc. . em um corpo sólido e político.’⁷

Todo este aparato “teórico”, a nível nacional, não deixaria de contaminar o corpo expressivo da literatura constituidora do discurso historiográfico em Mato Grosso. A produção historiográfica, ao trilhar esse caminho, garantia um sentido social, de entrecruzamento aos múltiplos lugares de sentido de vida. Teve como personagens mais importantes figuras que foram exaltadas em inúmeros artigos. Esse tipo de literatura, por sua vez, contribuiria para a garantia de uma pedagogia que instauraria u justificaria o poder político de uma elite sobre os demais setores sociais. Criou-se com isso, um sentimento de superioridade deste grupo social que passa a Ter autoridade de fala. Consolidando e perpetuando esse viés de vida, excludente do acesso político de uma maioria. Porém é necessário respeitar as singularidade interpretativa de cada autor, que apesar de um modelo predominante, garantiram espaço de análises diferenciadoras, marcando portanto uma certa heterogeneidade em suas produções historiográficas. Garantir-lhes isso, seria causar o mínimo de injustiças com nossos amigos historiadores.⁸

Das publicações produzidas destacam-se autores como Virgílio Corrêa Filho, produtor de 109 títulos, detentor com isso do maior volume de pesquisa sobre história de

⁶ Ibid. p. 94, 95.

⁷ GUIMARÃES, M. L. Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, n. 1, 1988, p. 6. Obs. A citação de José Bonifácio foi recolhida por Guimarães numa citação de DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In MOTA, Carlos Guilherme (org.) 1822 Dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1972. P. 174.

⁸ Em 1928, inaugurava a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Mato Grosso. Uma de suas obras que tornou-se um clássico da produção historiográfica mato-grossense foi *"História de Mato Grosso"*. Trabalho importantíssimo para todo aquele que pretenda estudar a história deste Estado. Composto de 13 capítulos, distribuídos em suas 741 páginas, tornou-se um clássico da historiografia, considerada tradicional, de Mato Grosso. Compõe-se de rico material sobre os índios, apesar de estar reduzido a um único capítulo, mesmo assim traz elementos importantes sobre esse tema. Para Ter-se uma amostra de sua forma de leitura sobre o índio, utiliza-se dos estudos de Roquete Pinto, em sua obra *"Rondônia"*, publicada inicialmente pelo Museu Nacional. Não tendo apresentado em seu texto, nenhuma posição contrária a este, mescla-se com tal ao descrever os povos indígenas: *"Em contraste com os hábitos indicativos de seu retardamento, 'alimentam-se principalmente de produtos agrícolas no seu meio tão atrasado'.* Todavia, comem tudo que lhes chegue ao alcance. *'um mosquito que apanham sobre o corpo, um piolho, um gafanhoto, uma lagartixa que passa correndo, nada escapa'.* Viviam, pois, *'em plena idade lítica, usando machados de pedra mal polida, facas de madeira, ignorando a navegação, dormindo diretamente sobre o solo, ignorando a fabricação da cerâmica a rede de dormir'".*⁹ Além deste autor, outros tantos destacaram-se pelo fértil produção historiográfica.¹⁰

A fundação da Universidade Federal de Mato Grosso, contribuiu no sentido de ampliar o leque de discussões sobre a historiografia mato-grossense. Surgida em pleno

⁹ CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande, Fund. Júlio Campos, 1994.

¹⁰ Podemos destacar as produções historiográficas seguintes, obedecendo a ordem de destaque pela quantidade de produções. LUIS PHILIPPE PEREIRA. *"a Obra Dombosquina e o Oeste Brasileiro"* Cuiabá, Liceu Salesiano S. Gonçalo – 1984. *"A Capitania, o Homem e a História"*. In – RIGHMT, ANO 54. TOMO 117/118. CUIABÁ, 1982. *"Hino de Mato Grosso"*, ibid. ano 56, tomo 120/121, Cuiabá, 1984. *"A Rusga"* in ibid. 1984. Ente outras obras que no total completam 39 títulos. JOSÉ BARNABÉ DE MESQUITA. Tendo como característica homenagens a figuras de poder, teve como obras que toca mais diretamente as relações com os índios, os trabalhos: *"O Dia de Rondon"*, RIHGMT. 1940, e *"Os Jesuítas em*

final da década de 70, sua produção historiográfica ficou composta de variações que ia da história econômica, social, sofrendo influência a seguir da história cultura., buscando auxílio em outras disciplinas como a antropologia, linguagem, psicologia, etc. pouco espaço sobrava para a história das relações entre os colonizadores e os povos indígenas. Priorizando a história econômica, havia destaque para o estudo das relações de trabalho, as pesquisas relacionadas a esta temática, tinha geralmente como objeto, a as relações escravistas, ou onde houvesse emprego da população livre-pobre da Província. Normalmente dizia respeito aos ciclos econômicos ou discussão sobre fronteiras. Com o aumento da experiência nos variados campos de pesquisas, houveram inovações nas formas de abordagens, nas constituições de novos problemas, surgindo conseqüentemente novos objetos. Lúcia Helena Gaeta Aleixo, a partir de modelos ligados às relações de trabalho, produz em 1984, *"Mato Grosso, trabalho escravo, trabalho livre"*, onde enfoca a partir da mudança do ciclo mineiro para o período da proliferação dos engenhos de cana, e a conseqüente inversão nas relações de trabalho, guardando herança do autoritarismo escravocrata. Um seu segundo trabalho, *"Vozes no Silêncio"*, enfoca as relações de trabalho na Usina Itaici, em Santo Antônio do Leverger. Luiza Rios R. Volpato, ", em 1987, contribui com duas obras importantíssimas para a historiografia. A primeira enfocando a questão da Fronteira Oeste, *"A conquista da terra no universo da pobreza"*¹¹. No início da década de 90, produz outra obra importante, *"Cativos do Sertão"*,¹² enfocando já a partir da história do cotidiano, o cotidiano das relações escravistas em Cuiabá, na Segunda metade do século XIX.. Regina Beatriz Guimarães Neto, também

Mato Grosso" sem ed. 1921, total 37 obras. AUGUSTO LEVERGER, 31 obras, Rubens de Mendonça, 30 obras, entre outros.

¹¹ São Paulo, Hucitec, 1987.

¹² São Paulo, Marco Zero, 1994.

contribuiu com a produção historiográfica de Mato Grosso, com dois valorosíssimos trabalhos, "*A lenda do Ouro Verde*" e "*Grupiara e Mouchões*."¹³ Seus trabalhos estando mais voltados para o período contemporâneo, enfoca a questão do surgimento das cidades a partir de um enfoque filiado á Nova História Cultural. Outro trabalho importante também refere-se à historiadora Lylia Galetti. Em seu artigo "Mato Grosso, o estigma da barbárie e a identidade regional". Enfoca o final do século XIX, em Mato Grosso, que os estudos do interior do Brasil, tal qual sonhavam estavam carregado do discurso civilizatório preso ao duplo litoral/sertão. Podemos ainda citar trabalho de Maria de Fátima Gomes Costa, "*Tanque Novo*", onde trata da questão envolvendo política e religião. Existe outros tantos trabalhos a serem mencionados do mesmo padrão de qualidade, que não estão sendo aqui citados. Mesmo a antropóloga Maria de Lourdes Bandeira, desenvolve seu trabalho, "Território Negro em Espaço Branco, voltado para a questão das relações sociais envolvendo o negro. A abordagem sobre a política indigenista foi até o momento, pouco explorado no campo da análise historiográfica. Com exceção dos trabalhos antropológicos que por uma questão momentânea de tempo não aqui citado suas obras na sua totalidade, mais por limites em que nos encontramos que pela qualidade dos trabalhos que creio serem bastante importante para a análise ora proposta. Apesar disto, o nosso enfoque, sem querer ir de encontro aos trabalhos etnográficos, que faz parte da ampliação futura, procura focar o comportamento discursivo dos principais segmentos institucionais, seus deslocamentos e a conseqüente materialização em políticas para definir a situação indígena em Mato Grosso. Porém não podemos deixar de lado o trabalho "*Guardiões da fronteira*",¹⁴ da antropóloga Denise Maldi Meireles, que

¹³ Mimeo, dissertações de Mestrado e Doutorado, Unicamp. Campinas, SP. 1984, 1999.

¹⁴ Petrópolis, Vozes, 1989.

aborda a construção histórica de uma das primeiras fronteiras definitivas do Brasil, constituída nas imediações do rio Guaporé, local onde também a política indigenista, instala a Aldeia de S. Ignez. A autora procura refletir sobre os elementos medievais e de modernidade presentes no imaginário dos seus protagonistas. Recupera em seu trabalho a presença das missões e fortificações, de cidades e povoações e de como historicamente essas concretizações resultam em relações que estiveram permeadas de conflitos, culturais. Não pode ainda deixar de ser lembrado o trabalho arqueológico/etnográfico de Jorge Eremites de Oliveira, *"GUATÓ, Argonautas do Pantanal"*,¹⁵ que toma como assunto central os assentamentos e a subsistência do grupo étnico Guató, filiado linguisticamente ao tronco Macro-Jê. Sociedade estabelecida nas áreas imundáveis do Pantanal Mato-grossense. Seu trabalho está fundamentado basicamente em dados etnográficos obtidos em fontes escritas (etnológicas e etno-históricas), com interpretações dos dados orais a partir de uma perspectiva arqueológica. Desenvolve inicialmente pesquisas arqueológicas dos aterros localizados na área imundada, como forma de buscar vestígios da sociedade Guató e a partir daí investigar suas opções de subsistência e assentamentos. Compreender com isto os vestígios materiais das manifestações culturais que ali ocorreram. Enfim, ainda não foi possível esgotar um pouco mais o grande manancial de riqueza literária que existe sobre as sociedades desta região, mas que faz parte da proposta para frente. Principalmente dedicar um estudo específico sobre a sociedade Bororo em suas ramificações Cabaças, de Campanha e principalmente os Coroados, povo guerreiro que apesar de estar em uma situação de inferioridade militar, soube ganhar o respeito daqueles que usurparam o seu território. Muito há o que fazer. Os documentos reclamam interpretações. Ultimamente começam a aparecer trabalhos tendo o

¹⁵ Porto Alegre, ECIPICRS, 1996.

índio como objeto de análise. Tanto no curso de graduação como no Mestrado em História oferecidos pela universidade Federal de Mato Grosso, começa o despertar do interesse pela pesquisa tendo a temática com relação às questões indígenas como objeto.

Capítulo 2

Uma síntese histórica de Mato Grosso: séculos XVIII e XIX.

No início do século XVIII, no alto da bacia do rio Paraguai, constatou-se a presença de sertanistas. Tinham como meio de subsistência o apresamento das populações indígenas. À época, os paulistas ficaram conhecidos na América e na Europa como grandes sertanistas, sem iguais no seu conhecimento dos dialetos sertões, na sua perseverança e coragem. Posteriormente, alguns historiadores ergueram estes sertanistas - batizando-os de bandeirantes - a proporções épicas, reconhecendo seu papel na expansão geográfica da América portuguesa¹

Com a descoberta de ouro no córrego da Prainha em Mato Grosso deu-se o início a um período de grande efervescência por esta região. As águas do rio Cuiabá tornaram-se então, o grande corredor do fluxo constante de pessoas que se deslocavam a esta região à procura de pedras preciosas. Tal era a saga em busca de riquezas que a Coroa portuguesa optou pela instalação da Capitania de Mato Grosso. Em 1749, D. Antônio Rolim de Moura recebia instruções reais para criar a Capitania de Mato Grosso e fundar sua capital em sítio vizinho ao rio Guaporé.² Era tão claro os interesses metropolitanos, que ao instalar a capital da Província nas margens do Guaporé, já se prevenia contra um possível avanço dos espanhóis. Assim se expressava a rainha:

“Por ter entendido que Mato Grosso é chave e o propugnáculo do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa e haja forças

¹ MONTEIRO, John Manuell. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo
São Paulo : Companhia das Letras, 1994, p.8

² ALEIXO, Lucia H.G. Vozes no silêncio. Cuiabá : EDUFMT, 1995, p.34

bastantes a conservar os confinantes em respeito ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se e que para decência do governo e pronta execução das ordens levantasse uma companhia de dragões e ultimamente determinei se dirigisse juiz de fora no mesmo distrito".³

Sob o signo do ouro, aliado à necessidade de garantia do espaço avançado sobre o domínio castelhano, a história de Mato Grosso testemunhou o interesse de povoamento desta região. Este fato produz por si dois problemas que foram enfrentados pelas personagens que aqui estabeleceram-se. Se por um lado o fluxo de pessoas para as minas ocasionaram o acúmulo de pobres, as populações indígenas que aqui habitavam tornaram-se um obstáculo à viabilização e consolidação do projeto colonial. Se nos primeiros momentos do povoamento de Mato Grosso, o interesse se dá pela necessidade de caça do índio para servir de mão-de-obra, com a descoberta de ouro ele passa a ser obstáculo à consolidação das minas e da economia que girava em torno destas, pois impedia a efetivação da ocupação populacional: fator preponderante na consolidação fronteiriça. Estes mesmos indígenas passam, no final do século XIX, a ser alvo do interesse, novamente, como mão-de-obra, desta vez assalariada, ou mesmo como possíveis colonos. Porém para podermos explicar este fenômeno é importante entendermos o processo que levou Mato Grosso, já no final do século XIX, a ter a necessidade de lançar mão do trabalho indígena.

No final do século XVIII e início do século XIX Mato Grosso presencia uma crise com o esgotamento da mineração. Durante seu período áureo, as riquezas aqui retiradas favoreceram os interesses da Coroa por um lado enquanto por outro rendia grandes lucros aos comerciantes. Este segmento social participava dos lucros obtidos por intermédio da atividade mercantil. Inicialmente, em Mato Grosso, o comércio era realizado através da

³ Ibid. p.p.34,35.

Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). Posteriormente as trocas se realizavam através do monopólio pelas casas de grosso trato, que atuavam no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Os lucros obtidos com as trocas, realizadas nas áreas de mineração, eram canalizadas para Portugal. Os comerciantes locais para conseguirem acumular: "Se valiam da especulação dos preços dos gêneros e adquiriram o ouro em condições anormais de valor, capacitando-se portanto, para dar conta de seus negócios com as casa comerciais do litoral e manter, no nível social da Capitania, uma condição econômica privilegiada".⁴

Com o esgotamento das lavras, este grupo social passa a investir na compra de terras e formação de engenhos, que aliado aos privilégio de suas proximidades com a arte, aumentava seu poder de ação na sociedade mato-grossense. A facilidade na aquisição de sesmarias pelos membros deste grupo fez com que, com a crise mineradora, a Província de Mato Grosso fosse palco de uma sociedade marcada pela pauperização crescente de população. Apesar de a historiografia de Mato Grosso, se limitar a este aspecto da composição social o que podemos observar pelos documentos referentes à propriedade da terra, esta vinculava-se em boa parte a militares de patente superior e às vezes até a lugares mais inferiores na ordem hierárquica. Como no caso dos Pereira Leite, proprietários da Fazenda Jacobina, na região do Pantanal. Documentos do século XIX, mostram um certo predomínio de propriedades pertencentes a militares, momento em que as relações com o Estado provincial, se dava numa forma de reciprocidade, sendo muitas vezes estes proprietários encarregados da disciplinarização dos povos indígenas. O público e o privado se entrecruzam. As atividades particulares e publicas se confundem, pois as propriedades

⁴ LENHARO, Alcir. Crise e mudança na Frente Oeste de Colonização. O Comércio Colonial de Mato Grosso no Contexto da Mineração. Cuiabá : UFMT, 1982, p.9

normalmente eram doadas aos militares, que por sua vez, utilizavam estas no trabalho de “civilização” dos índios, terras que anteriormente pertenciam a estes mesmos povos. Mesmo definida esta composição social, esta Província não conseguiu viabilizar uma condição socio-econômica estável, convivendo continuamente com uma situação de penúria que se tornou aguda no período da Guerra do Paraguai. Cortadas as comunicações e com o alistamento dos trabalhadores, constituiu-se em Mato Grosso um quadro dramático que está bem ilustrado no relatório do Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho:

Lutando há tempo com a penúria de dinheiro e estando exaustos os cofres da Tesouraria, e a tropa, empregados e operários sem receberem há meses seus vencimentos, fiz anteontem um apelo ao povo, e algum dinheiro vai entrando para a Tesouraria, ao menos para as mais urgentes despesas (...) julgo também dever fazer aqui menção ao outro fato calamitoso que pesa sobre nós: é a excessiva carestia de gêneros alimentícios (...) a circunstância de acharem se aglomerados nas fileiras da Guarda Nacional aquartelados quase todos os habitantes livres das povoações e estabelecimentos rurais deste município. Concedi-lhes um mês de licença para poder dar agasalho às suas famílias e tratar de suas plantações”.⁵

Como se isto não bastasse, na segunda metade do século XIX, ainda no período da Guerra, a Província é assolada pela epidemia da varíola, causando um morticínio sem tamanho. Em 1868, Barão de Melgaço, então Presidente da Província denunciava: “A população dizimada, ou antes quitada, pela horrível epidemia das bexigas, tarde há ressarcir as perdas que experimentou no infausto ano de 1867”.⁶ Além de todos estes aspectos dramáticos junta-se a este a peste das cadeiras que assolou há quase 20 anos a raça cavalar, conforme afirma o mesmo relatório, que acrescenta com isto a crise econômica que recai sobre a província:

⁵ MENDONÇA, Rubens de História do Poder Legislativo de Mato Grosso
Vol. I, 1974, p.28

⁶ Ibid, p.29

“A criação de gado continua a ressentir-se da peste de cadeira, que há quase 20 anos assola a raça cavalar. O comércio não tendo para exportar senão limitada porção de couro e poaia e muito diminuta quantia de ouro e diamante, consiste pôr bem dizer, exclusivamente na importação de gêneros de consumo, pela maior parte de origem estrangeira, pagos com as avultas quantias com que o Tesouro Nacional ocorre à despesa geral da Província”.⁷

O fim da Guerra do Paraguai e a conseqüente reabertura da navegação na Bacia do Prata, possibilita o surgimento de um novo cenário histórico para a Província de Mato Grosso. Houve o que podemos denominar de reencontro de dois mundos que antes ficara impedido pelo fechamento da navegação na Bacia do Prata. O ocidente europeu vivendo os efeitos do momento mais acelerado da economia capitalista, na sua necessidade de encontrar porto para despejar seus produtos, seus capitais, suas idéias encontram-se com um outro mundo. Um mundo que sonhou alçar-se aos degraus das Províncias do Sul. Um mundo que lutou contra sua própria realidade: de um lado suas inspiração nos ideais do progresso como forma de riqueza. Por outro lado sua realidade social, política e econômica que impede concretização de seu sonho. É importante entender as transformações pelas quais passaram o significado de moderno no mundo europeu e sua relação com o mundo vivido na Província Mato-grossense. Junto com as mercadorias vieram as idéias. Esta Província foi palco da visita de vários viajantes que aqui deixaram suas impressões. As autoridades tinham suas formações na Europa e este fato muito contribuía para a formação do imaginário provincial, que após a reabertura da navegação seria acelerado com a proliferação de estabelecimentos agro-industriais no vale da Bacia do rio Paraguai. Todos estes fatores compuseram o cenário de um mundo que tinha vários obstáculos para superar na busca de sua identidade. Entre estes haviam aqueles que não pediram para compor a

⁷ Ibid, p.29

encenação: os povos indígenas, que já habitavam a longo tempo esta região. Estes foram em cada momento da história mato-grossense constituídos como objetos a partir das linguagens que nomeavam-no de acordo com o que cada circunstância histórica necessitassem significá-los. As metáforas que os objetivavam atendiam aos desejos de demandas de cada época e no século XIX, especialmente na sua segunda metade, significavam o desejo de quem os queriam vê-los transformados em colonos, ou mesmo serem utilizados como mão-de-obra. Sem isso seriam obstáculo à efetivação do projeto povoador.

Os limites da leitura por parte do colonizador impediu-o de entender toda uma historicidade dos povos indígenas, não conseguindo ultrapassar os limites da linguagem que lhes garantiam as leituras de tudo que lhes eram estranhos. Os documentos tem como uma constante um discurso que resvala entre o sonho de ver o índio incorporado ao seu projeto e o sentimento de frustração perante uma realidade que não respondia aos seus desejos. Estas características permearam todos momentos históricos da projeto colonizador. As suas tentativas de povoamento passava pela necessidade de remover um obstáculo: fazer toda uma infinidade de culturas locais se adequarem aos seus ideais. Tendo suas leituras correndo no leito de sua linguagem, que o fazia ver o índio como um ser que vivia em estado infantil, ficou limitado a um parâmetro que o impediu de conseguir uma convivência social com estes povos. Era tido como obstáculo, tendo as suas “correrias” caráter “nocivo” ao desenvolvimento do progresso. Enfim, a cada discurso que se instituí, um novo objeto aparecia. O lugar autorizado da fala fazia emergir o índio como significado.

Ao ser instalado de forma generalizante no imaginário da sociedade mato-grossense, o discurso do “Progresso”, foi redimensionado através de espaços enunciativos que continham falas dos homens do Estado e da Igreja, enfim dos grupos sociais que se

impunham como lugar de autoridade de pronunciamentos como forma de verdades. Nutriram-se aí, um discurso carregado de sentimentos de oposição às formas culturais vividas pelas sociedades indígenas. Estes estavam principalmente compostos por dois caracteres: primeiro, os índios eram obstáculos aos objetivos da política povoadora, por suas “correrias” que criavam com isso instabilidade à implantação econômica do projeto político colonizador. Segundo, acontecendo como um paradoxo, a necessidade de integrar o índio ao projeto passava pela impossibilidade de fazê-lo entender o sentido moral da verdade ocidental. Impossibilitado de lançar mão dos imigrantes europeus como mão de obra, voltava-se o colonizador para a utilização de mão-de-obra indígena, como forma de suprimir a ausência de uma população densa e a ausência da figura do colono europeu.

Através do discurso disciplinador as autoridades civis, militares e eclesiásticas, apontavam para o pobre livre e o índio como alvo de suas pregações. Constitui-se aí um discurso moralizante acionado pelo motor das condições de sua produção, ou seja a necessidade de transformar as sociedades indígenas em “povo”, pois só assim tornariam população e conseqüentemente seriam úteis aos preceitos “modernos”. Surge com isso mecanismos, impulsionados pelo discurso do progresso que colocariam novas interpretações do trabalho, colidindo com a diversidade cultural da época, tanto do índio como do livre-pobre, que por sua vez já era produto do cruzamento cultural indígena, e suas concepções de vida.

Desde o início do século XIX, começou a se definir um novo lugar da autoridade de fala e a eles incluía o processo de definir o destino do homem.

“Somente aos condutores de homens que evidencia capacidade incontestável de agremiá-los e dirigir, seria dado povoar o deserto, com o centro de interesse assinalado pelo seu próprio

estabelecimento agro-pastoril. Deviam possuir e exercitar altas qualidades de comando, cuja incoerência lhe seria fatal."⁸

Segundo Salles "foi possível à classe dominante, enquanto responsável pela introdução e manipulação do uso de técnicas, construir uma visão de si mesma como a classe progressista por excelência. A classe dominante como portadora do conhecimento dessa real, tem o papel histórico de deflagrar o processo que possibilita o desenvolvimento das forças do progresso."⁹

Como forma de entendermos a regularidade desses discursos sobre o índio, basta voltarmos um pouco no tempo. Os setores dominantes já viam, desde os seus primórdios, mais precisamente, no final do século XVIII, os índios como obstáculo aos projetos colonizadores, em 1778, o fundador da Vila Maria de Cáceres, define-os como:

*"...índios selvagens, quase sempre inconstantíssimos, ferozes e indomáveis ou d'huma indolência e preguiça sem exemplo, que vagando pelos matos por efeito da própria inclinação e natureza com total desprezo de honras e fazendas."*¹⁰

Esta constituição do "outro" se arrastaria até o final do século XIX, quando acelera-se a ansiedade de progresso. Segundo Volpato "Mato Grosso sonhava colocar-se em pé de igualdade com o progresso e a civilização do litoral. Juntamente com as mercadorias chegaram as idéias, o novo ideal de nação civilizada, sustentada pela ação laboriosa do trabalho disciplinado."¹¹

⁸ LEITE, Luis Philippe P. Vila Maria dos Meus Maiores
Cuiabá : I.H.G.M.T., 1978

⁹ SALLES, Iraci Galvão. Trabalho, Progresso e Sociedade Civilizada
São Paulo : Hucitec / I.N.L., 1986

¹⁰ CARTA DO GOVERNO DE MATO GROSSO Luis De Albuquerque De Mello P. e Cáceres ao Secretário de Estado Martinho Mello e Castro em 20 de novembro de 1778 - Vila Bela.

¹¹ VOLPATO, Luiza R. R. Cativos do Sertão, vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888)
Cuiabá : Marco Zero / UFMT, 1993

O trabalho neste período passa a ter função pedagógica, principalmente como mecanismo de contenção da criminalidade. Em 1881, preocupados com os índices de criminalidade, há um apelo, por parte das autoridades ao que chamam de Santa Cruzada contra o crime:

*Estes males diminuirão desde que proporcione ao povo a educação civil e religiosa para melhorar-lhes os costumes e torna-los laboriosos.*¹²

Podemos observar a partir daí, interdições arbitrárias nas formas de pensar. Houve tentativas de esfacelamento da diversidade cultural e de negação de atitudes estranhas ao imaginário do colonizador. O processo expansionista encontra terreno fértil no imaginário local, contaminando-o com as idéias chegadas, contribuindo com a estigmatização das culturas locais.

Quando se fala da “natureza” do índio, o discurso colonizador vê seu habitat como uma terra propícia à propagação do mal. Na sua relação com o cristianismo são tidos como pagãos, aptos a receberem a bênção da Santa Igreja.

Em 1875, D. Carlos D’Amour, Arcebispo de Cuiabá, em seu discurso de posse, da a conotação deste tipo de representação sobre os índios:

*“Não nos podemos furtar a um justo e vivo interesse pela sorte desses infelizes que, nascidos como nós na abençoada Terra Brasileira, vagam por montes e florestas, sem consciência da obra divina da sua rendição, e padecendo a sede ardente da verdade e do bem, tão perto das cristalinas torrentes do Senhor (...) não vos descuideis de procurar a salvação destas almas.”*¹³

¹² RELATÓRIO DE POLÍCIA: Secretaria de Polícia da Província de Mato Grosso, 1881.
Fonte: Relatório de Presidente de Província (APMT.)

¹³ LEITE, Luis Philipe P. Bispo do Império São Paulo : Editora Resenha Tributária, 1979.

Em seus momentos de reflexões, a igreja se assemelha ao discurso racional, em seu espírito de universalidade que serve como elemento dedutivo de todos os grupos étnicos, ou àqueles que não se subordinam integralmente ao modelo social imposto.¹⁴O moderno e o cristão se entrecruzam levados pela ansiedade do progresso.

Mato Grosso, esteve contaminado por uma herança estigmatizadora de todo aquele que resistisse a enquadrar-se no discurso modernizante. Os índios, passariam a ser alvos dos olhares avassaladores, prontos a nominá-los, objetiva-los e empurra-los, para verdadeiros campos de segregação, e de forma arbitrária investir-lhes do saber colonizador, tido como a única verdade de fato. Por outro lado o colonizador encontrou-se em uma encruzilhada de saberes, esbarrando-se na força de suas historicidades. O labirinto que compunha o lugar da busca daquelas almas levou o colonizador à vertigem por vários momentos em que via seus projetos desandarem. Havia sempre a necessidade de recomeços. As formas discursivas múltiplas, garantiam leituras múltiplas. o instável punha abaixo o desejo do estável. Deslocamentos, derivações, polissemias: Diretoria dos Índios, políticas indigenistas...Labirinto das almas.

¹⁴ LEOTTL, Odeimar Correrias e Perambulações. O aprisionamento das almas. Monografia exigida para obtenção do título de especialização, UNEMAT, Mato Grosso, 1997.

Capítulo 3

As modalidades da recepção: As sociedades indígenas e suas dinâmicas interpretativas.

*"Havia uma pedra no meio do caminho,
No meio do caminho havia uma pedra,"*
Carlos Drumond de Andrade.

As várias tentativas de configurações do saber colonizador, sempre esbarraram-se na complexidade dos dispositivos de refigurações produzidos pela leitura das diversas sociedades indígenas. A um tempo imposto, como absoluto, único e linear, temporalidades diferentes produziam formas diferentes de recepção.

Ao constituir mecanismos de abordagens culturais, WRIGHT (1999), atentou-se para o fato de que, "a dinâmica interna de qualquer sociedade ao ser analisada não pode estar dissociada de seus fatores internos e nem das suas tensões sofridas."¹ Em seu estudo sobre a presença de missionários junto aos indígenas habitantes da bacia do alto rio Negro e Orinoco, na Amazônia, o autor procura enfatizar o ato interpretativo dos discursos, "os filtros" culturais através dos quais os atores compreendem o processo de conversão".² A leitura deste trabalho contribuiu para o que posso chamar de ampliação do espaço interpretativo do que denomino de "formações discursivas" interpretativas. Buscando as dinâmicas internas de cada cultura e garantindo sua historicidade, torna-se possível uma aproximação mais gradual da lente de análise dos elementos refiguradores que estão

¹ WRIGHT, Robin. O tempo de Sophie: história e cosmologia da conversão baniwa. Campinas-SP. Ed. da Unicamp. 1999.

presentes nos mecanismos receptores de cada sociedade. Fazendo uso de alguns de seus termos utilizados, podemos compreender que os transtornos e transformações produzidas pelos elementos culturais que invadem as culturas locais não ficam imunes às relações que inevitavelmente experimentam nestas suas aventuras.

No seu trabalho junto a essas sociedades indígenas, pôde observar que estes povos ao sofrerem a ato de conversão a uma certa doutrina cristã, põem em funcionamento procedimentos que de forma alguma estão desligados da “dinâmica do processo ritual e do processo político, especificamente ritos de passagem (iniciação), alianças e hostilidades entre grupos, e ao xamanismo”.³ Estas sociedades ao confrontarem com configurações culturais estranhas aos seus sentidos, as compreendem utilizando-se de componentes conceituais produzidos a partir de as suas historicidades. Moldam os ensinamentos que se apresentam, refigurando-os de acordo com o que denomina de “estruturas e processos preexistentes”. Segundo ele, “em alguns casos, substituindo-os, mas em outros, introduzindo novas dimensões e fontes de conflitos que produziram uma dinâmica própria”⁴.

Foram de importância sem tamanho para minha construção teórica, as reflexões que pude obter com a leitura deste fascinante trabalho do antropólogo Robin Wrigth, o qual tive a honra de ter como membro da banca na fase de qualificação. Em seu trabalho subjaz um apelo de que o tempo não é algo objetivo a não ser como produto de diferentes subjetividades, que dele se apropriam a partir de uma infinidade de lugares e momentos. O tempo que se impõe como arrebatador de almas, hegemônico e único, depara-se com usos

² Ibid. p. 159.

³ Ibid. p. 159.

⁴ Ibid. p. 159.

que dele se apropriam e transformam seus deuses a partir da diversidade cosmológica de cada cultura que os recepcionam. É a partir de uma abordagem do sentido polissêmico que possa haver em um significado, que situa-se o arcabouço que garante uma nova forma de análise das relações interétnicas que se configuram em Mato Grosso no século XIX.

Para melhor materializarmos estes anseios metodológicos torna-se importante a introdução nesta dissertação, de um mínimo de exposição da dinâmica de cada um das sociedades que, mais especificamente, protagonizaram o evento colonizador enfocado. Mesmo entendendo ser imenso o número de sociedades que mantiveram contato com o projeto colonizador, sendo muito mais imenso ainda a infinitude de suas produções simbólicas, procuraremos fazer uma observação um pouco mais aproximada das que mais estiveram relacionadas à política aldeadora, ou que mesmo que não tenham sofrido mais diretamente os efeitos deste modelo, tiveram contato por intermédio de destacamentos militares, avizinham os aglomerados urbanos, ou mesmo eram obstáculos à vias de comunicação estratégicas à economia provincial. Dentre elas podemos citar as sociedades Guaná e Kinikináo⁵, sua ramificação, no aldeamento de Nossa Senhora de Bom Conselho, no lugar chamado de Mato Grande, distrito de Albuquerque, na região do baixo Paraguai, distante aproximadamente dezoito quilômetros de Corumbá, atualmente pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Na Aldeia Normal de Miranda, às margens do rio do mesmo nome, encontravam-se, na segunda metade do século XIX, principalmente a sociedade Terêna. Na Aldeia de Santa Ignêz na região do Guaporé, no distrito de Mato Grosso, atual município de Vila Bela da

⁵ A grosso modo, mesmo merecendo um maior aprofundamento, podemos adiantar de que o grupo denominado kinikináo compõe o tronco linguístico Aruak juntamente com os Terenas. Todos são considerados como pertencente à sociedade dos Guaná.

Santíssima Trindade em Mato Grosso, encontravam-se os índios Guaraio. Nas região da bacia do rio São Lourenço, local que passava a estrada para Goiás, e iniciava-se, nesse período do século XIX, as picadas para abertura de estradas para comunicação com as Províncias de São Paulo e Paraná, encontravam-se a sociedade Bororo Coroado. Na região de Vila Maria de Cáceres habitavam os Bororo Cabaças e de Campanha. Próximo ao distrito de Diamantino, região, à época, rica em pedras preciosas, era habitada principalmente pelos Pareci e Bachairi. Próximo ao Forte de Coimbra os índios Chamococos, pedem para se instalarem nas imediações deste forte como forma de livrarem-se das hostilidades que sofrem por parte de outros grupos. Em 1862, este povo é visto como passível de ser recrutado para o conflito contra o Paraguai, conforme documento datado de 1860.⁶

Os “Boé” ou Os Bororo Coroados.

Em meados século XVIII, os Bororo Coroado fizeram alianças com o colonizador, conforme destacamos no último capítulo deste trabalho. Porém alguma coisa fez com que a partir do acordo com Pires de Campos, não encontrássemos registros que não fossem mostrando situações de conflitos entre esta sociedade e o colonizador. Somente em 1885, é que através dos préstimos de Rosa Bororo, índia bororo raptada e criada por uma das bandeiras que este povo sofreu, que foi possível um armistício entre os lados conflitados.

⁶ Na lata 1860-E: Assunto Militar, o comandante do Forte Coimbra remete ofício ao presidente da Província dando o parecer de que “ seria conveniente fazer o arrolamento destes “índios”, com designação de suas idades, pouco mais ou menos de cada hum, afim de que no caso de ter o Governo necessidade d’ eles em qualquer emergencia com nossos vizinhos, conhecer o seu número, visto que podemos contar com elles...” APMT. Cuiabá – MT.

Em 1895, chegou a Mato Grosso a Missão Salesiana, que se dedicaria à catequização do grupo que não havia concordado com o grupo de 1885, e deslocado para o vale do rio Araguaia. Porém foi precisamente no final da primeira metade do século XVIII, que o governo provincial resolve fazer uso do apoio dos Bororo para reprimir os Caiapó.

Vejamos:

Para de novo lhes conter as represálias, repetiu o governador a providência anterior, para que, Pires de Campos precisou mobilizar maior número de seus lutadores experimentados. Tornando à luta por meado de novembro de 1747, chegou a Goiás, acompanhado de grande comitiva, entre bastardos e bororos. (...) Afirmam cronistas de Goiás, que Antônio Pires comandou 'quinhentos bororos e um têrço de homens bem armados e municados, batendo sempre, desde o primeiro encontro, os Caiapós'. Os triunfos que obteve, nas campanhas de 1742 e 1748 e aquela em que perdeu a vida, por volta de 1755, ao que parece', só foram possíveis com o ativo concurso dos bororos, cuja influência desta maneira se exerceu fora de seus domínios tradicionais, mercê da habilidade do sertanista em cativar-lhes a confiança. Pires de Campos, todavia, não teve imitadores, de sorte que os silvícolas não mais reconheceram a chefia de nenhum homem branco. Afastaram-se do convívio civilizado. E tornaram-se perseguidos, como outro qualquer grupo indígena, e hostis aos invasores de suas terras. Por século e meio ainda se conservaram refratários à amizade que se lhes oferecia, embora acompanhassem de perto a expansão do povoamento pela região onde nasceram. Seguiam os passos dos forasteiros, a quem tentavam opor-se, não raramente. De quando em quando, as crônicas registavam assaltos indígenas aos estabelecimentos agropastoris mais distantes e também as expedições punitivas, organizadas oficialmente.⁷

Em 1778, e 1799, já encontramos documentos que mostram exemplos da situação conflituosa em que se achavam os dois lados. Mesmo em dúvida se havia sido mesmo um bororo, o que pode-se entender é que a abertura de estradas atingiram os territórios tanto

⁷ CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Várzea Grande. MT. Fund. Júlio Campos: 1994. P. 79.

Caiapó quanto Bororo. Logo seria comum encontrar sinais de conflitos destes dois povos com o colonizador que invade seus domínios. Conforme nos informa o documento abaixo,

...n' este mesmo mez matou o gentio Cayapó ou Bororo, na Fazenda de Santo Antonio e Almas, pertencendo a Jeronymo Francisco Rio, quatro pessoas...". Um ano após registra-se uma outra morte provocada por estes conflitos.. Em 7 de Junho 1779, matou o gentio Cayapó ou Bororo, em um sitio abaixo de cruará, a sete pessoas (além de cinco que desappareceram no mesmo conflicto e ali hoje não se sabe d' ellas) que se achavam alli em pescaria, matando e salgando peixi para negocio, de que abunda muito o rio Cuyabá.⁸

Com a construção da estrada para a província de Goiás, a necessidade mais à frente de abertura de estrada ligando a província de Mato Grosso à de São Paulo como forma de viabilização comunicação com outras províncias, foram fátore importantes na agudização dos conflitos com os índios Bororo. Por outro lado, as exigências desesperadas dos sitiante que sentiam-se ameaçados pelos ataques dos Bororo, as noites de vigília e desespero perante o perigo iminente, pressionava o estado provinciano, e, colocava-o em choque contra os ideais do poder central de por fim à guerra como forma superar este obstáculo. . Criação de destacamentos, expedição de bandeiras, raptos de crianças indígenas para serem “educadas” na cultura considerada “civilizada”, foram formas encontradas, que tinham como objetivo amenizar e simultaneamente viabilizar a concretização do projeto

⁸ SIQUEIRA, Joaquim da Costa. (Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Compendio Histórico chronologico da noticia de Cuyabá, repartição da capitania de Mato - Grosso. desde o princípio de 1778 até o fim do anno de 1817. por Joaquim da Costa SIQUEIRA, capitão reformado do regimento de milicias d'estas minas, guarda-mor das mesmas, e fiscal dos diamantes. (MS. Offerecido ao Instituto pelo seu sócio correspondente Francisco Adolpho de Varnhagen.) . Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. I.H.G.M.T. Cuiabá – MT.

colonizador de Mato Grosso. Estes aspectos recheiam as páginas e materializam-se nos papéis que temos hoje como documentos sobre a política indigenista com relação à sociedade Bororo. Para buscar um mínimo dentro dos limites físicos, intelectuais e materiais de que ficou a confecção deste trabalho, procuramos utilizarmos de alguns trabalhos de antropólogos que nos ajudassem a entender o funcionamento das sociedades que protagonizaram este evento, em especial neste espaço colocamos um pouco do funcionamento da cultura Bororo. O objetivo foi de facilitar alguma compreensão do porquê de tamanha resistência a tantas intempéries sociais que recaíram sobre eles, após o aparecimento dos ditos “civilizados”. Eis aí praticamente o eixo chave em torno do qual giram os documentos, quando relacionados com a política praticada com a sociedade Bororo, e o que os estudiosos do campo antropológico contribuíram para que pudéssemos nos aproximar um pouco mais da cultura Bororo, e de outras culturas que se seguem. Porém sem querer alongar o trabalho, sentimos a necessidade de mostrar documentalmente aspectos da história destes conflitos inserindo um pouco do passado das relações entre os Bororo e a sociedade colonizadora.

De 1831 até o presente documento, ou seja às vésperas do conflito com o Paraguai, no início dos anos de 1860, esse era o eixo básico das relações entre o projeto colonizador como um todo e a sociedade Bororo. Diretamente atingidos por fatores ligados à sua característica guerreira, e ao amplo território que necessitava defender, a sociedade Bororo, testemunhou um passado de luta e violência como forma de garantir sua existência. Haja visto ficava na região que separava a província de Mato Grosso, das de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Goiás. (veja figura 1 nos anexos)ⁱ

Vivendo em estado de inquietação constante, o modo de vida dos Bororo, passou por um cotidiano de ameaças contínuas de perda de autonomia de seu território. *“Os domínios da sociedade Bororo, ia do Cabaçal, onde se localizou um dos seus ramos, até o Araguaia. mais numerosos, porém, agremiavam-se entre Cuiabá e o São Lourenço, em cujos formadores não admitiam a presença de estranhos”*.⁹.

Os documentos uns após outros vão delineando as características constituídas após a chegada dos colonizadores da região de Mato Grosso. Fazendo uso de fontes primárias e algumas bibliográficas, procuraremos traçar um perfil da sociedade Bororo. Mais do que simplesmente organizar dados excluídos da concretude, tentaremos mostrar estes inseridos no acontecimento espaço temporal desta sociedade. Procuraremos também recuperar elementos culturais que garantiram de alguma maneira a descontinuidade da pretensa evolução linear colonizadora.

A década de 1830 iniciou-se com dois fatos que implicariam com a vida dos Bororo. Uma foi a lei imperial de 1831, que impedia a Guerra aos índios, outra que contrariava o desejo da primeira era a necessidade de abertura de estrada entre as províncias de São Paulo e Mato Grosso sem passar pela província de Goiás. Um aviso imperial datado de 06 de setembro de 1831, mostrava o quanto os anseios de comunicação com a província iria inaugurar uma forte marca no destino da sociedade bororo. (ver anexos> figura 2)

Sendo notoriamente conhecida a grande precisão que tem o Império do Brasil, da abertura de caminho, estradas e canaes para prompta e facil comunicação entre suas Provincias tão vastas como longínquas, e sem o que não pode haver nem industria, nem moralidade, visto que do ocio trazem origem os vícios: e sendo de encalculavel proveito a Estrada que se deve

⁹ Ibid. p. 79.

*abrir desde a Cidade de Cuyabá até a de São Paulo a fim de se estabelecer entre os povos destas duas Províncias huma condução mais facil e curta de seus generos e productos; tendo já começado da parte da dita Provincia de São Paulo a abertura de trilha que, marchando pela hipothemusa do Triangulo chegue directamente à cidade de Cuyabá, sem se desviar pela Provincia de Goiaz.*¹⁰

Documento que data de 1834, mostra aliança de militares, proprietários na região do alto do rio Piquiri e índios Aicurus. Além de auxiliá-los na lide diária, como remanejo de boiadas, se ofereciam para lutar contra os Bororo Coroado.

*Dou parte a V. Ex.^a que aí vai o capitão da nação Aicurus Fellipe e Lei que veio comigo ajudando-me com os seus companheiros a conduzir a minha criação para essa fazenda, e elle pede-me que eu peça a V. Ex.^a licença para elle vir com a sua gente nesta seca à conquista dos índios coroados, e de outra qualquer nação que forem noços inimigos e tambem por elle (ilegível) outro qualquer serviço da Nação assim como hé a abertura da (...) pede-me o mesmo capitão que quando elle vier neste lugar para entrar ao sertão dos Índios que eu lhe darei ...armas de fogo e pólvora e chumbo para eças diligencias*¹¹

Em 1834, continuava movimentações pela abertura da picada que seria a precursora da estrada que ligaria a província de Mato Grosso com as províncias de São Paulo e Paraná, passando pelo território Bororo, fato que viria trazer muitos conflitos com a sociedade Bororo. Já nesta época o colonizador lançava mão de outros povos indígenas para lutar contra os Bororo, tal qual fizeram com este povo contra a sociedade Caiapó no século passado. Os Bororo eram obstáculo à saída por terra da Província, e isto viria a lhes custar caro.

¹⁰ Livro de Avisos do Império. Palácio do Rio de Janeiro em 06 de Outubro de 1831. APMT – Cuiabá - MT.

¹¹ Lata – 1835. Documentos Avulsos. Maço: Barranco Alto do Piquiri, 05 de Março de 1835. APMT. CUIABÁ – MT. 1835.

O caderno de registro de falas presidenciais, registra em 1841, a manutenção de um quadro de tensão e conflitos entre os proprietários de terras e os Bororo. A Estrada Geral que ligava à província de Goiás, continuava sofrendo ataques dos Coroados. Comerciantes eram atacados por grupos desta sociedade. Por outro lado os Bororo Cabaças da região de Villa Maria de Cáceres, segundo a fala presidencial, já se encontravam aliados do colonizador. Os Coroados por sua vez sofriam repressões constantes por intermédio das bandeiras. Pode-se observar já nas bandeiras de 1842, a prática de rapto de crianças indígenas. Esta forma de procedimento visava cria-las para quando adultos convencesse os demais das “vantagens da vida civilizada”. Foi o caso de *Cibáe Motojebádo*, rebatizada pela civilização cristã de Rosa Bororo, que após ser criada por família em Cuiabá, participou da rendição de grupos Bororo em 1885. Conforme relato da historiadora Marli, que ora desenvolve pesquisa sobre esta personagem, sua convivência não fora sem tensão. Seu nome consta nas reclamações do relatório do comandante da expedição por Ter criado animosidade entre os índios durante a marcha desta Bandeira. *Cibáe Motojebádo* nasceu em 1845 e foi aprisionada no ano de 1881, aos 36 anos de idade. Faleceu no ano de 1913.

As duas bandeiras de 1841 foram consideradas fracassadas por não terem conseguido reprimir este povo. Onze anos passados após a lei de 1831, que pedia o fim da guerra aos índios, a violência das bandeiras era uma exigência, como aparecia na fala do presidente da província.

Fiz daqui partir no dia 30 de julho do anno ultimo uma bandeira em rumo do dito rio S. Lourenço, e em 06 de setembro outra em direção a Estrada Geral de Goiás. Ambas não corresponderão as minhas intenções, pela má direcção dos seus encarregados. A primeira deo hum assalto nos índios coroados, que talvez só servisse para no princípio da futura secca apparecerem com mais

*ferocidade, pela timidez que observarão nos assaltantes, que apenas puderam capturar duas crianças, que as conduzirão a esta capital deixando de seguios por frivolas rasões dando assim animo à que eles se ensoberbeção. A segunda nada fez, informando ter só encontrado vestígios destes barbaros, quando os moradores e viandantes da referida estrada geixarão-se d'algumas hostilidades por elles preparados. (...) experimenta-se grande dificuldade em encontra-se sujeitos capazes de se encaregar de semelhante deligencia, que pede bastante prudencia discernimento, e coragem por isso quase sempre nem hum bom resultado della se consegue.*¹²

O ceticismo com que estava carregada a fala presidencial reforça-se com relação ao estado de “civilização”, que estes relatam todos os anos. Segundo ele, é constante e crescente presença de grupos indígenas na capital da província, “...e a falta de rubrica na vigente lei do orçamento grandes embaraços causaram-me. Quanto a cathequesi e civilização desses barbaros reporto-me ao meu relatório do anno passado”¹³. Como podemos notar, as coisas na política indigenista não diferenciaram-se do que era no passado, ou melhor não andou. A resistência Bororo continuava, junto com a de outros povos a povoar de fantasmas o sono e o sonho colonizador.

Sitiantes e sitiados. Bandeiras e bandeirantes.

O cotidiano das relações entre os colonizadores e a sociedade Bororo, era carregado de violência e sobressaltos. Os sitiantes pressionavam as autoridades provinciais no intuito de minorarem a situação de medo em que viviam, as cartas enviadas às autoridades deixavam claro esta situação.

¹² Caderno Registro das falas presidenciais apresentadas à Assembleia Legislativa Provincial (1841-1842). APMT – Cuiabá – MT. Índios – 1842.

¹³ Ibid.

Tenho a destinada honra de levar ao alto conhecimento de V. Senhoria que hontem, no momento de minha chegada do destacamento de Santa Rosa de Lima às margens do rio São Lourenço. Para onde tinha hido levar algum carro de mantimento por ter lido noticia que ali havia falta, tendo, já a visa de caza em distancia a quatrocentos braços mais ou menos, e com o tropel de minha tropa acompanhado por hum filho meo ainda menor, que a vinha socando com alguma selenidade, naturalmente com o desejo de restituir-se do seio da familia, eis que este menino encontra no meio da estrada, que fica entre huma malta e capoeira, com um arco e cinco flexas que tenho a honra de enviar a prezença de V. Senhoria como prova de minha assensão, e de que ali neste lugar se achavão para mais de "100 indios" chamados Coroados, os quais com o tropel da tropa fizeram outro tropel em debandada como surpriendidos, desejando entender que estarão em ronda de minha caza para accometterem como se verificam com o cujo, bastante horrorizado passo para V. senhoria.

Chegando com effeito em minha caza depois de ter escapado do primeiro perigo, e isto por trazer comigo pessoas acostumadas, sendo huma delas hum soldado que tem aqui estado em meu auxilio por permissão do governo que precedera ao de V. Senhoria, foi todo meo estabelecimento posto em sitio pelos ditos Indios que munidos de fogo penetrarão incendiaram as cazas, cuja a intenção lhes foi frustrada pela muita vigilia com que se passou a noite até que sobre a madrugada do dia de hoje, despertados todos com os guannidos dos cães, em honra que eles se approssimavão à caza, deo o cabo D'esquadra Ignacio D'Almeida da huma salva de pistola, com cujo estrepido se retirarão atterrados, deixando-nos lugares, mesmo atraz da caza, cinco grandes farpeis de palha seca, nove cacetes, e duas estacas que tinha de ser para cabo das funções, objetos estes achados na manhã do dia de hoje, em lugares de grande batidas que deixarão, as quais tenho sido exploradas por mim e mais pessoas, supõe-se com todo fundamento que elles não desistirão da impreza de hostilizarem-me não só em vingança da tomada do arco e das flexas como por que a cinco anos esta parte tenha sido por elles sondado, talvez por cauza da haverem aberto a estrada por sima da sua terra, por mandato do governo, cuja estrada vai communicar com o departamento, desviando de pantanais.

A vista pois, como tenho de que acabo de expor a V. Senhoria a vista triste e arriscada situação e sitiação em que me vejo com minha enceparavel e afflita familia, a vista ainda do pouco ou nenhum recurso que tenho de pessoal, munição, armamento, resta-me unicamente o consolo de depositarem em V. Senhoria a esperença de minha salvação, dignando-se a V. Senhoria mandar a meu socorro, e dos moradores meos vizinhos, numero de praças com que se posa seguilos, e até os expulsalos das imediações, onde o perigo dos moradores hé eminente, e os recursos quase nenhuns.

Attendendo V. Senhoria esta minha primeira e mais urgente supplica, espero ainda que V. Senhoria autorizar que fiquem em Mo auxilio cinco ou seis praças para ronda e guarda de meo estabelecimento bem como seis ou oito arcabuzes, ou clavines e munições, com que representante se propõe aprontar huma Bandeira, em occaziões como a presente que por não ter armamento e munição deixo hoje de seguir a batida dos Indios que infalivelmente tornarão a meu sitio, por estarem sumamente convencidos de que eu so tenho gente para defeza da propriedade, e de toda a minha familia e escravos, que tudo se acha em sitio sem nem poder hir no terreiro e hir-se no roça.

Anciozo aguardo-me pelas sábias deterrminações de V. Senhoria, para valer a hum de seus suditos ameaçado do mais horrendo exterminio, se por ventura faltar a alta proteção de V. Senhoria.

Deos Guarde e prospere a saude de V. Senhoria por muitos anos, como nos hé mister.

Engenho do Itercoomim em 15 de fevereiro de 1844.

Senhor Zeferino Pimentel Moreira Freire.

Dignissimo Prezidente desta Provincia.

Joaquim José de Sampaio.¹⁴

O intuito de exposição da totalidade deste documento foi de proporcionar, ao leitor ou a quem queira fazer outras análises, um contato com a situação por quem estava naquele instante vivendo o drama comum nos clamores dos que acreditaram nos sonhos colonizadores. Paralelo a este acontecimento vinha o cotidiano dos que se prestavam a socorre-los, ou seja, as Bandeiras. Não consta em documentos em nosso poder, que datam de 1844, da expedição de alguma Bandeira para aplacar os ânimos dos moradores instalados no território Bororo. Como aponta na abertura deste texto sobre os Bororo, os eixos definidores da política indigenista basicamente orientavam-se por estas tensões ocasionadas pela pressão dos proprietários de terra de um lado que demandava a ida de contingentes militares, mesmo contrariando interesses centrais de uma política persuasiva. Contraditoriamente a própria pressão por viabilização da estrada ligando as províncias com

¹⁴ Lata 1845 – C. Documentos Avulsos. Maço referente aos índios. APMT – MT.

as do sul, fazia com que a persuasão tivesse seus limites bloqueados pelo interesse político-econômico.

A materialização mais perversa do emaranhado de sentidos que embaralhavam os desejos colonizadores era a expedição de Bandeiras para reprimir os Bororo Coroado. Para melhor sentir o que seriam estas Bandeiras, que aconteceram em alguns momentos deste tipo de política que se desenhou em Mato Grosso, convido o leitor a acompanhar o desenrolar do cotidiano deste evento.

O dilema da política indigenista entre outros residia na necessidade de não só subordinar as sociedades indígenas, mas interiorizar nestes o conceito de trabalho ocidentalizado. Para tanto não bastava unicamente derrota-los, subjuga-los, era preciso doutrina-los. Veja como esta preocupação emerge na fala de Ricardo José Gomes Jardim, presidente da província na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial em 01 de março de 1845.

A catechese e civilização dos indígenas é sem dúvida um dos mais importantes deveres, que o Ato adicional cometeu às Assembléias Provinciais, cumulativamente com a Geral e o Governo; mas não deve-se entender, como até aqui, que esta tarefa reduz-se simplesmente a domesticar os índios, e torná-los em perfeitos cristãos, abandonando-os depois a si mesmos: é necessário de mais fixa-los na vida civil, e fazer-lhes os meios de serem regular e proficuamente empregados.¹⁵

No caso dos Bororo Coroado, o governo achou por bem raptar crianças por considerar difícil a conversão de índios adultos. Em Cuiabá a presença de índios vivendo com famílias passa a fazer parte do dia a dia desta cidade (veja nos Anexos) Para a efetivação deste

intento lançou mão das expedições bandeirantes. Porém antes de conhecer o cotidiano deste evento, é importante expor os fatores que pressionaram a efetivação das Bandeiras dias antes de sua expedição. No dia 02 de junho de 1845, o governo provincial recebeu um Aviso Imperial do Ministério dos Negócios do Império, autorizando a despesa necessária para a picada definitiva da estrada comunicando esta província com a de São Paulo.

Sua Majestade o Imperador tomando em consideração quanto V. Ex.^a expediui na sua informação de 4 de março último. Há por bem authorizar a V. Ex.^a para fazer a despesa necessária para a picada definitiva a que julga indispensável proceder-se, para se poder conhecer o numero, e grandesa das pontes que se devem construir na nova Estrada que communica essa Província com a de São Paulo alem do Paraná; ficando na intelligência de que nesta data se expede Aviso ao Ministério da Fazenda para mandar pôr à Disposição de V. Ex.^a a quantia precisa para aquella despesa. Por esta ocasião manda o mesmo augusto Senhor também authorizar a V. Ex.^a para por em arrematação, depois de concluida a picada a obra da referida Estrada, submetendo porem V. Ex.^a à approvação do Governo as condições do contracto, e remettendo à esta Secretaria D'Estado todos os esclarecimentos, que tinham a ilustrar o mesmo Governo para o acerto de sua definitiva deliberação.

Palácio do Rio de Janeiro em 02 de junho de 1845.¹⁶

Atendendo a aspectos que povoavam o cotidiano das relações entre a sociedade colonizadora e a dos Bororo, ou sejam, por um lado os clamores dos proprietários de terras e por outro a pressão de modelo econômico que necessitava de estradas, expediam-se bandeiras. Com elas homens deixavam suas famílias e se aventuravam mata adentro. Garantir o “progresso”, “civilizar” os “selvagens”, romper obstáculos.

No dia 21 de junho, João Batista de Oliveira, foi encarregado como comandante da missão expedicionária bandeirante, que tinha como seu principal objetivo, reprimir os

¹⁵ Relatório do Presidente de Província Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial em 01 de março de 1845. APMT – Cuiabá – MT..

¹⁶ Registros de Avisos Imperiais, do Ministério dos negócios do Império. 1845.

Bororo Coroado, localizados na região do rio São Lourenço. Vejamos como se deu no seu dia a dia.

Tenho a honra partivipar a V. Ex.^a que encarregado do commando da Bandeira destinada a afugentar os Indios selvagens e entrega das instruções, que V. Ex.^a foi servido expedir-me em 21 de junho; parti desta Cidade no mesmo dia e em cumprimento dirigindo-me ao Destacamento de Santa Rosa de Lima aonde cheguei a 7 de julho, da li segui cruzando as vertentes dos Rios Tiquira e Correntes, onde oito aldeamentos deixados vi; e voltando a refazer-me víveres, munições de Guerra do depósito, que deixei em S. Rosa, segui depois São Lourenço acima nove dias de marcha, e alem deste Rio 16 legoas mais, ou menos, encontrei a 6 de setembro hum muito grande aldeamento de Indios Coroados; e tomando as cautelas, que me parecerão proficuas para não ser obrigada a Bandeira a defender-se com Armas, pude afugentar muito grande n.º de Indios, que calculei em mais de mil, e com feliz successo.

Julgando vantajoso trazer alguns indios menores que ficarão abandonados para educal-os com o fim de para o futuro servirem de medianeiros entre nos e os bravios, a imitação do que já se fez com os Indios Cabaças; retive huma India velha e quinze crianças sendo a maior de 10 a 11 annos; e os trouxe comigo hum dia de marcha; porque pertinaz, a velha nos embaraçasse muito o regresso, o que por certo iria augmentar o perigo da Bandeira demorando-se mitos dias dentro da mataria; assentei de deixa-la com suas crianças mui pequenas, e então brindei-a com os mimos que levava, fazendo-lhe sentir pela linguagem d'ação, que nós queria-mos amizades com elles, e que seos filhos havião de voltar bem vestidos, como nós, e que elles mesmos podião vir cá, que nós o mesmo faria-mos a todos elles. Seguindo eu depois com os mais Indios menores o meu regresso; no seguinte dia 9 de setembro as duas horas da madrugada mais ou menos fomos atacados na margem aquém do S. Lourenço, morrendo indefeso pela escuridade da noite; que era chuvosa e fria; hum paisano de nome Joaquim Pereira dos Santos, e ferido levemente o Cadete Agostinho Alves Pereira, que voluntariamente quis, e acompanhou-mi de S. Rosa de Lima ao sertão. Neste ataque perdeo-se huma clavina, que talvez cahisse no rio, ou algum Indio raptasse. Cabe também referir a V. Ex.^a alguns pormenores acontecidos, como são: ter quebrado huma perna o paisano Manoel Dias de Castro na minha primeira entrada no sertão, e ficou na fazenda do Tiquira pertencente ao Capitão

Antonio José da Silva, ter ficado doente de um ferimento no Engenho do Cap. José Leite Pereira Gomes o paisano José Martinho: ter sido remettido par cá preso outro paisano José Correa de Siqueira autor daquelle ferimento por embriaguez; sendo estes ultimos factos accontecidos no regresso de minha 2^o derrota, como dei parte das Palmeiras ao Sr. Chefe de Policia. Aquelle paisano Manoel Dias ficou com sua arma, bem como também o ferido, as quaes ainda não vierão, espero, veio com a sua. Tendo feito remessa dos menores que restarão a V. Ex.^a com dous de menos, que morrerão em marcha apesar de virem todas carregadas as costas, enviei com elles trez desertores, hum recruta preso pela Bandeira nas immediações do Itacolomi. Voltei depois das Palmeiras a cumprir o Art. 4^o das Instruções na forma da Portaria de V. Ex.^a de 25 de setembro o que não pode antes ser cumpridas pelos motivos, que tive a honra participar a V. Ex.^a em 23 de Setembro. Nesta derrota segui a Estrada de Goiáz até os Barreiros não obstante ficarem doentes o trilhador e sette praças; não tendo encontrado algum vestigio de Índios para os seguir, dali voltei tendo cumprido todos os artigos das ditas Instruções, só deixando de bater quilombos á ordem do Dr. Chefe de Policia porque o tempo já não permittia, tinhamos sido percebidos pelos escravos, quando estivemos nas Palmeiras, e cheguei a esta cidade no dia 6 do corrente. Tenho a honra, e a satisfação de participar a V. Ex.^a, que a Bandeira portou-se sempre submissa ao commando, sem que só desta se deslissasse da Ordem ou ao menos mostrasse má vontade. Deos Guarde a V. Ex.^a. Cuiabá 12 de novembro de 1845.

Illmo Ex.mo. Snr. Ricardo José Gomes Jardim. Presidente, Commandante das Armas desta Provincia.

João Batista da Silva.¹⁷

O intuito desta exposição documental tem por objetivo, ampliar um pouco mais a graduação da lente de compreensão do cotidiano das relações entre a frente de expansão e o povo Bororo Coroados. Apesar de contarmos com uma grande quantidade de documentos que mostram continuamente esses conflitos não nos é possível descreve-los todos, para não estendermos demais esta dissertação. Porém sendo menos detalhado, podemos afirmar que houve nova Bandeira por volta de 1856. Dela resultou novamente o rapto de índios

¹⁷ 1845. Lata C. Documentos Avulsos. Relato. Bandeira: combate a Coroados. APMT. Cuiabá – MT.

menores que eram não só entregues a famílias de Cuiabá, como internados no Arsenal de Guerra. Este local tinha como função disciplinarizar os filhos de pobres livres, escravos, quando acontecesse destes serem condenados. Em ofício ao vice presidente da Província Albano de Souza Ozório, o Diretor Geral dos Índios Henrique José Vieira, pede a admissão do Índio menor, da sociedade Coroado, de nome João Vieira, na Companhia de Menores. Vejamos o que diz o diretor:

Achando-se em meu poder um índio menor, di nome João, dos que forão apreendidos pela ultima bandeira expedida contra os Coroados, à cuja Nação pertence, tendo de idade 8 annos mais ou menos, o qual tem manifestado bastante vivesa; e parecendo-me que no Arsenal de Guerra pode elle desenvolver-se sendo admittido na Companhia dos Menores, onde depois de apprender os redimentos da litteratura, o fação dedicar à qualquer officio mecânico. Rogo a V. Ex.^a se digne dar suas ordens para que seja admittido o dito Indio à referida Companhia de menores.¹⁸

Foi com este tipo de procedimento que a política indigenista em Mato Grosso, no século XIX, constituiu formas de subordinação do povo Bororo. Foi assim que entre tantos menores destacou-se a memória de Cibáe Motojebádo Rosa Bororo. Foi aprisionada por Bandeira em 1881 e em 1886 participou da expedição pacificadora. Após ser educada por família de Cuiabá, contribuiu com a efetivação de um acordo de deposição de armas dos Bororo Coroados. Tal como ficou registrado na linguagem colonizadora: ajudou a “pacificar” o seu povo. Foi acusada de provocar tumulto entre os índios nesta expedição. Rosa ou Cibáe nasceu em 1845 falecendo em 1913. Seu nome é comumente lembrado nos

¹⁸ Livro de Registros de Avisos e Correspondências da Diretoria Geral dos Índios. 10 de junho de 1857. Henrique José Vieira DGI. APMT – Cuiabá. MT.

meios acadêmicos, e só agora sua vida está sendo objeto de pesquisa de forma mais sistematizada pela historiografia de Mato Grosso.

Ao seguir uma certa cronologia, os documentos nos oferecem uma sequência de clamores partindo dos destacamentos e de sítiantes, onde a tônica geral aponta para uma luta sem tréguas oferecidas pelos Bororo Coroado, aos invasores do seu território. Até 1864, e mesmo durante o conflito bélico com o Paraguai, tanto de um lado quanto do outro não houve momento que o governo provincial não recebesse notícia de lutas entre os dois lados.

O apogeu destas lutas deram-se principalmente no final da década de 1870, quando os Bororo Coroado, praticamente estenderam sua ofensiva, chegando a quase constituir um cerco à cidade de Cuiabá. Sem exagero, os documentos mostram em 1879 a população de Cuiabá, assustada com os constantes ataques Bororo nas freguesias vizinhas da cidade.

Como resposta a este avanço Bororo, foi organizado uma forte expedição que conseguiu afastar os índios para longe da capital. Foi também organizado uma nova forma de combate aos Bororo, ou seja, os “volantes rurais”. Em 1885, com o evento protagonizado por Rosa Bororo, uma parte dessa sociedade veio para Cuiabá, e os dissidentes foram para o vale do rio Araguaia, onde futuramente seriam alvos da Missão Salesiana.

Sociedade Bororo Coroado

Localização:¹⁹

No final do século passado, a área ocupada pelos Bororo estendia-se desde um pouco além da divisa com a Bolívia. A oeste, até além do rio Araguaia ao sul de Goiás, alcançando/ a leste, o triângulo mineiro e, ao sul, desde as cabeceiras do rio Cuiabá e rio das Mortes até as

¹⁹ Fonte: OPAN – Operação Amazônia Nativa. Cuiabá – MT.

dos rio Coxim e Negro. Atualmente, demarcada finalmente suas terras, encontram-se em cinco reservas no Mato Grosso, num total de 128.520 hectares.

A população atual é de cerca de 720 Bororo. A sua língua não é classificada em família ou tronco lingüístico. O termo Bororo foi usado pelos primeiros exploradores da região, para designar os membros da nação indígena que se auto designa “Boé”, palavra que significa “gente”. Outros nomes os designaram ao longo dos séculos, como Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororo Araverá, ou Bororo da Campanha, Bororo Cabaças, Bororo Ocidentais, Bororo Orientais, etc.

Não se sabe com certeza a data do primeiro contato dos Bororo com os brancos. No século XVII muitas bandeiras e expedições, organizadas pelos Jesuítas de Belém, subiram pelo rio Araguaia, onde eles se comunicavam com os Jesuítas espanhóis do rio Paraguai, estes mencionavam na época os índios guerreiros Bororo. Conta-se que mesmo antes da instalação de Cuiabá já havia em São Paulo índios Bororo que eram utilizados como guias dos bandeirantes na conquista de outros povos indígenas.

dinâmica interna.

Apesar de sofrerem imposições culturais profundas e dramáticas, os Bororo, garantiram e garantem ainda a necessidade de reterritorialização de seus artefatos culturais. Tendo constantemente diminuído seus espaços de manejo, chegando às raias de uma realidade, a nossos olhos, dramática, em nossa abordagem entendemos esta sociedade como produtora de formas, mesmo que tênues, e pouco notadas a um olhar desavisado. Porém buscando a ajuda do etnólogo, podemos notar nas suas práticas, elementos preservadores de

fios memoriais refiguradores das configurações impostas. Para este estudo nos apoiamos nos trabalhos de alguns antropólogos.

Para VIERTIEN (1990) “pouco se sabe sobre *Padrão demográfico* das comunidades Bororo tradicionais, embora se presuma que tivessem havido aldeias populosas com mais de 1.000 habitantes, enquanto hoje, fora dos contextos cerimoniais, não passam de 100 indivíduos.”²⁰ Podemos dar uma ilustração mais ampliada e segura da população Bororo no passado, utilizando o depoimento do comandante da Bandeira de 1845, quando encontrou aldeia com mais de mil índios, conforme sua narrativa neste capítulo, (ver logo mais a frente). Segundo este autor.

Os Bororo seriam classificados como coletores e agricultores, transformados em horticultores, contudo, as tradições orais revelam o conhecimento de várias espécies de milho nativo presumivelmente cultivado antes do contato com o branco, posteriormente substituídas pelo milho e pelo arroz do civilizado.²¹

Em sua relação com a terra, os Bororo envolviam modalidades diferenciadas de flutuações, tachado pela cultura existencial, sedentária do colonizador, de vida “errante”. Negava-lhes com isso, a complexidade histórica que resultava nesta forma de relação com a terra. Constituíam uma população com uma dinâmica populacional com mobilidade particular, e que era tida como estranha pelo saber ocidental.

O padrão de ocupação da terra desenvolvido pelos Bororo (...) envolvia *diversas modalidades de flutuações demográficas entre aldeias*. Estas, divididas em metades e clãs localizados, formavam anéis concêntricos de choupanas dispostas em torno de grandes choupanas centrais, as casas dos homens, abrigando homens e mulheres advindos de outras aldeias.

²⁰ VIERTLEN, Renate B. A Vaca Louca: tendências do progresso de mudança sociocultural entre os Bororo-MT. In Revista de Antropologia, (n.º 33), 1990. p.p. 20,21.

²¹ As citações que aqui aparecem são de VIERTLEN, não citaremos em notas para não tornar-se cansativo, sendo citado apenas no caso de uma nova bibliografia.

As flutuações funcionavam desse modo, como elemento instabilizador da necessidade de sedentarização exigida pelo saber colonizador. Numa simultaneidade, a organização social, com suas divisões, com suas relações de parentesco, relações sobrenaturais, com a mobilidade relacionada às cerimônias fúnebres, estas funcionando como elemento agregador; por guerras e migrações sazonarias estimuladas pelas mudanças climáticas fazem com que esta sociedade possua uma realidade múltipla. Possuidora de um emaranhado que envolveria possivelmente formações memoriais que garantiriam complexas formas de procedimentos. Ao fato da leitura colonizadora não ter entendido a historicidade cultural Bororo, pode ter sido dificultado sua imposição cultural.

as *flutuações* podiam ser ocasionadas por *cerimônias fúnebres*, que sempre congregavam grande número de indivíduos na aldeia do morto; por *guerras*, quando grupos dispersos se reuniam para a defesa dos territórios tribais; e por *migrações sazonárias* durante a estação seca, quando se exploravam territórios mais afastados da aldeia.

A alimentação sedimentada em fortes laços culturais alicerçados num passado memorial que garantiriam suas práticas, foi outro obstáculo para o colonizador interiorizar um modelo econômico junto a esta sociedade. As modalidades de apropriação das formas alimentares destoava quase que totalmente entre um saber e outro. A leitura moral maniqueista por parte do colonizador do proceder alimentício Bororo, ajudou a tornar dramática a convivência entre as duas culturas.

A recusa da carne de gado realça a importância das implicações socioculturais dos alimentos. (...) vale ressaltar que, no caso dos Bororo, as atividades mais sistemáticas em relação ao gado, ocorrem sempre fora, nunca dentro das reservas. O Bororo, lida com o gado, sabe ou se propõe a fazê-lo de modo mais previsível

apenas num contexto de prestação de serviços ao dominador, no território deste, longe dos controles físicos e morais de seus parentes.

Aspectos da organização social tradicional dos Bororo.

Apesar das pressões sofridas, persistem entre os Bororo alguns elementos básicos de sua economia política tradicional, manifestos no nível de algumas práticas cerimoniais associadas a forma de organização do trabalho coletivo, trocas e prestações de serviços cerimoniais. Estes regeneram modalidades de distribuição de alimentos nobres à base de recursos tais como a carne de caça, o peixe, milho, tubérculo, etc. tais modalidades nunca incluem a carne de gado e associam-se a obrigações devidas a parentes rituais, estabelecem as suas relações durante e pós os ciclos funerários.

A celebração funerária, engendra outros elementos da vivência social Bororo difícil de entendimento aos olhos longínquos do colonizador. A reprodução física entrecruza-se com a cultural e vice – versa. Na mesma cerimônia de vinculação estrutural dos mortos com os vivos, seus parentes participam de refeições comunitárias e há a iniciação dos jovens, com do rito de passagem da adolescência para a função adulta, garantindo assim uma organização social primada na reciprocidade. Alimentação ligada aos seus elementos simbólicos diferenciam-se da economia colonizadora, garantindo choques em seu cruzamento. Mais do que sincretismo, essas duas formas diferentes de leitura se apropriam uma da outra numa infinidade sem limites e impossível de uso de conceitos definitivos e estáveis.

É de grande importância para as aldeias Bororo, já que engendram fartura de recursos materiais, particularmente de alimentos nobres. Periodicamente redistribuídos também fora dos ciclos funerários. Neste caso, congregam-se os parentes do morto por intermédio de refeições comunitárias feitas em honra aos falecidos na aldeia, interligados com os vínculos estruturais que presidem a organização das próprias cerimônias ligadas à vida: a nomeação e a iniciação dos jovens. A *economia de prestígio* continua se fundamentando em modalidades de trocas e em recursos materiais obtidos basicamente por atividades tradicionais tais como a caça, a pesca e a coleta, todas associadas a áreas de matas ou de

proximidade a estas. A *plumária* mais valorizada bem como o alimento mais apreciado, a carne de queixada e a de anta, dependem da presença da mata, lugar 'sujo' freqüentado por caçadores espertos, caçadores de gavião cujas penas vão ornamentar a cabeça dos chefes máximos.

Para uma leitura da sociedade Bororo, torna-se necessário observar as formas com que se deram a regularidade dos seus modos de procedimentos. O que cada estudioso conseguir interpretar ao estudar cada sociedade, inevitavelmente será herança do espólio literário que compõe sua explicação narrativa. Ao expor esta que lhes apresento procuro dar mais uma contribuição à reflexão de possíveis caminhos de abordagem sobre o que está posto. Mais do que subordinação ou resistência, categorias tão comumente usadas nas análises, gostaria de entender as relações entre as culturas nos seus espaços de contato, como produções instáveis e históricas. Em cada momento, em cada espaço, constituíram-se posições de acolhimentos memoriais; estes grafaram no real e modificaram-no, dando-lhe uma variabilidade que tornava, o que se propunha ser determinado, algo instável e deslizante. Mais do que uma intencionalidade pré – estabelecida, mesmo as intenções de resoluções de situações, quaisquer que tenham sido, sofreram a interferência de formações culturais. Ao se relacionar com novas configurações, cada cultura, em cada instante, em cada lugar, em cada situação, se utilizavam de formações mediavam a leitura, (re) – figurando os elementos figurativos propostos, mesmo estando sob a pressão coercitiva. Era como que algo que não dependia unicamente do ato criador do sujeito, pois este não era, como queria o colonizador um sujeito universal, abstrato. Antes de tudo era um sujeito que ao se relacionar com o outro conduzia-se por uma teia de memória, por componentes que lhe forneciam conceitos, que definiam suas formas de procedimentos.

Apesar de pouco a pouco as configurações através dos constantes deslizamentos uns após os outros, num sentido infinito irem se deslocando de sentido e tomando formas que constituíram a situação em que se encontra atualmente, sofreram inferências de todos os lados. Portanto o saber é produto de práticas culturais e estas, por sua vez, não tem um lugar privado, é do domínio público²². Em suma a política indigenista lutou por um projeto colonizador que caso fosse realizado da forma que sonhava hoje não haveria o triste quadro que presenciamos. Por outro lado se os procedimentos tomados por estas culturas receptoras das imposições culturais, tivessem conseguido se sair como desejavam talvez estivessem numa situação mais aprazível do que estão hoje. O que queremos considerar com nossa abordagem é de que independente das intenções de cada lado elementos contraditórios ditado pelos mortos, pelo que foi passado gerações após gerações garantiu uma situação que fugiu ao desejo dos lados. Cada um reagiu usando como arma sua historicidade cultural. O resultado hoje é múltiplo. Povos que mantiveram os primeiros contatos por estarem mais expostos, muitos deles ainda sobrevivem. Em 1848, quando do

²² Segundo Chartier (1986), necessitamos "reconhecer a mutabilidade das configurações que constroem de maneira específica domínios de práticas, economias discursivas, formas sociais, não é forçosamente postular que os conceitos utilizados para os designar – com a condição de deixarem de ser os conceitos genéricos, ou universais, do repertório histórico clássico – por essência falsos e fluidos". Numa segunda observação, Elias ao usar o termo "**figurativa**", configuração, ... "tem também como alvo a suposta invariância dos objetos históricos, a universalidade postulada da economia psíquica, das categorias do pensamento e da estruturação social. Para Elias: "... é a modalidade própria das relações de interdependência, que ligam os indivíduos uns aos outros numa dada formação, que define a especificidade irreduzível dessa formação ou configuração." Para ele é a partir desta forma modeladora que se pode extrair: 1 – as figuras singulares das formas de dominação. 2 – as figuras singulares dos princípios de organização das sociedades. Por outro lado, Elias vê também daí: 1 – a variabilidade das categorias psicológicas. 2 – a variabilidade da própria estrutura da personalidade, irreduzíveis a uma economia universal da natureza humana, mas moldadas de forma diferenciada pelos anos de dependências recíprocas que caracterizam cada formação social. 3 – "Daí, por fim, o recorte "concreto", objetivo, das próprias formas sociais, pelo cruzamento da prática interdependentes. (*) O autor cita a bibliografia somente no Capítulo 3, que não tenho acesso, por seu uma edição esgotada. Possivelmente este conceito estaria situado no seu clássico: O processo Civilizador. ELIAS, Norberto, *apud CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre práticas e representações, p. p. 78, 79.

início da materialização do regulamento 426, já uma grande parte das sociedades locais acumulavam bastante experiência com a sociedade colonizadora. A leitura feita por intelectuais inspiradores da peça jurídica estava distante da historicidade destas sociedades. O primeiro Diretor Geral dos Índios, duvidou da eficácia do regulamento ao entendê-lo como distante da realidade destas culturas, que segundo ele, já acumulava experiência com os revezes que haviam sofrido com a presença “civilizada” (Cf. capítulo 5).

As relações entre os Bororo e o gado bovino.

Segundo o antropólogo VIERTLEN (1990), “o processo de redefinição das estratégias de sobrevivência sob o regime da tutela e das reservas territoriais impediu que os Bororo, bem como todas as populações tribais brasileiras, de modo geral, pudessem ter desenvolvido formas de vida econômicas mais adequadas ao seu sistema de vida social tradicional.”²³

Apesar de toda violência física e cultural que esta sociedade sofreu, seus procedimentos a partir de suas práticas históricas, garantiram uma descontinuidade por negar a leitura feita pela economia cultural do colonizador.

As variedades de plantas e de animais úteis que lhes foram impingidas pelo contato interétnico não são considerados pelos seu valor de uso, nem pelo seu valor simbólico. O gado bovino, por exemplo, cuja criação engendra um conjunto de condições físicas e sociais para o criador – a criação de pastos cercados e sua conservação, a obtenção de sal, vacinas e remédios, mão-de-obra adequada, etc, constitui um interesse econômico externo ao mundo indígena, próprio ao civilizado. Em termos da preferências alimentares dos indígenas, a carne de gado não se equipara à carne de caça nem ao peixe, e o envolvimento com o bovino assume muito mais o sentido de uma concessão às exigências de uma nova ordem social interétnica do que uma opção de adaptação espontânea (...) de modo geral pode-se observar que, mesmo quando engajados nas lides com o gado, os Bororo são recrutados para trabalhar em serviços tais como a limpeza dos pastos o conserto de

Obs. Adélia Bezerra de Menezes, entende o “PSI”, como o espaço da Subjetividade. Esta por sua vez, funcionando como lugar de criação, a partir de sua historicidade]. Cf. Memória i Ficção. In Resgate, Revista de Cultura do Centro de Memória da Unicamp. 1991. P.9 a 15.

²³ Op. Cit. p.p. 20,21.

cercas. Não existem dados que nos falem de um trabalho fisicamente muito próximo tal como a ordenha, a alimentação, a ministração de remédios, feitos por civilizados.”²⁴

Os resultado das buscas deste antropólogo, possibilitou-nos a informação de que singularidades próprias da cultura bororo, iria contribuir para a composição de conceitos específicos na recepção de ensinamentos impostos pela cultura colonizadora. Segundo seus estudos,

“Os grupos de Bororo independentes do médio e alto São Lourenço viviam em uma área ainda pouco explorada até meados deste século e não demonstravam interesse espontâneo pelo gado. Sabe-se que o grande chefe cadete estimulava diversas atividades de produção (cultivo, caça, pesca, artesanato) e que mediava as trocas dos seus subordinados com os brancos e com o S.P.I, mas não se tem notícia de que ele tenha possuído gado.”²⁵

Para os Bororo, o abate de gado fica restrito às condições excepcionais, tais como festas , cerimônias, períodos críticos nas aldeias ou pagamento em troca de serviços prestados para os Xavante. Os alimentos constituíram e constituem ainda implicações que obstaculizam a harmonia e linearidade do projeto ordenador desta sociedade. Esta particularidade ao ser visto a partir de uma leitura moralizante, fundada nos procedimentos evolucionistas das iluminuras européias, impediram ao colonizador, herdeiro deste lugar, um olhar para a historicidade indígena. Estes limites levam-no à vertigem de saber que o índio nega-se a utilizar seu edifício cultural.

Mito e Sociedade entre os Bororo Coroado.

²⁴ Ibid, p. 76.

²⁵ Ibid, p.

CAIUBY NOVAES (1999) procura através do estudo dos mitos Bororo, entender seu convívio com os salesianos²⁶. Procura analisar a outra face desta relação ou seja, analisar como os Bororo aceitaram a presença dos missionários entre eles. Partindo dos seus mitos, procurou levantar as “inúmeras possibilidades que tem esta sociedade de lidar com a simultaneidade e as transformações e, fundamentalmente, com a característica básica desta sociedade dual: a necessidade do outro para a representação de si”²⁷. O que mais interessa para nosso trabalho, é a forma como os Bororo, conseguiram sobreviver a tantos anos de doutrina, e ver este projeto voltar atrás em seus métodos. Para a autora:

“A aldeia circular, que na sociedade bororo aparece como um verdadeiro mapa das relações sociais desta sociedade, também foi alterada pelos salesianos. (...) Setenta anos após a destruição da casa dos homens, os missionários, animados com a possibilidade de resgate da cultura bororo tradicional, resolvem promover a construção de uma nova casa dos homens, um *bai-mana-gejewu* de palha, segundo o mesmo estilo que se observa nas outras aldeias bororo que não vivem sob a influência das missões. ‘A casa dos homens, esteio central da sociedade e da cultura bororo, expressão da vontade divina, já não pode ser vista como o espaço de onde emanam todos os males. Esta casa é agora, num certo sentido, um espaço peculiar do Reino de Deus’.”²⁸

Foi de grande importância o trabalho dos missionários Albisetti e Venturelli publicados na *Enciclopédia Bororo*, volume II, reunindo mais de sessenta mitos bororo. Ao se apropriar desse trabalho, a autora deu um passo importante na inovação metodológica das abordagens étnicas e sua dinâmica interna como formadora de memórias componedoras de recepção de leitura do real tal qual é apresentado e dado a ler. Seu trabalho contribui

²⁶ NOVAES, Sylvia Caiuby. A épica salvacionista e as artimanhas da resistência – As missões Salesianas e os Bororo de Mato Grosso. In WRIGHT, Robin, op. Cit. p. 345 a 362.

²⁷ Ibid. p, 345.

²⁸ Caiuby Novaes, 1993: 213. Apud. Ibid. p. 350.

com a possibilidade de novas abordagens culturais, por apresentar maiores dimensões de leitura. Segundo ela,

Há, assim, os mitos de origem, aqueles que tratam de ações empreendidas por *Meri* e *Ari* (espíritos traduzidos como o sol e a lua), mitos que narram a ação de animais, aqueles que falam das ações dos heróis culturais, mitos onde mulheres aparecem como protagonistas. Os mitos bororo permitem elucidar algumas das estratégias desta sociedade. Uma delas é a de trazer o inimigo, ou algum de seus representantes, para dentro da sociedade. Foi exatamente por terem raptado uma mulher Xavante, que passa a ser mulher de *Aroia Kurireu*, um dos heróis culturais, que os Bororo, liderados por ele e *Baitagogo*, puderam vencer este grupo inimigo e se apoderarem do urucu que eles tinham em seu poder e que era muito cobiçado pelos Bororo (vide mito 2 EBII).

Alianças são também formas de enfrentar situações perigosas. Para não ser morto por *Tadugo* (do clã iwagudu, da metade *tugarege*), *Akaruio Boroge* (do clã apiborege, também da metade *Tugarege*) oferece-lhe uma de suas filhas (mito 9 EBII). Deste casamento nascem os gêmeos, *Akaruio Bokodorie* e *Mamuiawuge Eceba*, personagens de vários mitos bororo.

Clãs, metades e reciprocidade social.

O ser no outro e em si mesmo.

O Akiro representa para a cultura Bororo, as relações recíprocas estabelecidas em tempos míticos. Tem como característica cultural de uma sociedade organizada em clãs e metades. O que poderia ser construído como um ato ingênuo da sociedade indígena, pode a partir do entendimento de sua apropriação surgir como uma inversão desta forma receptiva. Caracterizado por ser uma sociedade dual, os Bororo se completam a partir da figura do outro. Caiuby Novaes se utiliza do mito que narra as façanhas de *Meri* e *Ari* como de interesse para a compreensão da relação que os Bororo estabeleceram com os missionários e os não índios. *Meri* incorpora o que é do outro, transformando esse outro em um objeto que não necessita mais do objeto incorporado, sem que por isso necessite abandonar o que

já era seu. Esse tipo de utensílio cultural, pode ter contribuído para com o deslizamento dos sentidos impostos pelo colonizador. Estar com o outro ou aceitar o outro, para o sentido bororo passa então a ter uma dimensão muito maior que a redução deste contato a dois extremos reducionistas: de um lado a subordinação passiva, de outro a resistência. Somente um conceito de sujeito universal e abstrato poderia fazer este tipo de representação das relações interétnicas. O ato da leitura garante ao mesmo tempo: por um lado o funcionamento de toda uma memória do dizer de cada cultura, que garante a singularidade do ato e as interferências das formações discursivas na produção destas singularidade do momento receptivo. Estar no outro sem deixar de estar em si, eis aí uma singularidade conceptual que poderia estar causando vertigem às certezas do edifício do saber sobre os bororo. Tendo uma cultura de metades os bororo completam-se no outro, tem a necessidade do outro para se instituírem como ser. Os outros que os visitaram não ficaram imunes a estes componentes conceituais.

Sociedade Guaná

No dia 26 chegamos a Miranda. Falhamos dous dias, e aproveitei este tempo para visitar algumas aldeãs dos índios, que pertencem pela maior parte á família dos Guaná. Os Quinquinaos estão aldeados perto do forte, e os Terenas, que são mais numerosos, estão aldeados na Ypega, duas léguas distante. Os Layanas vivem como aggregados ou camaradas na fazendas visinhas; e além estes há alguns Guaycurús e guachins. Os Terenas eram mais numerosos, porém a ausência do Sr. Major João José Gomes, que era seu principal bem feitor, fez com que muitos emigrassem, e é provável que agora voltem a reunisse, o que é de interesse vital para augmentar a população d' esta bella província. João Henrique Eliott, 1844. Narrador das viagens feitas pelo Barão de Antonina. (P.172.)

O grupo Guaná da região do baixo Paraguai, pertence à etnia Arwak que se deslocou, a partir do século XVIII, do Chaco para as terras sul-matogrossenses.²⁹ CARVALHO (1992), denominou duas áreas em que a etnia Arwak³⁰ mantinha relações de vassalagem com os Mbayá-Guaykuru. “a primeira ao norte do Chaco ocidental, é a dos Chané, cuja dominação pelos Chiriguano (Tupi-Guarani) era de caráter violento. A outra, no alto Paraguai, é constituída por grupos aparentados aos Chané, mas designados como “Guaná, avassalados pelos Mbayá, caracterizando-se por relações mais de simbiose do que de sujeição violenta. Os Mbyá não conheciam a antropofagia ritual e, como muitos outros caçadores, tinham mecanismos de adoção-integração rápida dos seus cativos. Estes eram aliás, de preferência Xamococo, mantendo os Arawak sua unidade político-econômica, e articulando-se com os Mbayá por meio de visitas periódicas destes, durante as quais os ‘senhores’ cavaleiros tinham obrigação moral de presentear seus anfitriões com o que estes deles exigissem.

Entre os viajantes que fizeram alguma descrição dos Guaná, podemos citar Ricardo Franco Serra. Esteve navegando pela região do Baixo Paraguai em 1803, quando fez algumas observações sobre esta sociedade. Quanto às vestimentas, suas descrições são de que tinham como único vestido um

“grande panno de 16 palmos de largo, e 18 de comprido de panno de algodão bem tecido, e tinto de vermelho, negro e branco, em largas listas, e que lhe dura tres annos em bom estado; n'este panno se envolvem com decencia, e lhes serve igualmente de coberta

²⁹ CARVALHO, Sílvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada de Povos e “Melting Pot” Cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. p. 462. In CARNEIRO, Manuela da Cunha. (Org.) Índios do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

³⁰ O nome desta etnia modifica-se de acordo com cada autor: ao contrário de Carvalho, Roberto Cardoso refere-se a ela com Aruak. Portanto usarei a forma de cada autor.

quando dormem; as mulheres usam o mesmo, com o acessorio mais de outro panno chamado jalata, de oito palmos de comprido e tres de largura, a parte superior das coixas; prendido pelas suas extremidades na cintura, com um matisado cinto de contas brancas e anneis, traste que prezam muito, e os homens tambem trazem , porém mais largo

Quanto às ocupações os Guaná garantem o divertimento ao jovem enquanto os mais velhos executam os trabalhos. É interessante este aspecto quanto ao seu poder de inversão quanto ao conceito de trabalho do colonizador. Já antes de início da missão catequética os Guaná constituíam sua forma singular de trabalho, que em muito iria chocar-se com o projeto aldeador.

...entre estes indios, tanto Uiracurus como Guanás, só os velhos trabalham, dizendo os moços que a sua idade só é propria para se divertirem e estarem effectivamente a maior parte do dia nos braços das mulheres, e tão inseparaveis que ainda mesmo, para as necessidades corporaes para apressarem e outras acções, nada fazem que não sejam mulheres e marido juntamente. Os ditos velhos e velhas, com alguns captivos da mesma idade, o de menos conta, são os que vão buscar agua, lenha, fazem o comer e pescam. Entre os Uiracurus alguns velhos, que são de origem Guanás ou Xamicocos, fazem alguma insignificante roça, que consiste em quatro pés de milho e um pequeno quartel de batatas, com algumas monibas.³¹

Haveria uma grande dificuldade em reverter a temporalidade indígena. A cada tentativa de introdução do conceito de produção agrícola, este recebia por parte da cultura indígena uma refiguração a partir das suas formações culturais. Este tipo de procedimento garantiria uma descontinuidade na sonhada linearidade projetada em tantas e tantas falas do colonizador.

³¹ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Continuação do Parecer sobre o Aldeamento dos Indios Uaicurus e Guanás." 1803. (continuação do Tomo VII). In RIHGB, p. p. 348 A 395. IHGMT. Cuiabá.

Tem-se ainda como grupos pertencentes ao tronco arwak, os Kinikináo³², Laiana e Terena. Hércule Floresce, viajante que esteve em Mato Grosso no início do século XIX, registra o Guaná como tendo um comportamento amistoso para com os viajantes. Logo os graves conflitos que iriam acontecer tempos depois na Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, podem Ter sido fruto de situações próprias deste momento. Como nos mostra este viajante, estes já haviam desenvolvido relações próximas com o colonizador, desenvolviam uma agricultura até certo ponto próxima do que exigia o modelo colonizador. Além disso já constituía uma produção de artefatos que chamou a atenção de Florence. O que é mais interessante é o fato de essa produção não se resumia ao consumo interno, pois, comercializam seus produtos em Cuiabá. Se nos situarmos no interior de uma ciência que tenha como viés analítico o modelo linear e evolutivo das economias, poderia não só os personagens mais direto do acontecimento, mas mesmo seus estudiosos confirmar este impasse. Porém se nos situarmos nas formas pelas quais se dão as apropriações das economias culturais e juntando a esse fator as condições de produção de seus sentidos, suas temporalidades, as formas de reciprocidades que garantiam o controle social de cada uma destas sociedades, então não haveria porque estranhar o fato de ter havido uma certa e até certo ponto visível descontinuidade no projeto de sua colonização.

Os Guanás moram na vargem O. do rio Paraguai, um pouco acima da vila de Miranda: acham-se todos juntos e aldeados numa espécie de grande povoação. Usam de uma língua própria, mas em geral sabem alguma coisa de português, que falam à maneira de quase todos os índios ou dos negros nascidos na costa d'África. De quanta tribo tem o Paraguai, é esta que mais em contato está com os brasileiros. Lavradores, cultivam o milho, o aipim e mandioca, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco e outras plantas do país. Fabricantes, possuem alguns engenhos de moer cana, e fazem

³² Observação: de acordo com cada narrador, este nome aparece às vezes com K ou Q.

*grandes peças de panos de algodão, com que se vestem, além de redes e cintas. Industriais, vão, em canoas suas ou nas dos brasileiros, até Cuiabá para venderem suas peças de roupa, cintas, suspensórios, cilhas de selim e tabaco. Grande parte deles empregam-se nas plantações ou moendas a ganharem dois a três vinténs por dia além do sustento, ou então entregam-se à pescaria, indo levar o peixe à cidade de Cuiabá, em cujo porto habitam numas choupanazinhas. As peças de algodão trançado, que aqui são conhecidas por panões, não tem ordinariamente mais de quatro varas de comprimento e duas ou três de largura. São tramadas de um modo para mim desconhecido, os fios verticais inteiramente cobertos pelos horizontais inteiramente cobertos pelos horizontais de lado e de outro, o que faz com que o tecido seja muito espesso e próprio para barracas, por não dar passagem à mais violenta chuva. (...) Em vésperas de festim costumam preparar certa bebida fermentada, (...) com toda sua indústria e amor ao trabalho que tanto os distinguem dos mais índios...*³³

Ao classificar os Guaná, o discurso colonizador lança fora os vários modos de fazer desta cultura. Primeiro não leva em consideração que não precisava, caso estivesse avançado numa possível linha evolutiva das técnicas, caminhar para os mesmos objetivos que o colonizador. Florence observa que para suas festas o Guaná, fabrica sua própria bebida. Porém também, além de tecidos, tecem caminhos múltiplos dos usos dos seus resultados. Se havia apenas como elemento de análise, o interesse em ver a sua economia material como exemplo social, que se aproxima do colonizador, se para Florence isto os distinguia de outras sociedades, também o uso que fez de sua economia os distinguiu da sociedade colonizadora. Porém um olhar que só tinha lugar para a taxonomia, e que tinha a sociedade ocidental como parâmetro do real, não conseguiu ver.

³³ FLORENCE, Hércules. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. p. 103 a 111.

A sociedade Guaná tinha tudo para constituir um bom relacionamento com o modelo aldeador, porém houveram componentes que fizeram com que deslocassem o sentido único e absoluto do modelo colonizador do seu itinerário.

O governo provincial não perdia de vista a preocupação de entender como era o funcionamento deste povo. Para tanto em 9 de julho de 1835, atendendo a uma ordem do presidente de província, o coronel Ricardo Franco D'Almeida passa às mãos do secretário da Assembléia Provincial, Manoel Espírito Santo, dados sobre o aldeamento dos índios Aicurus (guaicurus), e *"Guanás, e a descrição dos seus usos, religião, e costumes; tento eu com isto satisfeito ao determinado pelo Exmo. S. Presidente da Provincia, em vista do officio de V.S. de hontem, que lhe apresentei."*³⁴

O comportamento aproximador do Guaná com relação ao estado provincial carregava também um jogo de interesses de ambos os lados. Se o colonizador se interessava em utilizar os índios como forma de viabilização do seu projeto, necessitaria se relacionar com as hostilidades existentes entre as diferentes culturas. Os Guaná tinham interesse de protegerem-se desta situação buscando proteção daquele que militarmente estava mais forte. José Rufo de Pinho, capitão e comandante do Quartel de Albuquerque em 6 de maio de 1834, faz

" seguir o presente correio para essa cidade a cargo pelo Alferes da Nação Guaná Joaquim Manoel de Almeida, e dous homens companheiros justa na forma que consta da guia junta. Como poderá ser que este alferes se lembre de pedir a até parentes.

ELIOTT (1841-1847), ao descrever o itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Barão de Antonina, e feitos pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes

³⁴ Lata 1835 – A, Maço – correspondências dirigidas do governo provincial de Antonio Pedro de Alencastro. APMT – MT.

para descobrir via de comunicação entre o porto da Villa Antonina e o Baixo Paraguai, na província de Mato Grosso, entre 1841 e 1847, registra a visita deste à aldeia dos Guaná, situada a pouca distancia de Albuquerque. Segundo sua descrição,

*“esta se compõe da grande família dos Chanés, dividida em varias tribus, sendo das mais notáveis a Guaná propriamente dita, os Quinquinaos, os Terenas e os Layanas. Estes indios são industriosos, tecem pannos de algodão de varias qualidades e padrões, e applicam-se á agricultura São (geralmente fallando) alvos, bem feitos e muito tratáveis: a sua physionomia approxima-se da raça caucásica, muito differentes dos Guaycurús, Xamococas e outros, que têm mais semelhança com a mongólica. A água aqui em tempo de secca é longe, e varias vezes encontrei com jovens índias conduzindo cântaros, alguns de formas extravagantes e ornados com uma espécie de baixo relevo, vestidas unicamente com sua julatas (uma espécie de lençol) que sempre deixam parte do seio descoberto: seus compridos cabellos (pretos como ébano), arranjados com gosto e ornados com flores e outros enfeites que me fez recordar da antiga Grécia. Imaginei por um momento que estava na ilha de Chypre encontrando as nymphas de Vênus quando iam buscar agua nas fontes da Idalia.”*³⁵

Esta descrição se assemelha com a de Florence, no que toca às vestimentas, aos traços físicos, à qualidade dos seus artefatos. Nota-se em sua leitura uma sensação de curiosidade proporcionada pela diferença tanto fisico como nas formas de vestir-se destes grupos. Sua admiração é tanta que leva-o a fazer uma analogia com sua literatura européia da antiguidade. Para este entusiasmado viajante tudo ali respirava *“languidez e a voluptuosidade do clima: o mesmo rio Paraguay parece que participa de taes sentimentos, rolando lentamente suas águas pacíficas por entre meio de campos cobertos de uma eterna*

³⁵ ELLIOTT João Henrique Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Mato Grosso: feitas nos annos de 1841 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. IHGMT, Cuiabá – MT.

³⁵ Ibid

verdura." ³⁶ Descreve ainda a situação geográfica da povoação de Albuquerque, que segundo ele, "*está situada no mato que serve de divisa d' este Império com a província de Chiquitos, pertencente á republica de Bolívia*" ³⁷.

Os Terêna.

Ao tentar-se a compreensão do funcionamento de qualquer grupo social, é impossível fazê-lo procurando uma possível história que parece estar oculta. Cada gesto de leitura está solto dentro de um mundo de procedimentos. Este mundo constitui a cada instante em cada lugar formas diferenciadas do real. Portanto mais importante do que estarmos procurando um porto seguro de qualquer entendimento cultural seria mais fértil procurar em sua superfície os diversos usos dos artefatos culturais. Existem mil formas de refigurações da existência, porém um só alvo dessas labutas: a posse da vida, tal qual cada um, cada cultura, a entende como tal.

Ao falarmos dos resultados dos confrontos entre formas culturais diferenciadas, falamos de um espaço de entrecruzamentos produzidas por uma multiplicidade de leituras. Cada uma produzindo a estrada que será seu caminho da vida. ³⁸

Grupo pertencente à etnia aruak "permaneceram eles fiéis a uma certa forma de organização social que compreende a integração de prisioneiros de guerra – e de seus descendentes – no grupo e o seu aproveitamento como mão-de-obra servil." ³⁹

³⁶ *ibid*

³⁸ *Ibid.* p. 23.

³⁹ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e Tribalização. A integração dos índios Terêna numa sociedade de classes.* Rio de Janeiro, Zahar. p. 20. Para o estudo dos índios Terêna, apoiamos-nos principalmente no trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira. A partir de *Histórias de vida, Genealogias, os Estudos de Caso e as Entrevistas guiadas por roteiro*, o autor e sua equipe de pesquisadores fizeram um

A importância do trabalho de OLIVEIRA, reside na possibilidade que oferece para reflexões acerca dos mecanismos receptores, utilizados pelos Terêna, na leitura do discurso colonizador. Logo, a autor, ao tratar de temas como *solidariedade, historicidade, organização do trabalho e da família e comportamento político*, contribui em muito para o objetivo que nos propomos, ou seja, de buscar elementos que garantam um entendimento da situação Terêna nas condições de índios aldeados.

Tal como foram mantidos pelos Mbyá-Guaicurus numa relação de subordinação amena, os Terêna farão o mesmo com os seus prisioneiros. Isto faz com que os integrem à sua sociedade. Como consequência destas relações, há o estabelecimento de relações assimétricas entre esse grupo Aruák e os kauti (“cativos”). Essa sociedade possuía mecanismo de absorção de elementos culturais etnicamente diverso, ao grupo dominante.

“Examinando a estrutura social Terêna, verifica-se que ela está dividida em dois grupos distintos e socialmente sobrepostos: o grupo dos cativos (kauti) e o grupo tribal dominante, os Terêna. Estes, por sua vez, subdividiam-se em dois outros grupos: um, o dos chefes e suas parentelas, denominado *naati*, e outro, o dos homens comuns ou o povo, denominado *waherê-txané*. O primeiro termo é derivado da palavra *unati* que quer dizer *bom* enquanto o segundo etimologicamente quer dizer *gente ruim* (*txané* – ‘gente’, *waherê* – ‘ruim’), mas significa, realmente, *gente comum* (...)ocorreram assim duas formas de

levantamento deste grupo indígena. Seu caminho foi guiado pela seguinte pergunta: qual o mecanismo que leva os Terêna a se manterem social e psicologicamente unificados na diversidade de suas situações? Mais que estudar os padrões culturais, estão interessados no processo de mobilidade Aldeia – Cidade.

estratificação: uma étnica e outra social”⁴⁰. Ao sofrer esse tipo de formação social, os Terêna apresentam uma estrutura tríplice e assimétrica.

Divisão Dual

Fora os *kauti*, a divisão dos Terêna se dá através de “metades não localizadas, *sukirikionó* e *xumonó*, tendo cada uma delas os mesmos direitos sociais, resultando assim serem simétricas suas relações”⁴¹. É importante para os Terêna, “...o papel das metades na regulamentação do comportamento mágico-religioso. (...) Cada uma delas se atribuíam determinadas qualidades, segundo as quais seus membros se deveriam comportar.

Sistema de Parentesco: “*Solidariedade de grupo*” redução ainda mais da área onde o matrimônio é permitido, já tão limitada face à endogamia das metades e das camadas. O papel que as metades tiveram foi o de desempenharem, juntamente com as camadas de sua sociedade, a regulamentação do matrimônio. Funcionando como elemento garantidor da unidade tribal, a endogamia das *Metades* e das *Camadas* fazia funcionar o sistema tribal, não permitindo o matrimônio fora das camadas e fora das metades.

A *estrutura tríplice* ultrapassa uma possível imobilidade social. Era dinamizada pelo funcionamento do *xuna-xati*. (era o matador, o guerreiro que se destacava no campo de batalha matando um adversário). Desse grupo é que se recrutavam os “Chefes de Guerra”, sem levar em conta sua origem social ou étnica.⁴² Os estudiosos buscam, seguindo filiações, em Rattray-Hay (1928:108/9), as informações que os façam compreender os *xuna-xati*. segundo ele, “representariam uma ‘classe’ social situada entre os *naati* e os *waherê*”, o que para OLIVEIRA parece destituída de fundamento. Eram na verdade

⁴⁰ Ibid. p. 21.

⁴¹ Ibid. p. 22.

⁴² Cf. ibid. p. 28.

guerreiros que poderiam vir de qualquer instância organizacional. Sendo assim, criava um mecanismo de ascensão social (através da ampliação do mercado matrimonial ou da integração ao grupo tribal dominante), bem como de elevação política (“Chefe de Guerra”), criava na antiga sociedade Terêna uma série de expectativas, partilhadas por todas as camadas da população. Logo ao mesmo tempo em que uma estratificação através da estrutura tríplice, garantia uma rigidez assimétrica na mobilidade social, a *divisão dual*, garantia uma *relação simétrica* através das *metades*. Juntando estes elementos mais o sistema endogâmico, a sociedade Terêna garantia uma certa unidade tribal. Entrecruzado a esta formação os *xuna-xati* faziam funcionar uma dinâmica que ao mesmo tempo em que permitia uma mobilidade social, permitindo a não imutabilidade desta estrutura, garantia um sistema de defesa guerreira para esta estrutura manter-se firme perante as dificuldades externas que cada vez mais tornava-se presente. Sua desestruturação deu-se gradativamente graças a acontecimentos trágicos a esta cultura, como colonização, Guerra da Tríplice Aliança e a abertura da navegação da bacia do Prata no pós guerra. Se hoje possa não ser possível entender como esta organização cultural não evitou sua desestruturação tribal, podemos compreender que foi graças a sua força como elemento formador discursivo da recepção dos Terêna que impediu que se entregassem de forma rápida instantânea às tentativas de sua conquista pelo colonizador. Foi a partir de uma descontinuidade produzida pelos constantes deslizamentos das imposições do tempo absoluto colonizador que fez com que sofressem opressões de ordem física. E por estarem militarmente inferiorizados, foram obrigados a submeterem-se a estas imposições. Porém apesar de sua superioridade, ao colonizador não foi possível trazer intacto este povo. Mutilado? Fragmentado? Reduzido? Cada um pode fazer a leitura que manda as condições de sua produção. Seus saberes não

morreram. Estão por aí. Mesclados? Entrecruzados? Aculturados? Cada um faz a leitura do lugar condicionado para tanto. O que importa é que a política para a América Latina constantemente esbarra-se em descontinuidades que podem ser próprias desta terra. Se não é de toda índia, também consequentemente não é de toda européia. Se a disciplinarização foi forte na Europa, tem problemas aqui. Sindicatos lá, grupos de guerrilhas aqui. Se queremos uma teoria para a América Latina, é preciso uma releitura da mesma.

CAYUAZ.⁴³

Frei Angelo Caramônico expediu-se em 1864 a procura de almas para a fundação da Missão aldeadora no distrito de Dourados. Após oitenta e quatro dias de navegação em uma pequena embarcação, encontra com representantes da sociedade Cayuaz e Guarani. Traz consigo dois caciques e com eles se apresenta ao diretor dos índios em Cuiabá. O grupo Cayuaz carregava consigo todo um passado de movimentações,⁴⁴. A narrativa das expedições promovidas pelo Barão de Antonina, contribuiu enormemente para a ampliação da memória do passado do povo Cayuaz. Estas narrativas merecem estudos mais aprofundados, porém no presente trabalho servirá para ilustração da situação migratória deste povo. É importante entender este passado, pois provavelmente agiu como forte

⁴³ cayuá, gênio do mato, é composto dos vocábulos caá, mato e iara, senhor ou dono.

⁴⁴ OLIVEIRA, J.J. Machado de. "A emigração dos cayuaz". Narração coordenada sob apontamentos dados pelo Sr. João Henrique ELLIOT. P. p. 434 a 473. Coleção de Revistas do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro acerca da História de Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico de Estado de Mato Grosso. Cuiabá. MT, TOMOS XIX, XX, XXIII, TOMO XIX (3ª série) RJ, Typ. Laemmert, ANOS 1856, 1857 e 1860.

argumento para que aceitassem agregarem-se na Missão religiosa de Dourados. Vejamos alguns trechos do cotidiano migratório dos Cayuaz.

*Os índios Cayaz, descendem das tribus do Guairá depois da destruição pelos Mamelucos d'esta grande missão jesuítica que tanto avultou no começo do século XV; viveram por muito tempo dispersos e errantes, e por fim tomaram por paradeiro as matas que se estendem desde o rio Iguatemy até o Ivinheyma ou Iguary, e desde os campos de Xerez até o grande Paraná. Naturalmente pacíficos, vivem por isso rodeados de inimigos, e circumscripitos a essas matas, seu único asylo. Ao sul tem os Paraguayos, ao oeste os Guaycurús, Terenos e Laihanas, que de tempo em tempo invadem seus esconderijos, arrobaram-lhes as mulheres e levam os filhos para o captiveiro; ao norte vagueiam os índios Coroados, e a leste tem o grande Paraná, e as hordas ferozes dos sertões dos rios Ivahy e Iguassú. Dos diversos alojamentos dos Cayuaz tem por vezes se desmembrado grupos em procura de outras localidades que melhor proovessem sua subsistência, e mais bem os defendessem dos acommetimentos dos seus numerosos inimigos.*⁴⁵

Vivendo em conflito com alguns povos indígenas esta situação provavelmente pode ter sido agudizada pela interferência colonizadora. Atingidos em vários momentos da história de seus contatos com a sociedade ocidental, este povo foi de variadas formas deslocado de seu habitat territorial contribuindo com suas andanças e alojamentos em lugares que feriam territorialmente outras sociedades indígenas. Estas por sua vez os combatiam e os Cayuá fragmentados pelos desencontros, tornavam-se cada vez mais vulneráveis tanto a estes inimigos como do uso destas relações interétnicas como argumentos para suas concordância em aceitarem a condição de aldeados.

Grupos de integrantes dos Cayuás, aparecem no ano de 1830, segundo relato desta narrativa, nas vizinhanças da vila de Itapetininga, na oportunidade vindos da região que fica abaixo do rio Paraná.

⁴⁵ Ibid.

Ao correr do anno de 1830 (si a lembrança me não me falta). appareceu nas vizinhanças da villa de Itapetininga uma porção de indios desconhecidos; eram Cayuaz vindos d'além do Paraná. Pelo dizer d'estes indios atravessaram elles o Paraná abaixo da barra do Ivaí, remontaram este rio até as ruínas de Villa Rica, e d'ahi, transportando-se para a sua margem direita, deregiram-se para o Tibagy, que passaram pouco abaixo dos Montes Agudos, entrando em territorio da comarca de Coritiba; e ao sabirem essa grande cordilheira avistaram uma parte dos Campos Geraes. Em 1844 appareceu na fazenda de Peritusa, do exmo. Barão de Antonina, um magote d'estes indios, com o fito talvez de conhecerem como seriam ali recebidos. O proprietário os acolheu com aquella bonhomia que foi sempre o seu caracteristico, e especialmente em respeito aos indios, distribuindo-lhes roupa, ferramenta e aquillo que mais prendia sua cobiça, e informado d'elles do sitio em que se achava alojado o restante da tribu, mandou abrir uma vereda de onze legoas que lhe pudesse dar transito para ali; e conseguido isso, so a expensas suas, passou a solicitar a auxilio do governo, ministrando-lhes m capuchinho para sua catechese, e por fim aldéou-os no logar em que hoje existe a capella de Sam João Baptista.⁴⁶

Em 1845, na excursão que fiz em companhia dos ser. Vergueiro e Lopes, cujo relatório foi publicado na Revista trimensal do instituto histórico e geographico brasileiro de 1846, subindo o Ivaí, deparamos com dezesseis famílias d'esta raça indiana que seguia a mesma direção que levamos, e porque depois nem uma noticia houvesse d'esse gentio, suppõe-se que fôra accommettido e derrotado pelas hordas ferozes que habitam o sertão a oeste de Guarapuava.

Quatorze anos após são vistos na fazenda de propriedade do Barão de Antonina, sendo que após isto serão vistos um ano depois subindo o rio Ivaí, em numero de dezesseis famílias, sendo que segundo este narrador nunca mais foram vistos. Em 1847, esta sociedade foi vista vivendo já na província de Mato Grosso, mais precisamente instalados no rio Ivinheyma. Segundo o relato dos exploradores citados, estes indios estavam prontos a integrarem aos projetos "civilizadores".

⁴⁶ ibid.

Em 1847, no regresso da expedição incumbida das explorações dos campos de Xerez ou da vaccaria, na provincia de Matto-Grosso, a que eram annexos, descendo o Ivinheyma, encontramos com gande numero d'estes indios na margem direita do rio: chegamos à faia, e travamos com elles relações de amizade (veja-se a Revista do instituto de 1849). E como esta gente se esforçasse em demonstrações de deixar aquelles logares expostos às invasões das tribus suas inimigas, informado d'isto o sr. Barão de Antonina, cujas tendencias foram sempre chamar á civilização a casta indiana, dispôz-se a manter esses precedentes de conciliação, mandando brindes aos Cayuaz sempre que havia oportunidade, e excetando-os a que se subtrahissem á vida errante: isto que lhe grangeou o mesmo titulo de Pahy Guassú que lhe houvera dado a tribu que se aldeou em S. João Baptista.⁴⁷

A partir desta iniciativa, sofreram duras situações com as tentativas de deslocamentos para as reduções que lhes eram oferecidas. A primeira missão deslocadora dos índios Cayuaz, foi de uma dramaticidade sem igual. Sua história começa em 1841. O cacique Libânio, ou Liguajurú, como era conhecido entre os Cayuaz, enviou seu filho junto com a comitiva do negociante Baptista Prestes a visitar o Barão de Antonina. Sendo bem tratado foram convidado a aldearem-se no porto de Jatahy no rio Jatahy, onde começava a construção de uma Colônia militar para garantir o transporte fluvial para a província de Mato Grosso. A primeira expedição para remover este povo, foi desastrosa causando a desorganização territorial dos Cayuaz. Como comandante desta expedição foi convidado o “*sr. Simão Sanchez, natural do Paraguay e versado no idioma guarany*”. A missão parecia realizar o desejo aldeador, pois o cacique

Liguajurú, não se demorou em mandar emissarios aos caciques que habitam as matas de Iguatemy, Inhanduracáy, hjahy, curuparná e outros lugares, os quaes foram promptos em annuir ao convite para a emigração; e ao voltar Sanches das suas explorações achou no alojamento de liguajurú sete chefes e mais de

⁴⁷ *ibid.*

*quinhentos índios de ambos os sexos e de toda a idade dispostos para acompanhá-los*⁴⁸

O cotidiano desta viagem foi de muitas dificuldades tanto na alimentação quanto à carência de meios de transporte de mais de quinhentos índios, haja visto estes não possuírem canoas próprias. A demora da vinda de expedições com víveres, e a chegada de índios fugitivos desta expedição contando os maus tratos recebidos, a morte de Sanches na travessia dos índios pelo rio Paraná, fez com que houvesse a debandada destes índios

*A notícia dada pelos fugitivos do mau tratamento que com elles se praticára, inculcada em animos como o dos índios, sempre dispostos á desconfiança para com os brancos, sempre cheios de apprehensões, que muitas vezes contrariam um bom intuito, que a mais d'isso, e por cumulo de infortunio, a morte de Sanches, afogado no Paraná quando promovia a tracto dos índios, lavrou n'estes o maior desanimo, e por ventura a contumaz resolução de não prosseguirem em sua emigração para a colonia, que lhes suscitára tão validas esperanças. Em seguida, e como lhes faltassem canoas para os transferir para além do Paraná, disseminaram-se por aquellas matas voltando á sua vida errante. Os que, porém, ainda permaneciam nas margens do Paraná, postos ali antes que Sanches fallecesse, retiram-se nas proprias canoas que os transportaram, para os alojamentos d'onde tinham sahido.*⁴⁹

Apesar deste trágico episódio, o barão de Antonina não desistiu do seu empreendimento de constituição de um aldeamento na Colônia Militar de Jatahy. Em 24 de Julho de 1852, deu-se início à segunda tentativa de aldeamento dos Cayuaz. No dia dois de setembro, após já passados sessenta e seis dias do início da busca, no lugar denominado de serra do Diabo são encontrado foram encontrados cerca de trinta Cayuaz, que foram vítimas do malogrado empreendimento de Sanches, por ficarem sem condições de retornarem ao lugar de origem. Nestas mesmas condições haviam mais quatro grupos que foram

⁴⁸ *ibid.*

⁴⁹ *ibid.*

procurados por membros desta expedição. Enfim os resultados desta Segunda busca foram positivos para a política aldeadora. Apesar das angustias e sofrimentos sofridos por todos os protagonistas deste empreendimento, no dia 21 de novembro, ou seja noventa e nove dias após a saída de Jatahi, gastando precisamente 58 dias de ida e 41 de volta, a expedição chegou à colônia sob forte ovação e estranhamento.

Torna-se difícil um aprofundamento deste estudo nas atuais condições de trabalho, haja visto o escasso tempo que resta à produção desta dissertação. Porém não pude conter a vontade de inserir estes relatos sobre estes povos, mais como provocação a um próximo trabalho, e também porque eles fizeram parte dos aldeados da Missão de Santa Maria, localizada no distrito de Dourados, momentos antes da eclosão do conflito com a república do Paraguai. Este fato garantiu-lhe uma existência efêmera, porém possuidora de grandes significados.

Capítulo 4

(1831 a 1845) Persuasão e brandura: idealização, realidade e a descentralização da política indigenista.

1831 a 1834 pode ser um período considerado conturbado em Mato Grosso. Os documentos nos revelaram denúncias de tumultos políticos, principalmente na capital, esta Província não ficou imune à onda de movimentos políticos que cruzou o país por várias províncias durante essa época. . Para Virgílio Corrêa

O partido anarquizador, que aqui como na maior parte das províncias do Brasil, se formou na época da Independência, que teve grande incremento em 1831, e, no ano de 1834, abismou esta província nos horrores da mais feroz anarquia, continuou a existir com diferentes nomes políticos mas guerreando sempre desabridamente a todas as administrações regulares”.¹

Um fato histórico marcante que grassou por Província foi a Rusga.² Esse fato deu a coloração de toda a movimentação política que grassava na província desde 1831. Até 1808, prevalecia no Brasil uma lei que permitia guerra aos índios. No dia 27 de outubro de 1831, mesmo havendo um quadro de turbulência política surgia uma lei regencial que mudaria a rotina da política indigenista no Brasil Imperial. Deixou uma marca por ter instituído um divisor de águas entre os personagens que compunham a trama da história das

¹ CORREA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Várzea Grande-MT, Fund. Júlio Campos, 1994.

² “Foi um movimento social ocorrido em Mato Grosso, no ano de 1834, que contou com a participação de diferentes camadas da sociedade mato-grossense. Constituiu-se de um movimento, onde lutas violentas foram travadas entre dois grupos dominantes regionais: um LIBERAL e outro CONSERVADOR, na disputa pelo poder político de província. A Rusga aconteceu durante o período regencial, ocasião em que travaram-se lutas para implantar e garantir a permanência do Estado Nacional independente.” Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, o Processo Histórico de Mato Grosso. Cuiabá, Editora Guaicurus, 1990. p107.

lutas: de um lado pela instalação do sonhado projeto civilizador e de outro a resistência de uma multiplicidade cultural que já tinha uma certa vivência com estas discontinuidades colonizadoras. Portanto entendemos ser um episódio que jamais ficará apagado da história da política indigenista de Mato Grosso.

Naquele dia a regência trina, composta pelos senhores Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Braulio Moraes assinavam uma lei que punha abaixo

*“a Carta Régia de 05 de novembro de 1808, na parte em que mandou declarar a guerra aos Indios Bugres na Provincia de São Paulo, e determinou que os prisioneiros fossem obrigados a servir por 15 anos aos milicianos ou moradores, que os apprehendessem.”*³

No artigo 2 desta peça jurídica, ficaram revogadas as Cartas Régias de 13 de Maio, e de 2 de Dezembro de 1808, na parte, em que autoriza a Província de Minas Gerais a mesma guerra e servidão dos Indios prisioneiros. No seu artigo terceiro ordenava de que: *“Os indios todos até aqui em servidão, serão della desonerados.”* O que chama a atenção é o que aparece no artigo quarto da Lei de 1831:

*“Serão considerados como orphãos, e entregues aos respectivos Juizes, para lhes applicarem as providencias da ordenação...art. 5. Serão socorridos pelo Thesouro do preciso, até que os Juizes de Orphãos os depositem, onde tenham salario, ou aprendam officios fabris. Art. 6. Os Juizes de Paz nos seus districtos vigiarão e occorrerão aos abusos contra a liberdade dos Indios.”*⁴

Inaugurava-se com estas leis um novo período na história das relações do colonizador com as sociedades nativas no período Imperial. Apesar da crise política instaurada, pouco mudou com relação à postura para com os índios; e o respeito à lei

³ Leis do Brasil. Gabinete da Presidência. Lei de 27 de outubro de 1831. Coleção das Leis. Império do Brasil. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional 1878. APMT. Arquivo Público de Mato Grosso. Cuiabá – MT.

⁴ *ibid.*

regencial, foi considerada por alguns setores mais por resignação. Esta mudança não se deu a nível de uma tomada de postura da sociedade colonizadora a partir de sua base, e sim de cima para baixo. É importante a atenção a este aspecto para podermos entender as dificuldades e perplexidades que fizeram parte do cotidiano da sociedade colonizadora. Em face disto, o que se pôde notar foi uma tentativa de resignação mais do que um sentimento de respeito humano pela historicidade cultural indígena.

1834: e a vitória das forças locais. A descentralização da política indigenista.

Desde 1831 nos defrontamos com falas que sinalizavam para uma situação carregada de complicações, tanto no aspecto econômico quanto na questão fundiária, que deixariam como marca uma tensão que tiraria um possível aspecto harmonioso e linear do projeto civilizador. Com todo seu aparato apontando para alguma mudança na política indigenista, os grupos sociais detentores do poder político e econômico, não deixariam passar por muito tempo este tipo de política. Segundo Manuela da Cunha, “apesar da lei de 1831, o poder oligárquico falou mais alto e em 1834 foi permitido às Assembléias Provinciais legislarem cumulativamente com a Assembléia e o Governo Geral, sobre a catequese e civilização de indígenas. A inovação é significativa. Até então, as províncias, através de seus Conselhos Gerais, propunham leis e decretos que teriam que ser sancionados pela Assembléia Geral Legislativa e pelo imperador. Com a descentralização de 1834, várias províncias passaram imediatamente a tomar iniciativas que caracterizavam uma retomada de mando ao poder local. Para ela, “...com a descentralização várias

províncias passam a tomar iniciativas antiindígenas.”⁵ No Ceará e em Goiás em 1835 e 1836, foi levado a efeito “...expedições ofensivas contra os índios (...) se aceitassem a paz, seriam expulsos de seus territórios e suas lavouras queimadas, para que não retornassem; seriam mortos e os prisioneiros escravizados, caso não aceitassem.”⁶

Apesar de toda essa adversidade, a política indigenista, deu-se de forma descontínua, irregular com uma ausência no discurso catequizador com resultados animadores: pelo contrário, foram discursos idealizadores de possíveis sucessos, propostas carregadas de otimismo em contraponto com uma realidade pobre, carregadas de fracassos, que deixavam as falas dos colonizadores como marcas de angústia e impotência. A política descentralizadora mostra como a não sintonia da proposta do poder central, resulta em medidas tomadas pelo poder local, transgredindo a política idealizada, tendo como consequência, atitudes trágicas e caras às sociedades indígenas. Assentavam-se em um lugar próprio de saber, que fazia com que fossem vistos como senhores de uma verdade única que os alçavam às alturas de grandes civilizadores, ao ponto de confundir interesses próprios econômicos com atos altruístas. Constituídos em cima deste altar de granito, que parecia frio e inexorável, partiam para cima das diferentes formas culturais tendo-as como algo errado e obstáculo portanto ao grande evento do progresso que estava por vir. Em um período de conflito entre o projeto do governo imperial e o desejo de descentralização das decisões políticas, o que os documentos nos mostram?

Pouco mais de trinta dias da reunião do conselho administrativo, ou seja em 25 de abril de 1834, o presidente da Província, Antonio Corrêa da Costa avisa por ofício a José de Mello Vasconcellos, Inspetor de Obras Pias e Catequese dos Índios, sobre a remessa que fez “ao Conego José da Silva, do plano que tinha de promover, acerca da catequese e civilização dos índios desta Província”⁷. Como membro da comissão de catequese e civilização dos Índios, Vasconcellos lembra, junto com os membros desta comissão, da necessidade de que se tenha princípio de autoridade sobre estes “indígenas, para que no

⁵ História dos índios do Brasil / organização Manuela Carneiro da Cunha – São Paulo : Companhia das Letras : Secretaria Municipal de Cultura ; FAPESP. 1992, p.p. 137,138.

⁶ Ibid. p. 138.

⁷ Lata 1834-ª ofícios e mapas do Inspetor de Obras Pias Comandante e Guarda Municipal. Comissão e catechese dos Índios e Juizes. 125 peças. APMT. Cuiabá. MT.

futuro se tornem amistosos e uteis ao Estado, e a nação”⁸. Começava a esboçar, a nível provincial uma política indigenista já com alguns contornos do que viria a acontecer em 1845, com a instalação da Diretoria Geral dos Índios. Quando um documento oficial fala que os índios necessitavam tornarem-se “*amistosos e uteis ao Estado e a Nação*”, podemos deduzir o grau de dificuldades em se implantar um projeto colonizador, sem incorporar os índios à linguagem do colonizador. Esta preocupação ao começar a fazer parte das falas das autoridades provinciais dá a conotação de que surgiam os passos que desembocariam em uma política mais sistematizada para a questão indígena. Não pode ser deixado de lado também a observação de como se caracterizava as relações entre as culturas indígenas e a vontade colonizadora de disciplinarizá-los. Importa além disso, expor até que ponto era importante para o estado provinciano tirar proveito da cultura guerreira dos índios, e de suas intrigas interétnicas. O quartel de Albuquerque, no Baixo Paraguai, em 1834, já fazia três anos, que trabalhava com aldeamento nesta região. Em 1848, seria retomada, neste local, já com o regulamento 426 de 1845, a política de aldeamento, tendo já presente o Frei Mariano de Bangaia, figura marcante neste processo. Ele tornar-se-ia Diretor de Aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho no lugar chamado Mato Grande, distrito de Albuquerque (vide anexo), no mandato do presidente de Província Augusto Leverger, em 1851. Apesar de estar em seu início, na região já podia-se notar uma tentativa de interferência do Estado na cultura guerreira Guaná. Por outro lado esse povo insistia em garantir sua forma de resolver seus conflitos. Em ofício ao presidente de província, o comandante do Quartel de Albuquerque, depois de resistir às exigências dos índios Guaná que insistiam em vingar a morte de dois índios mortos pelos Chamococos, passa essa decisão ao presidente da província. Conforme afirma em seu ofício, o:

“alferes da nação Guaná, Joaquim Manoel de Almeida, e dous companheiros justa na forma que consta da guia junta. Como poderá ser que este alferes se lembre de pedir a V. Ex.a a licença que eu lhe neguei a meses, para hir fazer guerra aos chamococos, por estes terem assassinado dous homens Guanás e ate parentes do dito alferes, que andavão em seguimento de hua capivara que lhes

⁸ *ibid.*

fugira; e tendo para me livrar das instancias com que solicitava-se a dita licença, respondendo que só V. Ex.a. quem pode conceder que eu me dirigia requerendo-a devo assim participar a V. Ex.a. afim de que V. Ex.a. a decida convenientemente.

O desejo provinciano de internalização do modelo colonizador esbarrava-se na fortaleza da dinâmica cultural indígena. Mais do que olhar pelo único viés da subordinação indígena poderíamos constituir um segundo lugar: o de uma cultura inferiorizada militarmente que ainda insistia em manter suas formas de decisões política, porém por uma tática de sobrevivência de quem se sabe refém do inimigo, e que abre concessões para garantir uma continuidade cultural. Sabiam estar lidando com um povo que tentava tirar-lhes o lugar próprio das instancias de seus saberes, porém também sabiam ser suicida um enfrentamento militar ou arriscar uma intransigência cultural em demasia com uma cultura que se admitia a única e verdadeira.

A sociedade Guaná foi alvo de tentativas mais sistematizadas de aldeamento. Ainda em 1835, o diretor geral dos índios, recebeu do coronel Ricardo Franco D'Almeida Serra ordens para minuciar dados sobre o aldeamento dos índios Aicurus e Guaná. Já percebe-se aqui preocupação com as minúcias das culturas indígenas como forma de disciplinarizá-los evidenciando cada vez mais uma vontade de mudança de estratégia colonizadora, incorporando ao trabalho de catequização técnicas de trabalho em que faz parte o esquadrinhamento de seus costumes. É o saber que se coloca no lugar da civilização buscando resíduos do desvio dos que erraram na busca da luz da razão.

É do lugar de visão de mundo, de se sentir inserido em um modelo único e verdadeiro de saber que garantia a um personagem como José de Aristas Sousa, da localidade de Nossa Senhora da Conceição, um lugar na ordem deste discurso. Ao atender

ordens dos seus superiores, sentia-se prestando um grande serviço ao cristianismo e à civilização. Era desse lugar de verdade que escrevia ao seu superior:

*“Em observância do que V. Ex.a. me ordenou verbalmente faço nesta ocasião recolher a essa cidade a presença de V. Ex.a., Anna Luiza de Sousa, India de nação Guana a qual está catequizada, e batizada conforme os ditos de nossa crença, e lhe tem encignado a cultura e outros prestimos proprios do sexo.”*⁹

Frente a uma realidade que pouca possibilidade de manobra oferecia, qualquer atitude dos personagens indígenas devem ser olhada com cuidado, e respeitando a dinâmica que orientava suas ações nestas difíceis situações de inferioridade militar. Suas vidas passavam por momentos, desde o século XVIII, que exigia um esforço cultural além do normal, haja visto a luta incessante do colonizador com vista a subordiná-los à sua forma de vida. E essa luta “civilizadora” estava recheada por várias formas de atividades, que ia da persuasão até a “guerra justa”, além de utilização de povos indígenas, na luta contra povos rivais.

Em uma carta datada de 5 de março de 1835, enviada pelo sargento José Martim de Carvalho, comandante de um destacamento militar da localidade de Barranco Alto do Piquiri, nos dá conta da tentativa de utilização dos conflitos entre povos indígenas como forma de combate aos temidos índios Coroados que habitavam ou “infestavam”, como normalmente eram denominados pelos colonizadores, as regiões entre as cabeceiras do rio São Lourenço, abrangendo grandes extensões da região de Mato Grosso. O sargento Carvalho enviou à Cuiabá o capitão dos índios Guaicurús, de nome Fellipe, que já o havia ajudado com seus companheiros a conduzir a sua criação. Segundo Carvalho:

Elle pede-me que eu peça a V.Exa. licença para elle vir com as suas gente nesta seca a conquista dos indios coroados, e de outra coalquer nação que forem noços inimigos e tambem por elle (inelegível) outro coalquer serviço da nação assim como hé a abertura da estrada e pede em gratificação destes serviço que V.Exa. mande dar hum fundamento novo a alguma forma. Ainda

⁹ Lata 1835. Maço sem nome. (documentos avulsos) APMT. Cuiabá. MT.

que V.Exa. não ignora que folha com qualquer vento vira porem com todo iço querendo V. Exa. mandar lhe dar será bom para que penço que mais fruto tiramos do pais de que não da guerra. E pede-me o mesmo cap. Que quando elle vier neste lugar para entrar ao sertão dos indios que eu lhe darei alman.te armas de fogo e polvora e chumbo para essas diligencias (...)mande-me ordem sobre isto para eu poder...(inelegível).¹⁰

Já observa-se por este documento, duas partes tirando proveitos de negociações. Não podemos nesse momento entender que o índio Aicurus esteja sendo passivo nessa negociação.¹¹ Como nos disse MONTEIRO (1994) toda cultura ao relacionar-se com outra atende a uma dinâmica interna, mesmo que não consiga ver a dimensão do que poderia advir dessa negociação. O que é importante preservar nessa análise é o status de agente ativo, mesmo frisando, como nos alerta este historiador, que as sociedades indígenas, em grande parte, agiam dentro dos limites impostos por uma superioridade militar dos colonizadores, por não restar outra forma mais ampla de se movimentarem. Ao mesmo tempo o documento deixa a impressão do elemento instável dessas relações, pois os resultados nem sempre era de uma certeza de fidelidade por parte dos índios nesses contratos. O sentimento de domínio sobre os contratos com os povos indígenas era ainda para os dirigentes como *“folha” que “com qualquer vento vira”*.

A década de 40 iniciava-se com toda característica contraditória das relações da sociedade colonizadora, sua política indigenista, seus valores, o que resultava de seus valores, e a cultura indígena que não assimilava o sentido de vida desta sociedade. De 1841 a 1845, pode-se constatar as dificuldades de convivência entre dois lados caracterizados por valores antagônicos entre si. Se do lado colonizador, havia a necessidade de incorporar o índio ao modelo que lhe era considerado como o único possível, pelo lado dos povos indígenas a luta era contínua e diversificada pela sua integridade cultural. Dividida em

¹⁰ Lata 1835. Maço – Barranco Alto do Piquiri, 05 de março de 1835. APMT. Cuiabá. MT.

¹¹ John Manuel Monteiro, em sua obra *Negro da Terra*, companhia das Letras, 1994, ultrapassa a leitura dos índios como reduzidos a meros colaboradores, como se comportassem como agentes passivos, e coloca-lhes à altura do status de negociadores. Ao tratar dos conflitos envolvendo povos indígenas, fala das negociações feitas por Tibiriçá da seguinte forma: “Embora ressaltem seu papel colaborativo no estabelecimento do domínio europeu na região os poucos documentos biográficos existentes sobre Tibiriçá podem ilustrar também uma outra perspectiva. De fato, se as ações de Tibiriçá ressentiam-se de uma forte influência das demandas dos europeus, é importante lembrar que responder antes à lógica e à dinâmica interna da organização social indígena. Além do mais Tibiriçá sofreu, ao lado dos demais integrantes da sua sociedade, as profundas crises e transformações desencadeadas pela expansão européia. Aquilo que parecia uma aliança inofensiva e até salutar logo mostrou-se muito nocivo para os índios. p. 17.

pólos diferenciados, a luta “civilizadora” e “catequista” foi sempre dividida entre a brandura e a repressão. Se o governo animava-se com sua política indigenista na região do Baixo Paraguai, não era o mesmo nas cabeceiras do rio São Lourenço, onde a construção da estrada para a Província de Goiás, levou descontentamento aos índios Coroados que passaram a responder com ataques aos viajantes e sitiantes ali estabelecidos. Enquanto isso no vale do rio Guaporé, os índios impediam uma navegação tranquila para a província do Pará. Se isso não bastasse, havia suas contradições internas. Problemas de relações de trabalho ilegais, descompasso com poder central e a resistência cultural dos índios que levavam os seus observadores à vertigem por não conseguirem atengi-los com seus aparatos de leitura.

O discurso pronunciado na Assembléia Provincial em 1841 pelo Presidente da Província Antônio Correia da Costa, dá-nos uma configuração do grau de importância do que seria esta década nas relações com os índios. Podemos ver nas preocupações do presidente uma apreensão que já denotava uma nuance do que futuramente seria, ou melhor, em 45. O governo provincial deixava transparecer em sua fala, a vontade de resolver a questão e ao mesmo tempo denunciava os espinhos que seria esta empreitada política. Porém por mais que tentasse ultrapassar seus obstáculos não conseguia desembaraçar-se da sombra que o seguiria sempre. Era um produto de sua linguagem, e por onde lançasse seus olhos, lá estariam as marcas de uma interpretação, que para ele era totalmente objetiva. Seu raciocínio resvalava-se em dois caminhos bifurcados de um mesmo tronco: os valores morais platônicos, que constituía o conhecimento entre falso e verdadeiro, errado e certo, luz e trevas, corpo e espírito, civilização e Barbárie. Vejamos isso em sua fala:

Com a cathequese, senhores chamaremos ao gremio da cristandade as nações errantes, que vivem sem lux e sem guia, aumentando-se assim braços úteis, de que tanto precisamos, e que vivem na ociosidade, alem da vantagem de pacifica-las para evitarmos tantas invasões que continuamente nos fazem; acrescentando alem disso o descobrimento de ricas minas de ouro e diamantes, alem de

espaçosas campinas para criar, e férteis matos para lavar fazendas produtivas, braços inteiramente inúteis, senhores, equivale o mesmo que sua aquisição (...)

Conheço bem senhores, quanto custa arrancar os homens da barbaridade, quanto custa ascender a luz da razão em espíritos quase apagados. Formar novas vontades e ligá-las com alguns vínculos morais, domar impulso de uma natureza depravada, substituindo umas as outras paixões, e acrescentando algumas de novo.¹²

Sua voz materializava milênios de maturações e deslocamentos de saberes que se arrogavam à decisão e à conformação de tudo mais que ousa-se inserir-se como sentido de vida. Tudo afora seus sentimentos não passavam de heresias primitivas, próprias de pobres infelizes que se amarguravam nas trevas da ignorância. Não haveria lugar naquele discurso para entender uma diversidade que se estendia ao seu redor. O seu falar estendia-se a todos os recantos da província não deixando lugar próprio para nenhum pensar que não fosse o de sua forma social. Religião e moral, compunham o enredo do que entendia como correto. O discurso de persuasão e brandura, vivia amargurado pela necessidade do uso da violência. Os ataques aos Coroados tinham como um dos objetivos raptar-lhes as crianças para formá-las no saber correto, o saber moral cristão e civilizado. Era preciso transformar-lhes em braços úteis pois riqueza no entender social do colonizador se arrancava do solo. Lavoura, ouro, diamante, comércio. Esta era a riqueza que se considerava. O resto indolência, desrazão, falta de “Lux”.

Segundo a leitura do presidente existiam contabilizadas cinquenta e três “nações” indígenas conhecidas, que para ele “...bem poucas dão as que não chegarão a falar, quase todas dão sinais não equivocados de quererem abandonar a vida errante”¹³. A leitura do

¹² Caderno de registro das falas presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial *1841-1851) APMT. Cuiabá. MT.

¹³ Ibid.

dirigente entrava em colisão com uma realidade que ele próprio colocava como obstáculo ao sucesso do empreendimento. Todo seu entusiasmo e fé na civilização esbarrava segundo ele, em dois obstáculos difíceis de serem transpostos. Não achava impossível, porém tinha a certeza de ser uma longa tarefa haja visto a diversidade cultural que esses povos apresentavam. Maior porém que essas dificuldades, vê dois grandes obstáculos, em seu...

...conceito, tem até agora retardado o processo de civilização dos Índios, entre as quaes vemos com admiração nas filhas e netos, e outros dependentes ainda mais remotos, os mesmos vícios das primeiras. Huma das cousas dessa triste herança e successão vícios, julgo devem deduzir-se da separação em que os mesmos Índios se tem concervado, vivendo sobre si, e ensinando assim os pais dos filhos, ainda mais com o exemplo do que com a palavra a mesma inercia e aborrecimento ao trabalho, a mesma torpeza, e a mesma sede de bebidas espirituosas. Civilizar Índios hé fazer-lhes tomar os novos costumes, parece-me que confundi-los com nossos, elles aprenderão mais depressa e a esperiencia de alguns credos em nossas particulares confirmam isto mesmo¹⁴.

A força do agarrar-se a uma cultura militarmente em inferioridade, fazia com que tornassem muitas das vezes infrutíferas as tentativas de fazer os índios assimilarem o modelo de trabalho do colonizador. Esse algo que faltava no entendimento do presidente constituía a vertigem de quem não libertava-se dos seus modos de produção da linguagem esquadrihadora, que intradiscursivamente estava aquém de ser homogênea. Ao mesmo tempo em que ficava perplexo perante a “indolência” dos índios não acreditava nas forças morais de muitos membros de sua própria sociedade. Tanto é que para ele o segundo grande obstáculo para efetivar-se com sucesso a civilização dos índios seria procedentes

...da de orfheos ou amphives que saibão mover e abrandar as pedras, e tigres silvanas. Tão grande hé esta falta, que a ella atribuirão a pouco fructo qe se experimentou da Directoria dos Índios. Apesar da sabedoria e humanidade com que está escrito.

¹⁴ *ibid.*

Porque movendo-se elle sobre dois eixos para assim melhor explicar, quase são os curas e os diretores, bem conheceis, senhores, quão podre e carunchosas são, de ordinario estes dois eixos, e quão impróprios para um fim tão grande, quase só de hum homem de prudencias, livres e de costumes irrepreencíveis poderia¹⁵.

Estes dois obstáculos muito mais que se oporem aos anseios dessa época, irá marcar toda a história da política indigenista do período imperial em Mato Grosso. De um lado toda uma diversidade cultural constituída historicamente no fazer cotidiano de uma dinâmica interna, garantia modalidades múltiplas de recepção das tentativas da imposição colonizadora. Materializavam-se artefatos culturais a partir de práticas milenares, que impedia um comportamento meramente consumidor do saber ocidental. Apesar de não usufruir de um lugar próprio e tendo que se auto manejar na extensão da imposição colonizadora, produziam seu próprio lugar de saber, deslocando o seu sentido orientador. Ora radicalizavam-se indo ao confronto direto. Ora parecendo concordar com a ordem imposta, mantinham uma relação onde ausentavam-se e encenavam um não eu cultural, como forma de proteger-se em uma relação militarmente desigual.

Por outro lado, para o colonizador, outros limites causavam-lhe temor e diminuía também seu espaço de manobra. Mais forte do que se imagina, o mecanismo cultural proporcionado pelo aspecto apropriador das leituras de mundo, e os entrecruzamentos aí produzidos, impede uma estabilidade, constituindo assim, um mundo do instável, mutável. A intertextualidade que caracteriza o ser e é imanente a cada ser, a cada grupo social, delega a cada pessoa, a cada grupo cultural, sentidos. Ao ato de sua intervenção no real, põe em funcionamento mecanismos de leitura, que deslizam o sentido textual que compõem

¹⁵ *ibid.*

esse real, desestabilizando-o, construindo ainda que de forma invisível novas territorialidades. Logo todos aqueles que fiam-se em um mundo estável, único, imutável e verdadeiro, e que considere o lugar da interpretação como equívoco (ou como erro), fica impedido de convivência com espaços múltiplos de leitura do que lhe é posto. Com isso toma-se de vertigem e parece ver seu edifício de verdades estáveis ruir sobre si.

Não entender isso é não sentir que os saberes contaminam-se formando novos emaranhados que materializam-se como novas formas de configuração do real. Ao serem apagadas por mecanismos ideológicos são combatidas como formas maléficas ou imperfeitas. Isto feito começam os homens a ver uma sociedade em que certos tipos de grupos ou pessoas não podem exercer funções junto a outros grupos culturais por temerem que contaminem esses. É o caso do presidente da Província não querer que os missionários sejam semelhantes aos jesuítas. Ao serem lembrados como exemplo de trabalho missionário, são marginalizados por introduzirem um modelo contraposto ao do colonizador. Porém o presidente ao não conseguir entender que os jesuítas sofreram influências das exigências culturais dos guaranis, que quando seu lugar de produção cultural, não é destruído totalmente pode mesclar-se com a cultura chegada. Ao não reconhecer a historicidade indígena, considera-o como incapaz de ser produtora de conhecimento relegando-a a acumuladora por mero assimilacionismo. Veja o que fala o presidente:

se eu pudesse regular as causas ou meu arbitrio, não deixaria de fazer aldeamentos ou povoações com pastores de famílias pobres, laboriosas, as quais transmitirão os seus costumes para os indios, vindo todos a hum dado temo a ficar confundidas. Para directores e curas dessas povoações escolheras homens proporcionados para hum tal empresa animados de hum verdadeiro zelo pelo serviço de Deos do Estado, que sem terem a

*ambição jesuítica, com que eles de ordinarios ganharão o coração desta gente.*¹⁶

A preocupação que o estado provinciano estava naquele momento era conseguir montar um trabalho de aldeamento dos índios. o clamor pela vinda de missionários era constante. Outra proposta era de criar

*“huma companhia de homens do matto que divididos em seções para ir acostumando-se essas nações pouco a pouco a deixarem seus bárbaros costumes para almejar a uma habitação fixa e qualquer especie de trabalho util inspirando-lhes ao mesmo tempo em seus rudes costumes, pelo modo mais abstrato e mais sensível, que assim o conhecimento dos primeiros deveres do homem para com Deos, para com sigo mesmo, e para com seus semelhantes, afim de que quando forem esperados evangelhos, já as encontre com disposições para se associarem a nós(...). Nas mesmas pavações colocadas em terreno saldável, próprio para cultura, e abundante de caça e pesca, faria causa templos que infundissem respeito e não me esqueceria da grande influencia da música em homens novo, que não trarão safados com a multiplicidade das sensações. (...)...assim o conhecimento dos primeiros deveres do homem para com Deos, para com sigo mesmo, e para com seus semelhantes, afim de que quando forem os esperados evangelhos, já as encontre com disposições para se associarem a nós”.*¹⁷

O mundo abstrato alimentador onde o presidente adquiriu este sentido discursivo do que para ele seria a verdade da vida, e mais do que isso, a verdade única, estava alicerçada numa linguagem maniqueísta e direcionada a uma luz pela qual se sentia iluminado. Vê, a partir deste ponto de acolhimento, as culturas indígenas como alguma coisa parecida com seres infelizes perdidos em uma “multiplicidade própria dos que andam “errantes”, por estarem impedidos por uma cegueira ocasionadora dos desvios de leitura das coisas em sua forma verdadeira, com isso degradaram-se para o mundo da barbárie.

¹⁶ *ibid.*

¹⁷ *ibid.*

Este aspecto justificaria uma guerra justa a estes “infelizes”, quando a persuasão não mais conseguissem salva-lo de tal estado primitivo.

Munido do sagrado, da luz, de pólvora, chumbos e balas, iam eles a catequizar, iam eles a civilizar, embalados na luz da razão, purificados na luz do Senhor. O sangue expiaria os pecados, as crianças raptadas salvariam-se de uma educação errada, o progresso encobriria os rastros de um passado de erros. Os atos seriam a materialização da vontade de Deus, as ações mesmo contrariando os corações cristãos, seriam a concretização da vontade de uma verdade: a certa, a correta, a imutável.

Abrindo os olhos como sobre um mapa, fazendo um olhar cartográfico sobre seus domínios o dirigente maior desta província voltava a conviver com a dura realidade de uma província que lutava contra seus próprios limites. Como quem espantasse os espíritos que povoaram seu pensamento, construindo sua linguagem justificadora dos atos a serem decididos, este senhor começa uma trajetória das estratégias que poderiam demolir os obstáculos ao progresso da Província.

Os caminhos para a solução dos entraves, dava a conotação do poder local agindo à sua maneira, principalmente através de portarias governamentais, mesmo tendo que justificar-se perante a Assembléia Legislativa Provincial. Esse tipo de comportamento levaria, como veremos a seguir, a atitudes que seriam alvos de tentativas de controle pelo poder centralizado imperial que teria sua materialização com a ato regulamentar de 1845. Este ato regulamentaria lei de 1843, que proibiu guerra justa aos índios , que como veremos a seguir, o governo provincial não respeitava.

No momento em que escrevia seus pedidos, o presidente Antonio Correia da Costa *“recebia da Câmara de Diamantino, huma representação pedindo (...) o estabelecimento de uma povoação nas imediações do Salto Augusto, afim de remover algumas dificuldades*

que se encontram na carreira da navegação para a Província do Pará"¹⁸. Este ponto geográfico era para a economia da época importante estrategicamente para ambas as províncias. Era por esta via de navegação que incluía entre outros o rio Arinos, sendo esta região portanto alvo de importância para o projeto colonizador. Diamantino se situava entre três cabeceiras de rios importantes político-economicamente. Eram eles, os rios Arinos/Guaporé, Paraguai e Cuiabá/São Lourenço. Todos eles demandavam-se de um centro minerador, onde haviam jazidas de diamantes, centros populacionais importantes etc., para centros economicamente importantes como Belém, Províncias do sul e centros comerciais da bacia do Prata.

Era interessante ter nesse local o apoio dos povos indígenas que ali habitavam. Os Apiacás procuraram negociar este tipo de situação sabendo das dificuldades que enfrentavam na sua relação guerreira com inimigos comuns. E sabiam por outro lado da necessidade da sua adesão aos desejos governamentais de ver consumado a viabilidade deste projeto minerador. Além desta área de interesse aparecia ainda nos relatos documentais, a região do alto São Lourenço, lugar que se definiria como propício à implantação da estrada para a Província de São Paulo e Paraná. À época da gestão de Correia da Costa, início da década de 40, existia conflito dos Coroados com os colonizadores em razão da existência da estrada ligando a Província de Mato Grosso à Província de Goiás.

Ainda na década de 40 do oitocentos persistia o sonho de um melhor relacionamento comercial com a Província do Pará. O Distrito de Mato Grosso perdeu

¹⁸ *ibid.*

muito de sua importância com a mudança da capital para Cuiabá. A luta pela fundação de aldeamento nesta região atenderia ao discurso que apontava para essa demanda.

A política indigenista destacou-se nessa década pela expedição de bandeiras contra os povos indígenas mais guerreiros. No início da década o governo provincial tinha já em seus planos, uma repressão de maior porte aos índios Coroados. Sem ainda poder realizar este projeto maior, contentava-se em fazer marchar grupos de poucos soldados. porém ampliou seus planos, tornando-os mais ambiciosos para o período da seca. Veja isto na fala do presidente à Assembléia: “...*tensiono mandar logo que entre a estação propria, huma bandeira sobre elles, a fim de os persuadir da conveniencia que experimentarão em se ligarem à nos, e quando seja infructifera esta persuasão em tal caso, bem contra os sentimentos de meu coração, batelos e destroçalos.*”¹⁹

Estes fatos nos dão mostra de inoperâncias do decreto imperial de 1831, e de como a Assembléia Provincial era o lugar de decisão da política indigenista. A dinâmica dos conflitos por outro lado estava realizando em várias frentes. Ao mesmo tempo que falava dos Coroados, ameaçando-os de um verdadeiro massacre, distribuía suas tropas para aplacar clamores de outros lugares que se ressentiam de ataques de outros povos, como os Bororo Cabaças que investiam sobre Vila Maria de Cáceres e a fazenda nacional da Caissara, ambos os locais na região do médio Paraguai. A cidade de Matto Grosso, no vale do rio Guaporé, sofria ataque dos índios Paresi.

De 1842 a 1845 a província de Mato Grosso vê recrudescer a repressão militar aos índios Coroados. A promessa de expedir uma bandeira começa a tornar-se realidade em 42 e até em 45, esse tipo de prática fez parte da política indigenista na Província.

¹⁹ *ibid.*

Especialmente a bandeira expedida de 1845, deu-se em plena promulgação do ato regulamentar 426, que proibia qualquer tipo de violência física aos índios.

Como forma de viabilizar o avanço povoador da região do alto do rio São Lourenço, e a animosidade causada pela invasão de suas terras principalmente como o maior pivô destes conflitos ou seja: a abertura da estrada comunicando esta Província com a de Goiás. esta estrada era caminho de tropeiros que por ali transitavam com ricos carregamentos, que tal como os sitiantes desta região, eram constantemente vítimas de assaltos pelos Bororo Coroados. Apesar de haver expedido duas bandeiras em 1842, segundo o relatório à Assembléia Legislativa Provincial, nenhuma das duas trouxeram os resultados esperados pelo presidente da Província. A primeira que entrou em marcha em 30 de julho, conseguiu apresar apenas uma criança indígena. A outra nem conseguiu encontrar diretamente os guerreiros Coroados.²⁰ A política provincial era a de educar essas crianças através de famílias cuiabanas, para que no futuro servissem como mediadores para conquistar a subordinação desse povo “indomável” como era denominados²¹. Sem uma definição do controle territorial, o governo continuou a ser alvo de constantes apelos por socorro de uma população que vivia em sobressalto, segundo seus depoimentos.

Esta região do alto São Lourenço, embora tenha sido de grande importância, dada a sua localização, era carente de proteção por parte do Estado. O único posto de proteção era o destacamento militar de Santa Rosa de Lima, às margens do rio São Lourenço, sendo seu abastecimento feito por sitiantes da própria região. E foi em uma dessas idas para o

²⁰ É preciso entender que apresar crianças indígenas, que na correrias provocados pelos ataques, eram largadas para traz, tornando-se presas fáceis, haja visto sua fragilidade e inocência, era a forma encontrada pelo colonizador de constituir agentes indígenas para trabalhar no convencimento dos outros Coroados, das vantagens da vida civilizada.

abastecimentos que um reclamante foi atacado pelos índios Coroados. Em uma carta ao governo provincial, datada de 15 de fevereiro de 1844, o sitiante da localidade de Itercolomim, região do São Lourenço oferece-nos um exemplo da situação de sobressalto e pânico em que vivia os povoadores das terras dos Coroados. Uma parte do seu relato testemunha uma situação desses moradores. Vejamos seu relato nada confortável

...foi todo o meo estabelecimento posto em sitio pelos ditos Indios que munidos de fogo penetrarão e incendiaram as cazas, cuja a intenção lhes foi frustrada pela muita vigília com que se passou a noite até que sobre a madrugada do dia de hoje, despertados todos com os guarnidos dos cães, em honra que eles se approssimavão à caza, deo o cabo d'esquadra Ignacio D'Almeida da uma salva de pistola, com cujo estreuido se retirarão atterrados, deixando nos(...)...supõe com todo fundamento que elles não desistirão da impreza de hostilizarem-me (...)talvez por cauza de haverem aberto a estrada por sima da sua terra, por mandato do governo, cuja estrada vai communicar com o departamento, desviando de pantanais.(...) A vista pois como tenho de que acabo de expor a V. Senhoria a vista triste e arriscada situação e sitiação em que me vejo com minha enceparável e afflita familia, a vista ainda da pouca ou nenhum recurso que tenho de pessoal, munição, armamento, resta-me unicamente o consolo de depozitar em V. Senhoria a esperança de minha salvação, dignando-se a V. Senhoria mandar a me socorro, e dos moradores meos vizinhos, numero de praças com que se posa seguilo, a ate os expulsa-los das imediações, onde o perigo dos moradores hé eminente, e os recursos quase nenhuns. (...) por não Ter armamento e munição deixo hoje de seguir a batida dos Indios que infalivelmente tornarão a meu sitio, por estarem sumamente convencidos de que eu so tenho gente para defeza de caza, e de toda a minha familia e escravos, que tudo se acha em sitio sem nem poder-se hir no terreiro e hir-se na roça. Anciozo a quando pelas sabias determinações de V. Senhoria, para valer a hum de seus suditos ameaçado do mais horrendo exterminio, se por ventura faltar a alta proteção de V. Senhoria.²²

²¹ Foi uma índia Bororo Coroado, batizada com o nome de Rosa Bororo, criada por família de Cuiabá, que conseguiu em 1845, ao participar como mediadora da expedição de Galdino Pimentel, a fazer um acordo de paz com os temidos Bororos Coroados.

²² Lata 1845-C. documentos sobre índios. APMT. Cuiabá. MT.

Essa carta nos científica do quadro de incertezas em que se encontravam os proprietários das terras dos Coroados. Viviam em sobressalto a espera de uma solução definitiva por parte do governo provincial. Este por sua vez vivia pressionado por esse tipo de pressão ao mesmo tempo que tinha interesse na garantia de manutenção desses núcleos povoadores em região estrategicamente tão importante, por ser o caminho de comunicação com outra Província. Independente das orientações de 1831, de pôr-se fim à guerra aos índios, a realidade empurrava os dirigentes para esse tipo de procedimento, e pode haver contribuído para fortalecer politicamente a descentralização da questão indígena. Foi sob tal condição que a política indigenista apontou para uma operação mais rigorosa de “afugentação” dos índios Coroados. Para tanto deu ordens a João Baptista da Silva de marchar sobre os ditos índios.

Mesmo tendo este divisor de modelos de política indigenista em 1831, e sua perspectiva frustrada pelo poder fundiário, bem representado no legislativo, é em 1845, que realmente o governo Imperial vai de fato tentar implementar uma política de forma mais materializada, mais efetiva, porém na prática o que vimos, pelo que ficou materializado nos discursos e acontecimentos, foram descontinuidades que estiveram sempre fazendo parte do cotidiano, da política preparada para o índio. No decreto de número 426 de 24 de julho de 1845, o poder imperial regulamenta o trabalho das missões de catequese e civilização dos índios. Gostaríamos de tomar como uma das balizas esta data por ser importante para o entendimento da política indigenista pois é a partir daí que se implantou de forma sistemática uma instituição que iria marcar este tipo da política imperial, na Província de Mato Grosso.

Capítulo 5

(1845 a 1860) O Aprisionamento das almas.

A história da política indigenista não é possível ser pensada sem ser colocado em questão a longa trajetória por que passou desde o período da descoberta do Brasil, e em Mato Grosso desde a descida dos sertanistas por motivos já explicitados anteriormente. O Decreto 426 é por consequência produto desta história das relações entre colonizadores e as múltiplas formas sociais aqui encontradas. A sociedade brasileira da época estava composta por diferentes matizes pensantes que acaloravam os debates sobre esta problemática por longa data da história deste país. Entre filosofias e suas emergências materializadas tomava-se a todo momento formas que se constituíam a partir do poder político dos grupos sociais e de suas arregimentações. Os diversos artigos e itens deste projeto não se inscreveram de forma imediata e por um acaso em um único dia. Se em 1845 este decreto foi promulgado, isto se deu através de um longo e histórico combate entre idéias. Os interesses econômicos quase sempre exerceram um forte peso nas instituições das máximas jurídicas que compuseram o regulamento 426. As suas peças apareceram como componentes causadores de dualismo e ambigüidade do pensamento filosófico. Sempre presente com seus resíduos na composição dos discursos políticos. e consequentemente desaguando nas materializações em leis tal como em sua emendas e nas inoperâncias destas. Dois fatores importante devem ser destacados: de um lado, as forças nacionais e locais compostas dos detentores do poder econômico e político souberam fazer sentir sua presença e com ela, o seu peso decisório. Entretanto, outro aspecto que não pode ser deixado de lado foi o abismo que sempre existiu entre a política idealizada e a realidade que

estava aquém do sonho de civilização, e que habitava os discursos. Entre estes fatores que apareceram como obstáculos entre a intenção e a ação, foi a diversidade cultural dos povos indígenas e consequentemente, suas diferentes formas de se comportarem perante seus agressores culturais. Do lado do colonizador, haviam adversidades que emperravam a concretização do projeto aldeador. Atraso de salários, falta de verbas para várias tarefas, critérios de recrutamento de militares nada assimiláveis por um pensamento mais contemporâneo; fato este causado pela carência de candidatos a cargos militares, principalmente nas condições precárias em que se instalou a política indigenista em Mato Grosso. Aliado a isto, os interesses locais, tanto econômico quanto político normalmente não sincronizavam-se com os desejos do poder central e com isso, despejava seus reflexos na execução da “missão civilizadora”. O discurso que clamava a presença eclesiástica nos aldeamentos, trouxe consigo também características interessantes que não podem ser esquecidas: os documentos estão carregados de discursos que apresentam certo grau de parentesco com o pensamento filosófico que tanto peso exerceu nesta política, ou seja a tese de que a presença de missionários seria primordial para o sucesso do empreendimento. A distância incomensurável entre este ideal e a realidade, como já foi dito antes, também é outro aspecto importante. Um dos fatores foi a ausência de padres nas missões aldeadoras, pois no período em estudo dá para contar nos dedos das mãos o número de padres presentes nestas missões. Enfim os documentos nos mostram o quanto foi descontinuo o desenrolar histórico desta política.

Nas suas várias fases funcionamento, o projeto aldeador esbarrou-se nos momentos de práticas não concretizadas, que impulsionadas por práticas múltiplas, quebraram sua evolução linear sonhada. Podemos afirmar que se de 1845 a 1864, não se conseguiu concretizar por inteiro a instalação dos aldeamentos proposto pela Diretoria

Geral dos Índios, de 1864 a 1870, esta política foi quase que totalmente desorganizada pela Guerra com o Paraguai. Este conflito causou a destruição das várias aldeias fundadas na região do baixo Paraguai, tornando essa região incomunicável com o Diretoria Geral dos Índios.

Um exemplo do grau do impacto causado, foi o arruinamento quase que total dos aldeamentos, da região do Baixo Paraguai. Nesse duro episódio, os aldeamentos foram inutilizados, tendo um dos seus diretores, frei Mariano Bangaia, sido seqüestrado pelos paraguaios juntamente com os índios Guaná ali aldeados, sendo todos levados para Assunção. Como consequência este deslocamento provocou a morte de todos os índios Guaná seqüestrados. Finda a guerra, o período a partir da década de 70, foi palco de uma disputa muito acirrada pela posse da terra, tendo esta “partilha” sido alimentada pelo interesse de grupos estrangeiros de se instalarem em Mato Grosso, após a reabertura da navegação na bacia do Prata.

Portanto já dá para se ter uma nuança da característica nada linear da política indigenista nesta Província. O que se pode observar pelos documentos foi um projeto de povoamento que na realidade contribuiu muito mais para a desorganização da cadeia cultural e alimentar dos povos indígenas e de servir aos interesses mesquinhos dos invasores que se limitavam a ampliar suas posses. O que se viu foi uma política alquebrada, descontínua, estando aquém do seu sonho, não só por este fator mas também pelo grau de resistência e força histórica cultural dos povos indígenas. Cada um a sua maneira mesmo sentindo-se inferiorizado militarmente soube fazer uso de seus elementos históricos e pode com isso, garantir, mesmo que minimamente, sua sobrevivência cultural.

Decreto 426: Uma lei à medida do homem do século XIX.

Esta peça jurídica, filha de abstrações filosóficas, sofreu constantes deslizamentos proporcionados por contingências históricas sucessivas. Este decreto caracterizou-se, por herdar em seus artigos e itens, um grau aproximado com os discursos que se entrecruzavam no século XIX. O sonho filosófico e os interesses pessoais de cada um que estava presente na disputa por espaço na política, alimentavam formações discursivas que apontavam para a civilização, delineando os caminhos da história indigenista no Brasil deste século. Estava em jogo muito mais que resolver o problema indígena, pois estes já sabiam conduzir-se antes da chegada dos portugueses a estas paragens, porém suas modalidades culturais foram desconsideradas pelo saber colonizador.

O que alimentava estes debates era a necessidade de um projeto que instaurasse por aqui um projeto de nação, e para tanto era preciso constituir a figura dos nacionais. Era preciso constituir um povo, e isso não estava desligado da importância de se povoar este imenso território, chamado de Império do Brasil, que sonhava alçar-se ao lado das grandes nações industriais que começavam a firmar-se naquele momento histórico.

Povoar era algo muito mais profundo do que amontoar uma multidão por estas vastas matas, que segundo este saber, se encontravam vazias de gente. O índio não era considerado povo, pois não estava inserido nas linguagens ordenadoras como desejava o pensamento colonizador

O Decreto 426, manteve graus de proximidade com alguns aspectos de sua época: os discursos locais e as tentativas de sua materialização e paralelamente a isto colocando lado a lado os *"Apontamentos Para a Civilização dos Índios Bravos do Impérios do Brasil"* de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva, torna possível observar algumas semelhanças nas propostas, e ver suas filiações ao pensamento europeu da época. Andrada

e Silva constrói o índio como o outro, como um ser primitivo carente da salvação civilizadora. Em uma parte dos seus apontamentos afirma ter sido ...

... mostrado pela razão, e pela experiência, que apesar de serem os índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa, e em grande parte desagradecida e desumana para conosco, que reputam seus inimigos, são contudo capazes de civilização, logo que se adotem meios próprios, e que haja constância e zelo verdadeiro na sua execução¹

Discursos como o de Andrada e Silva, representava o tipo de leitura que marcava o imaginário da grande parte da elite intelectual do século XIX. Inevitavelmente a política indigenista não poderia eximir-se deste viés que criava sobre todas a multiplicidade cultural um saber hierarquizado que as excluía como lugar do conhecimento.

O decreto e a discursividade que o constituía, pelo que consta nos documentos, e isto aparece ricamente e de forma constante, foi em grande parte obstruído por um cotidiano que o deslocava, que o entravava, que o desestabilizava. De ambos os lados apareciam interpretações que impedia uma harmonia em seu funcionamento. Se por um lado esbarrava quase sempre nos problemas oriundos dos diversos interesses originários dos estratos sociais que compunham a sociedade povoadora, por outro lado, sofria as hostilidades das sociedades indígenas, que não queriam verem-se desterritorializados seus sentidos culturais, mesmo enfrentando aqueles que chegavam montados na arrogância de suas certezas. O regulamento aportou-se em um lugar em completo funcionamento conflitivo dos seus interesses. Se o regulamento rezava, como veremos pelo fim de medidas caracterizadas pela violência física, ele encontrou, uma sociedade, constantemente afetada e portanto impulsionada por seus problemas cotidianos de povoamento. Sempre após algumas hesitações ou de forma mais explicitamente arbitrárias, lançaram mão de

expedientes violentos para superar suas angústia. Agiram de forma ambígua perante o enigma que levava-os à vertigem de saberem-se impotentes perante aqueles que não queriam aceitar a sua “hospitalidade”, que não entendiam sua línguas: suas ações esbarravam nos limites do permitido pela política imposta e nas transgressões, produto de uma cultura da “guerra justa” que de forma intermitente habitava o cotidiano colonizador. Vejamos então o desenrolar dos fatos

Paralelo à necessidade de superação do obstáculo que os índios colocavam, que desaguou no decreto de 1845, havia o projeto de integração do território imperial. Os dirigentes do governo imperial sonhavam transpor os limites que impediam a integração econômica. Era importante construir estradas como meio de melhorar a comunicação com o governo central. Este evento contribuiu entre outras coisas, para alimentar os conflitos com as sociedades indígenas. No dia 3 de julho um Aviso Imperial ordenava a abertura de picada com o objetivo de construção de uma estrada que ligasse a província de Mato Grosso à província de São Paulo. Esta construção deveria iniciar-se tão logo terminasse a abertura da picada.

O que deu um grau de importância a este evento foi o fato de seu tracejado cortar uma região de bastante conflito entre os colonizadores e a sociedade dos Bororo Coroados que ali habitavam. Povo que aparece nos documentos oficiais como “bárbaro e indomável” e que por longo tempo combateu com bravura e coragem os seus agressores.

As tentativas de promover a integração da Província esbarrava em uma política indigenista que angustiava os dirigentes políticos pois não sentiam segurança numa prática indigenista que se limitava a catequizar e civilizar o índio sem uma política de fixação para que estes não voltassem aos seus antigos costumes ou seja à “vida errante”.

¹ ANDRADA e SILVA, Joaé Bonifácio de. Projeto. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 52.

No dia 1 de março de 1845, o presidente da província, Ricardo José Gomes Jardim afirmava que:

A catechese e civilização dos indigenas é sem dúvida um dos mais importantes deveres, que o Ato adicional cometeu ás Assembléias Provinciais, cumulativamente com a Geral e o Governo; mas não deve-se entender, como até aqui, que esta tarefa reduz-se simplesmente a domesticar os índios, e torná-los em perfeitos cristãos, abandonando-os depois a si mesmos : é necessário de mais fixalos na vida civil, e fazer-lhes contrair o hábito do trabalho, a que são avessos, proporcionando-lhes os meios de serem regular e proficuamente empregados.²

O discurso de Gomes Jardim busca um poder que passa pela necessidade de incorporação na linguagem que contempla o modelo ocidental de trabalho, tornando a forma indígena de trabalho como inexistente. Somente a interiorização desta gramática é que possibilitaria “*meios de serem regular e proficuamente empregados*”. As regras do trabalho não alcançavam os braços indígenas nem fazia com que os índios funcionassem normativamente, sob essas novas ordens e de forma autônoma. Sem essa transformação os índios deixavam seus hábitos anteriores ou seja o não-trabalho e se limitariam a viver nas imediações das vilas, sítios e cidades exigindo a ajuda do colonizador, quase sempre pedindo brindes, ou na pior das hipóteses agindo de forma hostil para com os povoadores.

Este tipo de preocupação estampou-se no pedido desesperado, pelo seu teor, do sitiante Vitoriano José de Couto, em 1 de Abril, um mês após o pronunciamento do presidente. Nela Vitoriano participava às autoridades da província que no dia 5 de março as duas horas da tarde foram os seus

... camaradas e escravos asaltados pelos índios coroados e só flexaram hum camarada. No mesmo dia pediram ao comandante de Nossa Senhora de Lima que prontamente o mandou sete praças e hum tuniel e manda com elles alguns camaradas e escravos

² Relatório de presidente de Província em Ricardo José Gomes Jardim em 1845. APMT. Cuiabá – MT..

seguiram de baixo do comando do Dr. Tuniel Ignacio de Almeida e no dia 7 do romper do dia baterão nelles a honde mataram hum e foi outro bem offendido e os mais escaparam livremente deixando todos os armamentos. Depois que se recolheu a bandeira nunca mais deixarão de rondarme tanto no corpo da fazenda xitinos e mesmo o destacamento e continuarão até agora o que espesso a nosso senhor de Província que julgar conveniente.

As perseguições aos indígenas passavam a ser uma rotina. As ações destes, por sua vez, tornavam-se uma constante que transformava o cotidiano do sitiante e dos viajantes em momentos de sobressaltos e medo. Neste momento histórico da província, não havia possibilidade de manutenção da economia provincial sem os confrontos com os povos indígenas. Os constantes apelos dos colonos entravam em contraposição com a política de abertura de estrada que acirrava ainda mais a inquietação indígena. Este aspecto alimentou uma situação que deu o colorido de 1845, ano de promulgação do decreto 426. Às vésperas da sua decretação pelo governo imperial, na província arregimentava-se verbas para municiamento de uma Bandeira que estava sendo organizada para sair com o propósito de “afugentar” os índios Coroados no rio São Lourenço, afluente do rio Cuiabá. O orçamento provincial atendia a uma política orçamentária que correspondia ou pelo menos tinha características da política indigenista descentralizadora de 1834. Enquanto no governo central já tramitava a preparação de uma centralização desta política que se materializaria com o decreto 426, a lei orçamentária provincial garantia no dia 5 de maio de 1845, no seu artigo 14 a consignação de trezentos mil reais

...afim de ser aplicada ao municiamento e mais despesas de huma Bandeira, que deve sahir com destino afugentar os Indios bravios das immediações do rio São Loourenço, e da estrada entre esta cidade e a de Goias,...”³.

³ ofícios – requerimentos dirigidos ao Presidente da Província – 1845-lata B. APMT. Cuiabá- M T.

Quando o decreto foi promulgado a Bandeira estava em pleno combate aos índios Coroados na região do rio São Lourenço.

Paradoxalmente a esta política provincial, o Governo Imperial, mantém a convicção de integração do território do nacional. Da mostra da materialização física de sua vontade quando através do aviso imperial de 02 de junho de 1845 resolve autorizar o governo provincial ...

Para fazer a despesa necessária para a picada definitiva a que julga indispensável proceder se, para se poder conhecer o número de pontes que se devem construir na nova Estrada que communica essa Província com a de São Paulo alem do Paraná; ficando na intelligência de que nesta data se expede Aviso ao Ministério de Fazenda para aquella despesa.(...) por esta ocasião manda o mesmo Augusto Senhor também authorizar a V. Exa. para por em arrematação, depois de concluida a picada a obra da referida Estrada,(...) Palácio do Rio de Janeiro em 02 de junho de 1845.”⁴

Porém a política guerreira do governo provincial na lide com os índios, andava em contraponto com a política do governo central. Tanto isto tem fundamento que fica inscrito em outro Aviso Imperial recebido do Ministério dos Negócios do Império datado do dia 24 de julho deste mesmo ano. Pretendia com isso, por um basta na política de “guerra justa”, que estava, como vimos, em plena vigência na província, principalmente na região onde estava projetado o tracejado da futura estrada. No seu Aviso o governo imperial entendia ser

...hum dos principais empenhos do Governo o chamar ao gremio da Religião, e da Sociedade, as numerosas hordas de Indios, que vagueão pelos nossos sertões, procurando o mesmo Governo por esse modo não só utilizar a elles proporcionando-lhes o gozo das commodidades sociais, mas tambem ao Estado fazendo desaparecer as repetidas incersões, que elles praticão com destruição de vidas, e fazendas, e tornando productivos os seus braços, de que tanto necessita nas circunstâncias atuais, a nossa

⁴ Registros de Avisos Imperiais, do Ministério dos Negócios do Império.1845. APMT. Cuiabá. MT.

*lavoura: Houve Sua Magestade o Imperador por bem, para se conseguir o fim indicado e em observância do item 21^o Art. 2^o da Lei de 21 de outubro de 1843, Decretar o Regulamento n. 426 de 24 de julho do corrente anno, do qual envio a V.Exa. o incluso exemplar.*⁵

Apesar da lei que garantia esta política ter sido aprovada em 1843, e o Governo Imperial tê-la regulamentada quase dois anos depois, pedia urgência na sua execução para que com isto pudesse o mais rápido possível obter-se os resultados que esperavam. Um dos primeiros passos deste projeto indigenista passava pela necessidade de conhecimento por parte do governo central do

*...número, importância e localidade das Aldeas de Índios que porventura existão já estabelecidas nessa Província: sobre os lugares em que convenha estabelecer novas, se a Assembléa Provincial tem consignado alguma quantia, e qual, para ser empregada em semelhante serviço, e no caso negativo, se he provável que ella o consigna, coadjuvando assim o Governo Geral em tão importante objeto: propondo a V. Exa. ao mesmo tempo pessoas, que mais aptas lhe pareçam para o cargo de Director Geral dos Índios nessa Província, havendo consideração nessa proposta não só ás funções, que tal Director tem de desenvolver, como também á Graduação, que lhe confere o Art. 11^o do Regulamento de 1845.*⁶

Com esse decreto o governo imperial dava início à política indigenista que reprovava a política guerreira optando por um trabalho voltado para a persuasão. Para tanto instituía a Diretoria Geral dos Índios, e com ela a figura do Diretor Geral dos Índios, que teria o encargo de introduzir as várias sociedades indígenas no modelo colonizador. Porém esta vontade imperial arrastaria-se em sua própria realidade até 1848, quando finalmente se instalaria nesse cargo o primeiro diretor. Mas enquanto isto, na província a política

⁵ Registos de Avisos Imperiais do Ministério dos Negócios do Império. 24 de julho de 1845, APMT. Cuiabá. MT.

⁶ *ibid.*

indigenista provincial, contrariamente às ordens imperiais, continuava na verdade financiando a formação de Bandeiras para dar combate aos índios Bororo Coroado. A partir do uso de uma linguagem ambígua, que dizia ser a Bandeira de característica unicamente afugentadora, o governo provincial, alheio aos Avisos Imperiais, alimentava a “Guerra Justa”, como política para os índios. Os clamores de diversos setores sociais, colocavam o governo da Província em situação conflitante na escolha como tratar esta questão. Logo a vontade da persuasão ainda mesclava-se com a política de coerção, liquêfazendo os ideais que predeterminavam a política indigenista. O cotidiano fazia rolar escada abaixo tudo que se lhe aplicavam, vindo de lugares externos ao seu fazer da vida. Moldando de acordo com suas circunstâncias desestabilizadoras, tornavam inócuas as abstrações, que se desmanchavam ao ficarem presas aos emaranhados dos procedimentos culturais, e seu desfazer de certezas.

Enquanto o pensamento idealizado procurava impor seu espaço de poder, os dirigentes provinciais conviviam com os turbilhões de conflitos que partiam de lados diferenciados. Mal procuravam adaptar-se à nova realidade, ou seja, aos meios brandos e persuasivos de relacionar-se com os índios, novos clamores angustiados conclamavam pedindo ajuda perante as ameaças de ataques indígenas. No dia 1 de setembro o sitiante Joaquim Duarte de Moraes reclama que no dia 29 de agosto teve

a infelicidade de ser atacado pelos índios, queimarão as minhas cazas e matarão oito animais (...) e os porcos e galinhas no sitio do Jatuba e milagrosamente escaparam todas as pessoas que no sitio se achavão e estou recluso no sitio das Antinhas, e por isso imploro a V. Senhoria a bem dos moradores e do comercio. Quero que v. Senhoria haja de compadecer de nossos estados com algumas providencias e espero sem falta em V. Senhoria que tenha comizeração dos pobres moradores.⁷

As escaramuças indígenas eram fator de instabilidade para uma política de persuasão que teria seus efeitos com resultados de médio prazo. Isto levava a uma dificuldade no desenvolvimento da agricultura, e era ao mesmo tempo uma justificativa para que se implementasse uma política mais consistente, que levasse a uma tranquilidade mais duradoura, e acabasse com a situação de sobressalto em que viviam os moradores das propriedades agrícolas. Além disso, havia a necessidade por parte do governo de transformar o índio em produtor de riquezas, haja visto a carência de “braços úteis” para o trabalho.

Outro problema que afetava a política de catequização dos índios e que tirava a credibilidade junto a estes, dificultando sua atração para o trabalho junto ao colonizador, era a exploração do índio por setores que usavam de expedientes considerados ilegais pelo governo imperial. No relatório do governo Imperial, constava que em algumas províncias havia o abuso no trato com os índios. De acordo com este relato, em um outro aviso imperial de 2 de setembro de 1845, há a denúncia de exploração de índios por particulares em regime de semi-escavidão. Tal registro dizia:

*Sendo da mais pública notoriedade que muitos indígenas existem ao serviço de pessoas particulares, sem que percebam salário ou estipêndio algum, achando-se assim reduzidos ao estado de quase perfeito cativo, e convindo prevenir a continuação de tão escandaloso abuso;*⁸

Tal preocupação partindo do governo imperial, deixa uma sinalização da falta de sintonia na aplicação da política de catequese dos índios, o que este chamou anteriormente de falta de coadjuvação por parte das autoridades locais. Um exemplo disso é o instante em que o Imperador expediu ordens aos Juizes de Orfãos:

⁸ Maço referente aos índios. Lata 1845-C. APMT. Cuiabá. MT.

...as mais terminantes ordens aos Juizes de Orphãos d'essa Província, para que fazendo hisso á sua presença todos os indigenas que ahi existam, nas indicadas circunstancias indaguem d'eles se são bem tratados, e que em continuação a servir nas casas onde se acham, ou antes ser transferido para qualquer dos Aldeamentos já esixtentes... ”⁹

alguns fatores garantiram um desconforto na execução do projeto colonizador. Primeiro existia de uma certa irregularidade na centralização do comando político, pois em pleno vigor do decreto 426, apareceram certas anomalias locais que poriam por terra a tese da existência centralizadora e isto poderia ser um dos fatores que teriam contribuído para uma descontinuidade na política indigenista em Mato Grosso. Como resultado houve uma certa dificuldade na efetivação das ordens imperiais, mesmo tendo as autoridades provinciais se prontificado a contribuir na efetivação do projeto civilizador. Por último, a distância da realidade local, por parte dos elaboradores do regulamento dificultaria a sua pronta efetivação, impedindo as iniciativas locais e até podendo às vezes estar contribuindo para o surgimento das transgressões por parte de uma sociedade que não conseguia vestir repentinamente uma regulamentação como se fosse uma camisa de força. Ao ser ordenada estaria passando por cima de toda as formas locais de reagir às necessidades que lhes eram postas. Apenas como mais um exemplo deste quadro foi o fato de que quando a regulamentação entrou em vigor, o governo da Província estava propiciando uma expedição de combate aos índios Coroado nas cabeceiras do rio São Lourenço.

Além de estar contribuindo para uma reflexão sobre o quadro político que tenha configurado a campanha “civilizadora” dos índios, considero de extrema importância dar espaço à aparição dos seus protagonistas, que de alguma maneira figuraram como sujeitos

⁸ Registro de Avisos do Império em 2 de setembro de 1845. APMT. Cuiabá. MT.

⁹ *ibid.*

servindo como arranjo do mecanismo de ampliação, manutenção e constituição de grupos de mando local. Nota-se que as disputas políticas internas da província, também constavam dos vários problemas de implantação do regulamento. Isto contribuiu para o constante clamor pela vinda de missionários religiosos para trabalharem no projeto aldeador. O sonho idealizado e sempre conclamado nos relatórios, da necessidade de missionários para o trabalho de catequese, foi algo que pouco efetivou-se na realidade. Segundo o presidente da província, existiam apenas dois capuchinhos na fronteira do Baixo Paraguai. Além disso, em seus ofícios...

...fazem eles frequentes pedidos e reclamações, que a presidência, apesar de conhecer sua justiça e necessidade, não pode todavia satisfazer, por ter sido mui fraca a consignação de 3:000\$000 (tres contos de reis) – da distribuição do crédito do Ministério do Império concedida para este fim, tendo-se gasto quase toda ela com a expedição enviada aos ferozes e indomáveis – Coroados – que tantas hostilidades têm cometido desde a fundação do Cuiabá.³²

Mesmo com a vinda de capuchinhos, a falta de verbas tornava difíceis as possibilidades de avanço do projeto aldeador. As tentativas de solução do problema de caixa, e a ausência de um conhecimento melhor da cultura indígena, fez com que se tomassem iniciativas que causariam danos ainda maiores às suas culturas. As evidências apareciam a todo momento. O governo, movido por um desejo distante da realidade de uma multiplicidade cultural, destruiria o local de sua territorialidade ainda mais . Com um discurso que apontava para a falta de verbas, para o sustento da política indigenista, Pimentel, apela para um artigo que punha abaixo as terras dos índios. O artigo 4º, parágrafo 11 do regulamento 426, de julho de 1845.

³¹ Relatório do Presidente de Província, Coronel João José da Costa Pimentel. Em 03.05 de 1850. APMT. Cuiabá. MT.

³² *ibid.*

*Artigo 4º : Indicar ao governador imperial o destino que se deve dar as terras das aldeas que tenham sido abandonadas pelos indios, ou que o sejam em virtude do item 2º deste artigo. O proveito, que se tirar das applicações dessas terras, será empregado em beneficio dos indios da Provincia*³³

As vistas voltaram-se para quem estava mais indefeso, juridicamente: o território dos índios, especificamente o alvo, seriam as suas terras. O regulamento poderia ser o fim das terras indígenas. Este expediente extremo dava o conotação desta política. Porém, apesar do uso deste lamentável expediente, a situação de crise da política aldeadora continuava a dar a tônica do seu lento e descontínuo ritmo.

Em 1851, o discurso do novo presidente de província, Capitão de Fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 10 de maio, reafirma o quadro de desolamento com a ineficiência na aplicação do regulamento. Para ele:

*Mui poucos progressos tem feito a catequese apesar da afã com que o Governo Imperial procura promovê-la.(...) quase nenhuma aplicação se tem feito das disposições do regulamento no. 426 de 24 de julho de 1845; e muitas delas pareceu-me inexecutíveis, pelo menos na atualidade; mormente pela carência de pessoal idôneo para a administração das aldeias na forma do dito Regulamento.*³⁴

Até o início de 1851, não havia ainda uma entrega total da direção das aldeias aos missionários e havia uma certa ambigüidade entre as vantagens de estar aproveitando os préstimos, tanto de civis como de eclesiásticos. Segundo o presidente Leverger, ao estar com estes missionários

...em Albuquerque, em janeiro último, na minha vinda da fronteira para tomar posse da presidência, manifestaram-se o desejo de que a cada um deles se confiasse a direção de uma aldeia, em

³³ op. Cit. leis e Decisões.

³⁴ Relatório de presidente de Província Augusto Leveger, 10. 05 de 1851. APMT. Cuiabá. MT.

*concorrência com outras administradas por diretores civis, a fim de se poder apreciar relativamente as vantagens de uma outra catechese.*³⁵

A região do Baixo Paraguai foi, sem dúvida, o lugar onde a política indigenista mais evidenciou seus esforços e mais depositou esperanças de sucesso. Portanto, propus-me que seria interessante concentrar a análise nos locais em que o projeto catequizador já mostrasse sinais de respostas aos anseios dos seus idealizadores e executores. O interesse em delimitar mais o trabalho, foi no sentido de poder dedicar mais espaço de tempo a algo que se desenhava com maior proximidade do que pudemos chamar de política de aldeamento. E pelo que nos mostrou os documentos, esta situação se configurou com melhor nuança na região do Baixo Paraguai. Isto se justifica por haver ali uma historicidade de cruzamento cultural muito forte. Por outro lado, continuou a ser palco de acontecimentos que iriam marcar profundamente a superfície daquela região, e consequentemente, de forma inexorável as vidas dos seus protagonistas. Isto iria abalar profundamente a continuidade do projeto da Diretoria Geral dos Índios. Mais explicitamente: antes da instalação, uma lei de 1831 proíbe a “Guerra Justa”, permitida por outra lei de 1808, decretada por D. João VI, porém contém uma lacuna que seria a de dar continuidade ao “amansamento” dos índios. A regulamentação de 1845, viria preencher esta lacuna caso conseguisse fazer emergir materialmente esta ansiedade. Porém sofreu todo tipo de contratempo, que se agudizaria com a Guerra da Tríplice Aliança, que tornaria a região do Baixo Paraguai, constantemente atingida pelos ataques paraguaios, destruindo suas duas maiores obras aldeadoras que estavam localizadas nesta região: a Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho e a Aldeia Norma de Miranda.

³⁵ *ibid.*

Em 1870, com o fim da guerra com os paraguaios inicia-se a reabertura da navegação na bacia do Prata. Terminam os empecilhos à penetração dos interesses das potências industriais e seus capitais; e com ele, inicia-se o aumento do interesse pela terra. Este fato novo torna-se um reforço nos problemas ligados à política indigenista. fez com que sofresse novas investidas que de alguma forma tumultuou, ou mudou os rumos deste projeto, acelerando as tentativas de aniquilamento da cultura indígena nesta região. Dar conta um pouco disso é proposta e a justificativa de nossa delimitação. Quanto as demais áreas da Província ficarão para estudos futuros ou a outros pesquisadores que se interessem por seu aprofundamento. O nosso trabalho dedica a essas demais regiões um quadro situacional tal como aparecem através dos relatórios das situações dos índios na Províncias, que eram exigidos pelo Governo Imperial, conforme já foi explicitado em outras partes deste trabalho. Porém foi dedicado um destaque para o período de pós guerra (1870-1889), por dois aspectos importantes: um de cunho metodológico, pelo fato de estarmos seguindo um sentido cronológico desta política e o outro pelo aspecto marcante da presença Bororo Coroados e o choque cultural com as tentativas de povoamento de seu território. Este povo sofre com a presença do colonizador pelo aspecto estratégico deste local, e a conseqüente construção da Estrada Geral que comunicava a Província com a de Goiás e os andamentos da construção das picadas da futura estrada para as Províncias de São Paulo e Paraná.

CAPÍTULO 6

Do discurso à prática

As Aldeias de Bom Conselho em Albuquerque e Normal de Miranda.

A região do baixo Paraguai , foi o alvo principal da política aldeadora. Vários motivos podem ter contribuído para esse tipo de escolha, entre eles o fato de estar situada geograficamente em região estratégica com relação à fronteira. Outro aspecto que pode ser salientado é o fato de estar na principal via de acesso às províncias do sul, que além de ter sido preciso garantir a viabilidade desse corredor de comunicação há o fato dos grupos a serem aldeados já haverem passado por experiências com outras tentativas de catequização, além de terem tido vários contatos com viajantes, expedições oficiais e aventureiros.

Aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho.

Artigo 7º inquerir onde há índios, que vivam em hordas errantes; seus costumes, e linguas; e mandar missionarios, que solicitará do presidente da provincia, quando já não estejam á sua disposição, os quaes lhes vão pregar a religião de Jesus Christo, e as vantagens da vida social. Regulamento 426 de 24 de julho de 1845.

*"...os índios estavam tão furiosos que apresentavam hum (inelegível) horroroso e a cada instante estava vendo funestas circunstancias. Exmo. Sr. Tenho 3 praças de serviço inclusive o comandante; tive patente probabilidade do perigo em que se achava a minha existencia proveniente de algum rompimento que os Índios estão querendo travar, pois disto tive noticias por pessoas existentes fora da aldêa.(...)desejava que V. Exa. me socorresse com mais 2 praças, pois que estando aqui a qualquer hora os precise no forte, estão prontos. Se V. Ex.a tivesse a ocasião huma so vez de presenciar quando os Índios estão neste estado se horrorizaria e dessas senas com muita frequencia sou necessario esperar!!! Espero que V. Ex.a. dará a qualquer queixa o pezo que hum bugre merece. Ah! (...) Meo Deos, grande forão os meos crimes que devo-os pagar no meio destes malditos! Que só servem para amargar meos dias!"*¹

¹Frei Mariano de Bahnaia, missionário capuchinho, diretor da Aldeia N. S. do Bom Conselho. Carta ao Diretor Geral dos Índios, em 26 de junho de 1855. Lata 1855-A, APMT. Cuiabá. MT.

A região do Baixo Paraguai, o local que realmente podemos dizer que mais imaginou-se materializar o sonho de catequese e civilização dos índios na Província de Mato Grosso, principalmente a Aldeia de N. S. do Bom Conselho, no Distrito de Albuquerque, distante “*três legoas*” da então Freguesia de Corumbá .

No século XIX foi quase comum esta aldeia ser anunciada, ora como o oásis deste tipo de política, ora ser criticada em outros relatórios, pela sua pouca eficiência. Foi neste local que depositou-se as esperanças de sucesso do projeto civilizador dos índios, tendo sido apontada como modelo para o restante da Província. Entre 1847 e 1864, esta aldeia passou por uma série de acontecimentos que garantiu-lhe uma descontinuidade recheada de sobressaltos e solavancos. Seus primeiros dezesseis anos, não pode creditar-lhe tantos elogios, pois não mais fez que levar os povos indígenas que a habitaram, a um trauma psicológico, por verem seus valores abruptamente serem colocados abaixo. Os anos que compõe o período de 1847 a 1853 do século XIX, passaram consumidos com a tarefa cotidiana de solidificação da colônia aldeadora. De 1853 a 1856 a Aldeia N. S. do Bom Conselho, passou por um período que podemos chamar de dramático. O confronto cultural fez com que não houvesse uma harmonia nas relações entre o seu diretor e a comunidade indígena ali existente. A violência tanto física como cultural, causou danos traumáticos às comunidades indígenas. O missionário encarregado da catequização vê sua autoridade fugir-lhe por entre os dedos, iniciando aí os fatores do apelo à violência física, e o pedido de licença do frei Mariano Bagnaia. De 1856 a 1864 foi no seu começo dirigida por civis e militares até a posse do frei Angelo Caramônico como novo diretor. De 1864 a 1870 passa pelo período da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. As invasões da região do Baixo Paraguai, no sul da província cortou totalmente o contato da Diretoria Geral com os aldeamentos que são postos abaixo pelos paraguaios, isolando-os totalmente. Em 1857 foi

fundada a Aldeia Normal de Miranda pelo frei Mariano Bagnaia. De 1870 a 1889, com a reabertura da navegação, houve a instalação de enormes projetos agro-industriais, como usinas e charqueadas. As terras indígenas foram objetos de cobiça por tornarem-se mais valiosas aos olhos tanto do governo que via aí a oportunidade da vinda do progresso econômico, quanto daqueles que queriam tirar proveito financeiro desta nova realidade.

A Diretoria Geral dos Índios, (que a partir de agora passarei a abreviar como DGI.), no intuito de educar os índios menores com os parâmetros modernos, e animado pelo *"adiantamento dos jovens índios que se acham na escola sob a direção"*² do frei Mariano, e *"à vista das escritas"* que este missionário enviou à DGI resolve remeter-lhes *"...uma porção de translados"*, para ser divididos *"entre os mesmos índios, afim de conhecerem o typo moderno e esforçarem-se em imital-o"*. A imitação era considerada pela DGI, como uma forma de aprendizado, através da convivência com o meio o homem passaria a adquirir os "bons hábitos", como que se aquelas pessoas não possuíssem uma historicidade, e assim uma interdiscursividade interpretativa com poder de deslocamento do que lhes eram passado. Talvez quem sabe não seria isso um dos inconvenientes que marcaram as constantes frustrações nas tentativas de materialização do sonho imperial.

Para alimentar a acreditada civilização dos índios, equipamentos os mais variados, despejavam-se na Aldeia de N. S. do Bom Conselho. Em ofício de 11 de agosto de 1853, há aviso do envio de duas arrobas de cera e duas resmas de papel almaço. Podemos ver aí simbolizado as duas vertentes do projeto imperial, com a força que garantia-lhes a emergência. As velas com dois sentidos do que poderia ser feito com seu uso: seria no sentido literal de uso para iluminação do corpo, em novos caminhos impostos e por outro sentido, serviria para iluminar a "alma errante" daqueles "infelizes" para que não mais

“vagassem” pelas matas, vivendo na “indolência” e na “barbárie”. Com a luz tanto de Jesus Cristo, quanto do positivismo poderiam aqueles “selvagens” encontrarem a “cristandade” e a partir daí, adentrarem ao “grêmio da civilização”. O papel almaço poderia ser o lugar em branco com linhas retas para que não houvesse mais escritas sobre linhas sinuosas. A modernidade era entendida como o lugar da racionalidade, da certeza, e o papel almaço poderia significar a forma de como os “índios menores” pudessem adquirir esta certeza que os guiassem. Esse mesmo ofício clamava para que os diretores de aldeia parassem mais nos locais de catequização. Precisava-se da presença do pastor para servir de guia a seu “povo”.

Além do missionário que era considerado a pessoa ideal para dirigir a Aldeia, a equipe catequizadora e civilizadora compunha-se de professores: de primeiras letras, música, artes culinárias, costura, mestre ferreiro, e ourives entre outros. Seria preciso refazer os costumes daqueles povos. Era preciso ensinar-lhes o jeito certo de ser. Eis aí o lema do projeto colonizador.

Atendendo a uma constância, que era a de informar a situação dos aldeamentos indígenas, que, mesmo antes da promulgação do regulamento 426, já constava como desejo do poder imperial, de realizar-se um levantamento da situação dos aldeamentos na Província. Ricardo Gomes Jardim, cita entre outras aldeias as situadas nas imediações do Distrito de Albuquerque no Baixo Paraguai, hoje município de Corumbá-MS. Seu relatório mostra como se configurava o quadro da região do Baixo Paraguai, tempos antes da efetivação dos aldeamentos pós regulamento 426. Em princípio, afirmando não existir

*...nenhuma aldeia propriamente dita existe actualmente n'esta
provincia, achando-se há muitos annos³*

² relatório da Diretoria Geral dos Índios. Em 25 de novembro de 1852. APMT.

³ Ofício dirigido ao Governo Imperial pelo presidente da sobredita provincia o Exmo. Sr. Coronel Ricardo José Gomes Jardim. Avulsos. Lata 1841 APMT. Cuiabá. MT.

Em seguida passa a descrever o quadro da realidade dos aldeamentos, à época da promulgação do citado regulamento, desacreditando o governo imperial da existência de aldeamentos verdadeiramente dito.

Há porém diversas tribus ou grupos de familias, mais ou menos domesticadas e agricolas, como passo a expôr, as quaes bem que submissas conservam todavia ao menos em parte seus antigos e agrestes costumes; são governadas por chefes hereditarios d'entre elles, que se succedem no commando sem intervenção alguma das auctoridades brazileiras. Habitam em tendas ou ranchos cobertos de palha, ordinariamente abertos, e aos logares onde estão fixamente situadas as tendas de uma mesma tribu dá-se, ainda que impropriamente, o nome de aldêa, embora não estejam sujeitas a direcção ou regimen algum. D'estas aldêas contam-se em toda provincia vinte e uma, a saber: tres nas visinhanças da povoação d'Albuquerque, margem direita do Paraguay; (...) As tres aldêas do districto d'Albuquerque comprehendem 1300 indios d'ambos os sexos, e são uma de Guatiadêos, tribu pertencente á nação dos cavalleiros Guaycurús, outr'ora errante e emprehendedora; uma de Guanás, e a ultima de Kinikináos, tribus muito dadas á cultura das terras, e pertencentes á nação dos Chanés, de character docil, sociável e até hospitaleiro.

Seria importante atentarmos para o relatório de Jardim, pois estes mesmos povos considerados por ele como pacífico, estarão entrando em conflito com o diretor da aldeia frei Mariano, em momentos posteriores do aldeamento.

Com a nomeação de Henrique José Vieira, como o primeiro diretor geral dos índios, em 1848, podemos dizer que efetivamente após três anos da instituição do regulamento imperial inaugurava de fato a política aldeadora na Província de Mato Grosso.

A Aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, carregando consigo já uma experiência de aldeamento desde aproximadamente 1831, é efetivada dentro desta nova política, com todos os quesitos sonhados, em 1848, no lugar chamado de Mato Grande, no distrito de Albuquerque, região do Baixo Paraguai, tendo como diretor a partir de 1848, o

frei capuchinho Mariano de Banhaia. Segundo relatório do presidente de província Augusto Leveger, à Assembléia Legislativa Provincial em 03 de Março de 1854, ali existia nesta época

uma escola, onde atualmente sessenta e tantos meninos aprendem a ler e escrever e os rendimentos da religião, e outra de música com 21 alunos; há também tenda de ferreiro, ourives, infelizmente, ora desprovida de um mestre capaz), onde trabalham 10 meninas, uma mulher idosa e morigerada ensina as meninas os trabalhos de agulha, sinto que, à mingua de meios pecuniários, a falta de operários e diversas circunstâncias não permitam sempre fazer o que desejará a favor da dita aldeia, e attender a todas as reclamações do seu digno diretor.”⁴

Apesar de ser alvo da esperança dos dirigentes políticos, em seu pronunciamento, Leveger dava a pista para que pudéssemos entender o descontínuo e complicado que viria a ser o cotidiano deste aldeamento. A vontade de estabelecimento desta política esbarrava na dificuldade financeira de sua implementação.

Os aldeamentos e aldeados: O regulamento e a competência do diretor de aldeia.

O governo imperial, a respeito do regulamento 426 de 1845, após haver ouvido o seu Conselho de Estado, aprova em seu artigo 2º da lei de 1843, de que *“haverá em todas as aldêas um director, que será de nomeação do Presidente da Província sobre proposta do Director Geral”*.⁵ ao definir a competência tanto do diretor geral quanto do de aldeia, instaurava-se junto aos índios, um regime que vivia na tentativa de anular totalmente seus atributos culturais.

⁴ Relatório de Presidente de Província Augusto Leveger, 03 de março de 1854. APMT. Cuiabá MT.

As fronteiras dos direitos dos povos indígenas encerravam onde iniciavam as competências dos diretores. Encerrava-se nos artigos deste regulamento, um lugar próprio do saber indígena. Se anteriormente à invasão colonizadora do período colonial, resolvia-se as divergências culturais de forma guerreira ou não, com o colonizador o embate militar tornava-se praticamente inviável.

Após alguns contatos com o conteúdo do regulamento, com relação às funções do diretor de aldeia, começou a materializar-se para nós uma problemática que já interferia na reflexão teórica. Porque, apesar de toda precaução por parte do governo imperial com o objetivo de obter sucesso com o projeto, este mostrou-se descontínuo e irregular? Seria somente os fatores ligados aos interesses de grupos sociais dentro da sociedade provincial? Não poderíamos nos ater aos aspectos das diferentes linguagens culturais? Quais seriam as formas de condução da dinâmica de cada uma, nas relações de troca entre si. Deveriam ser respeitadas as historicidades de cada uma na leitura da constituição de valores diferenciados? Não seria necessário levar em conta as condições desiguais, militarmente falando, da efetivação dessas dinâmicas? Nesse caso não seria perfeitamente cabível uma fuga de si mesmo como forma de preservação cultural por parte de quem está em condições inferiorizadas? O que seria visto como subordinação não poderia, a partir deste novo viés de observação, ser considerado um ato de simulação, visando esperar condições de melhora ou apenas garantir ao máximo a manutenção da cultura. Não levaria a análise do colonizador à vertigem ao sentir-se prisioneiro de seus limites de linguagem? Por outro lado as culturas indígenas mesmo querendo amenizar sua situação não estaria limitado também por sua singularidade cultural?

Mais do que ficar na especulação hipotética, seria melhor ir aos documentos e tentar desenhar um quadro, mesmo sabendo-nos também prisioneiros de nossa linguagem interpretativa.

O artigo segundo do regulamento ao tratar do papel do diretor de aldeia toma todos os cuidados para não haver possibilidades de fracasso no empreendimento. Todos os fatores tradicionais como interesse de grupos sociais, luta pela apropriação das terras por particulares, desvio de verbas, cuidados com a integridade física dos índios, etc, foram tomados. Nos dezoito itens que compõem o artigo dois do regulamento 426, está quase que totalmente dedicado à necessidade de transformar as relações com os povos indígenas em atitudes de *"brandura e persuasão"* procurando por fim à realidade anterior que não conseguia dar um passo além de tirar os índios do seu habitat, ou como definiam *"da vida errante"* em que viviam.

A casa estava totalmente planejada para receber seus novo filhos. Tudo já estava pronto, após sua construção por aqueles que sabiam a verdade para aplicar àqueles que, pela mesma razão, também tinham certeza de que viviam errado.

No item 36 do artigo segundo, o governo imperial propõe regulamentos especiais para o regime das aldeias e para o desenvolvimento de sua indústria; para tanto orientava seus funcionários nas aldeias para ter

atenção ao estado de civilização dos Índios, sua indole, e character; ás necessidades dos lugares, em que se acharem ellas estabelecidas; ás produções do paiz, e as proporções, que o mesmo offerece para o seu adiantamento moral, e material."⁶

Acreditava-se neste entendimento imperial, de que era necessário integrar o índio à economia do país, como forma de crescimento econômico por um lado e crescimento

moral e material do índio. “*Para se conseguir o grande fim da catechese, e civilização dos Índios*”, como afirma no item 38, necessitava-se expor ao governo imperial “os inconvenientes”, que por ventura tenha sido “*encontrado na execução deste regulamento, e de outros*”.⁷ Porém no item décimo do artigo segundo, já existe a preocupação com a repressão em caso de fracassar os elementos de persuasão e brandura. A orientação ao diretor de aldeia é a de

*Vigiar sobre a segurança e tranquillidade da aldêa, e seu districto; podendo, em casos menores, reter em prisão, até seis dias, o que a perturbar, sendo Índio; e não sendo, faze-lo expulsar para fora da aldêa, e até do seu districto; e em casos maiores, prender e remetter ás justiças ordinarias com todas as indicações que receber e com o regulamento especial do item 17 do art. 1º*⁸.

A fase de 1848 a 1851, como já foi dito, pode ser considerado um período de início da tentativa material de implantação do projeto regulamentador da política indigenista. Longe de ser considerado um período harmonioso, destacaremos como trágicos os momentos vividos por esta aldeia de 1853 a 1864, data em que a Diretoria Geral dos Índios, em Cuiabá, já havia sido perdido o contato com a região do Baixo Paraguai, por causa da invasão paraguaia. Esta parte marcou a história da Aldeia Nossa Senhora do Bom Conselho, pelo total frustração do sonho projetado pelo governo imperial de submeter os índios às teses materializadas no regulamento 426.

O relatório de 1853, é marcado por um discurso otimista com relação ao crescimento que o diretor diz observar no mapa em seu poder. Segundo esses dados, nesse ano a sua população aproximou-se de 800 índios e que

⁶ decreto 426 de 24 de julho de 1845. Caderno de Leis e Decisões. APMT. Cuiabá. MT.

⁷ *ibid.*

⁸ *Ibid.*

o número de casamentos, por palavra de presentes, subio o anno passado á 24, e ao passo que os baptizamentos forão no mesmo anno 65, os óbitos forão 29. Os homens applicão-se á lavoura: plantão milho, feijão, arroz e mandioca, e cultivão o algodão e a cana. As mulheres fião e tecem o Algodão para os seus usos, e para os de seus maridos e filhos, fazem louça, cintas e suspensórios tanto de algodão, como de lã e algumas já costuram sofrivelmente."⁹

Deixa-se parecer uma harmonia e uma efetividade dos desejos indigenistas da época que em breve destoaria com os momentos de crise por que passaria esse aldeamento. Em seguida o Dirigente geral da política indigenista, faz um perfil do diretor de aldeia frei Mariano Banhaia, apresentando-o como um homem *"com zelo e caridade superiores a toda expressão, cura do bem temporal, corporal e espiritual dos indivíduos confiados a sua direção."*¹⁰ Sob a direção desse missionário, parecia que tudo materializava-se de forma evolutiva. A aldeia tinha um professor de *"primeiras letras"*, um de música e uma

mestra de costura, também tem um official de ferraria e ourivessaria. (...). Dos Mappas que vierão-me ás mãos consta que do 1º de janeiro até 31 de Agosto do corrente frequentarão a aula de 1ª Lettras, e com muito aproveitamento, 85 meninos, a de música 20, e a officina de ferraria e ourivessaria 10. Para os alunos mais adiantados da Segunda d'aquelas aulas, prometti, em outubro último, 4 flautas e 2 clarinetas, que pude obter por compra no Paix, pelo custo no Rio de Janeiro, e bem assim 24 cordas de rebeca, na mesma ocasião remeti para as obras da igreja 300 pregos caibraes, 300 caixares e 400 ripares."¹¹

O entusiasmo no discurso do Diretor pode ser resultado da distância da realidade do aldeamento ou mesmo de sua identificação com o que acontecia até 1853. Porém na maioria dos seus relatórios a partir desse ano, período de crise de produção agrícola, manteve-se uma posição de acordo com as políticas ali empregadas. Tudo que se inseria

⁹ Livro de Registro de correspondências e officios da Diretoria Geral dos Índios, de 16 de novembro de 1853. APMT. Cuiabá. MT.

¹⁰ *ibid.*

como educação já fazia parte de discursos do século dezenove. O trabalho e a música, os ofícios e sua separação por gênero, faria com que o pensamento ocidental adentrasse as selvas da província. Era o desejo de inserção dos índios na linguagem cultural que comandava o sentido povoador.

Dos “péssimos costumes” ao “perfeito da civilização”: 1854 a 1856 – a crise do aldeamento.

Os péssimos costumes ainda conservados pelos Índios, que V. Rma. Expõe em seu dito officio, há de extirpar-se; porém conto, e espero zêlo e dedicação de Nosso Reverendissimo que tudo conseguirá, tirando-os do estado primitivo em que por longo tempo se conservarão, para chegarem ao perfeito de civilização”¹².

Até maio de 1854, o diretor da Aldeia N. S. do Bom Conselho, gozava de crédito com os seus dirigentes maiores. Pois seu papel era o de dar ordens e receber ordens, e não sair jamais da ordem do discurso colonizador. Se tudo isso acontecesse dentro dos trâmites normais, tudo estaria harmonioso entre eles. O presidente da província Leverger, retransmite à Assembléia Provincial, as impressões que havia recebido do diretor geral dos índios de que o frei Mariano continuava “a reger com um desvelo merecedor de todo o elogio a Aldeia de N. Senhora do Bom Conselho...”. Esse aldeamento estava habitado quase em sua maioria por índios Kinikináo, e neste mesmo ano, segundo esse mesmo relatório, existiam em número de 700 índios. A imposição dos credos, cristãos e civilizadores, continuavam sendo efetivados:

¹¹ *ibid.*

¹² Henrique José Vieira. Diretor Geral dos Índios ao frei Mariano, em 08/08/1854.

...no decurso de ano findo houveram 55 batizados; 27 óbitos, e 10 casamentos. Os homens empregam-se na lavoura, na navegação e em diversos serviços; as mulheres fiam e tecem algodão, fazem louça, e algumas costuram sofrivelmente. Ali existe uma escola, onde atualmente sessenta e tantos meninos aprendem a ler e escrever e os rendimentos de religião, e outra de música com 21 alunos; há também tenda de ferreiro, ourives (infelizmente, ora desprovida de um mestre capaz), onde trabalham 10 meninas. Uma mulher idosa e morigerada ensina as meninas os trabalhos de agulha.¹³

Essa estrutura montada começaria já em 54 a mostrar problemas com a dificuldade de recursos financeiros por um lado, e por outro, começa a haver desencontros entre os valores da sociedade povoadora e as leituras feitas pelos índios. Começa a pressentir-se uma não assiduidade dos alunos das primeiras letras às aulas. E a situação parecia estar testando os limites da exaustão dos instrutores.

Um diretor geral dos Índios, ao receber ofício do missionário, frei capuchinho Mariano de Banhaia, concordam de que havia neste ano os indícios de *“costumes ainda conservados pelos índios”*. Para o lugar de leitura dos colonizadores, os índios estavam em um estágio primitivo de vida que os impediam ver com *“perfeição”* as coisas *“verdadeiras”* da vida. Esse mundo de *“ignorância”*, que entendiam estar vivendo os índios, fazia com que agissem com *“maus costumes”*. Gostaria de iniciar a narrativa sob a crise que abalou o edifício aparentemente estável da Aldeia Nossa Senhora do Bom Conselho. Frei Mariano intercedendo a favor do professor de primeiras letras, pede a opinião do Diretor Geral, sobre um fato no mínimo importante para iniciarmos essa fase que pretendemos chamar de *“crise do aldeamento”*. Esse professor escreveu ao Diretor Geral, Henrique José Vieira pedindo que desse ordens sobre que providências tomaria *“acerca das reiteradas faltas*

¹³ relatório de Presidente de Província Augusto Leverger em, 03/05/1854. APMT. Cuiabá, MT.

*commettidas pelos Índios menores que frequentão a sua aula...*¹⁴. Pela resposta do diretor dá para se imaginar uma exaustão por parte do professor com relação à certa insubordinação dos índios que frequentavam suas aulas de primeiras letras. Um desses indícios aparece na resposta de Henrique Vieira, que aponta-lhe o decreto 426 de 1845, afirmando-lhe que no inciso 6º artigo 6º, para concluir-lhe

*...que, se a persuasão e a brandura são os únicos meios legais de que podemos dispor para attrahir os Índios à Religião Christã, à sociedade, e aos bons costumes, d'outros que não forem tais, não nos é lícito lançar mão para sujeital-os à instrução primária, que é sem dívida em relação as da salvação, um bem muito menor com que o Estado lhes favoreça*¹⁵.

A opção pela utilização de métodos “brandos e persuasivos” não faz parte, culturalmente, da prática política indigenista. Segundo a orientação do diretor geral, *“...d'outros que não forem tais, não nos é lícito lançar mão para sujeital-os à instrução primária...”*. Impedidos que se sentiam pelos limites impostos pelo regulamento 426, restavam a eles métodos não violentos fisicamente. Esses limites impostos, mais parecendo uma norma do governo imperial que uma vontade local, logo começaria a ser transgredido pelo diretor de aldeia.

Ao observar o descompasso nas relações entre os lados, senti a impossibilidade de aceitar a interpretação da atitude dos índios de rejeição aos ensinamentos impostos como sendo de “não entendimento” das orientações dos catequizadores, nem que unicamente “resistiam” a atender as suas ordens. Acredito que o que mais se aproxima do acontecido, teria sido, um “confronto de diferenciadas formações culturais”. Para assim entender,

¹⁴ Livro de Registro de correspondências e ofícios da Diretoria Geral dos Índios, de 16 de novembro de 1853. APMT. Cuiabá. MT. p. 53.

¹⁵ Relatório de ofícios e correspondências da DGI. Em 08/08/1854. p. 53. APMT. Cuiabá. MT.

precisamos fazer crer que os “agenciamentos” que conduziam a leitura indígena, não foram colocado em conta, e mais do que isso, era impossibilitado de ser visto pelo colonizador. Esse estava impedido de isso fazer por estar interpelado ideologicamente por um discurso que o fazia crer numa verdade extra-cultural, fazendo-o então entender o índio, não como um lugar diferenciado de leitura, e sim um lugar atrasado, obscuro de leitura do real. O índio por sua vez, não agia mais unicamente com a cultura que trouxe com ele, mas já havia uma cultura mesclada com o que apreendeu do que lhe foi posto durante a sua já longa vivência com os diferentes tempos de colonização. É a partir dessa agência que o sujeito se instaura para intervir no real. É a partir de ordenações produzidas por linguagens que compõe seu ser, e ao contato com diferentes linguagens que apontam para tipos diferenciados de ordens, que se instauraria os agenciamentos tais. Portanto torna-se impossível para esta análise fixar-se no entendimento tanto do lado catequizador como do pretense catequizando, lendo-os como algo homogêneo. Como diz Deleuze, há sempre um “discurso indireto” mediando o espaço entre o visto e o dito. Este não surge deste espaço unicamente, mas vai sempre de um dizer a um dizer. Todos os protagonistas trazem para o palco do espetáculo o seu próprio enredo. “Existem muitas paixões em uma paixão, e todos os tipos de voz em uma voz, todo um rumor, glossolalia: isto porque todo discurso é indireto, e a translação própria à linguagem é a do discurso indireto.”¹⁶. Necessita-se portanto entendermos nosso objeto como composto por uma diversidade de lugares de assujeitamentos, usando aqui uma perspectiva da Análise do Discurso da linha francesa. Tanto o lado do sociedade povoadora, quanto o lado que estava sendo submetido a essas tentativas de inserção nas ordenações dessa linguagem que compunham as verdades dos

¹⁶ DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix, MIL PLATÔS, Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo, editora 34, 1995.

povoadores, eram compostos por uma variedade de lugares de linguagens interpretativas. Isto garantiu o descompasso da política indigenista, e fez com que este projeto sofresse vários deslizamentos, que foram os responsáveis por fatos que contrariaram os objetivos pré-estabelecidos.

Vendo-se limitados a um único procedimento para fazer com que os índios frequentem as aulas, ou seja, o convencimento, o diretor orienta, obedecendo a esse sentido, a que tanto o diretor quanto o professor e demais funcionários da aldeia que:

...sem tornar odioso o sistema dos aldeamentos, se conpirem contra a acidia dos Índios para as couzas de Deus, e da sociedade, e que empreguem em commum, e com esmero e diligencia, todos os meios de persuadir aos pais de familia das vantagens, que resultão aos seus filhos, as instrução primária, bem como da conveniencia de mandal-os á escola, enquanto for tempo, para apprenderem a ler, escrever e contar... ”¹⁷

Esse lugar diferenciado, que compõe a interdiscursividade do índio, garantiu-lhe uma leitura de tudo que se oferecia aos seus olhos como real. A partir desse gesto de leitura, fez sua intervenção nesse lugar, ou seja, situou sua ação neste aldeamento. O lado dos colonizadores, via nos índios apenas “acidia”, ou melhor, cria na existência de uma verdade superior que o índio por um abatimento corporal ou espiritual, por preguiça ou frouxidão, não conseguia enxergar. Deveria portanto conspirar contra essa atitude errada do índio. Recomendava persuadir os pais de família das vantagens de ver o mundo a partir do saber correto, ou seja, após o aprendizado de seu modo de ler, de escrever, de contar. Essa visão maniqueísta muito contribuiu para agudizar a situação de confronto. Muito caro custou à cultura indígena, que viu de uma de hora para outra, seus direitos de liberdade, de livre expressão serem desterritorializados. A partir de uma construção de verdade, o saber

¹⁷. Relatório de ofícios e correspondências da DGI. Em 08/08/1854. p. 53. APMT. Cuiabá. MT.

colonizador impõe-se pretendendo destituir toda propriedade indígena sobre sua própria vida, sobre todos seus valores. Surge um discurso fundador que a partir de um sentimento evolutivo tem-se como o certo, e considera uma infinidade de saberes como errados, imperfeitos. Isto posto, credita-se o direito de transformar esse imaginário sobre o índio, em políticas altamente perversas a uma multiplicidade cultural. Foi sob os auspícios dessa forma de interpretação que os protagonistas puderam testemunhar uma crise nunca vista na política aldeadora do Baixo Paraguai.

1855, Distrito de Albuquerque: um modelo imposto, e o seu deslizamento: O apogeu da crise da aldeia de N. S. do Bom Conselho.

Mal abre o ano de 1855, mais precisamente no dia 3 de janeiro, o presidente da Província, Augusto Leverger, ordena ao Chefe de Polícia, para seguir rumo à fronteira do Baixo Paraguai, recomendando-lhe *“toda vigilância na manutenção do socego, e da segurança publica...”*¹⁸. Haveria de dedicar com zelo na manutenção desse projeto. O sonho de ver os índios incorporados ao modelo colonizador, fez com que se criassem funções em que aos poucos o índio fosse exercendo o papel de defensor do interesse povoador. Havia já em funcionamento nesse ano, em Albuquerque, uma companhia militar composta por índios canoieiros, cuja função era a de garantir transporte e segurança nos rios principais da província. Manoel José de Carvalho, diretor da aldeia de Albuquerque foi nomeado como encarregado da companhia. Os índios aldeados começavam a servirem como braços úteis à sociedade povoadora. Seus barcos agora não andam mais de forma errante, andam agora sob a ordem imposta, e o tempo é o da exaustividade do uso de seus

¹⁸ Documentos Avulsos. Lata – 1855-B. maço – Secretaria da Polícia de Cuiabá. APMT. Cuiabá. MT.

serviços. Veja que a ultima equipe dessa companhia, composta de 34 praças, chegaram a Albuquerque no dia 9 de março e dois dias após, essa viagem seguiram para Cuiabá. Seria especulação dizer que foram obrigados a retomar tão rapidamente o trabalho, porém fica claro o pouco tempo de repouso e convivência com sua comunidade. Em seu relatório datado de 11 de março de 1885, apresenta o seguinte mapa da companhia de praças canoeiros ¹⁹:

Número de praças	Em que serviço empregados	Observação
04	Na condução de canoas para Capital	Sahirão em 13 de novembro do ano passado.
10	Na condução de duas canoas para a capital	Sahirão em 12 de fevereiro do corrente anno.
12	Na condução de duas canoas para a capital	Sahirão em 19 de fevereiro do corrente anno.
34	Que se appresentarão chegados de Coimbra em 9 do corrente e seguirão para a capital tripulando	Sairam nesta data.

¹⁹ : Lata 1855-C. APMT. Cuiabá. MT.

	sette canoas.	
60	?	?

As palavras funcionam como ordenadoras mais do que unicamente com função gramatical. Quando saem da ordem causam verdadeiros ruídos. Ao fazer reclamações acerca da situação em que se encontrava o frei Mariano causou certo mau estar na linguagem formuladora da normalidade hierárquica que caracterizava relações entre os colonizadores. O diretor geral assim respondeu a um ofício desse missionário:

por esta ocasião tenho a recomendar-lhe que quando V. Rma. Se dirigir oficialmente a esta mesma Diretoria, não emmpregue termos tão imperativos como o fez em seu offício de 5 de Dezembro p.p. ²⁰

Este tipo de relacionamento mostra que mais que uma comunicação, as palavras do diretor geral soa como uma garantia de manutenção de princípios de ordens de um discurso. Emerge como forma de garantia de seu funcionamento hierárquico. Apesar do ano de 1855, representar o auge da crise da ordem no aldeamento, o lado colonizador preocupava-se na manutenção da hierarquia do poder.

Torna-se difícil entender o que passava pelo pensamento colonizador, quanto á política indigenista, tanto dos dirigentes maiores como do diretor da aldeia, perante a crise que começava a manifestar-se em sua aldeia. Ao mesmo tempo em que preocupava-se com o estado de crise por qual passava Bom Conselho, manifestava desejo de iniciar seu trabalho de fundação de um aldeamento no Distrito de Miranda. É nessa época que surge ofícios pedindo sua presença neste empreendimento. Pelo discurso relacionado aos índios

²⁰ Relatório de ofícios e correspondências da DGI. Em 11/01/1855.

Terenas de Miranda, dá para notar a presença da visão de quem não sente-se frustrado, mas como que creditando á barbárie indígena este estado de crise.

Se houve uma crise, ela desenrolou-se desde meados de 1853, e este fato não criou constrangimentos nas falas das pessoas encarregadas de catequizar os povos indígenas na Província de Mato Grosso. Em um ofício enviado ao presidente da Província Augusto Leverger, frei Mariano mostra-se bastante entusiasmado com a possibilidade de vir a fundar aldeamento no Distrito de Miranda. Afirma que ao percorrer esse distrito em 1852, constatou a presença de grupos indígenas das “tribus” Terena, Caiana, Aicurus, etc. foi, segundo a sua expressão, “*sobremaneira lamentável*” ver

...a deplorável posição desses infelizes que de nenhuma utilidade são a si, e ao Estado, e que aliás com bem pouco trabalho podião tornar-se tão uteis e passivos a sociedade, incorporando-as em uma só aldea, onde tão somente podem serem regados com o benéfico orvalho da cathequesi²¹

Possuído que estava por uma linguagem homegeneizadora, que via a diversidade cultural como produto de desvio interpretativo do real, o aparelho catequizador negava a multiplicidade cultural indígena considerando-a errada, pagã. Operando a partir desse viés, qualificava as práticas culturais indígenas como inúteis ao modelo do Estado provincial. Havia a necessidade de juntar culturas variadas num só local. O objetivo seria não deixá-lhes desviarem-se do modelo único e verdadeiro, ou seja serem “*regados com o benéfico orvalho da cathequesi*”. Subordinado à sua linguagem, regada pelo conceito do bem e do mal, anula qualquer possibilidade de entendimento de validade nas culturas nativas. Vistas

²¹ Lata 1855-A: Documentos Avulsos. maço índios. Ofício do diretor da Aldeia de N. S. do Bom Conselho ao presidente de Província Augusto Leverger. APMT. Cuiabá. MT.

como superstição, retrata-as assemelhando-as ao paganismo. Servir ao Estado passava pela necessidade de assimilação do cristianismo. Coloca ao seu dirigente maior, das

...vantagens que esses objeto promete ao Estado, parece-me que deve-se olhar com especial attensão só com ver tantas almas entregues ao paganismo, e a superstição, cuja perdição e desgraça pode ser vedada conduzindo-os ao gremio da nossa santa religião”²²

Toda experiência ainda não havia provocado um recuo, ou ao menos uma modificação no discurso sobre o índio. Continua a insistência numa postura maniqueísta que tinha o índio como um ser desviado do caminho da luz. Porém por mais que a leitura da crise não reflita sobre a possibilidade de falhas no modelo colonizador, os documentos nos mostram como a insubordinação indígena ampliava-se gradativamente.

Em 26 de junho de 1855, frei Mariano, resolve subir as águas da bacia do rio Paraguai rumo à capital da província para encontrar-se com o seu presidente. Os motivos que o levam não são dos melhores. Leva consigo uma angústia, pelo fato de sua linguagem não ecoar-se no meio indígena. A colheita de feijão foi aquém do esperado, somando-se a isso um fato que muito abateria os ânimos do missionário; segundo seu ofício “...mandou colher o feijão plantado em comum e com a estação contrária, a colheita foi muito diminuta”²³.

Entre a forma de sentido da linguagem missionária e as dos índios havia um entremeio onde produzia-se um lugar. Esse lugar inevitavelmente gerou fatos que aos seus protagonistas eram inexplicáveis e os levavam aos limites de suas leituras criando aí os conflitos desse não entendimento mútuo. De um lado o discurso colonizador que anulava os

²² Ibid.

²³ Lata -1888-A: Documentos Avulsos. Ofício do diretor da Aldeia de N. S. do Bom Conselho ao presidente do província em 26/06/1855. APMT. Cuiabá. MT.

demais discursos, impondo-se como verdade certa e única. Do outro lado, as vozes impedidas de manutenção de seus lugares de verdade, e sem conseguir obter resposta aos seus anseios, deslocava os sentidos do saber imposto, e modificava o espaço invadido pela extensividade colonizadora. Criava-se aí, fatos inusitados aos olhos de linguagens tão diferenciadas, materializando a todo instante, acontecimentos conflituosos a cada um dos lados. A concepção de economia agrícola na concepção indígena junto aos costumes sincretizados aos dos colonizadores levou os índios a atitudes que colocava no diretor da aldeia um sentimento de pânico. Após a colheita do feijão, a atitude da população aldeada marcou profundamente a estrutura emotiva do frei Mariano. A sensação que exprime em seu pedido ao presidente da província, traduz um quadro de agudização dos conflitos em Bom Conselho. Após meia década da presença religiosa chegava-se a uma situação melancólica, onde o discurso religioso começa a fazer uso da violência. Outra leitura importante, é a da impotência catequizadora perante as transgressões por parte dos índios aldeados, que iam tornando-se cada vez, mais explícitas.

Os Índios empregarão tudo em aguardente que foi a causa de eu passar tanto desgosto. De tarde para evitar aquellas funestas consequencias que traz consigo a bebedeira entre estes malvados, forão recolhidos a prisão alguns Índios, a maior parte destes arrombarão a cadeia, e evadirão-se; hum destes quando no sahir foi visto pela patrulha, que o quis recolher, reluctou, levantou-se com a escolta, e ficou tão sério na frente de minha caza, que para (inelegível) foi preciso amarra-lo. Dirigiui-me muitos insultos, protestando contra minha existencia ammeaçando incendiar minha caza, e como o conheço com capacidade, principalmente no estado em que se achava, o fiz dormir atado dentro do quartel.²⁴

²⁴ Ibid.

O que levaria os índios a ato de rebeldia tão forte e corajoso? Esses povos eram tidos como pacíficos em épocas anteriores ao regulamento 426 que redundou na retomada do aldeamento do Bom Conselho. Após o ato de violência do padre contra um dos índios, conseguiu-se detonar algo que já vinha acumulando-se a tempos. A troca de modelos de subsistência, acompanhado do fracasso da imposição do modelo ocidental a uma cultura que tem concepções diferentes de economia, a destruição da possibilidade de acesso ao modelo de um exercício de cadeia alimentar onde trabalho e prazer não estão desligado, entre tantos exemplos que poderíamos citar, podem ter contribuído para tornar cada vez insuportável a tolerância indígena. A escrita tremida, da forma como está no documento dá a impressão de que o padre estava num estado lastimável de angústia e medo. Isso passa-nos o estado grave em que estava metido nosso pastor. Veja como expressava o fúria dos índios em seu relato.

Os Indios estavam tão furiosos que presentavão hum aspecto horroroso e a cada instante estava vendo funestas circunstâncias. Exmo. Sr. Tenho 3 praças de serviço inclusive o comandante; tive patente probabilidade do perigo em que se achava a minha existencia proveniente de algum rompimento que os Indios estão querendo travar, pois disto tive noticias por pessoas existentes fora da aldêa. As circunstâncias em que se acha a fronteira me dão receio de pedir oficialmente aumento de força, porem desejava que que V. Ex.a. Ao menos me soccorresse com mais 2 praças, pois que estando aqui a qualquer hora se precise no forte, estão prontos. Se V. Ex.a. Tivesse a occasião huma so vez de pesenciar quando os Indios estão neste estado se horrorizaria e dessas senas com muita frequencia sou necessario esperar!!!²⁵

O poder religioso sentia o tremular do medo da insignificância do seu mando, os limites da sua linguagem ao apenas roçar aquelas línguas estranhas que não queriam a casa

²⁵ Ibid.

que lhes éra oferecida. Quando chegou aos limites da ternura e persuasão, o poder colonizador, apelou para a violência. Desenhava-se cada vez mais a faceta de uma sociedade que não aprendeu a tolerância aos que não falavam a sua língua. O ato do pedido de reforço policial era o esboço de uma virada na política, e um declínio do sonho de interiorização da verdade civilizadora, de forma branda e persuasiva

Até consta-me que hum desses que evadirão-se da cadeia, dirigiu-se a esse forte levando consigo hum filho decuriado da aula. Tinha dado ordem que a meio-dia se soltasse, e as 10 horas fugiu, no caso que lá se presente, espera que V. Ex.a. Dará a qualquer queixa o pezo que hum bugre merece.²⁶

Os pais fugiam e levavam seus filhos que estavam na escola de primeiras letras, negando-se ao aniquilamento de sua cultura. O missionário num ato de insastifação e intolerância, pede as suas capturas. Brada num tom de fúria, tudo que realmente pensa dos índios, ao dizer que um "bugre" merece o castigo, a cadeia, a tortura. Sentindo-se impotente, amaldiçoa-se, achando um castigo o que antes era uma causa de Deus. As falas no tom em que escreveu, as letras trêmulas no papel dão a conotação de sentimento de prostração perante a impotência da tentativa de subordinação dos índios à sua linguagem. Sem nada poder fazer, clama a piedade do seu senhor. Porém fica ainda a incógnita deste sentimento quando ele alimenta a vontade de fundar outro aldeamento em Miranda.

Ah! Meo Deos grande forão os meos crimes que devo-os pagar no meio destes malditos! Que so servem para amargar meos dias! Espero que V. Ex.a. Se dignará servir-me no que peço, pois mesmo meo amigo Peixoto não appresentaria dificuldades.²⁷

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid.

Se até os meados deste ano o frei Mariano já andava as turras com os índios aldeados, o segundo semestre de 55 não mostrava-se muito promissor. As fugas começam a tornar-se uma constante. Ainda no primeiro semestre, no final de junho, o frei informa “a fuga dos índios Antonio Pereira, André D. Oliveira e Mariano José, alunos da aula, que atualmente rege”.²⁸ Este episódio fez parte de uma série de manifestações dos índios aldeados em Bom Conselho. Em ofício de 30 de julho de 1855, o frei Mariano chega a suplicar para com o presidente da Província para que olhasse o seu “estado de indigência”²⁹. Uma das razões aparentes do diretor seria da necessidade de aumento em sua remuneração. O motivo seria a não solidariedade dos índios para com ele. Além dos gêneros alimentícios ali serem caríssimos a igreja não conseguia arrecadar donativos dos índios. Continuando suas “súplicas” o pastor reclama:

*...não posso agenciar por meio dessa industria, o altar nada me rende. Por parte dos Índios não só me vem negando qualquer socorro, como por combinação deles, parece incrível nem com o meo dinheiro passo obter nada. Tal é a triste posição em que me põe a ingrata condição dos Indigenas desta tribu!!!*³⁰

O isolamento político do frei Mariano, internamente à aldea, dá conotações do não funcionamento das tentativas de subordinação dos índios em Bom Conselho. A vertigem alcança o catequizador ao não conseguir inserir os índios à sua linguagem. Os índios por sua vez faziam valer seus saberes mantendo, mesmo em condições de inferioridade militar, laços culturais reconstituindo nova territorialidade mesmo sob a imposição colonizadora, que tentava colocar abaixo todos os seus saberes. O saber religioso ligado ao saber colonizador como que se identificassem e se realizassem mutuamente, materializavam-se

²⁸ Lata 1855-A, caixa A: Documentos Avulsos. ofício de 28/06/1855. APMT. Cuiabá. MT.

²⁹ Lata 1855-A. Ofício de 30/07/1855. Ibid.

como que por uma consubstanciação. Sua forma de relação econômica não encontrava eco na cultura indígena. De nada valia seu dinheiro para uma cultura em que este tipo de relação não existia como valor. Iniciava-se um período de resistência às ordens vindas da parte do colonizador.

Poderíamos dizer que haveria um momento de conflito entre formas de vidas se interpondo. A cultura dos índios de Bom Conselho, passava por traumas fortíssimos por ver-se segregados, vendo tentativas de anulação de toda sua história. Chegava o momento de estupor em que transbordava-se de suas margens e explodindo em comportamentos de transgressões. Isto levou-os a sofrerem os mais variados tipos de retaliações e violências. Manoel José, capitão dos Índios, nesta aldeia, dirige-se ao presidente da província, para dar parte do frei Mariano. Veja o teor do seu relato.

Eu dirijo a V. Ex.a. Porque eu quero dar parte a que Frei Mariano me fez com Frei Antonio, Exmo. Snr. Porque nesta minha lugar vivo judiado com tantas bofetadas. Eu não posso mais. Porque o defunto Capitão Simão morreu não mas, Exmo. Elle não quiria esta judiação. Agora elle morreo. Não há Capitão aqui nesta Aldêa para me acudir, se não este que esta presente a V. Ex.a. O padre Mariano não faz caso de ninguém, nem Capitão nen nada. Por isso eu dou parte a V. Ex.a. Para não fazerem mais esta judiação comigo, porque elle mi judia como quem estar judiando com cachorro. Hum homem morreo filha, o Homem pegou chorar olhando as coizas da filha cortou pé de laranja com os pés de bocaiuva. O Capitão Pereira estava olhando, de pois disto o frei Mariano sob. A que elle fez? Mandou chamar a pai da menina. Elle perguntou: diz qual hé razão que vossa merce cortou laranjeira da sua filha? Homem nem dizia uma palavra. Elle mandou buscar pela laranja com pé de bocaiuva. Ele pois no Capitão Pereira arrastando pé de laranja, o pai da menina arrastando pé de bocaiuva, rodeando Aldêa. O Capitão Pereira, não hé possível dar razão para V. Exa. Que Frei Mariano fez para elle Exmo. Snr. Eu peço a V. Ex.a. Obsequio não mostrar para ninguém esta carta, nem para elle eu quero que V. Ex.a. Saiba esta minha razão. Também Exmo. Snr., eu tende dar parte a V. Ex.a. Quando elle ve mulher andar com jislada elle manda chamar-me

³⁰ Ibid.

para queimá jislada della. Esta porcaria anda a revistar as meninas com ovos de galinha. Ovos entrando, elle manda chamar pai da menina com mãe para receber castigo té cahir no chão. Exmo. Snr. Tambem quero pedir a V. Ex.a. Obsequio para nos dar algum holhadura. Deos Guarde a V. Exa. Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, 19 de Junho de 1855. Ilmo. Exmo. Snr. Presidente da Provincia Capitão Commandante das Armas Manoel José, Capitão dos Índios

Juntando à denúncia do índio Manoel José, o próximo documento retrata o desespero de um saber que se quis assumir como lugar da ordem do mundo. O apelo a expedientes de violência traduz uma linha demarcatória entre a extensão da linguagem e o seu declínio. A crise de uma economia agrícola passa pela dificuldade em impor-se uma linguagem ordenadora a uma outra que inexoravelmente segue uma lógica, impossibilitando seu sujeito de eximir-se totalmente dela. O resultado foi a ineficiência desse modelo imposto e a necessidade de garantir a ordem que não efetivou-se. Garantir com subsistência excepcional e repressão e ver os índios como errados, eis o que nos mostra o resultado da imposição cultural por que passaram os índios aldeados.

Para o frei, a insubordinação crescia a olhos vistos. Era cada vez mais explícita. Os índios começavam a deixarem de ser atores e assumiam seu próprio papel. Um modelo que prometeu o céu trouxe-lhes o inferno. Roubaram-lhes o direito de retomarem sua antiga cultura. O clima era de completa segregação. Os índios não tinham autonomia de escolherem seus próprios caminhos. Para tanto começavam a indispor-se com esse modelo que só lhes havia trazido a desorganização cultural. As tentativas de desintegração de seus costumes aliadas à destruição de sua cadeia alimentar, fez com que esses povos se rebelassem. Mariano materializa esta situação em sua fala ao seu dirigente.

o espirito de insubordinação nos Índios desta missão está fazendo progressos agigantados; desattendem abertamente, ainda hontem precisando eu mandar 3 índios em Albuquerque para conduzirem

uns objetos da aldeia vindos da cidade, mandei um na aldeia um deles relutou em ir, dizendo-me que não era escravo, e correu, mando um soldado apos delle e elle de frente da minha caza passou mão em um pau e foi-se pronto resistindo, e desafiando, disendo que vinha custar desarma-lo, e recolhe-lo a prisão. Peço a V. Ex. dignar-se dizer-me como devo me postar em identicos casos. Outrosim faz poucos dias mandei chamar huns Indios para limpar a frente da Igreja, a hum delles responde ao cabo o que quer o padre comigo? Não vou e porque. O cabo comandante lhe ameaça prende-lo, foi bastante para elle erguer(inelegível)...e dizer-lhe: venha que morre! E desde então a cada passo, até a mim em huma ocasião para dizer a um delles que fosse ver enchada para limpar a frente da igreja pegou em huma acha de lenha com que me feriu! E se a isto não se remedeia ou não podem civiliza-los serei vítima; rogo a V. Ex.a. A dignar-se prestar atenção a quanto esprimo, que trata-se da minha existência. De nada vale o agrado com que ao tracto, (...) elles de tudo não querem, obrigo-os não sei se faço bem peça a V. Ex.a. Dignar-se esclarecer-me. Exmo. Sr. A miséria nesta aldeia atualmente está no mais eminente appuro e até me deo vontade pedir a V Exa. autorização para comprar algumas rezes a beneficio dos pobres menores que estão na escola. ”³¹

Por mais que o catequizador tentasse amenizar a situação, com apelos cada vez mais angustiantes ao diretor geral dos índios, a manutenção do controle tornara-se cada vez mais insuportável. Os índios não mais acreditavam nos resultados daquele civilizado modelo. Desesperavam-se em buscar garantias de sobrevivência. Saíam pelas matas em busca do que faziam antes. Viver das matas que os alimentavam. Era como que voltassem às suas divindades em busca de um reencontro após um pesadelo. Para aquele religioso a situação da Aldeia N. S. do Bom Conselho, estava caminhando para a insustentabilidade, pois “...A miséria nesta aldeia vai crescendo sempre mais. Os Indios até derão em comer gravatá, espalhão-se nas matas atras de bocaiúvas, deixando perecer o serviço da lavoura.”³²

³¹ 1855- A, documentos avulsos. (30/07/55)Maços índios. APMT. Cuiabá. MT.

³² Lata 1855.A, Documentos avulsos. Maço: Índios. 28/10/55. APMT. Cuiabá. MT.

Poucos dias depois, em 11 de novembro de 1855. Frei Mariano volta a enviar um outro ofício aos seus dirigentes. Nele estava expresso sua angustia perante a impotência de não conseguir reverter uma situação de insurgência por parte dos índios. De forma explicitamente exaustiva exclamava o seguinte: .

Tenho empregado, e continuo a empregar todos os meios que minha fraca prudencia me administra para animar os Indios a não desacoroçoarem de baixo do cruel pezo da miséria. E mando continuar a preparar pela plantação de mandioca, para não vexallos, mando 4 a 6 indios por dia, e depois deste dia tem muito tempo para cuidarem em suas plantações. Faço-lhes continuamente que hé ordem do governo, e que é para remediar as proprias necessidades, e de seus filhos; todavia se acha huma resistencia indivivel. E nunca ocupei elles que não fosse ou em vantagem ou immediata delles. Dei a devida atenção ao que V. E. me diz a respeito da paciencia com que hé preciso levar este serviço. E elle amado amigo, se esta não me tivesse assistido com o seu vigoroso braço e não me tivesse servido de trincheira a tantos insultos, e a actos de já há tempo que tenho sido uma vitima. Chega hum indio na minha frente de casa e depois de ameaçar-me, me disse que queimaria a caza, e depois de poucos dias apparece a meia noite a effeito, se não fosse huma mulher que por divina providencia estivesse acordada, e chamasse para acudir o fogo era vitima.(...) Quando pedi esclarecimento sobre a insubordinação dos Indios nunca foi minha intesão recorrer a medidas de rigor, que não(inelegível) com as regras da prudencia, mas somente para não consentir que os Indios desrespeitem meo caracter de que tanto devo zelar.

Essa falas seqüenciais tornam-se comum nos escritos de frei Mariano neste ano de 1855. A realidade local materializa uma situação criadora do abismo entre o sonho colonizador e as consequências de não haver-se dado a devida importância à historicidade cultural dos povos nativos. Os lugares de poder mais distante do evento começavam a entrar em desarmonia com os procedimentos disciplinares do aldeamento de Bom

Conselho. Manter o caráter que o padre tanto zela, não limitava-se mais ao exemplo religioso. Mais do que isso, recorre-se à instrumento de coerção e repressão aos índios que já tinham sido cerceados seus direitos à livre manifestação cultural. Um saber que se denominava universal mesclada a um dogma religioso que subestimava e excomungava qualquer credo assemelhando-os aos objetos de seus antagonismos na Europa Ocidental, principalmente no sua fase medieva. Ambos constituíram o índio como um ser que necessitava romper com seus costumes, considerados como desvios e que precisavam ser reeducados. Havia o claro interesse da exploração desses povos como mão de obra, como elemento povoador, principalmente pelo ausência da figura do imigrante europeu nestas paragens. Mais dois entre tantos outros interesses habitavam essa casa preparada para esse ser “estranho” à linguagem colonizadora: a utilização de suas terras para a exploração econômica e a extração de riquezas minerais, como aparece comumente nos documentos. Para que tudo isso tornasse realidade, era preciso o arrebatamento destas almas “*errantes*” e por essa consequência “*iníteis*” ao projeto povoador da fronteira oeste.

Angustiados por ver seus traços culturais aniquilados pela imposição de um modelo cultural que não lhe dizia respeito, os índios cansados das violências tanto física quanto psíquicas, não limitam-se a enfrentamentos, a busca do alcoolismo ou a súplicas aos dirigentes centrais. Batem constantemente em fuga, levando suas famílias, buscando de volta a possibilidade de reencontro de um mínimo de condições de existência. A sensação que se tem ao contato com os documentos que narram esses fatos, é de uma dor que não é possível passar para o papel. Mas às vezes é possível imaginar a tragédia que estaria passando pelo pensamento destes personagens ao remarem não sabe para onde buscando com suas famílias territórios culturais perdidos, que não sabem onde ficaram. Não era esse

o olhar do catequizador. Caçava-os com os direitos que sua linguagem lhes concedeu. Acreditavam esses caçadores de almas, de que a vida tem um único sentido, um único lugar. Recusava-lhes a chance de retorno ao que aos seus olhos cristianizados, consideravam como trevas. Frei Mariano, deita tinta sobre a folha de papel, em sua mesa na missão de N. S. do Bom Conselho, no dia 03 de Dezembro de 1855. Faz isso para comunicar ao seu dirigente de que o índio canoeiro Francisco, membro de sua missão havia aproveitado a licença para fugir da aldeia, levando a família. Eis como faz a denúncia:

Comunico a V. Ex.a., que o Indio canoeiro Francisco Germano pertencente a esta missão, estando com licença, evadio-se da aldeia, levando mulher e filhos, e a família da mulher, entrando neste numero hum decurião da aula de Primeiras Letras, que já estava-se adiantando alguma cousa, hé hum daqueles moços, que em junho passado fugirão para este forte.³³

Ao justificar seu ato o frei começa novamente a nominar os atos dos fugitivos. Não gostar do trabalho que lhes era imposto, este era o motivo. Pudemos observar em outra parte deste trabalho, o quanto era desgastante as duras jornadas impostas aos índios canoeiros, e o perigo que estavam expostos ao transportarem munições para armas de guerra. Numa de suas viagens, (vide tabela) os índios chegando do Forte de Coimbra, seguiram viagem para Cuiabá, com apenas um pouco tempo de descanso. Nota-se um desgaste na elogiada Companhia de Praças Canoeiros, formada por frei Mariano para servir ao projeto colonizador, tanto economicamente como apoio de guerra . mostra também com a fuga de seu filho, aluno de primeiras letras, uma evasão do ensino civilizador-cristão. Vejamos nas palavras do missionário:

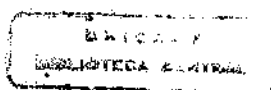
³³ Lata – 1855-A, documentos avulsos. Maço Índios. APMT. Cuiabá. MT.

O fim do primeiro creio seja para subtrair-se do serviço a que se acha alistado, e do ultimo não acho outra sinão que a vadiação, pois não houve nenhum motivo. Desconfiando terem tomado a direção do Paraguay acima, depreguei o comandante do destacamento militar dos Dourados.³⁴

Os contornos apresentados pela realidade da aldeia Bom Conselho, mostrava-se que algo de grave estava acontecendo na região do Baixo Paraguai. Índios insubordinando-se ao trabalho estabelecido pelo catequizador, ameaçando revidar as violências contra os seus, fugas constantes, alcoolismo, leva o Diretor Geral dos Índios, Henrique José Vieira a tomar algumas medidas de emergência. Consiga acumular alguma quantidade de alimentos para serem enviados à Missão, como forma de minorar a fome que assolava aquele aldeamento. Em ofício ao Presidente da Província. Augusto Leverger em Cuiabá 06 de Dezembro de 1855, Vieira ao avisar da não oneração do estado, pede ao presidente ajuda no transporte desses alimentos. Existe neste episódio os sinais da descontinuidade do projeto catequizador. O sonho que nos discursos pareciam tão simples, aparece agora como um complicado fardo. As culturas indígenas não assimilavam o modelo agrícola que lhes foram impostos. Só existiam duas formas de manter a continuidade do sonho catequizador. Uma seria não acreditar no fracasso da inserção do índio na linguagem colonizadora e o outro seria acreditar na possibilidade de segura-lo com a força ou com alimentos distribuídos de forma filantrópica. Vejamos como nos atesta isto o diretor geral:

dezejando da minha parte soccorer aos Indios da Aldêa N. S. do Bom Conselho, sem onus algum dos cofres publicos, para ninorar a falta de mantimentos que sofrem pela falha de suas plantações; peço a V. Ex.a. Haja de proporcionar o transporte de quarenta alqueires de farinha, dez de feijão e dez de arrôz, que pretendo

³⁴ Ibid.



*remetter ao Frei Mariano de Banhaia para distribuindo em rações aos que mais necessitarem.*³⁵

Henrique José Vieira. Diretor Gera dos Índios, com mais de dois meses de atraso consegue finalmente em 20 de fevereiro de 1856, embarcar os mantimentos no trem naval, conforme nos mostra em seu ofício.

*Tendo-me comprometido a remetter uma (inelegível) de mantimentos para serem repartidos pelos Indios D' Aldêa do Bom Conselho, nesta ocasião mandei fazer entregar no trem naval quarenta e meio alqueres de farinha em vinte sete saccos, e doze e meios ditos de feijão em dez saccos, para serem remettidos ao comissário d'essa (inelegível) d'ordem de V. Ex.a. Adiantou esses mantimentos; e como nesta capital haja grande carencia do ultimo genero, continuo a enpregar os meos esforços para completar vinte alqueires o mais breve que me for possivel.*³⁶

Dá uma conotação da existência da crise como algo ordinário, quando os documentos mostram como o processo de instalação dos equipamentos parecem obedecer a um ritmo compassivo como que se tudo isto fizesse parte da rotina. Assim ao mesmo tempo em que o colonizador preocupa-se com a manutenção dos corpos, procura garantir o alimento das almas. Em seu imaginário, é a obscuridade em que estão envolvidos os olhares de quem vive nas trevas, as culpadas pelos problemas na catequese. Portanto semear templos pelas selvas é levar a possibilidade de iluminação de almas errantes. Produzidos por esta linguagem, o colonizador tem o índio representado como por seu estado selvagem e pagão a causa de todos esses males. Alimenta-lo e ilumina-lo, eis o caminho que os levarão, “*com paciência e brandura*”, à integrarem o corpo de povoadores: para tanto necessita-se liberta-los dos “*desvios*” ocasionados pelos saberes bárbaros. Era preciso

³⁵Lata 1855-A. documentos avulsos. Maço índios. APMT. Cuiabá. MT.

³⁶Lata 1856-C. documentos avulsos. Maço Cuiabá A/P. Missão do Bom Conselho. APMT. Cuiabá.

torná-los tementes a Deus, torná-los úteis ao trabalho colonizador. Portanto em 1 de julho de 1856, frei Mariano continuava a comandar a construção do templo de adoração de um Deus, que os índios eram obrigados a aceitar como o único, e ao mesmo tempo, abdicarem de seus deuses. Bom Conselho via erguer-se perante os olhos de estranhamento da cultura indígena, e da arrogância do saber cristão, que utilizando do poderio militar impunha a esses povos seus dogmas. A igreja estava aos poucos tomando seu lugar da paisagem indígena. Nada restava-lhes, a não ser simular uma aceitação, que foi caracterizada por um descontínuo, haja visto a crítica situação de convivência deste credo com os sentidos dos povos indígenas. Veja a medida da igreja conforme o padre Mariano orientou a cobertura: segundo ele a igreja tinha cerca de *“cento e vinte cinco palmos de cumprimento em quarenta e tantos de largura, regulo que para cobri-la poderá levar doze á quatorse milheiros de telhas”*³⁷. A inauguração deveria acontecer coincidindo com o dia da padroeira de Bom Conselho. O governo imperial orientava para que não poupassem esforços nas festas comemorativas que seria possivelmente exemplar aos índios, para que com a prática contínua desses rituais, assimilassem esses credos. Porém segundo frei Mariano *“as telhas tinham sido descarregadas no outro porto, e acontecendo isto na vespera da festa Padroeira do Espírito Santo aqui na aldêa, só hontem he que pude ir ver as telhas.”*³⁸

Telhas, tábuas e farinha. Alma nas trevas, ser infeliz, corpo errante. Iluminar a alma, alimentar o corpo, esperar o grande dia da redenção indígena aos credos civilizadores: eis o compasso de espera do cotidiano colonizador. E é com esse espírito que

³⁷ Lata 1856-E – Documentos Avulsos. APMT. Cuiabá. MT.

³⁸ *ibid.*

em 05 de agosto de 1856, o Diretor Geral dos Índios. Joaquim José Gomes anunciou a remessa de tábuas e junto a elas o alimento que sinalizava o estado de miséria por que passava a Missão de Bom Conselho.

Vá tirar as trinta táboas, acceitando por pago o bom destino que ellas vão ter; aproveitando da ocasião a companhara as ditas taboas 10 alqueires de farinha para V. Rmo. Dividir entre os Indios, visto a miseria delles nesta ocasião, não reprovão a quantidade porque na ocasião presente a cabo de repartir entre os indios de Albuquerque, e a todos as famílias pobre, maior porção, porem me aguardo para outra qualquer ocasião que desejo V. Rmo. Sem o menor escrúpulo haja não poupar-me qualquer precisão que valha a minha de bel pessoa.”³⁹

O apogeu da miséria na Missão de N. S. Bom Conselho.

A Missão do Bom Conselho, conforme nos mostra este ofício de 06 de agosto de 1856, passava por uma grave situação de sobrevivência, traçando-nos o caminho tortuoso que caracterizou sua trajetória.

Achando-se actualmente nesta aldêa a miseria no cume do seu auge, occorre-me consultar a V.Exa. se pode-se ir na aula (inelegível) huma vez por dia ao menos té novembro, permitindo o resto do tempo aos meninos para grangearem de alguã sua subsistencia”⁴⁰.

A missão passava por um dos seus piores momentos de sustentabilidade. A inserção dos índios na agricultura estava cada vez mais distante da idealização imperial. Os paradigmas que orientavam seus procedimentos não encaixavam na linguagem cultural nativa. Os índios aldeados repugnavam cada vez mais e de forma mais unanime o modelo de economia imposto. Tornava-se, pela falta do com que se sustentarem fisicamente,

³⁹ Lata 1856 E. documentos avulsos. Maço índios. APMT. Cuiabá. MT.

⁴⁰ Lata 1856 – E. Documentos Avulsos. Maço índios. APMT. Cuiabá. MT.

praticamente prende-los às aulas que iriam ordenar suas vidas para o “sentido certo”. O desajuste político levava como que pôr ironia o índio de volta aos seus costumes anteriores à segregação que estavam submetidos. Porém essa “ironia”, não foi obra do acaso. Toda uma historicidade estava em funcionamento quando os povos nativos aceitaram o que estava imposto militarmente. Justapondo os limites de arranjos possíveis dentro das condições oferecidas, à dinâmica que suas culturas constituíram como os seus valores, que estavam em jogo naquele instante, podemos dizer que, independente das condições desfavoráveis, os índios reduzidos em Bom Conselho, jogaram com as cartas que tinham em mãos. Estes acontecimentos fizeram parte de um distrato impulsionado pelo ato de cada instante histórico de sua experiência cotidiana, matriciada pela dinâmica de uma linguagem que também, pôr mais que a catequese não conseguisse ver assim, deslizava cada gesto dos dispositivos disciplinadores, obedecendo ao funcionamento de sua linguagem. Cada ato se instala a partir das memórias que o constitui. Esses atos constituem historicamente, os sujeitos que instauram o presente. Muitas vozes comandavam gestos de interpretação do real que estava-lhes posto. Seus mortos estavam ali presentes a lhes guiarem as intervenções. Não estava sendo possível anular no todo essas práticas culturais. Elas desestabilizavam o que os colonizadores queriam manter estáveis. O discurso catequizador estava naquele momento carregado de uma perplexidade perante os solavancos de uma estrada que em seus pressupostos seriam harmônica e serena. Porém não podemos nos esquecer que em 1848, o primeiro diretor geral já prenunciava estes desconfortos, e a distância existente entre o conteúdo do regulamento 426 de 1845 e a realidade local. Chamava a atenção do governo imperial para os longos traumas sofridos e a experiência adquirida pelos povos nativos, na longa convivência com os povoadores nesta província. As palavras do frei Mariano expressava essa descontinuidade prevista. Vejamos:

*Aproveito a oportunidade de levar ao conhecimento de V. Ex.a. que faz dous para trez annos que os poucos indios que existem nesta aldêa, entregues a huã certa inercia, tomarão uã absoluta e quasi unanime contrariedade a agricultura e reunindo a isto a irregularidade das estações, faz com que não exista nem um só grão de legume ao menos para plantas. Não faltei, para destruir essa enagão, com meios persuasivos e de agrado mostrando-lhes as vantagens que das plantações lhes resultão. Tenho deixado de fazer serviços que são de urgente necessidade a aldêa para conceder-lhes mais largamente o tempo. Lançando os olhos philantro picos sobre a humanidade soffredora lembrei recorrer a V. Ex.a. pedindo-lhe se digne autorizar-me a comprar de 6 a 8 alqueres de milho para distribuir a alguns que quizerem plantar e que não possuão por falta de sementes, usando mais esta tentativa, mostro o sentimento que tenho do atraso, e quanto deseja a prosperidade daquelle povo que V. Ex.a. dignou-se confiar a minha dedicação.*⁴¹

O presidente da Província Augusto Leverger, sensibilizado com a situação crítica concorda com a proposta de Mariano. Alçava-se a um lance maior a consciência da impotência dos dispositivos disciplinadores perante os agenciamentos produzidos no ato enunciativo instaurado com o advento da materialização do que estava idealizado no regulamento 426. Os seus idealizadores não tinham em conta os efeitos de linguagem que se instalava cada vez que punha em prática seu ideal catequizador, cada vez que uma voz aparecia mil outras a antecedia. Ao assumir essas descontinuidades não significava por parte do colonizador estar consciente desse funcionamento da linguagem. Seu olhar via a polissemia muito mais como equívoco, como desvio do que como diferença interpretativa. Para tanto continuava sua luta pela iluminação daquelas almas para que pudessem reencontrar a felicidade perdida pelos seus erros de apreensão das leis da natureza, que os tornaram bárbaros, selvagens, errantes. À constatação de contradições nesses saberes começa entre os povo aldeado, a despontar aqueles que contestavam a forma de comando do frei Mariano. Manoel José, que o leitor deve lembrar, denuncia os maltratos cometidos

⁴¹ *ibid.*

um ano antes pelo missionário, tem sua vontade de ser capitão da Aldeia do Bom Conselho⁴². O presidente da província ao mesmo tempo em que assimila a necessidade de ceder às concernentes à crise que se instala em Bom Conselho, consulta seu diretor a respeito do índio Manoel José, sobre sua nomeação como Capitão de Aldeia, o que de pronto, porém de forma evasiva, recebe oposição do diretor da Missão. Constata-se nesse episódio três aspectos que merecem ser colocados em relevo: primeiro é o fato de os povos nativos não terem mais autonomia de exercerem suas funções de liderança de seus pares, tendo que submeterem a uma outra cultura que de forma arbitrária, instalaram-se numa verdade que lhes dão sentido de ordenadores do mundo. Segundo que dentro das relações internas da política indigenista construída por essa ordem o diretor de aldeia joga com evasivas como forma de manter um aspecto de justiça perante seu superior, procurando mascarar o aspecto retaliador e excludor daquele que denunciara em outra oportunidade seus atos repressivos anteriores. Por último, apesar de todos os elementos que tentavam anular a subjetividade humana entre os povos subordinados, estes reerguem-se em suas insurgências, retomando mesmo dentro dos limites das margens de movimentação e produzem novas formas de resistências e procuram reterritorializarem-se no que restou.

Frei Mariano em ofício Ao presidente da província Augusto Leverger põe obstáculos à nomeação de Manoel José para capitão dos índios em Bom Conselho.

*Manoel José, índio da Tribu kinikindos não pertencente a esta aldeia em que pede a patente de capitão da referida tribu., de minha parte cumpre informar a V. Ex.a. que o direito que tiverão os mais índios que obtiverão patentes não desconheço no peticionário crescendo mais a ser de sangue porém V. Ex.a. mandará o que faz servido.*⁴³

⁴²Título conferido a um membro de cada povo indígena que mantivessem contato com o colonizado.

Em 04 dezembro de 1856, apesar da confiança creditada à atuação do frei Mariano, o relatório do presidente da província constata a descontinuidade e dificuldades do projeto aldeador dos povos indígenas em Mato Grosso. Em seu relatório à Assembléia Legislativa Provincial confessa que os trabalhos de catequese não progrediram. Onze anos após decretada a regulamentação de lei de 1843, existente a treze anos, o sonho de inserção dos índios ao discurso civilizador, continuava quase que somente no papel. Se não bastasse contribuía para a desagregação cultural dos povos submetidos e o seu despovoamento. Em seu Relatório o Presidente da Província de Mato Grosso afirmava à Assembléia Legislativa Provincial.

...frei Mariano continua a empregar-se com zelo na direção da Aldeia do Bom Conselho. Entretanto a Aldeia não prospera: uma deplorável fatalidade tem feito com que, há três anos a esta parte, faltasse as plantações; a fome tem obrigado os índios adultos a espalharem-se, e os meninos, tendo também de prover a sua subsistência, mal podem frequentar a escola. Não há alias, motivo de receiar que esses índios voltem á vida selvagem: ajustam-se com os particulares para serviços de roça e pu de navegação fluvial, e tenho tirado muito proveito de uma porção deles, que mandei alistar em uma Companhia de Canoeiros, e que há dois anos guarnecem as canoas empregadas no transporte de gente e de munições de guerra e de boca.”⁴⁴

Os índios aldeados não mais parece conseguirem voltar a sua cultura anterior. O máximo que conseguiam, naquele instante histórico de desespero, era empregar-se junto ao colonizador. Este é o quadro produzido pela política indigenista, no caso da Missão de N. S. do Bom Conselho.

1857 a 1862: desagregação, exploração e insubordinações: a triste história de um um sonho idealizado.

⁴³ Lata 1856-E. Documentos avulsos. Missão de B. Conselho. 10 de agosto de 1856. De frei Mariano para pres. da província. Augusto Leverger.

A província tinha nomeado um novo presidente. Com a posse de Albano Souza Ozório como novo mandatário, a política indigenista sofreria também mudança em sua direção. É exonerado o diretor Henrique José Vieira para dar lugar em 20/12/57 a João Baptista d' Oliveira.

Em 12 de março de 1857, o frei Mariano deixava sua missão em Bom Conselho. Sua saída seria o prenúncio do que iria acontecer na Missão. Esses próximos cinco anos, podemos classifica-lo como o período em que inicia-se uma exploração desses povos que mesmo não conseguindo integrar-se ao modelo imposto, também por sua vez não retomava sua vida anterior à colonização. Primeiro por estar impedido de seu ir e vir. Segundo por não ser considerado como certo seu retorno à vida anterior considerada como selvagem e excluída pelo colonizador como uma possibilidade.

Depois de suas experiências missionárias entre os índios na Província de Mato Grosso um documento anuncia a ida do frei Mariano para o Rio de Janeiro.

*Comunico a V. Exa. que nesta data a bordo do vapor corsa sigo para a corte do Rio de Janeiro em virtude da licença que obtive de V. Ex.a. com data de onze de dezembro do anno passado, não tendo havido lugar antes pôr falta de transporte.*⁴⁵

03 de maio de 1857. Podemos dizer que, a partir de 1857, a política indigenista em N. S. de Bom Conselho, se dará, de forma mais explícita, em torno da tentativa de utilização do índio como mão de obra, e de repressão àqueles que procurasse de alguma maneira resistir a essa situação: fugindo, alcoolizando-se, rebelando-se. A situação não foi tranquila nesse período. Sem seu missionário, e não tendo muito o que elogiar, como

⁴⁴ Relatórios de Presidentes de Províncias. 04/121856. APMT. Cuiabá. MT., APMT. Cuiabá. MT.

⁴⁵ Lata 1857- B: documentos avulsos. APMT. Cuiabá. MT.

materializa-se no relatório do novo presidente da província, à Assembléia Legislativa Provincial:

Não temos missionários, e temos muito pouco dinheiro. A respeito de Aldeias, só existem propriamente na Província as de Albuquerque. Em Miranda há uma grande porção de índios, que vivem, posto que mansos, sem lei e sobre si. Cada um dos moradores mais autorizados do lugar tem deles uma maloca. Se tivéssemos um bom missionário que mandássemos para ali, tiraríamos grande vantagens desses índios, que podem servir muito para aumento das Colônias Militares.⁴⁶

Os que substituíram o frei Mariano não conseguiram dar respostas à demanda de catequização dos índios em Bom Conselho. Com a saída do missionário, os dois próximos diretores limitaram-se a tirar proveito próprio da mão de obra indígena. O clima negativo da política indigenista faz com que com a mudança de comando na presidência da província, traga com ela uma série de mudanças também nos escalões inferiores.

Em 07 de agosto de 1857 o novo presidente da Província, Albano de Souza Osório, promove a demissão de Henrique José Vieira, do Cargo de Diretor Geral dos Índios. Em 10 de setembro de 1857 exonera os diretores de aldeia do Baixo Paraguai. Em 12 de setembro de 1857, após a demissão dos dois diretores assume o comandante do Distrito Militar de Fronteira do Baixo Paraguai. Nomeia em 20 de dezembro de 1857, João Baptista d' Oliveira, como novo Diretor Geral dos Índios, que propõe o Tenente Antonio Maria Coelho para diretor da Aldeia de N. S. do Bom Conselho em 17 de abril de 1858.

⁴⁶ Relatório de Presidente de Província. Albano Souza Ozório na abertura da Assembléia

Legislativa Provincial em 03 de Maio de 1857. APMT. Cuiabá. MT.

Apesar de todas essas mudanças, elas pareceram ser muito mais alternâncias de grupos políticos no comando, que mudanças no sentido de avanço propriamente dito. Como resultado disso, passado algum tempo o um sentimento de frustração parece contribuir na confirmação desta tese. Não aparece nos relatórios dos presidentes de províncias alterações dignas do entusiasmo por parte dos seus relatores. O Relatório do presidente de Província Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura de Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa em 03 de maio de 1859., retoma o discurso de descrédito no que fora produzido até aquela data. Vejamos isto em sua fala:

*Sendo sem dúvida, senhores, que o sistema de catequese baseado no elemento religioso é o único que pode promover eficazmente a civilização dos indigenas e não tendo a província, missionários que tome a si essa tão filantrópica quão árdua missão, não é de admitir que vos diga que, de há muito, nada se tem feito em relação a esse importante objeto. Entretanto é de se lastimar, que se não aproveitem esses braços robustos em benefícios da nossa lavoura, visto que a posição peculiar desta Província não permita esperar que, desde já para ela aflua a colonização européia*⁴⁷

O presidente Lamare, vê nos índios que possivelmente poderiam ser úteis à lavoura como substituto dos tão esperados colonos europeus, que praticamente não marcaram sua presença como migrante em Mato Grosso, salvo alguma exceção. Ressente da falta de missionários⁴⁸, pois após a saída do frei Mariano, houve, como já foi dito anteriormente, uma piora na qualidade do trabalho, principalmente na Missão da Aldeia de N. S. do Bom Conselho. A política indigenista continua a acreditar na presença de religiosos como forma de solução para a ordenação dos índios na província de Mato

⁴⁷ Relatório do presidente de Província Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura de Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa em 03.05.1859. APMT. Cuiabá. MT

⁴⁸ Apesar do apelo de Lamare, o que pôde se presenciar na província foi uma constante carência da figura dos missionários. Apenas três sacerdotes atuaram mais efetivamente na catequese em Mato Grosso: frei Mariano Bagnaia, frei Angelo Carbônico e frei Antônio Molinetto, tendo este último uma passagem desastrosa pela política catetquética.

Grosso. Deixa notar essa necessidade de sacerdotes como afirma em seu relatório ao lamentar a não volta dos missionários que saíram de licença. Segundo ele...

São pois de absoluta necessidade dois ou três sacerdotes para tratarem desses e outros aldeamentos, instruírem os índios nos preceitos religiosos, e fazerem os casamentos e batizados. Os dois missionários, que o Governo Imperial fizera para aqui seguir no ano anterior, deixaram-se ficar na Província de S. Paulo, preferindo talvez uma vida mais cômoda as privações que sofreriam na viagem que teriam de fazer, e ao serviço importante que deveriam aqui prestar.

Confirmando o que já foi citado anteriormente os índios Kinikinãos, principais integrantes do aldeamento de Bom Conselho, não perderam totalmente a integridade de sua cultura anterior à colonização. Apesar de passarem a constituir-se como mão de obra, servindo como canoieiros, lenhadores para vapores ou camaradas em fazenda entre outras profissões. A partir dessa realidade, o Baixo Paraguai presenciou uma situação de tentativas de controle disciplinar dos corpos. Os indígenas ao mesmo tempo em que insubordinavam-se com as péssimas condições de vida, e com os maus tratos sofrido, tentavam fugas inesperadas, e reações violentas contra todo tipo de desrespeito contra sua integridade.

A aldeia de N. Sra. Do Bom Conselho acha-se de há muito sem sacerdote; e com quantos aos índios que a constituem devam-se considerar quase que confundidos na massa da população, convém todavia ministrar-lhes instrução religiosa, e desviar-los do concubinato em que vivem.(...)⁴⁹

Passam a uma convivência com a população, porém não perdem seus costumes culturais anteriores que levam ao meio em que passam a conviver, causando preocupação às autoridades. Inicia-se com a presença do índio como mão de obra, a preocupação em

⁴⁹ Ibid. Lata 1860 – D. Maço índios. Documentos Avulsos. APMT. Cuiabá-MT.

implantar uma forma de legalização desta forma de exploração, através dos contratos de locação, que era o regime de trabalho imposto aos índios.

*Com o fim de regularizar, de uma maneira clara e positiva os contratos de locação dos serviços dos índios, que se prestam a lavoura, navegação fluvial, e a outros trabalhos, ressaltando-se de contratos onerosos, ao mesmo tempo que os obriga a cumprir com pontuações, que foram publicadas em data de 20 de abril último, e acham-se em plena execução.*⁵⁰

O ano de 1860 apresenta um quadro não muito diferente dos demais: crise de dinheiro, baixa remuneração dos funcionários da aldeia, carestia das mercadorias na região do Baixo Paraguai. Aliado a isso sofreu uma crise de comando e a emergência de conflitos por parte dos indígenas na exaustão de sua situação irregular. O professor de primeiras letras de Bom Conselho, posiciona-se a favor de aumento de sua remuneração por motivo do ganho baixo em contradição com os preços caros na região do Baixo Paraguai.

"o diretor da Aldêa informa esse requerimento em ser favorável, ponderando não ser crível que um empregado que está proibido de tratar de outros arranjos, possa decentemente substituir-se com tão diminuta quantia, naquela fronteira onde constantemente são elevados os gêneros alimentícios: e eu conformando-me com a informação do referido director, peço a V. Ex.a. que se digne, por equidade, deferir do peticionário.

A rebeldia das almas e os limites do discurso: o aumento da força militar

A situação tende a agravar-se no ano de 1860. Com a instituição do índio como mão de obra, com contrato obrigatório, leva a uma necessidade de impor aos dois lados obrigatoriedades que não estavam sendo cumpridas. Da parte dos que contratavam o trabalho indígena, muitas vezes não repassavam o prometido, às vezes até utilizando o trabalho semi escravo. Por outro lado, os trabalhos disciplinadores, não conseguiram inserir

⁵⁰ *ibid.*

inteiramente o índio no modelo colonizador de trabalho. Os índios submetidos a um poder que militarmente os oprimiam, sujeitavam essas condições, porém rebelavam-se constantemente ao cumprimento dessas normas. Isso levou a conflitos, que marcou a política catequética neste ano. Um dos sinais da limitação dessa imposição cultural através da persuasão, foi a necessidade de reforço militar, no Distrito de Albuquerque. Em 23 de fevereiro o Diretor Geral dos Índios, João Batpista D' Oliveira em ofício ao Presidente da Província Antonio Pedro de Alencastro tendia para essa necessidade. Vejamos:

Representa-me o Director D'Aldêa de N. S. de Bom Conselho em officio de 16 do mês passado, sobre a urgente necessidade de aumentar-se ao numero de 12 praças o destacamento alli estacionado, afim de poder-se evitar a desmoralização em que se encontra os Indios, que já não se sujeitão ao cumprimento das ordens que se lhes dá tendentes ao serviço da mesma aldêa; e por isso solicito de V. Ex.a essa providencia insistentemente reclamada pelo referido Director, para que possa elles com mais segurança, progredir na ardua tarefa de montar a aldêa, de maneira que ella possa attingir aos fins de sua instituição.⁵¹

Desterrados muitos povos indígenas de seus territórios, inicia-se um processo de usurpação de suas terras na província. O presidente da província recomenda a necessidade de obediência das leis de 1854. Na realidade o sonho de integração estava servindo mais ao interesse pessoal de grupos sociais que de forma ilícita se apossavam das terras indígenas.

05 de fevereiro de 1860, Francisco Moacir Pinto Bahia, Juiz Municipal Suplente, responde a officio do Presidente de provincia Antonio Pedro de Alencastro, recomendando "a restricta observancia dos artigos 1 e 89 do regulamento de 30 de janeiro de

⁵¹ Lata – 1860 – D. Documentos avulsos. maço Índios. 23 de fevereiro de 1860.

Do DGI João Batista D'Oliveira ao Presidente da Província Antonio Pedro de Alencastro. APMT. Cuiabá. MT.

*1854, afim de evitar as usurpações de terras devolutas, bem como o corte de madeira nas matas publicas...*⁵².

Perseguições: prisão da alma e do corpo

Na volta do do Rio de Janeiro, frei Mariano trouxe com ele o frei capuchinho Angelo Caramônico. Enquanto o primeiro ficou encarregado de fundar a Aldeia Normal de Miranda, o frei Angelo assumiu as funções de diretor e missionário da Aldeia de N. S. do Bom Conselho. Essa aldeia sob o seu comando conheceu momentos de crises e de turbulências. Esse missionário conseguiu criar antagonismos não somente com os índios aldeados, mas também com a população de Albuquerque, que como já foi dito, já mesclavam-se com os índios da aldeia.

O Juiz de Paz, em exercício no Distrito de Albuquerque, José de Souza Brandão entra em colisão com a forma de procedimento do novo missionário e diretor da aldeia. Em ofício ao Frei Angelo de Caramônico, director e missionário da Aldeia N. S. do Bom Conselho. Albuquerque, a 03 de maio de 1860, mostra que os índios já mantinham uma relação de intimidade e até de laços de compadrio com a população. Por outro lado o seu ofício dá sinais do clima de policiamento por qual passavam os índios aldeados. Uma linguagem diferenciada constituía um novo ato. Às vezes a direção da aldeia tinha, que enfrentar oposição de autoridades locais. Neste caso o Juiz de Paz envia ofício ao missionário intercedendo a favor de uma índia Guaná, perseguida pela fúria do frei Angelo, que impunha um autoritarismo sem tamanho aos índios da aldeia. Vejam a fala do Juiz.

Ilmo Rmo. Snr. apresentou-se em minha casa a India Guaná por nome Ignacia, minha comadre dizendo Ter sido procurada em casa por dous soldados conduziram prisão a presença de V. Rmo. E ao

⁵² Lata – 1861 – A .Documentos avulsos. maço Vila Maria. APMT. Cuiabá. MT.

mesmo tempo pedindo para que eu por ella interceda ou que a acceite seu filho, meu afilhado que se acha doente, enquanto ella se recolhe a prisão. Perante V. R.mo.. Ignoro qual seja a falta por ella cometida e por isso vacillo em expressar desejo a V. R.mo. o seu perdão, porem como não tenho ama de leite para ajudar no tratamento da criança, vou rogar a V. R.. permissão para que elle se demore por aqui alguns dias até o menino se reestabeleça..⁵³

Ao ser denunciado pelo frei ao Presidente da Província, recebe desse uma interpelação. O Juiz de Paz responde ao officio do presidente da Província sobre caso da índia Guaná. Nessa carta consegue delinear o perfil tanto do missionário e do seu comportamento.

...conhecido do genio do senhor director, recusei a principio fase-lo e procurei persuadi-lo a que fosse apresentar-se, por que estava convicto de que o Sr. Director vindo o estado do menino daria licença para ella recolher-se a sua casa a fim de trata-lo. (...) chegarão dous soldados e por um delles me foi entregue o officio original que V. Exa. verá (...). Fiquei sobremaneira surpreendido quando li o citado officio, por que alem de serem bastante asperas as expressões nelle empregadas nenhuma connexão tinham com o meu pedido, e como nada mais me restasse a fazer, disse aos soldados que procurassem a India em sua casa (...) tenho sido bigodeado pelo actual director nos contractos de camaradas e nas deprecações por requisição dos patrões. Se alguém há que tenha constantemente procurado desmoralizar as autoridades deste lugar, envolvendo-se em negociatas que não são da sua competencia e por certo o mesmo senhor director, que V. Exa. agora se dirige queixando-se de mim; deo o caso de andar o S. director percorrendo as suas freguesias com duas praças reunindo as Indias que se achavão dispersas e finalmente pedindo mais força ao cadete comandante do destacamento, o qual esculpulo emprestar-se, por achar-se ausente o sub-delegado, deu-me parte do ocorrido e se eu bem que conhecesse ser irregular o procedimento do senhor director, aconselhei o dito cadete a que se prestar o pedido que lhe fora feito, como verá V. Ex.a. do original (...) . Ignoraria por ventura o actual senhor director que nesta freguesia havião autoridades e que a ellas é que competição dirigir-se? ⁵⁴

⁵³ Lata 1860 – D. Documentos avulsos. Maço Albuquerque e caso sobre índios. APMT. Cuiabá- M T.

⁵⁴ Lata 1860 – D. Documentos avulsos. Maço Albuquerque e casos sobre índios. 05 de junho de 1860. APMT. Cuiabá – MT.

O distrito de Albuquerque vivia sob a “jurisdição”, do diretor da aldeia do Bom Conselho, que passou a perseguir as índias e recolhendo as que ia encontrando pelo distrito. Este procedimento levantou a oposição de outras autoridades locais, que colocavam em cheque a legalidade dos arbitrios cometidos pelo missionário. O 2º Cavalheiro, 2º Sargento Rodolfo Augusto de A. Caldas envia ofício ao Juiz de Paz de Albuquerque Alferes de Souza Brandão. Em 4 de junho de 1860, denunciando esse ato cometido pelo frei Angelo:

O padre trazendo dois soldados com eles percorria a rua publica prendendo as indias, levando para casa do padre vigario, e entrando algumas no meu quartel e chegando um soldado perguntando o que havia, foi que soube, e logo o padre me veio pedir mais finanças, e me disse o motivo de ter (inelegível) . Tinha chegado no vapor Paraguassú o capitão Souto que por isso não só não hia mais para Corumbá, como não queria as Indias aqui por que elle era um malvado. Enquanto elle sahia para almoçar, huma das Indias que procuravão esconder-se por de trás das casas, pede aconselhar-me com V. Sra. que me disse prestasse ao pedido do padre que não estando aqui o subdelegado.”⁵⁵

Independente das contrariedades por qual passavam os índios o diretor geral dos índios obedecia aos interesses de materialização do sonho de integrar o índio à ordem colonizadora. Porém estava reservado para ele um lugar que bem caracterizava o destino ao qual lhe estava previsto. Servir como mão de obra garantidora do funcionamento da política povoadora.

Os índios que antes atacavam as monções, agora tornavam-se eles próprios, quando não pertencentes à Companhia de Praças Canoeiros, servirem para cortadores de lenha para vapores ou para serem usados em serviço de obras particulares com verbas

⁵⁵ Ofício do. Lata 1860 – D. Documentos avulsos. Maço Albuquerque, casos sobre os índios. APMT. Cuiabá-MT.

públicas. O Diretor Geral dos Índios, em 07 de julho de 1860, dá ordem para serem fornecido índios para o corte de lenha para a Estação Naval.

...para fornecer ao chefe da estação Naval os Índios que o mesmo requisitar para o serviço de corte de lenha para os vapores da mesma Estação, como V. Ex.a. ordenou-me em officio de 4 do corrente." ⁵⁶

O cotidiano da política indigenista na Província de Mato Grosso, em relação à Missão de Bom Conselho, vivia entrecortado entre as arbitrariedades do diretor da aldeia, as tentativas de utilização da mão de obra dos índios e os atos de resistência destes. No último trimestre de 1860, o diretor geral oficializa ao presidente da província, da existência de uma sublevação dos índios na aldeia.

Participando à Presidência a sublevação havida na Aldeia de N. S. do Bom Conselho, e pedindo um destacamento para ali, o diretor da aldeia, esgotando seus argumentos "brandos e persuasivos" recomendados pelo regulamento 426, pedia a presença de forças militares na aldeia como forma de coagir ou mesmo se preciso fosse, reprimir qualquer tentativa de sublevação por parte dos índios.

Ilmo Exa. Snr. Levando a presença de V. Exa. a copia de officio, que em data de 10 de Outubro ultimo dirigio-me o Director da Aldea de N. S. do Bom Conselho, participando-me ter havido na dita Aldea uã sublevação dos respectivos Índios, cumpre-me solicitar de V. Exa. um pequeno destacamento de praças de linha para ser alli estacionado, de conformidade com o disposto no artigo 17 do Regulamento de 24 de julho de 1845, a fim de evitar-se a reprodução de semelhante ocorrência, ou garantir a força moral do mesmo director quando por ventura se deem casos semelhantes.
14 de novembro de 1860" ⁵⁷.

⁵⁶ Registro de Correspondência Oficial da DGI. Aldeia de N. S. do Bom Conselho. 07 de julho de 1860. Livro 191 p. 13. APMT. Cuiabá – MT. Do DGI para o diretor da Aldeia.

⁵⁷ Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios. Livro 191. APMT. Cuiabá – MT. João Baptista d'Oliveira. Diretor Geral dos Índios, ao Presidente da Província.

O Trabalho de índios aldeados para funcionários em serviços particulares por conta do estado conforme comentamos anteriormente teve oportunidade de aparecer em documentos. No livro de Registro da Diretoria dos Índios datado no ano de 1860, aparece um ofício do diretor geral ao diretor de Bom Conselho, autorizando este tipo de expediente.

...tendo vindo á Povoação d'Albuquerque em objetivo de serviço publico, ahi apresentarão-lhe os Indios, que por ordem de V. Exa. forão postos á disposição do Administrador de Mesa de Pendas Antonio Honório Pereira, para trabalharem nas obras daquela Repartição, solicitando a permissão do se recolherem á Aldea, visto que o mesmo Acministrador os distrahia do fim para que forão contractados, empregando-os no seo serviço particular, no que consentio o referido Director, tendo em vista a disposição do artigo 28 do Regulamento de 24 de julho de 1845.⁵⁸

O que foi idealizado como um projeto de emancipação dos índios encontrou o que não acreditava que existisse. Sem conseguir dominar-lhes a alma, e forja-la nos preceitos da “moral cristã civilizadora”, faziam uso de expedientes que contrariavam o mundo que edulcoravam em seus discursos. A diversidade dos comportamentos da moral colonizadora imprimia aos índios, ao mesmo tempo que pregava um modelo de iluminação e certeza, na prática os submetiam aos interesses mais mesquinho e ilícitos de utilização de sua mão de obra. Para garantir tamanha quantidade de contradições, era preciso manter o índio aldeado ao custo dos mais repudiáveis meios. Os índios que anteriormente viviam livres para transitarem em seus territórios, viam-se agora privados desses direitos. As imposições cada vez tornavam-se mais arbitrárias. Por outro lado, ficava cada vez mais difícil a manutenção dos índios nessas condições. Tornava-se comum no cotidiano as tentativas de fuga desse

⁵⁸ Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios. 1860. Livro 191. Do DGI João B. d.Oliveira ao Diretor de aldeia. APMT. Cuiabá. MT.

lugar, que propunha ser para o índio o lugar de sua redenção, passava-lhe a ser sua própria desintegração cultural.

Entre os vários índios que habitavam essa Missão, Constança era uma entre eles que já não conseguia mais força para suportar as molestações perpetradas por frei Angelo. A fuga da Aldeia da índia Constança pode ser interpretada como uma forma de resistência a esse tipo de intolerância, arbitrariedade e ilicitude que se materializaram em Bom Conselho. Por outro lado, podemos visualizar com o documento que relata este episódio, uma possível reprovação por parte da comunidade local, principalmente partindo de representantes de outros poderes. O obstáculo colocado à captura de Constança por parte do subdelegado da povoação de Albuquerque, retrata a possível reprovação das arbitrariedades cometidas pelo missionário frei Angelo Caramônico frente à Aldeia de Bom Conselho. Em ofício o diretor da aldeia pede a interferência do diretor geral para coibir este comportamento que, segundo ele, impede o andamento da catequização dos índios e consequentemente a “civilização”. Veja o que denuncia o missionário:

...Negando-se o subdelegado da Povoação d'Albuquerque á reclamação do Director d'Aldea de N. S. do Bom Conselho para ser capturada a India de nome Constança, que se havia evadida da dita Aldea, o que julgo muito inconveniente á bem da moralidade desta, e do seo Director; peço a V. Exa. haja de dar suas ordens áquelle subdelegado, para que não acoroçõe com esse procedimento a evasão dos Índios, postando antes a sua cooperação ao mesmo Director em tudo quanto for a bem da disciplina dos referidos Índios.⁵⁹

Em relatório de 1861 em cumprimento à exigência de ministro da Agricultura o Diretor Geral dos Índios traça um retrato do que foi a experiência de onze anos de tentativas de ordenação das culturas indígenas na Província de Mato Grosso. Seu relatório

⁵⁹ Lata 1860 A. documentos avulsos. Maço índios. APMT. Cuiabá. MT.

marca a realidade pouco satisfatória da política indigenista em Mato Grosso. A região do Baixo Paraguai, considerada o mais avançado trabalho de catequese não ultrapassou o numero de três missões, e que foram fundadas em épocas diferentes. Até o inicio da década de sessenta, período até aqui abordado, o trabalho de catequese e civilização na região do Baixo Paraguai não ultrapassou o da Missão da Aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, no distrito de Albuquerque, nas imediações de Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul. O aldeamento de Miranda foi fundado pelo frei capuchinho Mariano Barhaia em 1860. Mais futuramente, nos meados da década de sessenta foi fundado o aldeamento de Santa Maria no rio Dourados por frei Angelo Caramônico. Porém conforme nos atesta em seu relatório, até 1860, o que tinha certa experiência de catequese era mesmo Bom Conselho.

Vejamos seu relatório:

Aldeamento regulares existem dous, sendo um na freguesia d' Albuquerque denominado de N. S. do Bom Conselho, cuja fundação não se pode indicar por já existir antes da criação d'esta Directoria, a qual procurou regulariza-lo em 1852, mandando para dirigil-o o missionário frei Mariano de Bagnaia, e a Aldeia Normal estabelecida em Villa de Miranda a 30 de abril de 1860, composta de diversas tribus. A Aldea de N. S. do Conselho compõe-se de Indios Kinikinãos, uma das tribus da Nação Guanã, em número de 405, sendo 202 do sexo masculino e 203 do feminino, e a Normal em Miranda em Miranda foi fundada por aquelle missionário com os Indios Terenas e Laianas da referida Nação, e da de Guachis, ao todo em numero de 2.500 aproximadamente. Os índios que habitão aquellas Aldeas pouco ou nada diferem entre si quanto as inclinações e costumes característicos seos costumes são manços, pacíficos e hospitaleiros. Os da Villa de Miranda dedicão-se á lavoura, e os de Bom Conselho parte n'este ramo, e parte em ajustes como camaradas de canoas. São suceptíveis de todo o desenvolvimento intelectual e moral esses índios, que podem ser aproveitado em qualquer remo de industria e artes, dando-se lhes a necessária instrução. As causas que tem obstado o ensino de 1^{as} lettras e artes fabris aos índios das duas Aldeas resumem-se na falta de meios pecuniários para contractar-se os respectivos mestres, visto ter sido constante o Governo Imperial em consignar uã quantia insignificante para este ramo do serviço, consignaço

*que agora foi augmentada depois de reiteradas reclamações desta Directoria.*⁶⁰

Como já havíamos relatado anteriormente, o resultado desta política deixou um quadro em que ao índio não restou outra alternativa a não ser submeter-se ao trabalho como prestador de serviço ao colonizador. Porém como também já foi mostrado por documentos anteriores, os índios sempre procuraram garantir um mínimo de manutenção do seu conceito de trabalho, de vida e de tempo. Mesmo em condições que pouco lhe restava alternativa, sempre manifestou nos mais diversificados gestos interpretativos, deslocar o sentido que lhes era imposto. Transgrediram as normas impostas. Tomaram atitudes de confronto explícitas quando lhes foi possível.

Suas terras foram-lhes usurpadas por uma cultura que se auto arrogou a verdade única. Nem mesmo as aldeias onde foram segregados, reduzidos, foram garantido a eles como suas propriedades. Isto é do próprio reconhecimento do diretor geral, quando afirma que:

Nenhum patrimônio foi concedido as referidas Aldeas, as quaes forão assentadas sobre as que de há muito habitavão os respectivos índios, existindo por isso somente o direito da posse.

A linguagem cultural com relação a seus modelos de economia agrícola, rachava ao meio todas as tentativas de torná-los subordinado. São modelo econômico de agricultura imposto pelo colonizador. Apesar de na opinião do colonizador, a terra prometer muita

⁶⁰ Registros de Correspondências Oficiais da Diretoria Geral dos Índios à Presidência Provincial, livro 191:1860-1870. 28.09.1863. APMT. Cuiabá. MT.

riqueza, para os índios não passava de meios de manutenção de sua reprodução. Segundo o diretor, apesar de serem apropriadas para toda sorte de cultura,

*as terras das duas Aldeas, onde em pequena escala os Indios plantam milho, feijão, arroz e mandioca, e cultuão a cana e o algodão. Nenhuma venda produzem as Aldeas, porque não sendo o trabalho feito em commum cada Indio dispõem como lhe parece dos generos que lhes sobraão de seo sustento. Também não há arrendamentos ou aforamentos de terras, porquanto há nas Aldeas mattas escassamente sufficientes para plantação dos respectivos habitantes.*⁶¹

Essa forma fugidia e incaptável de cultura que não queria aceitar a casa que lhe era-lhe oferecida, fazia com que não se pudesse jamais libertar aqueles corpos. As almas não se consubstanciavam nunca inteiramente ao modelo imposto. Era preciso tornar aqueles corpos para sempre vigiados. As almas seriam sempre fugidias, sempre iriam provocar vertigens que marcariam os limites do olhar colonizador. Se os dispositivos de controle sempre perseguiu os territórios do viver indígena, estes sempre negaram a eles o fim de uma vigília, que tornou-se infinita. Isto ficou materializado na fala que fecha este item.

*Por ora não podem os Indios dispensar a tutella dos Directores para se lhes distribuir lotes de terras, por quanto não se achando os que estão aldeados com o preciso desenvolvimento para fluirem a vida social com inteira liberdade, perigoso seria deixal-os entregues a si mesmos, e expol-os a perverterem-se ao ponto de se tornarem talvez nocivos à sociedade*⁶²

Aldeia Normal de Miranda

Em seu relatório à Assembléia Provincial em 03 de maio de 1854, o presidente da Província Augusto Leverger informava a esta casa, após relatar sobre o funcionamento da Aldeia de N. S. do Bom Conselho e outras, que sentia

⁶¹ Ibid.

⁶² ibid.

*Ainda mais não ter podido superar as dificuldades que obstêm a que se fundi nas imediações de Miranda outro semelhante estabelecimento para as tribos de Terena e Laianas, que habitam aquele Distrito e pertencem, como os Kinikináo, a nação Guaná, uma das que maior disposição mostram para a civilização.*⁶³

O frei Mariano Bagnaia, envia a 02 de maio de 1855, ofício ao presidente da província propondo o aldeamento dos índios Terêna em Miranda. Este religioso, que à época vivia uma crise com os índios Guaná e Kinikináo na Aldeia de N.S. do Bom Conselho. Porém é difícil saber se esta crise é assim considerada como normal pelos protagonistas da época, ou as autoridades centrais não tinham as informações corretas do seu cotidiano ou ainda se esta atitude seria produto de comportamento emocional do religioso e consequentemente querer se livrar da crise em que passava a missão sob sua direção. Mariano responde a um pedido de informação sobre os índios Terêna com os seguintes termos:

Em consequencia do officio, que V.Ex.^a dignou-se dirigir-me com data de 23 do mez exigindo, que em informe com o meo parecer acerca do conteudo do officio do capitão Miguel Angelo di Oliveira Pinto, Procurador dos Indios de Miranda, com o qual propõe a V.Ex.^a meios para a reunião dos Indios da Tribu Terena em Huma só aldeia tenho a honra de dizer a V.Ex.^a, que em outubro de 1852 tive de chegar até aquelle Districto, e percorrer suas immediações habitadas por diversos grupos de Indigenas das Tribus Terena, Caiana, Aicurus, etc. Foi-me sobremaneira lamentavel ver a deploravel posição desses infelizes que de nenhuma utilidade são a si, e ao estado, e que alias com bem pouco trabalho podião tornar-se tão uteis e passivos a sociedade, incorporando-as em uma só aldeia, onde tao somente podem serem regados com o beneficio orvalhar da cathequesi, e prescindindo mesmo das vantagens, que esses objetos promete ao estado, parece-me que deve-se olhar com especial attensão só com ver tantas almas entregues ao paganismo, e a superstição, cuja perdição e desgraça pode ser verdade

⁶³ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa em 03/05/1854. APMT. CUIABÁ – MT.

conduzindo-os no gremio da nossa santa religião. Sobre a localidade do aldeamento, e edificios conformo-me dizer-a V.Ex.^a, que um missionario não pode entrar em coalquer aldeamento, e organizar o trabalho da cathequesi sem que não estejam ao prontos os edificios necessários como seja aquellas cozas dos empregados, officinas, conforme indica o dito procurador. V.Ex.^a, não desconhece o zelo e a promptidão com que desejo prestar-me no importante serviço da cathequesi, para qual me achará sempre disposto, toda vez que Vex.^a me conhecer com suficiencia de desempenhar, estimarei pois, no daso se realize, tem mais essa prova para mostrar a quanto anseio, que meos ineptos serviços sejam proveitosos a humanidade a religião, ao estado, e a esta província que tão dignamente V.Ex.^a administra.

Deos Guarde a V.Ex.^a. Missão do Bom Conselho, 2 de maio de 1855. Ilmo. Ex.mo. Augusto Leverger. Dig.mo. Presidente da Província. Fr. Mariano de Bagnaia. Missionário Apost. e Director.⁶⁴

No dia 28 de outubro de 1855, o frei Mariano nas suas trocas de informações com o presidente da Província continua em seu compasso de construção da possibilidade da instalação da aldeia em Miranda. Em mais uma de suas argumentações afirma que:

Commiserando a infeliz sorte dos indios de Miranda, e desejando procurar meios ao meo alcance afim de ver se de alguma maneira passo introduzir-me naquele districto, e dar algum principio ao importante negocio da cathechesi, e procurar induzi-los ao gremio da nossa S. Religião, proponho e poço a V.Ex.^a, que se digne solicitar hum misionario para substituir-me na direção desta aldeia, que V.Ex.^a, se digne confiar-me visto que de maneira se pode aqui deixar o serviço principiado. Acho quasi impossivel que hum missionário recém chegado possa em Miranda organizar a cathechesi; o que se torna mais facil, e esperançoso a hum que já tem consumado alguns annos entre indios, e esta na circunstancia de conhecer a indoli delles, e a maneira de reduzi-los, tanto mais, que eu indo em 1852 por ordem de V.Ex.^a naquelle lugar combinei com os principais moradores, os quais depois de terem mostrado o desejo que elles tem que se organize naquelle districto a cathechesi, e terem-me pedido, que eu empregasse meios para encarregar-me de tal ardua tarefa, me outorgarão a respectiva coadjuvação que estivesse da parte delles. Conhecendo V.Ex.^a meo zelo, a minha

⁶⁴ Lata 1855 - A. maço Índios, 1855. Caixa A. APMT. Cuiabá - MT.

vontade, e o beneficio que o effeito affirmativo desta minha proposta pode causar aquella provincia que V.Ex.^a tão dignamente administra espero que dará o devido pezo, coojurando quanto é da parte de V.Ex.^a a fim de que tenho a honra patentiar a V.Ex.^a, de prestar-me com o meo serviço a favor daquella nação, a quem de alguma maneira me glorio ser legado.

(...) Missão de Santa Ana do Bom Conselho, 28 de outubro de 1855. Frei Mariano de Bagnaia. Missionário e Director.

O frei recebe officios do Presidente da Província, nos quais continham assunto referente à instalação de aldeamento dos índios Terêna. Frei Mariano acusa “o recebimento dos dous officios de V.Ex.^a datados de 8 do corrente, tractando hum sobre a cathechesi dos Indios de Miranda, como ponderei a V.E.x.^a e deque espero effeito favoravel,...”⁶⁵. Em 12 de novembro de 1855, o frei Mariano de Bagnaia, agradece aos elogios que recebeu do presidente da província respeito de sua exposição sobre os índios Terêna em Miranda.

Muito lhe agradeço da concideração que deo ao meu exposto a respeito dos Indios de Miranda cuja a concideração merece a importancia do serviço a bem da comunidade, do estado, e da religião. Não hé muito custusa a vinda de outro missionário se no officio de V.Ex. tocasse immediatamente na vinda do dito, mas facilitava porque pretendia remeter a copia ao meo Prefeito; e então V. Ex. com o governo, em com elle, inclina a (inelegível) da necessidade⁶⁶

O relatório do vice presidente da província tenente coronel Albano de Souza Ozório em 03 de maio de 1857, afirma não haver ainda aldeias em Miranda. aparecendo em seu discurso reclamações quanto a ausência de religiosos que para ele, era um dos entraves à instituição de aldeias neste local. Para Albano dois problemas afetavam o sonho de redução dos índios: a falta de dinheiro e de religiosos. Vejamos sua fala:

⁶⁵ Lata 1855 - A. Documentos Avulsos. Maço Índios. APMT. Cuiabá - MT.

*Não temos missionários, e temos muito pouco dinheiro. A respeito de aldeias só existem na Província as de Albuquerque. Em Miranda há uma grande porção de índios, que vivem, posto que mansos, sem lei e sobre si. Cada um dos moradores mais autorizados do lugar tem deles uma maloca. Se tivéssemos um bom missionário que mandássemos para ali, tiraríamos grande vantagens desses índios, que podiam servir muito para o aumento de colônias militares.*⁶⁷

Dois anos se passam e o sonho de aldeamento dos Terêna não se realiza. Exatamente dois anos após a fala anterior, o presidente da Província Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare, faz idêntica lamentação em 03 de maio de 1859, sendo a distância do teor do discurso quase mínima. Segundo o presidente Lamare:

*Sendo fora de dúvida, Senhores, que o sistema de catequese baseado no elemento religioso é o único que pode promover eficazmente a civilização dos indígenas e não tendo a Província missionários que tomem a si essa tão filantrópica quão árdua missão, não é de admitir que vos diga que, de há muito, nada se tem feito em relação a esse importante objeto. Entretanto é de lastimar, que se não aproveitem esses braços robustos em benefícios da nossa lavoura, visto que a posição peculiar desta Província não permita esperar que, desde já para ela afluja a colonização européia.*⁶⁸

Neste preciso ano a província carecia da presença de missionários. Tanto frei Mariano quanto frei Antonio Molinetto, haviam viajado para São Paulo e não haviam regressado. Segundo o presidente da província havia a necessidade da ação de religiosos para o perfeito funcionamento dos aldeamentos. Segundo o que consta em seu relatório

São pois de absoluta necessidade dois ou três sacerdotes para tratarem desses e outros aldeamentos, instruírem os índios nos preceitos religiosos, e fazerem os casamentos e batizados. Os dois

⁶⁶ Lata 1855 - A. Documentos Avulsos. Maço - Índios. APMT. Cuiabá - MT.

⁶⁷ Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso Tenente Cel. Albano de Souza Ozório na Abertura da sessão ordinária da Assembléia legislativa Provincial em 03.05.1857.

⁶⁸ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe da Divisão Joaquim Raimundo Lamare, na abertura da sessão ordinária da assembléia Legislativa em 03.05.1859.

*missionários, que o Governo Imperial fizera para aqui seguir no ano anterior, deixaram-se ficar na Província de São Paulo, preferindo talvez uma vida mais cômoda às privações que sofreriam na viagem que teriam de fazer, e ao serviço importante que deveriam aqui prestar.*⁶⁹

Enquanto os missionários não se arriscavam a investirem sua fé nos “sertões longínquos, as autoridades faziam uso de militares. Porém os problemas encontrados com os índios acreditavam residir na falta de sacerdotes como forma de atrativos “*benévolos e insinuantes*”. Vejamos:

*Em Miranda muito conviria fazer um aldeamento regular, e disso encarreguei ao comandante das Armas. Creio porém, ter ele encontrado embaraços, para os quais muito concorre a falta de um sacerdote que exclusivamente se preste a atrair os índios de um modo benévolo e insinuante.*⁷⁰

Apesar disso toda uma regulamentação iria garantindo a inserção do índio como mão-de-obra. O “*contrato de locação*” dos serviços dos índios, procurava por uma ordem tanto ao locador como ao locatário, na realização de suas obrigações. O presidente decretava dessa forma tal contrato:

*Com o fim de regularizar de uma maneira clara e positiva os contratos de locação dos serviços dos índios que se prestam a lavoura, navegação fluvial e a outros trabalhos, ressaltando-se de contratos onerosos, ao mesmo tempo que os obriga a cumprir com pontualidade os legalmente feitos; mandou a Presidência observar umas instruções, que foram publicadas em data de 20 de abril último, e acham-se em plena execução.*⁷¹

O presidente de província Antonio Pedro de Alencastro em 11 de novembro de 1859 remete instruções para a criação de uma Colônia Militar em Miranda. Seu papel parece ser

⁶⁹ *ibid.*

⁷⁰ *ibid.*

de garantia de gerar apoio logístico à comunicação com províncias do sul. Para tanto aponta para a necessidade de povoamento. Para esse efeito, passa

*Instruções para a criação de uma colonia, denominada Colonia Militar de Miranda nas cabeceiras do mesmo rio afluente do Paraguay, com o fim de auxiliar a navegação do interior da Provincia do Paraná para Mato Grosso, bem assim defender e proteger os moradores estabelecidos na parte do território do Império até as fronteiras dos selvagens e chamando estes a cathechesi e à civilização também se estabelecer um Quartel Geral para acomodação necessária dos colonos, tanto para os solteiros e os casados, etc. enfim enviando mensalmente à provincia um relatório do estado da colonia indicando suas necessidades, e os mais outros assuntos do seu desenvolvimento.*⁷²

Já no início de 1860 aparece documentos constando a presença do frei Mariano de Bagnaia na direção do estabelecimento de Miranda. Em relatório registrado nas correspondências da Diretoria Gera dos Índios, datado de 10 de janeiro de 1860, o diretor geral informa que o frei Mariano pede providências à João Batista de Lamare, presidente da Província sobre a mudança dos índios Enirmas para Miranda. Segundo o relato

*...alguns indios da Tribu Enirmas, habitadas nas campanhas alem do rio Paraguay, manifestando desejos de se mudarem para aquella Villa, e pedindo o auxilio para irem conduzir o resto da tribu, prevenindo de que não sejam vitimas dos Indios Cadneos, de quem são inimigos.*⁷³

Em 29 de Fevereiro de 1860, o comandante militar do Quartel do Distrito Militar da Província de Miranda em Nioaque, informa em seu relatório mensal à presidência da

⁷¹ *ibid.*

⁷² Lata – 1859. Sem referência da lata. Documentos Avulsos. Maço Incursões de Índios. APMT. Cuiabá – MT.

⁷³ Registro de Correspondência da Diretoria Geral dos Índios. 10.01.1860. APMT. Cuiabá – MT.

provincia que a “*cathechese e civilização dos Indios, acha-se della incumbido o Reverendo Misionário Frei Mariano de Bagnia e neste mister, afim como no delegado da Igreja ali, é solícito e dedicado.*”⁷⁴ Finalmente em 30 de maio de 1860 a Diretoria Geral dos Índios recebe officio da presidência da provincia mandando criar a Aldeia Normal na Freguesia de Miranda.

Acusando o recebimento do officio da Presidência mandando criar a Aldeia Normal na Freguesia de Miranda (...) construir um Templo onde se celebrem os actos religiosos, e uã escola de primeiras lettras, assim como a construção de um forno de cal e outro de telha e tijolo na Aldeia de Bom Conselho em Albuquerque ⁷⁵

Prontamente o Diretor Geral dos Indios responde acatando as ordens recebidas:

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio de Vossa Exelencia datado de 26 do mez passado, no qual recomenda-me a criação de uma Aldeia Normal no districto de Miranda como um Templo onde se celebrem os actos religiosos, e uma Escola de Primeiras Lettras; assim como a construção de um forno de cal, e outro de telhas e tijolos na aldeia de Bom Conselho; finalmente, communicando-me havese V. Exelência mandado por à disposição, na Thesouraria de Fazenda, a quantia de dous contos de reis para essas obras, e para compra de ferramentas, cochilas e instrumentos aratorios. Cumpre-me acientificar a V. Exelência que em data de 30 do referido mez findo expedi as necessrias providencias aos Directores das aldeas de Miranda, e do Bom Conselho, recommendando-lhes a pontual execução das supracitadas ordens de V. Ex.^a, e que oportunamente irei receber na Thesouraria a quantia por V. Ex.^a designada para os fins indicados. ⁷⁶

A encruzilhada dos desencontros entre o uno e o diverso: Resistência e alcoolismo

A fuga, quando não se tem para onde ir torna-se uma forma de ficar. De fugir sem sair do lugar. Aguentar o corpo viajar com o espírito. O álcool era de qualquer maneira uma

⁷⁴ Lata – 1860-C. Documentos Avulsos. Assuntos Militares n.º 1. APMT. Cuiabá – MT.

⁷⁵ Registros de Correspondências e Offícios da Diretoria Geral dos Índios. 30 de maio de 1860. APMT. Cuiabá – MT.

⁷⁶ Lata – 1860. D. Documentos avulsos. Maço: Índios. APMT. Cuiabá – MT.

forma de não sucumbir de vez. A revolta contra o absurdo. As desavenças, as violências como contenção de almas fugidias.

1860 parecia ser o ano em que tudo começaria a desandar em Miranda. Frei Mariano temendo rebeldia pedia à presidência um destacamento de 3 ou 4 praças para a Aldeia de Miranda sob a direção do dito frei. Este gesto parecia estar prenunciando tempestades tais como este religioso presenciou em Bom Conselho no distrito de Albuquerque. Uma das grandes razões da presença militar em Miranda seria principalmente para garantir por parte dos índios locados por contrato, não deixassem de cumprir seus contratos de trabalho. Em 20 de julho de 1860, o Diretor Geral dos Índios João Batista de Oliveira, pedia a instalação deste destacamento.

Ilmo Exmo. Snr. representando-me o Director das Aldeas de Indios de Miranda em officio de 1º de fevereiro deste anno, sobre a necessidade de se por de 3 a 4 praças de linha, tanto para a policia das aldeias, como para fazer os Indios respeitar os contractos de locação de seus serviços, pois que depois da retirada do Corpo de Cavallaria daquelle lugar, aandonão com facilidade e caprichosamente os seos patrões, sem que o Director tenha à sua disposição um agente para reprimir taes abusos; rogo a V Ex.ª haja de attender a essa reclamação do mesmo Director afim de animar a agricultura quasi abandonada naquelle Districto por falta de braços. ”⁷⁷

As formas de trabalho em que empregavam-se os índios, variavam. Um dos trabalhos remunerados era a limpeza do leito do rio Miranda, para facilitar a navegação. O frei Mariano⁷⁸ atendia a esses pedidos.

⁷⁷ Registros de Correspondências e Offícios da Diretoria Geral dos Índios. 30.05.1860. p. 10, APMT. Cuiabá – MT.

Em cumprimento ao officio que V. S. dignou-se dirigir-me com data de 21 de maio último, ordenando, que prestasse, ao comandante do departamento, os Indios que lhe me requesitasse, (inelegível) o leito do rio de Miranda, tenho a honra de responder que já mandei 12, ganhando além do intento, o jornal de 10\$000 mensais.⁷⁹

A situação em Miranda neste ano de 1860 era de crise no controle sobre os índios, que por sua vez não atendiam com facilidade aos comandos da direção da aldeia. Se o sonho era a integração dos índios com os habitantes para com isso consituir o desejado povoamento, o que os documentos mostram contrariam estas expectativas. O que aparece nas falas das autoridades retratam um quadro triste, onde as culturas, principalmente a Terêna, impedidas de seus livres desenvolvimentos, caíam na triste realidade do alcoolismo. Porém junto a isto havia também reações adversas às tentativas de subordinação deste povo. Em dois documentos de outubro deste ano, aparece as tentativas de impedimento da introdução de bebidas alcoólicas nas aldeias de Miranda. Recebendo ordens do presidente da província responde com seguinte teor:

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio de V.Ex.^a com data de 30 de agosto do corrente anno, ordenando-me a exacta observancia dos paragrafos 16,24 do artigo 1º da lei da catechesi, em pesposta cumpri-me dizer a V.Ex.^a com edital de 22 de julho ultimo, cuja copia enviei a directoria geral dos Indios, recomendei aos habitantes desta Villa a observancia dos referidos paragrafos, afim de ver se cessasse a nociva e prejudicial, introdução das bebidas espirituosas nas aldeias e agora accabo, em virtude do sobredito officio de V.Ex.^a de dar providencias, não só para desaparecerem o negocio illicito do aguardente como monopolio; e dos obstaculos que encontrar, como tenho encontrado até agora, me apresarei a dar parte a V.Ex.^a pois está tão vulgarizado este pernicioso abuso da aguardente entre os indios deste Districto, e tão prejudicial a moralidade, que quase continuamente se ve pelas

⁷⁸ Frei Mariano em 1860 acumulava os cargos de: vice Priori e prefeito da missão apostólica do bispado de Miranda, delegado episcopal e vigário da Vara desta câmara, pároco e diretor dos índios do distrito de Miranda.

⁷⁹ Lata -- 1860-D. Documentos Avulsos. Maço -- Índios.

ruas desta Villa grupos de indios ébrios, único fim que dão aos produtos do mui pouco trabalho. Com o auxilio de Deos, e protecção de V.Ex.^a espero melhorar este ramo de serviço, alias tão importante. Deos guarde a V.Ex.^a. Miranda, 8 de outubro. S. Coronel Antonio Pedro de Alencastro – Presidente. Frei Mariano de Bagnaia – Vice Prefeito e Director dos Indios.⁸⁰

Em 12 de outubro seguidamente a esta ordem superior, frei Mariano faz valer que...

...em virtude das ordens do Ex.^o senhor Presidente da Provincia, dia 30 de agosto ultimo, em conformidade ao paragrafo 24 do art. 1º da lei regulamentar da cathequesi fica espressamente proibida a introdução das bebidas espirituosas nas aldêas deste districto, e as pessoas que quizerem ir negociar nellas, negocios de genero licito, será sempre com a previa, e expressa permissão desta directoria conforme o paragrafo 16 da referida lei. Para evitar conflitos, e moralizar os Indios fica aos particulares prohibida qualquer ingerencia emmediata nas aldêas. Os Indios camaradas serão considerados como taes somente aqueles que forem contratados na forma das instrucções de 20 de abril de 1859, salvo quando o serviço for de poucos dias. E para que ninguém alegue ingnorancia mandei passar o presente edital, que será afixado em lugar patente. Dado, e passado nessa directoria dos Idios em Miranda, 12 de outubro de 1860. Frei Mariano de Bagnaia.⁸¹

Os índios andavam dispersos pela bebida e as relações de trabalho como camaradas nas fazendas, embarcações, canoagem etc. São sinais de falta de controle na disciplinarização dos índios. se entendermos a coerção física como fator de falta de autoridade, o documento a seguir pode ser revelador deste sintoma.

Levo as digna mãos de V.Ex.^a a copia do edital, que em virtude das ordens de V.Ex.^a mandei fixar e peço a V.Ex.^a se digne esclarecer-me sobre a regularidade ou irregularidade do mesmo e se deve ou não sofrer alguma modificação. (...)O fim desta é da(...) nesessidade de colocar-se hum pequeno distacamento na Aldea Grande para policiar esta e as aldêas vizinhas.⁸²

⁸⁰ Lata – 1860-D. Documentos Avulsos. Maço Índios. APMT. Cuiabá – MT.

⁸¹ Lata – 1860-D. Documentos Avulsos. Maço Índios. APMT. Cuiabá – MT.

⁸² Lata – 1860-D. Documentos Avulsos. Maço Índios. APMT. Cuiabá – MT.

Com relação ao trabalho que era imposto aos índios, nota-se uma certa resistência por parte destes. Ao necessitar enviar índios para limpeza do rio Miranda para facilitar a navegação, a resposta do diretor da aldeia, traz indícios de dificuldades no recrutamento dos índios para este tipo de tarefa.

Em solução ao respeitavel officio de V.Ex.^a, que hontem recebi, datado de 26 de outubro ultimo, em qual me ordena, que mande entregar ao comandante da estação naval da povoação de Albuquerque os indios empregados na limpeza do rio Miranda, que pelo mesmo officio se collige estarem dispensados desse servi;o officiei ao comandant do distacamento exigindo os referidos indios para fazê-los seguir e pela resposta, cuja copia tenho a honra de levar às dignas mãos de V.Ex.^a, se ve que a ordem que dispensa os ditos Indios não lhe chegou. A vista disto me dirijo ao comandante do districto pedindo-lhe fornecer-me ao menos a canoa e tripulação para mandar outras, que vou dar providencias para manda-los recrutar, com todo geito e prudencia na aldeas, caso não se realise a dispença dos que estão limpando o rio. Não posso deixar de previnir a V.Ex.^a, dignar-se relevar alguma demora por que os meios de condução devem vir de Neoaque e dispersos e ainda muito (ineligível), espantão-se.(...) Miranda, 4 de Dezembro de 1860.(...) Frei Mariano de Bagnaia. Vice Prefeito e Director dos Indios de Miranda.⁸³

Há sinais neste caso de dois fatos interessantes: além da dificuldades encontradas de recrutamento de índios para o trabalho do colonizador, havia também conflitos de poder. Em resposta ao pedido do diretor da aldeia o encarregado da limpeza nega atendê-lo, como informa em 7 de Dezembro de 1860, Francisco de Paula Camargo, encarregado da limpeza do rio.

Não tendo eu recebido ordem do Exmo. senhor presidente e comandante das armas para fazer parar com o serviço da limpeza do rio Miranda, não posso por a disposição de V.Rmo, os indios

⁸³ Lata – 1860-D. Documentos Avulsos. Maço Miranda. APMT. Cuiabá – MT.

*nesse serviço, como exige V.Exmo. em seu officio de hoje, que respondo.*⁸⁴

Haviam desavenças sobre quem teria poder sobre o usufruto do índio como mão-de-obra, que, por sua vez, não aceitava de forma passiva esse tipo de relação. Em officio à Diretoria Geral dos Índios, frei Mariano denuncia a agressão de um grupo de índios tentando impedir o recrutamento de seus iguais para obra da igreja. Vejamos:

*Cumpre-me levar ao conhecimeno de V. Senhoria que hontem em huma das aldeas deste Districto deo-se hum pequeno conflito. Mandando eu por vezes chamar huns indios a pedido do Juiz de Direito para trabalharem na igreja matriz desta villa, mediante o respectivo jornal, entretanto, desatenderão o meo chamado. Finalmente obtive hum soldado, pelo qual mandei ter, contado a moderação, com os capitães afim de mandarem os indios por mim requeiridos. Conduzindo com efeito o soldado quatro indios para o referido fim, deo, a pouca distancia da aldea, o assalto, por huns poucos de indios armados, me diz o soldado, de fardas e espingardas, tirarão a força os conduzidos, e seria victima, si não fosse (inelegivel) em (...) hum delles. Que o perseguia com huma faca, que se acha em meu poder, trazida pelo mesmo soldado. A vista disto conformando-me com o paragrafo 10 do art.2 da lei da catequesi, depois de consultado o mesmo juiz de Direito, officiei a policia, narrando o acto, e pedindo providencias. Deos guarde V.S. Miranda 6 de junho de 1861. Frei Mariano de Bagnaia. Vice Prefeito e Director.*⁸⁵

Talvez o missionário coloque as agressões sofridas como resultado da quebra de autoridade, para tanto, frei Mariano envia officio, datado de 14 de junho de 1861, ao Diretor Geral dos Índios, João Baptista D'Oliveira, pedindo "*providência à Presidencia para que nenhum Indio seja chamado para qualquer fim pelas autoridades policiaes de Miranda, se*

⁸⁴ Lata - 1860-D. Documentos Avulsos. Maço Miranda. APMT. Cuiabá -MT.

⁸⁵ Lata 1861-B. Documentos Avulsos. Maço - Catequese e Civilização dos Índios. APMT. Cuiabá - MT.

não for por intermédio do respectivo Director".⁸⁶ Dirigindo apelo ao presidente da província, através do diretor das aldeias da vila de Miranda, em ofício de 22 de abril de 1861, oportunidade em que solicita

*Providencias para evitar polemicas, e conflitos de jurisdições ao serviço e a moralidade dos indios, ordenando V. Ex.^a as autoridades judicarias e criminaes da Villa de Miranda que dirijão-se ao referido director sempre que o serviço publico exigir a presença de qualquer indio nos respectivos tribunais, ou para outro qualquer fim: e por isso pesso a V. Ex.^a haja de attender a representação de referido Director, com a qual me confromo. Deos guarde a V.Ex.^a. Cuiabá, 14 de junho de 1861. Ilmo. Exmo. Senhor Coronel Antonio P. D'Alencastro. Digno. Presidente da Província. João Batista de Oliveira. Director Geral dos Indios.*⁸⁷

A par deste acontecimento o diretor geral dos índios não deixou passar impune, requerendo a punição dos índios "infratores", apressando em levar o ocorrido ao conhecimento do presidente da Província...

*Afim de que providenciasse a respeito; pois, a passar impune um tal precedente, pode a insubordinação chegar a um ponto desastroso, visto a grande porção de Indios que existem naquelle municipio. Junto levo à presença de V. Ex.^a em original o officio a que me refiro.*⁸⁸

Todo esse quadro polêmico estava coadjuvado por uma carência de verbas, que levava a política aldeadora a situações de quase inviabilidade. Em 26 de outubro de 1861 o diretor geral pede para suspender as obras das Capelas das aldeias de Bom Conselho e

⁸⁶ Registro de Correspondências e Offícios da Diretoria Geral dos Índios. 14 de junho de 1861. APMT. Cuiabá – MT.

⁸⁷ Lata 1861-B. *ibid.* APMT. Cuiabá – MT.

⁸⁸ Lata 1861-B. *ibid.* APMT. Cuiabá – MT.

Miranda, dispensando os operários e proibindo a compra de materiais para sua continuidade.

*Sendo consignada pela Ordem do Tesouro n.º 20 de 17 de junho do corrente anno a quantia de 4.000 \$ reis para tôda a despeza d'essa verba, nem ao menos é sufficiente semelhante quantia para pagamento do pessoal das Aldeas, ficando esta Directoria sem os meios necessários para brindar as hordas de Indios de diversas nações que constantemente apresentam-se nesta Capital, assim como para satisfazer os pedidos de utensilios indispensáveis para as aulas de 1.ª Lettrase de Música das supracitadas Aldeas.*⁸⁹

As aldeias da região do baixo Paraguai, principalmente as de Albuquerque, tiveram em atividades funcionais de forma que poderíamos dizer, regular até meados da década de 1860. A partir principalmente de 1864 iniciam-se as invasões de tropas paraguaias. Porém até esta data ainda encontramos documentos que comprovam uma certa calma com relação ao conflito bélico. Segundo relatório do presidente de província Alexandre Manuel Albino datado de 1864 sobre a *cathechese e civilização de índios*, é confirmado a presença de apenas dois missionários capuchinhos na província: frei Mariano Bagnaia e frei Angelo Caramônico. Ao falar da falta de água potável em Cuiabá durante a seca, usa essa falta como analogia para reclamar da falta de verbas para a catequese. Segundo ele: *"A par desta deplorável falta correo outra não menos deplorável, a de dinheiro na catechesi dos Indios"*⁹⁰. Outro fato importante de observar, foi a do frei Angelo Caramônico ter, nesta oportunidade, sido *"incumbido de aldear nas proximidades da Colonia Militar dos Dourados os Indios Cayuás e coroados que vagão por aquelas immediações*. Com a remoção deste religioso para Dourados, a Aldeia de Bom Conselho em Albuquerque punha

⁸⁹ Registros de Correspondências e Offícios da Diretoria Geral dos Índios. 26.10.1861. APMT. Cuiabá – MT.

⁹⁰ Relatório do Presidente de Província Alexandre Manuel Albino, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, no ano de 1864. APMT. Cuiabá – MT.

fim a um período tumultuado tendo-o em sua direção. Quanto a Aldeia de Miranda, utilizando-se de relatório do Diretor Geral dos Índios, Barão de Aguapehy, o dirigente da província, informa

Que vão ellas em bom estado sob a direção do referido missionário Frei Mariano. Existe alli uma capella, edificada com a diminuta subvenção de 1.342 \$000 reis, faltando-lhe somente a conclusão do altar cujas despesas já foram autorisadas. Os indios desta aldêa empregão-se na lavoura e no serviço de camaradas.⁹¹

Como pudemos observar a política aldeadora desde 1845 até 1864, primou por movimentos descontínuos, contrariando o sonho de integração dos grupos indígenas como partilhadores de seus ideais povoador e civilizador. A partir desta data a invasão paraguaia deixará esta região totalmente sem contato com Cuiabá. Este momento histórico caracterizou-se por uma debandada dos índios fugitivos dos horrores da Guerra da Tríplice Aliança.

⁹¹ *ibid.*

Capítulo 7.

(1864-1889) O índio e a Guerra: a crise da política indigenista no baixo Paraguai e os conflitos com os Bororo Coroados.

Este capítulo trata de dois assuntos bastante relevante da política indigenista em Mato Grosso. para sua melhor compreensão foi composto de partes: no primeiro momento, enfocamos as tensões provocadas a esta política por parte do conflito com os paraguaios. A importância deste período reside primeiro no fato de que houve a utilização de grupos indígenas em missões de fronteira nos momentos de tensões que precederam a a guerra. desta guerra e durante tal conflito. Segundo por ter contribuído para determinar a ruptura do sonho aldeador no Baixo Paraguai. Arruinada na região mais avançada dos aldeamentos, a política indigenista volta sua atenção para a sociedade Bororo Coroado com maior destaque. De 1870 a 1889 enfocamos a luta do colonizador com os Bororo Coroados.

A invasão paraguaia e a perda do controle sobre o Baixo Paraguai, (1864 –1870)

A história desse período está ligada ao isolamento espacial que a política indigenista sofreu na região do Baixo Paraguai. Os anos que antecederam a guerra com o Paraguai, ou seja os primeiros anos da década de sessenta, já pressentiu-se pelo que nos informa os documentos, a presença do conflito. O mais importante para este trabalho, foi verificarmos a presença indígena no conflito.

Mal sabiam eles o quanto efêmera seria esta experiência aldeadora no Baixo Paraguai. Em Mato Grosso grassava sintomas de conflitos bélicos envolvendo paraguaios e

os habitantes das terras do Brasil Imperial. A Província de Mato Grosso por sua condição de região fronteira com o país litigioso colocava-se numa condição de território estratégico neste conflito. Pelo lado dos paraguaios, havia a necessidade de conquista territorial dessa província. Por parte do governo imperial era vital a garantia desse território, logo era preciso povoá-lo, fortalece-lo para impedir o avanço paraguaio.¹ Estes fatores inevitavelmente contribuiriam para criar uma situação diferenciada no comportamento da política indigenista no Baixo Paraguai. A política catequizadora, que já estava caracterizada por descontinuidades oriundas dos conflitos internos nas relações catequizador /catequizando, aumentou seu quadro de crise ainda mais com a presença incomoda do avanço paraguaio e os efeitos psicológicos afetadores do seu cotidiano. Mais cedo que poderia se imaginar, apareceram alguns indícios de movimentações relacionados ao conflito com os paraguaios. Já em 1º de Maio de 1860, o comandante do Forte de Coimbra, o Capitão Joaquim Antonio Mendes em ofício ao Presidente da Província Coronel Antonio P. de Castro, mostrava certa preocupação com este problema. Ao receber a visita do Cacique Taquidauana ao Forte, oferece-lhes brindes, e ao mandar ao presidente “a conta das despesas”, aproveitou a oportunidade para informa ao dirigente provinciano que lhe...

...parece que seria convincente fazer o arrolamento destes indios, com designação de suas idades, pouco mais ou menos de cada hum, afim de que no caso de tem o Governo necessidade delles em qualquer emergência com nossos vizinhos. Se V. Ex.^a achar rasoável este meu parecer, poderei em poucos dias ir a aldeia d'elles para aquelle fim.²

¹ Esse tipo de discurso, ou seja, de cuidados com o perigo que vem de fora, sempre alimentou a política povoadora da fronteira oeste. Em cada circunstância histórica, o discurso da fronteira é revisitado, sendo deslocado ao das práticas sociais, sempre no interesse dos grupos sociais hegemônicos em suas relações conflituosas com os demais setores da sociedade, que é importante ressaltar, nunca se reduziram a meros consumidores deste discurso.

² Lata 1860 – E. documentos avulsos. Maço – assunto militar. Nº 3. APMT. Cuiabá – MT.

As alianças feitas pelos dois lados beligerantes com grupos indígenas diferenciados, fizeram com que estes cumprissem missões perigosas como patrulhamentos de reconhecimento da fronteira entre os dois países. Em 1862, no dia 30 de Abril, o tenente Antonio João Ribeiro, comandante da Colônia Militar de Dourados, oficializa em relatório ordenado pelo governador da província, que...

Esta colonia presentemente não gosa de tranquillidade em consequencia de haverem os doze indios da tribu Gauycurús, que deste ponto partirão no dia 20 do mez proximo passado acomettido as da tribu Caiwá, alliados dos paraguayos, a informação que deu-me o capitão Antonio da Silva Carvalho, chefe d'essa partida foi o seguinte mando em direção ao sudoeste, depois de atravessarem as cabeceiras do rio Aquidauana (rio este que paralelamente corre com o Apa, e rega o solo paraguayo) e d'aquelle ponto seguirão em direção ao sul, e na proximidade da nascente do rio Ipané, depararão com a tribu acima referida Caiwá; depois das suas guerrilhas fizerão prisioneiras a duas Indias (terão mais ou menos 15 anos de idade) tiverão junto a si huma força de vinte homens paraguayos, commandados por hum de sua nação que lhe disse ser o capitão Casimiro, esse capitão ao encontrar-se com a força dos 12 Guaycurús, ameaçou-a querendo dar-lhes fogo, então ordenou o capitão Carvalho á sua gente que se fizesse na mesma attitude; fez com isso que os paraguayos suspendessem o que tentavão contra elles, dando-lhes signal de paz, approximando-se os dous capitães e abraçarão-se: teve o cuidado o capitão Casimiro de interrogar do capitão Carvalho, perguntando-lhe qual era o fim de sua missão n'quelle ponto e por quem fora mandado, então este lhe respondera que fôra mandado pelo tenente coronel commandante do districto militar, sondar á ver se tinha paraguayos no territorio brasoleiro; ouvindo o capitão Casimiro, com toda attensão ao que lhe informavão, attendeu mais aos lamentos que fazião estes doze homens de estarem inteiramente desprovidos de viveres, offertando-lhes em signal de generosidade hum novillo, dizendo-lhes que ali esperassem, tendo-lhes há brindado com huma cinta de seda, e huma outra de couro com dous patações de prata, e ao passo que retirou-se o capitão Casimiro, com a sua força para irem buscar o que havião prometido; causando suspeita ao capitão Carvalho, por uma prompta philanthropia, que aquillo fosse huma traição que

lhes querião fazer; retirarão-se a toda pressa conduzindo suas duas prisioneiras e aqui apresentarão-se no dia 23 do corrente; ora á vista d'isso não é possível estar-se tranquilo os dessa colonia, principalmente lembrando estar mui longe de receber quaesquer socorros.³

Os grupos indígenas assumem posições dos lados tanto paraguaio como brasileiro. As rivalidades interétnicas são ao mesmo tempo utilizados e concomitantemente trazem problemas aos lados que os utilizam nas funções de patrulhamento. Neste episódio a prisão de índias Caiwá, aliados do paraguaio, poderia trazer problemas para o lado brasileiro. Porém a utilização de forças indígenas atuando no conflito aparece em alguns documentos, confirmando presenças de grupos dos Guaicurús e Cauwá, período inicial do conflito. Nos relatórios do tenente Antonio João Ribeiro, em de 31 de maio de 1862 há a confirmação deste tipo de acontecimento.

Em virtude d'ordem do commando deste Districto por esta colonia passarão em 27 do corrente Indios da tribu guaycurús com o fim de sondarem-se nas proximidades dos rios Iguatemi e descobrir se existem paraguayos fabricando herba mate. Esta colonia neste mez já se acha menos asombrado, em consequência de ter-se levado o trincheiramento no flanco do leste a oeste, lado este em que estava mais exposto de receber uma invasão dos nossos visinhos, apesar de que ainda continua a faltar-lhe armamento e munição propria para assim poder repelir quaisquer tentativa. Em 6 do corrente recolheo-se a força que se achava rondando os campos do Iguatymi, não tendo encontrado novidade alguma por não terem podido percorrer os lados do mesmo Iguatymi; a falta de um pratico deo a isso lugar. Os indios Guaicurús deste ponto retirarão-se no dia 10 deste, conduzindo suas prisioneiras. Para o ponto de Nioac.⁴

³ Lata 1860 – E. documentos avulsos. Maço – assunto militar nº. 3. APMT. Cuiabá – MT.

⁴ Lata 1862 – A – Maço Antonio João. assuntos militares, nº 3. APMT. Cuiabá – MT.

Havia uma preocupação com a possível presença de paraguaios trabalhando com erva mate na região brasileira da fronteira. Havia uma certa temerosidade com a possibilidade de invasão paraguaia na região do baixo Paraguai. Mas conforme nos informa o documento já em 1862, havia uma diminuição do medo da presença paraguaia. Havia uma certa dependência da presença dos Guaicurus no serviço de ronda de fronteira. Com sua prática e conhecimento da região fazia com que sem sua presença tornasse impossível este tipo de manobra. Quando os índios retiraram-se as fronteiras ficaram desguarnecidas. A falta de armamentos foi um problema nos momentos que antecederiam o conflito.

Durante os meses de julho e agosto de 1862, foi acentuada a presença dos Guaicurus no conflito com os paraguaios. O comandante do quartel de comando do distrito militar de Miranda em Nioac, no dia 5 de julho em resposta ao ofício reservado do presidente da província diz o seguinte:

Em cumprimento ao ofício reservado de V. Ex.^a de 3 de Junho ultimo, informo a V. Ex.^a que por minha concepção seguirão 12 indios Guaycurús para a colonia militar de Dourados a fim de sob as vistas do tenente comandante respectivo, circundarem as mattas vizinhas as mesma colonia e suas adjacencias, e observarem se nosso territorio fronteiro havião paraguayos, e quaes os seus movimentos. Nesta excursão forão elles encontrados dentro de nosso territorio por uã partida paraguaya de 20 homens, comandada por um tal capitão casimiro, que depois de tencionar fazer-lhes fogo, disistio, por encontrar coragem nos Indios á deffenderem-se depoverão de ambas as partes as armas, e chegando-se um ao outro, abraçarão-se mutuamente, e aquelle capetão brindou aos Indios com cintas finas e alguns outros objetos, despedindo-se de pouco de algum tempo com bondade e agrado. No entanto, quando regressarão os ditos Guaycurús, tiverão o desagradavel encontro com os da tribu Caiuá accerrima e antiga inimiga; baterão-se e os Guaycurús aprisionarão as duas mulheres, que trouxerão consigo, e as conduzirão à seus aldeamentos. De todo o referido dei logo parte ao commandante das armas em officio n° 36 de 20 de maio proximo passado. Aproveito esta occazião para ter a honra de participar á V. Ex.^a que no mês de juhho ultimo, apresentarão-se me outros Indios

Guaycurús em nº de 14, offerecendo-se para irem observar o nosso territorio como os primeiros. Entendi Segunda vez aproveitar-me da boa vontade delles em coadjuvar-nos neste trabalho porque são peritos conhecedores do nosso territorio fronteiro, e tem a precisa disposição de embrenharem-se pellas mattas, as mais intransitaveis aos nossos soldados, sem que sejam percebidos. Aguardo o regresso delles para dar conta exata a V. Ex.^a do que ocorrer na sua excursão, e pelo desaguisado que houve entre aquelles da mesma nação e os Caiuás, recomendei agora a este, e mesmo ameacei-os para não praticarem, no caso de encontro, acto algum hostil como os primeiros. Aos commandantes das colonias militares dei conhecimento das ordens de V. Ex.^a p^a me serem, antes de remettidas a V. Ex.^a apresentados os seus relatorios.⁵

A presença de duas sociedades lutando em sentido contrários coincide com a rivalidade entre elas. Não pode-se afirmar de ser este o fator de certo voluntarismo dos Guaicuru por sua participação no conflito, porém este aspecto voluntarista aparece no documento. Existia uma preocupação com o conflito com os Caiwá, por parte dos militares brasileiros na província.

A questão da fronteira não estava tão formalizada para os Caiwá. Em seu relatório de 31 de julho de 1862, o tenente Antonio João, comandante da Colônia Militar de Dourados, além de falar sobre o confronto que houve entre os dois grupos étnicos, deixa sinais de haver comércio dos Caiwá com o lado paraguaio. A índia prisioneira dos Guaicurú, informa ao militar *“que a maior parte dos de seu grupo não se acham presente em consequencia de terem ido á um ponto paraguayoy fazer suas pemuções de mantimento por qualquer genero de sua necessidade”*⁶.

⁵ Lata – 1862 A . Maço Encontro com índios. APMT. Cuiabá – MT.

⁶ Lata 1862 – A . Maço Antonio João 1862 – Assuntos Militares n.º 8 colonia militar de Dourados. APMT. Cuiabá – MT.

O governo provincial parecia preocupar-se em não deixar com que os Guaicurú provocassem represálias por parte dos paraguaios, com o aprisionamento de índios Caiwá. O tenente Antonio João assim que recebe sua ordem, imediatamente atende-lhe à ordem de libertação dos prisioneiros Caiwá. Vejamos seu relatório:

Dos oito prisioneiros da tribú caiwá conduzidos pelos indios Guaycurús a este ponto como já disse no meu relatório do mez proximo passado, tão depressa chegarão ao conhecimento do ilmo. S. Tenente Coronel commandante do corpo de cavalaria e districto Militar; tive logo ordem do mesmo Ilmo. S. que collocasse em plena liberdade, e que lhes facultasse o seu regresso no lugar de onde forão subtraídos, e assim o fiz, e deo por tanto lugar que no dia 14 do corrente mez, regreçasse a India com suas trez filinhas, e dos quais menores que não poderão acompanha-la, tive ordem do dito S. commandante para mandalas do ponto (ineligível) afim de ali ser remettidos possão gozarem da catechese, motivo por que fiz seguilos desta colonia em 2 do corrente. Tenente Antonio João Ribeiro. Colonia Militar de Dourados, 31 de Agosto de 1862. ⁷0,

Um clima de tensão e boatos davam o tom do cotidiano na fronteira. A presença indígena no conflito às vezes era produto de desinformações entre os militares, mas o importante era os indícios de angústia que produziam este tipo de boatos. O tenente Hermenegildo Albuquerque Porto, do Forte de Coimbra desmente a notícia levada pelos tripulantes do Vapor Olinda “...acerca de haverem os Indios Cadiweos atacado huma das guardas da República do Paraguay postadas nas margens do rio Apa⁸.”

Mesmo com a presença da ameaça de invasão, havia neste momento histórico uma ampliação dos aldeamentos nesta região. Além de já haver na localidade de Albuquerque, o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho. com a instalação da Aldeia Normal de Miranda e as tentativas de aldeamento no Distrito de Dourados, nos meados dos anos

⁷ Lata 1862 – A . Maço Antonio João 1862 – Assuntos Militares nº 8. APMT. Cuiabá – MT.

⁸ Lata – 1862. Maço n.º 6 Assuntos Militares. Secretaria de Polícia, etc. APMT. Cuiabá – MT.

sessenta do século XIX, houve, o que podemos chamar, uma ampliação dos espaços aldeados nesta região.

Em setembro de 1863, depois de passar por momentos conturbados na Aldeia de N. S. do Bom Conselho, o frei frei Mariano de Bagnaia, foi removido, pela presidência da Província, para o distrito de Miranda, sendo encarregado de tentar o aldeamento dos índios Terêna e Laiana. Em Dourados nos meados dos anos sessenta do oitocentos, o frei Angelo de Caramonico, fundaria a Missão de Santa Maria, com a tentativa de aldeamento dos índios Caiwá, Coroado e outros.

Frei Angelo na ocasião foi personagem de uma viagem pitoresca pelos rios da região. Passou precisamente oitenta e quatro dias navegando em busca de almas para o rebanho cristão. Segundo o presidente da província, em seu relatório à Assembléia Provincial,

Frei Angelo, depois de uma excursão de alguns meses pelos bosques e rios d'aquela distrito, regressou a esta Capital, e apresentou-me um cacique Cainá e outro Guarani, não só para provar as diligências que fez a fim de bem cumprir sua missão, como para que eu ouvisse dos próprios caciques a decidida vontade que tinham eles e outros subordinados de se aldearem regularmente a descrição do Governo, manifestando, porém o desejo de fazê-lo em qualquer ponto, menos junto ou próximo da colonia de Dourados.⁹

Os passos dos povos que habitavam o aldeamento de Bom Conselho não mais estavam sob o manto sagrado da igreja. Como quem não queria mais saber, o pastor abandonou o seu rebanho à sorte dos arbítrios da “barbárie” das atitudes “pagãs” dos

⁹ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso – o Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, apresentado à Assembléia legislativa Provincial na Abertura da Sessão Ordinária em 03/05/1864.. APMT. Cuiabá. MT.

índios “pecadores”. Muitas coisas aconteceriam com as novas direções que para ali se deslocariam.

Os índios após verem derramarem-se os traços que lhes garantiam uma sintonia cultural, ao verem desmanteladas suas cadeias alimentares anteriores refugiaram-se no álcool. Talvez ali encontrassem o bálsamo para ungirem suas almas fugitivas e feridas por tantas machucaduras nas ferpas frias de um modelo estranho e paradoxal que esquartejou as entranhas dos seus saberes. Sangrando pelas feridas da alma, buscavam, nos meandros do seu ser, uma pista para mais uma fuga, para o lugar que não conseguiriam voltar por inteiro. Mais explicitamente, buscavam uma viagem para a alma, que mal suportava um corpo quebrantado. Viajar com a alma quando o corpo não podia mais voltar, retornar pelo coração . Agora, o que restava-lhes? Uma única possibilidade. Voltar, buscar significados. De qualquer maneira necessitava-se não estar ali exposto, embriagar-se, voltar-se para si, criar enigmas, simular perante os olhos cristão civilizadores, impor-lhes a sensação do declínio do seu saber, os limites de suas certezas, o ruir do edifício de seus sentidos. Colocavam ali as fronteiras que demarcavam o santuário sagrado da casa que não conseguiam mais habitar em vida. Refugiavam-se por não mais poder voltar para casa. Porém nunca alojavam-se na casa que estava reservada para eles. Viviam no entrecruzar de fronteiras entre o corpo marcado e a alma teimosa e fugidia. Seus mortos juntavam-se a eles no emaranhado de suas existências, impedindo-os agirem por si: a memória interferiria na trama do dizer. A resposta a essa situação materializava-se de várias formas.

O Diretor Geral dos Índios em seu relato testemunhava comportamentos entre os índios, que refletiam o mal estar causado pela destruição das possibilidades destes reapropriarem-se de suas vidas próprias. *“Alguns assassinatos houveram entre os índios*

naquelle Districto."¹⁰ Assim dá conta ao presidente da província dessa lamentável situação em que encontrava-se as culturas que antes caminhavam pelas suas próprias linguagens. A embriaguez facilitava os atos de violência. "*em todos os cazos era a bebedeira o principal motivo da perpetração de semelhantes crimes.*"¹¹ Ao reconhecimento deste quadro, o diretor ordenou do diretor de aldeia que "*empregasse todos os meios ao seu alcance para vedar a venda de aguardente n'Aldea.*"¹² Porém pouco adiantou sua voz imperiosa. Os índios não incluíam ainda em sua linguagem o discurso civilizador em toda sua totalidade. Os signos colonizadores escorregavam-se nas viscosas trilhas, ao procurarem encontrar o íntimo indígena. Esta forma de emergência parecia que estava marcada na superfície da fala do diretor de aldeia, na resposta ao ofício que recebe do diretor geral. Esta afirmava como que materializando um estigma de frustração naqueles que queriam devorar sentidos. Para o diretor, "*muito difficil seria essa providência , mesmo porque os Indios na falta d'aquelle alcool, fermentão o caldo de canna, e com elle se embebedão...*"¹³. Limitado em sua forma de inserção do índio aos saberes colonizadores restava-lhe apelar para o convencimento do mal causado pelo álcool. Impassivo perante a angustia dos índios, pela obrigação de interiorização de um saber colonizador, este, talvez, cego a este entendimento, recomenda ao diretor da aldeia "*que faça sentir aos Indios quão nocivo lhes é esse vício;*"¹⁴. Credo no poder terapêutico de um saber que tem para si como verdadeiro, iluminado e único,

¹⁰ Lata 1864. Maço índios. Relatório do diretor geral dos Índios ao Presidente da Província. APMT. Cuiabá. MT.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

espera “que com o tempo, e a civilização que for se introduzindo entre elles, se não desaparecer inteiramente, ao menos limitarão o excesso do mesmo vício.”¹⁵

O Baixo Paraguai, sendo região de fronteira foi sempre tida por parte do governo imperial como região mais preocupante com relação à consolidação de sua posse. Frustrado em seu desejo de ver a Província lotada por um grande numero de missionários o governo na realidade teve que contentar-se apenas com dois religiosos que realmente ativeram-se efetivamente ao trabalho de catequização dos povos indígenas, fazendo ressaltar a pouca e atrapalhada presença neste tipo de missão, do frei Antônio Molinetto ¹⁶, o qual não mostrou grande aptidão no trato com esses povos. Esses dois únicos religiosos, que dispuseram-se a se deslocar para as bandas de Mato Grosso, tiveram que desdobrarem-se no trabalho de catequização dos índios.

Um fato que passou a tomar conta do cotidiano da realidade indígena durante o conflito, foi a presença de índios refugiados da guerra. Sequencialmente apareciam nas imediações de Cuiabá, de destacamentos, de núcleos coloniais, etc, grupos de índios que fugiam da invasão de tropas paraguaias. Um exemplo disso foi o ofício do diretor interino Antônio Pedro dos Santos. Em seu relato ao presidente da Província Alexandre Manoel, afirma que achavam-se *reunidos na aldêa desta povoação mais vinte e sete índios caiapós de ambos os sexos, sendo vinte e hum vindo do Piquiry e seis de Santa Luzia.*”¹⁷

Os impulsos a essas fugas da região fronteira com o Paraguai fundamentava-se em fatos concretos da presença paraguaia em território imperial. As colônias indígenas

¹⁵ *ibid.*

¹⁶ frei Antonio Molinetto, não conseguir adaptar-se ao trabalho de catequização, causando problema em todas as suas missões, não só com os indígenas como com os moradores das proximidades dos aldeamentos que estiveram ao seu cargo a fundação.

¹⁷ Lata 1864. C. documentos avulsos. maço 1864, Núcleo Colonial de Taquari, relatórios do Capitão Antonio Maria Coelho. APMT. Cuiabá. MT.

estavam sofrendo constantes ataques das tropas paraguaias. A Colônia de povoamento do Taquary havia sido invadida pelos paraguaios em 24 de abril desse mesmo ano. Em seu relatório ao presidente da Província em 1864, o comandante do destacamento desta localidade afirma que

Sendo a referida Colonia assaltada no dia 24 de Abril, proximo passado às 4 e meia horas da manhã, por uma força paraguaya de 500 homens mais ou menos conforme já participei ao mesmo (...) Presidente de Província em data de 15 de maio ultimo (...) os quaes pela maior parte se achavão montados e armados de espingardas e espadas, tratei de reunir immediatamente todas as praças d'aquelle Destacamento, cujo numero nessa ocasião chegava a dez homens, dos quaes quatro nem tiveram tempo de reunirem-se ao quartel (...).0 abandonei o posto, seguindo com toda a calma e ordem para a proxima aldea dos indios Caiapós, sendo um gravemente baleado no peito e a um braço que ficou fraturado, conseguindo ambos evadir-se pouco depois dirigindo-se para a aldea onde já me achava. Esta aldea foi igualmente assaltada e reduzida a cinzas pelos mesmos paraguaios, duas horas depois de destruida a colonia, tendo eu apenas tido tempo de atravessar o rio para a margem esquerda onde demorei cinco dias nas matas." Deste lugar segui com minha familia, todos os moradores da colonia, as praças do destacamento, e os indios aldeados, que ali se achavão reunidosj, em numero de 160 pessoas, pela mesma margem, até a fazenda do cidadão Luiz Theodoro da Silva, distante da aldea 10 legoas mais ou menos, a qual já encontrei saqueada e incendiada pelos paraguayos. Nesta fazenda tive noticia de haverem o inimigo regressado para Miranda, donde vieraão, segundo fui informado, retirando-se da Colonia sete dias depois de terem praticado suas correrias...¹⁸.

Torna-se explicita a presença paraguaia no território da Província de Mato Grosso. Toda política de catequização e povoamento da região fronteira oeste ficou com seu funcionamento quase que praticamente comprometida. Essa presença das forças paraguaias aparecem cada vez de forma mais ousada deixando materializado concretamente a fragilidade da resistência provincial e por outro lado a situação de controle por parte dos

¹⁸ Lata 1864. B. Relatório do comandante da Colonia Militar do Taquari. APMT. Cuiabá. MT.

paraguaios. Em 1865 a presença dos paraguaios já se dava de forma mais vigorosa e imponente. O fazendeiro Bento Pedro de Ramos, morador em S. Bento, margem do rio S. Lourenço informou que

"...fazem quatorse dias que em sua casa havia chegado um Guató e informou-lhe que nos Dourados existem dous Vapores paraguaios e que os soldados e os Indios Guatós que ali existem dos quais não pode precisar o numero. São empregados em feitura de casas e que os Guatós não satisfeitos com o muito serviço tem fugido alguns e outros pelos paraguayos são surrados e mortos, quando não se querem prestar com vantagem do serviço.¹⁹

A região do Baixo Paraguai também não ficou impune a esses acontecimentos. A partir de 1865, praticamente pode-se dizer que a Diretoria Geral dos Índios perdeu quase que totalmente o controle sobre a região em que estava localizado seus principais aldeamentos. Em 29 de maio desse ano, em ofício da Secretaria de Polícia ao Presidente da Província, Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, informava a este mandatário provincial de que nada podia dizer à respeito das aldeias do Bom Conselho em Albuquerque e Normal em Miranda. Afirmava o secretário

...que tendo sido invadida toda a fronteira do sul pelas forças paraguayas que se apoderarão d'aqueles pontos, apenas chegou ao meu conhecimento que os Indios se dispersarão pelas matas, tendo aqui chegado alguns na comitiva do 2º tenente João D'Oliveira Mello. Entretanto é de lamentar-se semelhante occorrença por que á V. Ex.a não é estranho que muito já se aproveitava dos esforços empregados na catechesi de taes Indios.²⁰

Inaugurou-se na região do Baixo Paraguai e na Aldeia de N. S. do Bom Conselho, um período de isolamento, e da forma mais literal. O controle das autoridades provinciais sobre os índios, tornaram-se, com o advento da Guerra da Tríplice Aliança, quase que

¹⁹ Lata 1865 B. Maço Assuntos Militares. Ofício ao Presidente de Província General Alexandre Manoel Albino de Carvalho. APMT. Cuiabá. MT.

totalmente nulos. As aldeias implantadas pela província tornaram-se, a partir da invasão paraguaia, totalmente inviáveis pela não condição de efetivação do seu funcionamento.

Os entraves causados pela presença paraguaia na Província de Mato Grosso, refletiram nos discursos dos seus dirigentes. Apesar dos desencontros do projeto aldeador, os seus mandatários descarregaram nos paraguaios a culpa por terem impedido a continuidade de um trabalho que lhes tinha exigido tantos anos de esforços. Classificaram as tropas paraguaias como um bando de bárbaros. A presença de um clima beligerante fez com que inúmeros índios de Albuquerque fugissem para lugares mais seguros.

Um relatório chegou às mãos do presidente de Província General Alexandre Manoel Albino de Carvalho, da conta da presença de índios Guató, na região do rio São Lourenço, fugindo da violência do conflito. Segundo o dirigente:

Apresentou-me hoje as 6 horas da manhã e para he segue o fazendeiro Bento Pedro de Ramos morador em São Bento, margem do rio S. Lourenço e por ele fui informado que fazem quatorse dias que em sua casa havia chegado em Gautó e informou-lhe que nos Dourados existem dous vapores paraguayos e que os soldados e os Indios Guatós que ali existem dos quais não poudes precisar o numero , são empregados em faltura de casas e que os Guatós não satisfeitos com o muito serviço tem fugidos alguns e outros pelos paraguayos são surrados e mortos, quando não se querem prestar com vantagem do serviço²¹.

As consequências da guerra, afetam os índios tanto fisicamente como psicologicamente, pois alheio em sua maior parte aos fatores detonadores deste conflito sofrem na carne os seus resultados. Em outro relatório quatro índios Guaná, chegam a Cuiabá, fugindo também de Corumbá. No dia 16 de Março de 1865, o Diretor Geral dos

²⁰ Lata 1865 E. Maço Cuiabá. 1865. Ofício da Secretaria de Polícia ao Presidente de Província. APMT. Cuiabá. MT.

²¹ Lata – 1865 – B. Maço Assuntos Militares. APMT. Cuiabá – MT.

Índios, João de Mattos avisa ter esta *"directoria comprado os objetos (...), para brindar a quatro Índios Guanás, que vierão refugiados de Corumbá, rogo a V. Ex.^a se digne mandar pagar a referida importancia.*²²

Apesar dos seus esforços em distanciarem-se de uma guerra que não lhes dizia respeito, não estavam totalmente imunes às violências provocadas por esse conflito. Tornou-se uma prática durante o conflito, o recrutamento do jovens indígenas para servirem na guerra. Braz um velho índio Guaná, originário de Albuquerque, fugiu dos horrores da guerra refugiando-se no Distrito de Santo Antônio do rio abaixo. Porém isso não impediu que recrutassem seus filhos para servirem neste conflito bélico. Segundo um ofício da Diretoria Geral dos Índios, o índio Braz, apresentou-se

*...queixando-se de haverem alli recrutado seos dois filhos menores de nome Ricardo e José, e os conduzido ao acampamento de Aricá. Tendo o dito índio outro filho no Exército, e ponderando-me que aquelles dous são os que o ajudão a manter-se na sua velhice, sou de rogar a V. Ex.^a se digne providenciar de maneira que, a não haver outra circunstância que motivasse aquellas prisões, sejam dispensados ao dous filhos do queixoso, que pela sua avançada idade torna-se merecedor de alguma equidade.*²³

A forma de recrutamento dava-se de maneira arbitrária, onde o recrutado, como no caso dos filhos do índio Guaná, que eram presos e dali obrigados a servirem ao exército. A ida dos índios para a guerra parece ter sido uma realidade, e de uma forma que impunha aos índios a luta em um conflito que não lhes diziam a respeito.

²² Lata 1865 – E. Maço Cuiabá – 1865. APMT. Cuiabá – MT.

²³ Livro de Registro de Ofícios e Correspondências da Diretoria Geral dos Índios. 1866, Livro 191. APMT.

Cuiabá. MT.

A situação de beligerância em que se encontrava esta região, proporcionava então três fatos novos que alterariam a realidade anterior da política indigenista: causou uma migração indígena para lugares mais distanciados dos perigos do conflito, levou uma parte dos índios a servirem nessa guerra e de forma que não lhe restava o direito de decidir a própria sorte, e por fim ocasionou uma certa interferência no andamento da política aldeadora por isolar a região mais avançada deste evento. A região do Baixo Paraguai, ficou ilhada e sem a controle do comando como já falamos em outra parte deste texto. O relatório de Presidente de Província de 1866, informava a situação de isolamento em que esta região encontrava-se.

...nas circunstâncias em que me vejo de falta de noticias officiais, positivas e exactas de muitos dos movimentos das diversas Nações aborígenes da Província (...) Nada posso informar a V. Ex.a sobre os Estados das Aldeas de N. S. do Bom Conselho d'Albuquerque e da Normal de Miranda; e bem assim da tentativa de aldeamento dos Indios Caiuás incumbido ao Missionário Frei Angelo de Caramonico, em consequencia de achar-se aquella parte da Província occupada pelos Paraguayos desde janeiro, não se sabendo ao menos o destino que tiveram não só aquelle missionário, como frei Mariano de Banhaia, que dirigia a aldea de Miranda. Pelo mesmo motivo nenhuma noticia tenho dos Indios Guatós que habitão as margens dos rios S. Lourenço e Cuiabá.²⁴

Uma situação de dificuldades permeava os trabalhos da política aldeadora, traçando um quadro que pode ser chamado de desolador. Tornava-se praticamente impossível comunicar-se com as missões do baixo Paraguai. Em seu relatório o diretor afirma que...

...nas circunstâncias em que me vejo de falta de noticias officiais, positivas e exactas de muitos dos movimentos dos diversas Nações aborígenes da Província, por não se encortrar pessoal habilitado

²⁴ Livro de Registros de correspondências e officios da Diretoria Geral dos Índios, 1866, Livro 191. APMT. Cuiabá. MT. Relatório da Diretoria Geral dos Índios ao Presidente de Província.

para dirigil-as nas localidades em que se achão estabelecidas; vejo-me embaraçado para apresentar um relatório minucioso, que astisfaça completamente aquella exigência. Nada posso informar a V. Ex.^a sobre os Estados das Aldeas de N. s. do Bom Conselho d'Albuquerque e da Normal de Miranda e bem assim da tentativa de aldeamento dos Indios Caiwás incumbido ao Missionário Frei Angelo de caramonico, em consequencia de achar-se aquella parte da Provincia occupada pelos Paraguayos desde janeiro, não se sabendo ao menos o destino que tirarão não só aquelle missionário, como frei Mariano de Bagnaia, que dirigia a aldeia de Miranda. Pelo mesmo motivo nenhuma noticia tenho dos Indios Guatós que habitão as margens dos rios S. Lourenço e Cuiabá. Existindo aldeados na Colonia de Coxim uma porção de Indios Caiapós, dispersarão-se dalli por ocasião da mesma invasão Paraguaya naquelle pronto e forão-se reunir na Fazenda do Capitão Antonio Pedroso de Carvalho, à margem do rio Taquary. Logo que tive disto conhecimento, solicitei do antecessor de V. Ex.^a a nomeação do dito Capitão para dirigil-os, e o incumbi de aldea-lo por enquanto no mesmo lugar até que se restabeleça aquella Colonia, para onde terão de voltar, recomendando-lhes que as continuasse no seo sitio empregados na lavoura para a própria subsistência.(...)²⁵

Em seu relatório à Assembléia Provincial em 08 de maio de 1866, o presidente da provincia de Mato Grosso Augusto Leverger mostra-se frustrado com o projeto aldeador que ele começou a materializar no início de 1850. Em poucas palavras recuperadas do seu discurso faz um contundente desabafo. *"Pouco se temfeito a respeito da catequese, com constará a V. Ex.^a do relatório do Diretor Geral. Um dos missionários Capuchinhos continua paroquiano a Freguesia de Mato Grosso; o outro foi prisioneiro em Miranda..."*²⁶. Este religioso foi sequestrado pelos invasores paraguaios, juntamente com índios aldeados. Tempos depois foi libertado enquanto os índios morreram na capital paraguaia.

²⁵ Registro de Correspondência e Offícios da Diretoria Geral dos Índios da Provincia de Mato Grosso. 1866. APMT. Cuiabá – MT.

²⁶ Relatório do Presidente de Provincia de Mato Grosso Augusto Leverger em 08/05/1866. APMT. Cuiabá – MT.

Finalmente em 1869, um ano antes do término do conflito com os paraguaios, o relatório da Diretoria Geral dos Índios registra uma realidade desta instituição nada favorável ao regulamento 426, muito menos aos sonhos dos dirigentes que tentaram sua materialização. Há uma correspondência nesta fase quase final do conflito, em que o diretor explica o seguinte:

...passo a satisfazer a exigência de V. Ex.^a limitando-me a referir os poucos factos ocorridos desde 20 de unho de 1866 em que, apresentei o uotimo relatório d'esta Repartição. Tratam unicamente d'aquellas Nações de Indios, que mais ou menos se relacionam connosco, e da que mais nos tem aggreddido visto não Ter esta Directoria há muito tempo obtido informações de outras de que só temos noticia de sua existência. Espero algumas informações sobre o estado em que ficarão as aldeas de N. S. do Bom Conselho e as de Albuquerque depois da invasão Paraguayana naquelles lugares para providenciar como permitirem as circunstâncias. Tendo sido informado que os Indios desta aldêa Normal da Villa de Miranda, que acharão-se dispersos em consequência da mesma invasão, regressarão ao seu domicilio nas imediações da dita Villa. Tratei logo de propor o Capitão Caetano da Silva Albuquerque para Director interino da mesma aldea, cuja proposta aprovada pelo Exmo. Governador Provincial. Consta-me de que esses Indios continuam a abastecer de generos alimenticios aos moradores do lugar.

A guerra contribuiu também para com a expropriação territorial dos índios Terêna. Após passarem escondidos por seis anos encondidos nas “matas” e “bosques” da região, ao retornarem aos seus lugares estes estavam tomados por fazendeiros. O Diretor Geral dos Índios, recebe um índio da tribu Terêna chamado José Caetano, com mais dezessete índios, reivindicando a devolução de suas terras. Em seu relato afirma o diretor:

Procurou-me para representar que era filho de fallecido Pedro Tavares, capitão da aldêa de Ipéque, no destrcto de Miranda, e seo substituto, que por ocasião da invasão paraguaya não só a sua tribu, como todas as outras, emais habitantes do districto

*abandonarão os seus lares e retirarão-se para, os montes e bosques, onde permanecerão por 6 annos, que ultimamente, voltando os moradores a reocuparem os seus domicilios, elles Terenas encontrarão a sua aldeia do Ipeque occupada por Simplicio Tavares, por Antonio Maria Piche, o qual lhes obsta a reprovarem e barrarem suas antigas terras e de seus antepassados; pelo que vinhão pedir providencia para não serem esbulhados de suas propriedades das quais não podião desprender-se. Um outro indio da mesma Tribu de nome Victorino, que farda-se como alferes, e pertence à Aldea Nachidache, distante de Ipéque uma légua, fez-me igual reclamação.*²⁷

O quadro desagregador e de desolação em que ficou a região de Miranda e Albuquerque ficou estampado na parte final do seu relato.

*V. Ex.^a conhece o estado de aniquilação completa a que forão reduzidos a Villa e todos os destritos de Miranda; que o Director dos indios Frei Mariano Bagnaia foi prisioneiro dos paraguaios até quase o fim da guerra, e que hoje é vigário em Corumbá, onde reside, não podendo por isso tomar promptas providências a favor daquelles Indios, e nem informar a esta Directoria acerca e occorrencias que se dão naquellas aldeas. Agora, porém, que existe no logar de Miranda um corpo de Tropas, e que por alli vão affluindo os antigos moradores que escaparão da devastação, parece-me conviniente que V. Ex.^a recomenda ao Commandante militar às autoridades do logar toda protecção a favor dos indios, e que os mantenha em suas terras, visto como serão precisos ainda annos para que Miranda volte ao seu antigo estado, e tenha as autoridades próprias de uma Villa. Se não houver grande repugnância da parte dos indios, convirá reunil-os em uma só aldea, no que haverá grande proveito para elles e para a sociedade, e isto pode V. Ex.^a recomendar ao Commandante Militar.*²⁸

A sensação de ruínas invade cada palavra do diretor geral. Com a ausência do missionário na região da aldeia, tornava-se para o entender da política indigenista uma

²⁷ Registros de Correspondências e Offícios da Diretoria Geral dos Índios, em 09/ 11/ 1871. p. 80. APMT. Cuiabá – MT.

situação de provisorioridade. O que era um aldeamento antes da guerra, limitou-se a um posto militar.

Se durante o período entre 1848 a 1864 a prática aldeadora mostrou-se carregada de contradições e tropeços, que garantiu-lhe uma descontinuidade, cheia de solavancos: com a guerra esta política sofreu seu tiro de misericórdia fatal. Praticamente tornou-se impossível exercer o domínio por completo neste local. Sofre o sonho imperial uma forte ruptura e com isso todo um projeto de disciplinarização sob a doutrina do regulamento 426. A partir da reabertura da navegação do rio Paraguai, podemos perceber pelos documentos, um certo deslocamento neste tipo de política. Começa a aparecer um modelo denominado de Colônias Militares. Seu objetivo seria o de atuarem como precursores de povoamentos, que seriam futuras freguesias, vilas, cidades.

(1870-1889) . Fim da Guerra: reabertura da navegação da Bacia do Prata.

As águas do Paraguai caminhavam lentas como que quisessem apagar da memória um passado sangrento. Tempo de guerra. Tempo o canto dos pássaros deram lugar ao pipocar dos tiros e estrondar dos canhões. Suas águas corriam como se tivessem pressa de cristalizar-se para despojar-se dos resíduos desse passado que ainda doía-lhe as entranhas. Tudo parecia ser diferente: novos navegantes, novas idéias, novas políticas. E os índios? perguntaria alguém.

Ano de 1872, a Província de Mato Grosso estava assentada em uma novo tempo. Já não mais havia os embaraços produzidos pelo conflito. As águas do rio Paraguai já recebia

naves de todas as bandeiras. As ondas, antes territórios que acolhiam os barcos guatós, davam lugar aos vapores que traziam consigo as mercadorias dos países industriais. Cuiabá embalava-se aos sons dos pianos. A Província suspirava com o sonho do progresso. Porém alguma coisa ainda desalentava esta vontade de alçamento aos patamares das grandes potências industriais da época. Faltava-lhes o “povo”, homens ordenados na linguagem do trabalho. Faltava-lhes braços que lhes atendessem aos mandos ordenadores de uma nova divindade. Faltava-lhes algo que atendessem aos seus cantos, a uma linguagem orientadora para o progresso. Era preciso que houvessem ouvidos que estivessem afinados com seus comandos. Sentiam-se solitários frente a uma infinidade de índios que não fascinavam com seus sonhos, que não deixavam-se seduzir com a sedução de sua morada.

Os distantes migrantes não ousavam habitar terras tão “longínquas”, tão quentes, tão “selvagens”. “Nas paisagens do sertão, desconhecidas e misteriosas, luxuriantes ou desérticas, mas sempre iguais na distância que as separava da civilização, podia-se encontrar, então, desde as mais autênticas tradições brasileiras até a expressão mais acabada de barbárie que envergonhava o país e o dividia em espaço-tempo distantes e inconciliáveis.”²⁹ Nada havia que validasse quase trinta anos do regulamento 426. Todo sonho de catequese na província jazia ainda nos sonhos. Os índios continuavam ainda a habitar dentro do território incaptável de seus enigmas. Iniciava-se uma fase de maior violência física contra aqueles corpos que negavam-se a subordinar aos saberes colonizadores. Para Cardoso Junior, presidente da Província, o regulamento de 1845, não estava sendo efetivado na prática. Depois de tantos anos de sonho catequizador parecia que o ponteiro do tempo havia voltado ao mesmo lugar. O discurso inaugurador da política de

²⁸ Ibid. p.80.

aldeamento de 1845 parecia repetir-se. Os índios haviam abdicado à sua antiga economia segundo o seu relatório, porém não assimilou o modelo agrícola colonizador.. Eis o relato do presidente:

O serviço com a direção dos índios, na Província, não é o que a lei quer que seja e muito conviria que fosse. Limita-se ao mero serviço de distribuição de brindes a índios que procuram na capital, pois já estarem a isto avisados, e estes, é mister dizê-lo, tem quasi que abdicado os antigos hábitos selvagens. A maior necessidade que há na Província, no sentido de catequizar os índios, é a de missionários. Com eles, estou convencido de que as cousas mudariam de face, convergindo ao grêmio da civilização uma grande parte das famílias errantes lucraria então a lavoura que definha á falta de braços úteis ao trabalho.

O presidente de Província Silva Reis, alertava para essa ameaça. Para ele nenhuma conquista de importância houve com relação à civilização dos índios devido, segundo ele,

Pela maior parte à vinganças contra os índios imprudentemente exercidas, pois não se convencem os particulares de que só uma política moderada e cheia de solicitude, tendente á dissuadir-se de falsas idéias que à respeito dos civilizados conservam, podem extinguir-lhes o entranhado ódio, e atraí-los ao seio da sociedade.³⁰

Os olhares deslocadores aconteciam de ambos os lados. Enquanto a política de esquadrinhamento acontecia por parte do colonizador, os índios também por sua vez havia acumulado um saber a respeito das intenções do colonizador. A marca da violência deixou marcas suficientes para que criassem um abismo entre estas diferentes culturas. Os índios eram retidos. O apelo era para conseguir levar os índios que convivessem entre os “civilizados”, para que pudessem voltar a suas sociedades, na vã esperança de que convencessem os demais a aceitarem a forma de vida do colonizador.

²⁹ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Mato Grosso: o estigma da Barbárie

³⁰ Relatório do Presidente de Província Silva Reis à Assembléia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1873. APMT. Cuiabá. MT.

*Assim, se em vez de reter-se todos os índios que têm vindo ao poder de particulares, alguns fossem restituídos a suas tribos, depois de convencidos das vantagens da civilização, far-se-ia propaganda mais eficaz. Sobretudo, deviam ser completamente evitadas as perseguições contra os índios.*³¹

O clamor continuava como anteriormente. O sonho de futuro. A ausência de mão de obra. O mito do longínquo. a emperrada vinda migrante que não concretizava-se. Paraíso indefinido. Inferno ameaçador. Como o bater das águas do mar nas rochas impenetráveis. Eis o que pareciam as tentativas de subordinação dos povos indígenas ao modelo que lhes era oferecido. Aquele saber tornava-se cada vez mais enigmático. Cada vez mais impenetrável. Cada vez mais incaptável. Corpos próximos, almas distantes. Corpos presos, almas fugidias. Era preciso trazer aquelas almas para a linguagem do trabalho. De nada valiam corpos com almas ausentes. Era preciso estar atento. Era preciso estudar o futuro da província. Ele estava em jogo. Não haveria progresso sem trabalho. Não haveria trabalho sem corpos que a ele se subordinasse. Eis o que afirma o presidente Silva Reis.

*Este assunto exige toda a atenção e estudo, em relação ao futuro d'esta ubérrima Província, máxime depois da extinção da escravatura, atenta a dificuldade da colonização para esta longínqua região, cujo clima é um dos maiores embaraços contra os emigrantes.*³²

Apesar do discurso que apontava para a necessidade da vinda dos ventos do progresso, a materialização emergente era de uma província aquém desse discurso. Em 1874, predominava a instalação de colônias. Existia na província sete colônias, que com a emancipação da colônia do Taquary, que foi elevada a condição de Freguesia, com o nome

³¹ Ibid.

³² Ibid.

de São José de Herculana, restaram seis: São Lourenço, Conceição de Albuquerque, Miranda, Brilhante, Dourados e Itacaya. Todo o sonho de progresso da província repousava no desenvolvimento dessas colônias. O presidente da província assim expressava esse sentimento:

*Escusando reproduzir o que já disse sobre a transcendente importância que ligue a estes estabelecimentos, ao ponto de crer que delles e da criação de outros idênticos, em lugar apropriado para o serviço da catechese e proteção da lavoura, depende em grande parte, a prosperidade da Província...*³³

Havia por parte dos dirigentes da Província, uma esperança de através de colônias haver evolução que transformassem em Freguesia e daí até chegar ao nível de cidade. Com isto atenderiam ao objetivo de constituir a povoação do seu território. Parece fazer-nos crer que o sonho de civilização tomava uma linha de deslocamento. Na carência da vinda de missionários iniciava-se uma fase de colônias militares. Porém os discursos não paravam de apontar para a necessidade da vinda de missionários para a Província. Em 03 de maio de 1875, o Barão de Diamantino, então presidente da Província, apontava para essa preocupação;

*Não há quem conteste a necessidade da catequese e civilização dos índios, por isso que, sobre ser útil, é humanitária a sua ação. Está mesmo ao alcance de todos a importância deste assunto, e dispensa por isso de fazer-se sobre ele quaisquer considerações. Os índios catequisados serão, sem dúvida, os melhores roteadores de nossas imensas florestas, que um dia poderão ainda converter em cidades populosas.*³⁴

Os apelos pela superação destes obstáculos ao povoamento da província caía quase que constantemente em um discurso repetitivo, mesmo contrapondo as vozes contrárias,

³³ Relatório de Presidente de Província. 1874. APMT. Cuiabá. MT.

davam a entender o não sucesso do empreendimento civilizador. Quase um terço de século da implantação da Diretoria Geral dos Índios, os discursos apontam para a impotência da política indigenista. Ernesto da Fonseca, então presidente da Província, em seu relatório à Assembléia Provincial, afirmava que

As agressões com que os índios silvícolas assolaram os habitantes do interior da Província no anno próximo passado, repetiram-se infelizmente no ano de 1875. (...) É urgente que se tome outras medidas e se trate seriamente de garantir a pequena lavoura da Província dos assaltos dessa horda selvagem de incendiários. A catequese e civilização dos índios, como V. Exa. sabe, está nesta província quase abandonada, apesar dos bons desejos de B. Ex.a. Pôr falta de missionários e recursos pecuniários. Além disso, forçoso é dizê-lo tem sido mal feito, limitando-se a algumas dádivas feitas sem discriminação alguma, que não tem dado outro resultado que o de acostumar os índios já mais ladinos à recebê-lo-as e pedi-las.³⁵

O alcance da conquista do índio para o saber do colonizador, sentia sua limitação. Depois de tantas idas e vindas, o projeto catequizador não se afirmava em suas próprias pernas. O apelo à vinda de missionários repetia-se. Parecia que existia uma fronteira intransponível entre estes saberes e a infinidade de linguagens que compunham as diversas culturas indígenas com que os colonizadores lidavam. Era quase uma utopia inatingível conseguir guindar os milhares de fios que formavam cada uma das linguagens indígenas. Os habitantes da Província viviam abalados com os constantes ataques indígenas, principalmente dos Bororos Coroados. Os que não agrediam fisicamente de forma guerreira, viviam a pedir ajuda através de brindes. Não subordinavam-se aos trabalhos

³⁴ Relatório de Presidente de Província, coronel Barão de Diamantino em 03 de Maio de 1873. APMT. Cuiabá. MT.

³⁵ Relatório do presidente da Província Ernesto da Fonseca, em 03 de maio de 1876. APMT. Cuiabá. MT.

oferecidos pelos colonizadores. O que rachava por dentro o projeto civilizador? O presidente da Província, buscava na filosofia de pensadores como Tocqueville e Charlevoix uma saída para esse obstáculo que apresentava-se à sua frente. Eis a sua fala.

A experiência tem demonstrado, dizem Tocqueville e Charlevoix, que é uma falta tentar fazer penetrar as luzes da civilização entre os índios deixando-lhes seus costumes vagabundos. É uma verdade incontestável do que tiveram os jesuitas no Brasil e no Canadá, e os puritanos na nova Inglaterra: uns e outros nada fizeram de durável. A civilização nascia sob a choça para ir morrer nos bosques. Eles não compreendiam que para civilizar um povo é preciso conseguir, primeiro que ele se fixe em um ponto, o que não pode fazer sem cultivar a terra, e que por tanto era preciso fazer que os índios fossem cultivadores e abandonassem os costumes nômades; por isso sua catequese e civilização produziram resultados, que não poderão transmitir-se às gerações vindouras.³⁶

A integração do índio à cultura do colonizador esbarrava a todo o tempo em seu não entendimento da historicidade cultural destes povos. Via-os não como culturas diferenciadas mas como povos que sofreram desvios das leituras consideradas como corretas e racionais. Acreditavam na redenção desses povos através do exercício cotidiano do modo segundo eles, certo de uso da economia agrícola. Não conseguiam ver que cada um desses povos carregavam dentro de si uma historicidade cultural, que constituía a cada uma dessas culturas um lugar que interpretava e deslizava o saber que o colonizador tentava lhes interiorizar³⁷. Ao olhar para o real e a necessidade de por em prática seus pensamentos

³⁶ Ibid.

³⁷ A cada leitura uma dispersão de mecanismos põem-se em funcionamento. “A cada leitura o que foi lido muda de sentido, torna-se outro. Para GOULEMOT (1996), a leitura “É uma forma de troca. (...) o que se trava na leitura: um dado e uma aquisição, as obrigações sem número do social, sob a ilusão da independência e da escolha, mas também alguns fragmentos de uma singular liberdade. (...) O sentido, aquele que se constitui por uma leitura historicamente datada, empregado por um indivíduo que tem um destino singular, nasce, portanto, do trabalho que esse *fora-do-texto* assim definido opera, para além do sentido das palavras,

o colonizador voltava à repetição do discurso anterior, ou seja: obter recursos e missionários. Porém agora acrescentavam à presença religiosa a necessidade da presença de destacamento militar em cada uma das colônias agrícolas que seriam criadas. Era preciso forçá-los a assimilarem a linguagem sedentária e de amor ao trabalho. Inaugurava-se pelo que aparece no discurso uma nova tentativa de colonização dos índios. Porém normalmente muito saía do papel. Os sonhos de recursos e missionários na realidade pouco efetivaram-se. Porém não cansavam de planejar.

Para obter-se pois melhores resultados na catequese e civilização dos índios, e garantir a pequena lavoura da província de suas depredações, seria de necessidade contar com recursos pecuniários e missionários que fossem levar a palavra sagrada da civilização e do progresso a essas hordas selvagens que vivem da rapina e do incêndio. Esses missionários seriam acompanhados por uma pequena força ou destacamento, e seu primeiro cuidado devia ser aldear as diversas tribos em lugares fixos, obrigá-los pelos meios suasórios a cultivar a terra, e a deixar seus hábitos de vagabundagem, etc. combatida a idéia que neles predomina de que o trabalho degrada, e seus hábitos nômades, que já se tornarão costumes nacionais entre eles, estou certo que para o futuro teríamos em cada aldeamento de índios uma colônia agrícola, que muito contribuiria para a prosperidade da Província, que tanto se ressentia da falta de braços, a não ser assim, sem inculcar-se no ânimo dos silvícolas o hábito de uma residência permanente, a ordem e o amor ao trabalho, esses preliminares indispensáveis de toda civilização, nada conseguiremos, e veremos nossos campos talados por essas hordas de selvagens, que o menos mal que trazem é o incêndio e a morte.³⁸

O índio mais que um possível braço para a lavoura representava também uma ameaça à tranquilidade da Província. Eram vistos como ausentes de hábitos como o trabalho e a residência e não como possuidores de uma cultura diferenciada. Enquanto esse impasse não se resolvia os relatórios estavam repletos de denúncias de ataques indígenas.

do agrupamento de frases, sobre o texto. "GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In CHARTIER, Roger. Práticas da Leitura. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

Somente neste relatórios que estamos apresentando o presidente aponta vários ataques indígenas a propriedades do Estado e particulares. Isso mostra a impotência do projeto indigenista e a recomposição constante das relações indígenas com estas políticas.

Esse acontecimento contribuiu para a produção de um tipo de comportamento que iria modificar as relações dos colonizadores para com as culturas indígenas. Mais especificamente com relação aos índios Coroados. Além de manter uma história de luta e combate aos colonizadores desde o fim do século dezoito até o século XIX, este povo indígena acirra sua luta contra o invasor de suas terras, principalmente após o início da construção da estrada para Goiás e tempos depois da estrada para São Paulo. Iniciou-se com isso uma política de enfrentamento aos Coroados, com a constituição de Bandeiras, contrariando o regulamento de 1845, que impedia esse tipo de política. Uma Segunda modificação foi a de rapto de menores das aldeias atacadas pelas Bandeiras. Fica com isso marcada uma nova tática nestas relações, principalmente no trato para com os “temíveis” Coroados. Esse procedimento é fruto de uma mesclagem de dois tipo de linguagem constituidora da política indigenista: a guerra justa e a política de persuasão, regida pelo decreto 426. A esperança era de catequese das crianças com o intuito de leva-los de volta a aldeia depois de adulto e catequizado para que convencesse os demais a aceitarem a subordinação ao modelo social do colonizador.

Em 1877, as agressões dos índios continuavam no interior da Província e com elas há um aumento no nível de violência contra estes povos. Onde as palavras não alcançavam as almas a espada e o chumbo feria de morte o corpo. O presidente da Província Hermes da Fonseca, a sugere à Assembléia Provincial a defesa de uma política indigenista “com

³⁸ Relatório do Presidente da Província Hermes da Fonseca à Assembléia Provincial, em 03 de Maio de 1877.

*medidas mais enérgicas, tanto no sentido repressivo como preventivo*³⁹. O governo provincial, que já havia anteriormente constituído um destacamento de quarenta praças na Freguesia de Santa Ana da Chapada, mandou marchar mais quarenta praças para combater os índios considerados hostis. Orientando os militares para que não atacassem os índios a não ser em último caso acreditava o presidente que

*Apreendendo as crianças de ambos os sexos, para serem convenientemente educados, e preparados à viverem em comunhão social, por não ser conforme às idéias do século, nem conveniente ao Império a diminuição de sua população de sua população, mediante o rigor com essa parte da raça humana que, sem noções de civilização, vivem errantes e ignorantes.*⁴⁰

As crianças estariam isentas do emaranhado cultural do qual estavam municiados os índios adultos e que tanto causava vertigem na leitura do colonizador, que entendia-o não como diferente, mas como e ignorante dos saberes civilizados.

Cercados de repetidos começos solenes, cada um dos personagens, iludidos de serem o começo de tudo sempre, tomam atitudes “novas”, que são acolhidas com os componentes próprios do lugar de onde o sujeito os acolhe. Neste mecanismo de subjetividade, uma permanência de valores que dividem o social entre o verdadeiro e o falso, mantém estes recomeços garantindo o lugar da permanência das formações dualistas do saber colonizador. Iludidos de serem o começo, apagados da memória tantos e tantos recomeços, o presidente da Província, João José Pedrosa em 1 de outubro de 1879, nomeava por decreto o novo Diretor Geral dos Índios. O capitão Thomaz Antonio de Miranda Rodrigues, tinha como primeira função obter informações minuciosas, a pedido do

APMT. Cuiabá. MT. .

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid.

presidente da Província, que queria saber “*sobre o serviço da catequese sobre o estado dos diversos aldeamentos existentes*”⁴¹. A partir do relatório do diretor, podemos notar uma modificação na leitura sobre os índios e consequentemente um deslocamento da política de aldeamentos.

A ausência de religiosos e a militarização da política indigenista.

Conforme relato do diretor, há um predomínio de militares e civis, porém não mais registra-se a presença de religiosos na política de aldeamentos.⁴² Podemos ver repetir os lamentos causados pelo sentimentos de frustrações com relação aos resultados pela política indigenista nestes já trinta e quatro anos em que esteve sob a égide do regulamento 426 de 1845. O diretor geral deixa aparecer este sentimento em seu relatório. *Pouco se tem adiantado no serviço da catequese, apesar das diretorias criadas para promovê-la, em razão da falta de recursos pecuniários de missionários,*⁴³

Ressentindo da ausência de religiosos e parece creditando as dificuldades de disciplinarização a este fator, o diretor clama pela instalação de colônias militares. É interessante atentarmos para alguns aspecto desta fala. Primeiro não tem a experiência religiosa como negativa, tanto é que clama pela sua vinda. Não se sabe se pelo apagamento deste episódio ou se na sua análise o resultado tenha sido satisfatório. Segundo, não tendo-

⁴¹ Relatório do Presidente de Província João José Pedrosa á 22^o Legislatura da respectiva Assembléia, em 1 de outubro de 1879. APMT. Cuiabá, MT.

⁴² Segundo o diretor geral dos índios em seu relatório, “...atualmente acham-se no exercício das diretorias os seguintes cidadãos: Capitão Antonio Rodrigues de Araujo, das aldeias dos Índios Guarayos e outras nações mandadas restaurar, a margem do rio Guaporé, no distrito de Mato Grosso. Cândido de Oliveira Pinto, d aldeia dos Índios Apiacaz, mandada restabelecer na margem do rio Juruena, distrito de Diamantino. Tenente Eustáquio Tobias da Costa Magalhães, da aldeia dos Boróros Cabaças, estabelecida nas imediações do Jaurú, disticto de São Luis de Cáceres (Vila Maria). Antonio Joaquim Malheiros dos Índios Caiapós, estabelecida em Sant’Ana do Paranahiba. Carlos Antonio de Almeida, de outra aldeia da Caiapós, etabelecida em São José de Herculanee. Por ato de 22 de agosto passado, foram ainda providos nas seguintes diretorias. Das aldeias da Vila de Miranda, o cidadão Antonio Xavier Castelo. Da dos Guatós, o cidadão José Manoel Metelo. (ibid.)

⁴³ ibid.

os como mecanismo de catequização acredita no recurso á coerção militar como forma de intimidação e consequentemente a civilização dos índios. o que o diretor deixa aparecer em seu relato é que cada vez mais se convencia

*necessidade da criação de novas colonias militares, que sirvam de núcleos para a tração e civilização dos selvagens, única medida eficaz para obstar as constantes correrias das tribos bravias, tenho, antecipadamente às providências que devem partir do Governo Imperial, tratado de verificar quais as localidades mais apropriadas para essas novas colonias.*⁴⁴

Em 1880, Gustavo Galvão, presidente da Província calculava que somente os povos Caingúas, Coroados e Guaranys, excediam a população de 50.000 índios. salvo algum erro de contagem, dá para se calcular a numerosa população indígena em Mato Grosso em 1880. Porém são suas preocupações e as conseqüentes leituras que faria dos índios alguns dos fatores que contribuiriam para diminuir esse número. Segundo Galvão, de nada adiantaria essa enorme população, sem haver meios de utilização de seus braços no erguimento do projeto civilizador.

Para o presidente da Província “no estado, porém que vivem, são completamente inúteis e prejudiciais à sociedade pelas suas frequentes correrias, trazendo continuamente em sobressalto os lavradores do interior da Província.”⁴⁵ Cria ele que “o único meio de chama-los a civilização será o da persuasão, procurando modificar os seus hábitos(inelegível)(idem). Neste sentido dirigiu-se ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Mostrou aos deputados provinciais o ofício que dizia o seguinte:

Ilmo e Ex.mo Sr. Sendo de indelinável necessidade, promover-se com todo o empenho a catequese dos índios nesta Província, não só o vem do sossego e conseqüente prosperidade da lavoura, que se

⁴⁴ *ibid.*

⁴⁵ Relatório do Presidente de Província Gustavo Galvão apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1 de outubro de 1880. APMT. Cuiabá. MT.

acha sensivelmente aniquilada e reduzida em razão das constantes correrias dos mesmos que a trazem em contínuo sobressalto, matando e roubando os pequenos lavradores que, por falta de recursos, não podem opor-lhes barreiras ou repelir suas agressões, mas no interesse dos próprios selvagens, que uma vez chamados ao gremio da civilização que então fará desses outros tantos braços que ai vivem completamente desaproveitados, quando podem tornar-se produtores, vou rogar a V. Ex. a vinda para aqui de seis ou mais missionários Franciscanos observantes para se encarregarem do serviço da catequese, o qual de maneira alguma convem que continue no abandono em que tem estado, por ser objeto de grande alcance para a Província.⁴⁶

Era preciso catequizar. Era preciso sossego. Era preciso prosperidade. E a prosperidade traduzia-se no desenvolvimento da lavoura. Porém as agressões dos índios tiravam todas as possibilidades da efetivação de tão acalentado projeto. Deus! Somente Deus poderia estabelecer este sonho. Quem eram os verdadeiros representantes de Deus a não ser os religiosos padres franciscanos. Enquanto não vinham para estes longínquos lugares selvagens, os destacamentos, as Bandeiras, iam procurando afugentar, amenizar a situação da população destas terras, destes sertões. Este não deveria ser o quadro resultante do grandioso sonho que acalentou as iluminadas idéias, dos inspiradores do regulamento 426 de 1845. As incontáveis filiações às mais diversas formações discursivas constituíram a partir de uma visão transcendental que teimava em falar em nome do outro, em desenhá-lo, em descrevê-lo, que levava a ousadia de defini-lo e tentar reorganizar seu sentido de vida subordinado ao pensamento segundo ele, o certo, o verdadeiro, o essencial. Por outro lado via o outro como o errado, o olhar que sofreu desvios, que precisavam serem reorganizados a partir do olhar civilizado e cristão. Os três relatórios com que utilizo para por um ponto que nunca será final, mas encerrará de forma inconclusa esta interpretação da política

⁴⁶ Ibid.

indigenista em Mato Grosso, mostram-nos o quadro frustrante e confuso de todo o projeto civilizador cristão nesta província. Com a leitura de trechos destes relatórios o leitor poderá refletir sobre o que falamos.

O sonho sempre esbarrou no real dado. As divergências internas de poderes entre o centro e a periferia. A falta de verbas para a consumação do projeto catequizador. Estes entre outros foram definidores por parte do colonizador para as dificuldades de sucesso do evento. Outras análises priorizam fatores econômicos em sua análise. Gostaríamos de mostrar pelos documentos como materializavam os problemas da catequização dos povos indígenas, tal qual já o fizemos durante o decorrer de nossa interpretação.

Não podemos como dissemos reduzir a modelos econômicos os fatores das tentativas de subordinação dos índios, porém não podemos deixar de soma-los. A dificuldade de utilização de mão de obra imigrante forçou a necessidade de utilização do índio para o trabalho colonizador. O que nos utilizamos como foco de nossa abordagem foi a impossibilidade de zerar a historicidade que constituía a singularidade de cada cultura indígena, e interior a estas de cada sujeito, que por sua vez faziam deslizar os sentidos do que lhes eram oferecido para leitura. Portanto os esforços em converter o selvagem “em elemento de prosperidade para a para a Província,”⁴⁷ tornava quase sempre em fator de desilusão. Nestes documentos fica materializado descontinuidades deste pretenso projeto. Para assim entendermos precisamos nos despir dos conceitos de vencedor e vencido. De subordinação e resistência a partir do duplo anterior. Os povos indígenas estão aí, mesmo que de forma física mutilada, com a aparente derrota cultural, mas o estão por não conseguirem fazer leitura do intertexto que lhes foi e ainda é posto, a não ser a partir de

⁴⁷ *ibid.*

suas formações discursivas a que estão assujeitados. É a partir deste espaço discursivo que se autorizam como leitores.

Por mais que queiram, sua linguagem sempre estará presente em sua interpretação. Se por seu lado não conseguem reintegrar, resgatar o que já está deslizado, por outro o discurso civilizador jamais conseguirá substituir suas culturas por modelos homogêneos constituídos a partir de uma moral ocidental maniqueísta. Procuraremos mostrar a materialidade do discurso como aparecem nestes documentos.

Se não houve resposta por parte da Assembléia Provincial aos apelos da necessidade de recursos financeiros para a catequese, por outro lado o Ministério da Agricultura, representando o poder central, garantiu em 24 de julho de 1880, a quantia de cinco mil contos de réis. Segundo o diretor dos índios:

A escassez de população e a dificuldade que por muitos anos se dará de emigração estrangeira, aconselha que se aproveite o selvagem, convertendo-o em elemento de prosperidade para a Província o que pode-se conseguir facilmente com algumas tribos, tais como a dos Caingúas e dos Guaranis que são numerosas, e habitam o alto e as encostas das cordilheiras de Amambahy e Maracajú.(...) Creio mesmo que não se deve desesperar de conseguir-se civilizar os terríveis Coroados, pois que não se tem feito, que me conste tentativa alguma neste sentido. Acabo de enviar quatro expedições as malocas destes índios, conforme menciono em outra parte deste relatório, e espero que colham benéficos resultados.⁴⁸

Este tipo de discurso reside neste tipo de acontecimento discursivo. Um projeto linearizante vive uma realidade distante de sua filosofia, ou seja, de 1845 a 1880, os discursos mantêm uma forma parecida. Usaremos o pronunciamento do presidente da Província em 1880.

⁴⁸ *ibid.*

... há anos a catequese nada tem avançado nesta província não há uma só aldeia propriamente dita, com o pessoal e formalidades que a lei exige; que existem em alguns distritos grupos de índios mais ou menos civilizados sujeitos à quem se nomêa Diretor de aldeia, os quais nem uma informação ainda prestaram (e exceção de Miranda).⁴⁹

São propriamente as autoridades quem mostram um projeto para os índios aquém dos sonhos imperiais. São aldeamentos totalmente fora dos modelos exigidos pelo regulamento 426. A aldeia de Miranda era a única exceção, pois a que apresentou um quadro populacional, com uma população de

"726 almas, diz o Diretor, deve-se considerar o terço da população indígena da mesma Vila; achando-se os mais disseminados em diversas partes, justos como camaradas de fazendeiros, canoeiros e lavradores. Os que permanecem nas respectivas aldeias empregam-se na cultura de cereais, tabacos e hortaliças de que abastecem aos habitantes do lugar. Estes índios são dóceis e pacíficos, e mostram muito propensão à aprendizagem de ofícios mecânicos e para as principais letras, em que alguns menores vão-se aproveitando."⁵⁰

O restante deste relatório nos fornece um retrato da política indigenista, fiel à sua situação indefinida conforme viemos discutindo neste trabalho. No início deste trabalho, anterior à ênfase dada à política indigenista da região do Baixo Paraguai, mostramos um mapeamento da política indigenista em Mato Grosso. Além da região do Baixo Paraguai, criou-se política mais efetivamente no vale do rio Guaporé, local de fundação da Aldeia de Santa Ignêz, alguma representação desta política com os parecis na região de Diamantino, e finalmente o grande embaraço desde o início com os Bororos: Coroados na região do alto do rio São Lourenço, os Cabaças e os de Campanha, na região de Vila Maria de Cáceres.

⁴⁹ *ibid.*

⁵⁰ *ibid.*

Se havia todo um entusiasmo com a possibilidade de incorporar estes povos ao projeto colonizador, o que vemos neste relatório de 1880, está aquém deste sonho. O Baixo Paraguai, era a menina dos olhos desta política, por já herdar uma experiência de contato e de aldeamentos anteriores. Mesmo assim vimos pelo relato anterior o quão pouco rendeu em termo de progresso deste trabalho. O que restou foi um pequeno número de índios, trabalhando em serviços de terceiros, sem acesso à terra que antes lhes pertenciam. Esta por sua vez não se sabia ao menos quem tinha dela se apossado. Parece até que depois de tantos anos nada se acumulou desta política. Em seu relatório o presidente pede o levantamento do *“número de indígenas, que povos, tribos a que pertencem, costumes, estado de civilização e trabalho a que se dedicam, aldeamentos extintos, destino das terras e quais seus atuais ocupantes.”*⁵¹ Nota-se que parece quase praxe ligar o índio aldeado ou locado como expropriado de suas terras. E o que é mais grave é o fato dos dirigentes não terem o controle dos ocupantes de suas terras. A saber que este período houve a invasão de capital financeiro em Mato Grosso, propulsionando a compra de terras e a presença de grandes projetos agro-industriais.⁵²

Após todos estes anos, o relatório do presidente Galvão é o próprio retrato do resultado obtido pela vontade imperial.

Existe nesta província uma nação de índios indomáveis. Os Coroados habitantes nas cabeceiras do rio São Lourenço e suas imediações, os quais trazem um continuo sobressalto os lavradores de serra acima e serra abaixo, onde tem estendido suas correrias até em sítios estabelecidos junto ao ribeiro Aricá 5 léguas apenas

⁵¹ *ibid.*

⁵² Muitos projetos se assentaram em Mato Grosso. A fazenda Descalvado por exemplo, iniciou-se como Charqueada de Rafael del Sar. Depois passou para o controle de Jaime Cibilis, que ampliou sua área em um milhão de hectares construindo a agroindústria Descalvado, de caldo de carne, que tinha como principal cliente, o governo da Bélgica. Em 1895, torna-se sócio dos Belgas que tiveram negócios no Congo Belga. Logo depois os belgas passaram a ser os únicos donos, vendendo após isso a Percival Falquhar, passando a denominar BrasLand Ind. Corp. (Cf. ALVES, Gilberto. As casas comerciais em Mato Grosso. 1870 –1914). UFMS, Mimeo., S/d. LEOTTI, Odemar. Caminhos Cortados, a política da terra em Mato Grosso. (1870-1914), Unemat, mimeo, 1996.

distante desta capital, e em outros lugares onde nunca forão, vistos, causando mortes, incêndios, e roubos acompanhados da maior crueldade. Não há um só ano em que não se tenha se registrar as progressivas depredações destes selvagens, e apesar de conservar-se na freguesia da chapada um destacamento de linha, comandado por um capitão, o outros em diversos pontos, para infundir respeito, por tal forma sabem iludir estas forças, que constantemente recebe-se nesta capital notícias de novos cometimentos. Tem-se tentado de todos os meios ao alcance desta Diretoria para suavizar ao menos a índole perversa destes índios, mais até agora forão baldados esses esforços; restando somente o poder da força para contê-los até que o tempo e as circunstâncias permitam lançar-se mão de novos recursos para chamar-se à civilização.⁵³

Por esta época os Bororos eram o centro das atenções. Um ano antes, ou seja em 1879, este povo organizou uma grande força de ataques aos colonizadores de suas terras. Foram alvos das mais variadas propostas de contenção dos seus ataques. Num primeiro momento foram rechaçados por tropas provincianas, sendo inclusive criado as guardas rurais. Segundo o diretor dos índios, *"...enquanto se não promover a organização de guardas rurais volantes compostas de homens sertanejos e conhecedores de seus ardis, que de continuo os persigam e os enxotem para em longe, não cessarão suas hostilidades a nossa já definhada lavoura. Da solicitude e desvelo cm que tem V. Ex. administrado esta Província, espera ela em breve ver-se liberada das garras de tão ferozes quão encarniçados inimigos."*⁵⁴

Na região do rio Paranatinga a nação Bachairis, apesar de não muito hostil ao colonizador, mantiveram-se não tão inseridos no projeto colonizador como pretendia o colonizador. De acordo com o relato do diretor estes

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Ibid.

*Fazem alguma plantação, comunicam-se conosco, vindo a esta capital em pequenos grupos, e que com facilidade podem ser camadas a vida social, desde que hajão Missionários incumbidos da catequese, e alguma consignação pecuniária concedida para esse ramo de serviço, nesta província. Nas mesmas condições se acha a nação dos Parecis existente nas imediações da Vila do Diamantino, onde se ocupão de plantações de cereais em pequena quantidade, dedicando-se mais a pesca e caça de que tiram o principal sustento.*⁵⁵

A situação neste momento não fez avançar o que se desejava nos anos 40, quando da instalação da política indigenista. Tanto um polo quanto outro desta política, as coisas patinavam no barro dos vários problemas que já comentamos. Principalmente a região do Baixo Paraguai, que conforme as palavras do próprio diretor

Com a invasão paraguaia nesta Província em 1864, ficou extinta a florescente aldeia de índios Guanás, que se achava em terreno devoluto, na freguezia de Albuquerque, o qual até hoje continua desocupado. Das antigas aldeias, que existiram na Província consta que só numa a da Chapada permanecem os descendentes dos primitivos habitantes lavrando so seus terrenos. As deficientes informações, que ora pode esta Diretoria prestar, para satisfazer o aviso circular supra citado, serão completados logo que se obtenha dos diretores parciais os precisos esclarecimentos que lhes foram exigidos.

Sela-se a imagem do que restou de todo o esforço de civilização dos índios. aldeamentos desertos, sem nenhuma perspectiva mais profunda. O novo diretor em sua fala demonstra o quadro negativo do projetado em 45. Inclusive o relatório ora comentado foi produzido a partir a partir de material de arquivo, haja visto a falta de atendimento por parte dos diretores de aldeia, que já não eram recrutados com as características dos religiosos.

⁵⁵ *ibid.*

Quando à alma não se chega, o corpo corre perigo.

Em 1881, com o recrudescimento dos ataques indígenas o governo da Província parece sofrer pressão de vozes contrária pedindo radicalização no trato com os índios. apesar de enviar expedições para atenuar os ataques indígenas, outros setores sociais clamavam pelo extermínio dos povos indígenas. Mesmo com a entrada de bandeiras nos com o intuito de negociação de paz e atenuação dos ataques dos Bororos, e o aprisionamento de crianças e mulheres os índios não se intimidaram e continuaram com seus ataques. Isto levou o presidente a criticar os que defendiam o uso da violência para acabar com os ataques. Para o presidente:

Alguns entendem que se deve desesperar dos meios brandos, postos aqui em prática, por mim, pela primeira vez; eu porém, não encontro justificativa para semelhante opinião e pretendo continuar a empregá-los a par de medidas enérgicas, certo de que se conseguirá o desejado fim. Repugna e repugnarão qualquer outro o extermínio desses infelizes, empregando-se os meios suasórios para chamá-los à civilização, sempre que as circunstâncias o permitirem.⁵⁶

Labirintos de sentidos, encruzilhada das almas. Cruzando vidas, ceifando corpos. Todos personagens guiados por entendimentos historicizados por componentes conceituais que emergiam como uma dispersão de verdades. Neste palco rolavam valores a partir de cada uma destas verdades. Fica difícil para este autor descrever tudo que resultou deste episódio produto desta encruzilhada de sentidos. Despir-se da moral ocidental. Ver a diferença manifesta por uma violência simbólica que impede uma convivência. Juro que gostaria de estar isento dos lugares que posiciona-me, alojando em mim sentidos divisos.

⁵⁶ ibid.

Quando corro os olhos nos documentos às vezes tento esconder o que me conflitua. Outras vezes fico omissa a outros aspectos que contrariam o discurso em que estou inserido. Às vezes penso não ser academicamente correto citar uma passagem. Procuro um lugar de onde possa manifestar aquele instante do cotidiano que me marcou profundamente. É preciso falar. Não pode passar em vão. É preciso haver discernimento sem perder a sensibilidade, aliás é preciso fazê-la emergir, é preciso fazer o tempo falar com a voz do vento. É preciso ouvir os gemidos, os ruídos. É preciso ver os sentidos. Dia após dia. Minuto a minuto. Como o fim de uma música dá início a uma cena do cotidiano. Ali, estejamos ali, o mais despojado possível do apagamento que nos envolve. É preciso admitir os enredos. Buscar o segredo do tempo perdido.

No dia 18 de fevereiro de 1881 em uma localidade chamada Forquilha, hoje Coxipó do Ouro. Ali que antes desta data tantas vezes o sol raiou e provocou o barulho dos animais, também fez os olhos abrirem preguiçosamente de tanta gente que jamais imaginaria surgir estranhos a tira-lo da normalidade cotidiana de sua forma de viver. Foi ali a primeira moradia dos caçadores destes povos que ali habitavam. Já se haviam passado quase dois séculos da chegada destes bandos de seres estranhos guiados por outros deuses de valores distantes dos que já habitavam aquelas paisagens. Naquele dia dezoito poderia repetir-se a cena de um mesmo cotidiano. O sol mal ameaçava despontar duas famílias acordavam para as lides do dia. Eram duas famílias que plantavam, as sementes que alimentariam o corpo e o sonho. Sonho de uma alma que cria em algum sentido que o levava para aquele lugar. Naquele 18 de fevereiro de 1881. O sol ainda não havia presenteado aquele lugar com seus raios. Ainda em seus passos soturnos, os lavradores Angelo Rodrigues de Araújo e Braz d'Assunção do Senhor saíram para a lide do campo.

Quando menos esperavam, eles, a mulher do Angelo e seus sete filhos, foram mortos pelos índios que sentiam seu território invadido.⁵⁷

*Em 18 de fevereiro mataram os lavradores Angelo Rodrigues de Araújo e Braz d'Assunção do Senhor e a sete filhos menores deste, bem como fizeram a esposa do mesmo, todos moradores no lugar denominado Forquilha, distante desta capital cerca de 10 léguas. Estes moradores se achavam isolados e distantes um do outro quando foram sucessivamente surpreendidos pelos índios. No dia seguinte, às 2 horas da tarde, apareceram no lugar denominado - Urubú - , à meia légua da fábrica de pólvora e a mais de cinco da capital. Neste lugar havia apenas três moradores, que se achavam nas suas roças, as mulheres deles, logo que avistaram os índios, trataram de fugir, sendo uma ferida por flecha, bem como o menino, e conseguindo uma outra salvar-se incólume, a terceira. Porém, de nome Ignez, lembrando-se que havia deixado em casa um filho de um a dois meses de idade, não quis salvar-se sem ele, e foi vítima da sua dedicação e amor maternal. O inocente foi encontrado ainda com vida, se bem que ferido, e recolhido por uma parenta de Ignez, que ofereceu-se para amamentá-lo; deve estar restabelecido. Em 25 do mesmo mês, fizeram os índios ainda três vítimas, no lugar denominado - Vila Mendes, a sete léguas daqui, sendo elas uma mulher, um menino e um escravo. Os dois primeiros tendo sido mortalmente feridos, faleceram pouco tempo depois, sobrevivendo ainda o escravo.*⁵⁸

Não tendo em relevo a cultura indígena, seus conceitos de trabalho, de território, enfim de vida: homens mulheres e crianças se internaram pelas matas impulsionados por uma vontade alimentados por um batalhão de conceitos que instituíam-lhes a sensação de que só o seu Estado era Estado, só seu território seria território, só seu trabalho seria trabalho. A partir de uma imensidão de componentes que lhes faziam ver um mundo como verdade garantiam-se sentidos para estar invadindo as terras indígenas sem entender desta forma. Garantia-lhe a razão de nominar o índio como o outro, como aquele que era

⁵⁷ *ibid.*

tudo de errado, ou seja tudo que não eram. Todos estes firmamentos fundava-lhes um solo de verdade. Este solo fazia emergir uma sociedade institucionalizada em leis que condenava as culturas que não fossem as suas ou se contrapusesse aos seus projetos ou fossem obstáculos às suas realizações. Foi todo esse emaranhado de saberes que garantiu ao presidente da Província reprimir aqueles que apenas defendiam suas verdades e mais concretamente seus territórios.

Logo que tive conhecimento dos dois primeiros destes fatos fiz seguir, sem perda de tempo uma fora para cada um dos pontos atacados afim de perseguir os agressores e reanimar os habitantes, conservando ainda na fábrica de pólvora um destacamento. No dia 21 fiz seguir um oficial e vinte praças, na direção do Morrinho, para onde me constava que se havia dirigido uma parte dos índios.(...)

Em outro acontecimento em que foram encontrados militares que guiavam as malas do correio, todos mortos pelos índios, assim se manifestou o presidente:

Há um ano seguramente excluí do estalo efetivo do batalhão três de suas praças, vítimas da traição dos índios selvagens que infestam a única estrada que vai Ter a cidade de Mato Grosso, e agora cinco. Esses selvagens entes imprestáveis ou alias nocivos, continuaram a ceifar vidas úteis e a trazer em sobressalto não só os que forem obrigados como os que tiverem necessidade de transitar nessa estrada, e por isso julgo conveniente expedir uma força em demanda esses selvagens para, por meios brandos e amistosos, fazê-los unir a nós ou constá-los para bem longe se mostrarem costumazes.⁵⁸

Se na região do Baixo Paraguai, toda um contato de longos anos conseguiu-se desestruturar as antigas sociedades que ali habitavam, na região do Alto São Lourenço,

⁵⁸ ibid.

⁵⁹ ibid.

pelo contrário, os colonizadores enfrentavam contendores guerreiros “temíveis” e “indomáveis”. Igualmente na região do Guaporé e Diamantino, tanto os Bachairis quanto os Paresis, viviam ainda levando preocupação aos colonizadores. Mas especificamente a sociedade dos Bororos Coroados, foram os que ofereceram mais e maior resistência aos colonizadores.

O ano de 1886, podemos afirmar que ficou com uma marca importante para a história da política indigenista de Mato Grosso. Convivendo com os constantes ataques destes guerreiros que negavam-se a abrir mão do território invadido, no dia 12 deste ano o Presidente Joaquim Galdino Pimentel, depois de, segundo ele,

tantos danos que tem causado à Província as incessantes agressões dos selvagens, parece que era tempo de tomar-se qualquer providência no sentido de dar impulso a catequese dos índios uma vez que ao nosso estado de civilização repugna que se empregue contra eles a força pública para exterminá-los. Sempre que tive de mandar força militar em defesa dos lavradores ameaçados verbaes, e escritos proibindo que fossem tais índios atacados e ofendidos, e recomendando que se envidassem os meios de atraí-los, inspirando-lhes confiança respeito para estabelecer-se convivência e amizade. Com esse intuito, e de acordo com as idéias que sempre tive em relação a esses primitivos brasileiros, procurei entrever com eles relações diretas, fazendo sair desta capital a 2 de abril uma expedição militar comandada pelo alferes do 21 batalhão de infantaria Antonio José Duarte, com destino aos aldeamentos da tribo dos Coroado, do Rio São Lourenço⁶⁰.

A atitude de Galdino Pimentel, poderia ser uma em tantas outras que já haviam sido pronunciadas na tentativa de conter os ataques dos índios Coroados. Porém ao negar o caminho do extermínio desta sociedade, mal sabia que estaria preparando um evento que poderia estar sendo um divisor de águas da política indigenista em Mato Grosso. Pode-se

⁶⁰ Relatório do Presidente de Província José Galdino Pimentel à Assembléia Legislativa Provincial em 1886.

dizer com certa tranquilidade que esta expedição mudou os rumos das relações entre o povo Coroados e os colonizadores.

A expedição que além de brindes para os selvagens levava como medianeiras seis índias e um índio daquela tribo, que há tempos tinham sido aprisionados e viviam entre nós já afeitos aos costumes da vida civilizada, teve o melhor êxito, e conseguiu trazer consigo 28 indivíduos daquela tribo, selvagem, entre homens, mulheres e crianças, os quais vieram espontaneamente, e desde 16 do mês passado se acham alojados nesta capital, onde tem sido bem acolhidos. Espero ocasião oportuna de fazê-los voltar a seu aldeamento para transmitir aos vizinhos a notícia do acolhimento que tiveram entre nós, e estabelecer deste modo relações, trato e amizade com toda a tribo.⁶¹

Iniciava-se neste momento histórico um novo episódio na história deste povo guerreiro. Pimentel, com a ajuda da índia Rosa Bororo, legendaria em Mato Grosso, por Ter contribuído na “cordialidade” dos Coroados.

“ e para melhormente, comprovar os seus propósitos de cordialidades, tomou por vanguardeira uma índia – Rosa Bororo – que, aprisionada anteriormente, fôra entregue aos cuidados de família cuiabana, em cujo lar aprendeu a estimar os moradores da Capital. Queria que também os conhecessem os seus irmãos das selvas e por isso, ao aproximar-se do aldeamento, donde a arrebataram ainda menina, adiantou-se-lhes mimos, como provas de que os brancos não mais pretendiam agredi-los. Ao contrário, resolveram chamá-los à sua amizade, para que cessasse a luta naquelas paragens. A palavra insinuante, confirmada pelos companheiros da mesma origem, captou a confiança dos ouvintes, que resolveram render-se à argumentação. Tinham previsto o prazo de dez dias para a resposta favorável, que iam solicitar.

Mas, tão eficientemente desempenharam a missão que lhes fôra atribuída, e tamanha ressonância benéfica encontraram entre os desconfiados indígenas. (...) assimilou-se, entre júbilos, o dia 16 de junho, quando a expedição chegou de regresso, a Cuiabá, com turma dos primeiros bororos, que se apresentavam risonhos e

⁶¹ CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Várzea Grande. Fund. Julio Campos. 1994. p.p. 80,81.

dispostos a garantir o encêrro da era de lutas implacáveis e o início do entendimento amistoso (...) os dominadores da bacia do alto São Lourenço retificaram o ajuste dos seus representantes. Mas os que se agremiaram em águas araguaianas continuaria desconfiados e agressivos até a primeira década republicana. (...)

Mais tarde, decididos a operar na região bororiana, os missionários salesianos, com intuits catequistas, fundaram, em 1901, a Colônia do sagrado Coração de Jesus, a de Imaculada Conceição, distante dez léguas, à beira do rio das Garças, e para servir de posto intermediário de abastecimento entre as colônias e a Capital, de que dista cerca de 50 léguas, a de S. José, no Sangradouro. convivendo com os bororos, estudaram-lhes os costumes e o linguajar, como demonstrou o padre Ezequiel Fraga, e mais desenvolvidamente o padre Antonio Colbacchini...⁶²

Cuiabá recebeu à época esta expedição com festa em homenagem ao extraordinário feito destes homens. fechava-se a ultima pagina da história guerreira dos Bororos. Uma parte aceitou vir para Cuiabá e outra foi para o vale do Araguaia. Esta última parte dos Bororos iriam mais tarde serem subordinados ao saber cristão pela via dos Salesianos, que se instalara em Cuiabá na virada do século, exercendo grande influência no saber social da Província e até os nossos dias

⁶² CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Várzea Grande, Fund. Júlio Campos, 1994. p. p. 80, 81.

Considerações Finais

Em suma podemos concluir, que até aqui o que nos testemunharam os documentos sobre a política indigenista em Mato Grosso, foi um exemplo de descontinuidades, de perplexidade, confirmando a hipótese da existência de um enorme fosso separando a visão idealizada pelo pensamento colonizador e a realidade encontrada na prática desse evento. O modelo social imposto pela sociedade povoadora não deixou espaço para a participação das inúmeras culturas existentes nos locais de penetração da sociedade ocidental. Porém não ficou isenta de refigurações múltiplas que lhe reconfiguraram em seu pretenso sentido linear. Os constantes deslocamentos dos seus sentidos constituíram novos caminhos, novos recomeços, garantindo reterritorializações dos diversos lados do contato.

A política indigenista durante o período de 1831 a 1889, foi marcada por desenganos e frustrações. Porém por mais que este sentimento esteja explicitado como uma constante nos documentos, aparece paralelo a este discurso um outro em que mostra uma arrogância colonizadora. Nestes documentos aparecem os indícios de uma sociedade que continua com a vontade de abertura de novas frentes catequizadoras indiferentes aos desastros que foram as suas aventuras aldeadoras anteriores. A marcha sempre se manteve rumo à superação do

obstáculo que o índio oferecia. Este por sua vez, o fazia pela sua necessidade intrínseca de garantir seus direitos de manutenção do tipo de vida que sua cultura proporcionava.

Diferenciadamente cada uma da imensa multiplicidade cultural que compunha a presença indígena em Mato Grosso, intervia no real que lhe era posto. Dentro de uma situação que lhes oportunizavam pouco espaço de manobra, os povos indígenas de uma ou outra maneira souberam impor-se, mesmo em uma situação de inferioridade militar. Conseguiram simular situações que deixava a todo momento o colonizador em situação vertiginosa. Por mais que procurassem segregar aqueles corpos suas almas fugidias escapavam sempre àqueles olhares ameaçadores.

Ao estarem expostos em um jogo entre o poder local e central, o que restava aos índios era tentar sobreviver aos enlacs e desenlacs desse jogo colonizador. De 1831 a 1845, a situação indígena jamais tornaria-se mais ou menos amena. Modificava-se o mando porém muito pouco os métodos. Com a introdução do regulamento 426 pelo governo Imperial, parecia que a persuasão e brandura iria vigorar e perdurar até a redenção dos povos indígenas, porém o que se observou foram gestões aldeadoras tumultuadas e desconexas com a pretensa linearidade colonizadora e pouco iluminada pela sua co-participadora catequese religiosa. Os aldeamentos da região do baixo Paraguai, quase não puderam desfrutar de momentos de regozijos provocados por sucessos. Somados todos seus dias, podemos constatar crises de direção, conflitos e frustrações. Foi efêmera sua existências.

O período da Guerra da Paraguai, viria colocar uma drástica ruptura no processo catequizador nesta região. Neste momento histórico o evento catequizador sofreu uma baixa enorme. Praticamente a região do Baixo Paraguai ficou sob o controle das forças

paraguaias. Outro aspecto que não foi esquecido, e que aparecerá na parte restante do trabalho, foi a utilização de grupos indígenas no trabalho mais perigoso do início do confronto com os paraguaios, ou seja, o de dar-lhes missões de patrulhamento da fronteira, e de carregamento de munições. Não suportando os horrores de que qualquer conflito bélico proporciona, tornaram-se refugiados alguns, prisioneiros outros, vítimas fatais ou não de uma guerra que não dizia-lhe respeito.

Na fase de 1870 a 1889, a política aldeadora de pós guerra, teria que conviver com um verdadeiro desmantelamento causado pelo conflito bélico. Os povos indígenas ficariam assim ainda mais fragilizado para enfrentar uma nova fase da província. Sofreria com uma política perversa promovida pela reabertura da navegação. O capital internacional garantiria a presença de projetos agro industriais em Mato Grosso, tais como a fábrica de carnes de Descalvados na região do pantanal cacerense.

Em suma as sociedades indígenas ao estarem regidas em linguagens produzidas historicamente, que garantiam-lhes um lugar de verdade, nunca conseguiu por inteiro ser exauridas em seus saberes pelo modelo colonizador. Este por conseguinte ao exercer uma leitura maniqueísta e homogeneizadora dos povos indígenas, não conseguia ultrapassar sua teia de pensamento ao constituiu o índio como um objeto. Longe de ser algo objetivado, nunca passou de vítima de uma leitura produzida por signos milenares que por apagamento faziam o colonizador imaginar ser o índio realmente o que seus olhos viam.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- ALEIXO, Lucia H.G. *Voices no silêncio*. Cuiabá, Edufmt, 1995,
- ALVES, Gilberto. *As casas comerciais em Mato Grosso*. (1870 –1914). Campo Grande. MS. UFMS, Mimeo, S/d.
- BRUIT, Hector Hernan C. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos*. São Paulo, Ed. Da Unicamp / Iluminuras , 1995.
- CAIUBY NOVAES, Sylvia. A épica salvacionista e as artimanhas da resistência – As missões Salesianas e os Bororo de Mato Grosso. In WRIGHT, Robin. *Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos de conversão entre os povos indígenas no Brasil*. p, 345 a 362.
- CARNEIRO, Manuela da Cunha. (Org.) *Índios do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- CARVALHO, Sílvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada de Povos e “Melting Pot” Cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. p. 462. In WRIGHT, Robin. *Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos de conversão entre os povos indígenas no Brasil*. p, 345 a 362.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis RJ, Editora Vozes, 1994.,
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa, Difel/Bertrand Brasil, 1986. p. 17.
- CONDORCET, Antoine. O Progresso do Espírito Humano. In GARDINER, Patrick (org.). *Teorias da História*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.61.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande. Fund. Julio Campos.

1994. p.p. 80,81.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras Secretaria Municipal de Cultura ; FAPESP. 1992, p.p. 137,138.

DELEUZE, Gilles, GUATARRI, Felix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Editora 34,

1995.

_____. *O que é a filosofia*. Rio de Janeiro, ed. 34, 1992. p. 15.

ELIAS, Norberto, *O processo Civilizador*. apud CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1986. p. p. 78, 79.

ELLIOTT João Henrique. *Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Mato Grosso: feitas nos annos de 1841 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes*. IHGMT, Cuiabá – MT.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. p. 103 a 111.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996, p. p. 13, 14.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Mato Grosso: o estigma da Barbárie*. São Paulo, Anpuh, 1995. *Da leitura como produção de sentidos*. In CHARTIER, Roger.

GOULEMOT, Jean Marie. *Da leitura como produção de sentidos*. In *Práticas da Leitura*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Unicamp. Campinas. Mimeo, 1984.

GUIMARÃES, M. L. Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma história nacional*. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, n. 1, 1988. p. 6.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana*. Porto Alegre, Contra-Bando, 1999, p.299.

LEITE, Luis Philipe P. *Vila Maria dos Meus Maiores*. Vol. I, 1974, p.28 Cuiabá : I.H.G.M.T., 1978

_____. *Bispo do Império*. Cuiabá : I.H.G.M.T., 1978

LEOTTI, Odemar. *Caminhos Cortados: Política Agrária em Mato Grosso, (1870-1914)*Cáceres, mimeo, unemat, 1996.

-
- Correrias e Perambulações: O aprisionamento das almas.* Cuiabá : Monografia exigida para obtenção do título de especialização, UNEMAT, Mato Grosso, 1997.
- MENDONÇA, Rubens de. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso.* São Paulo : Editora Resenha Tributária, 1979.
- MENEZES, Adélia Bezerra de. Memória e Ficção. In *Resgate, Revista de Cultura do Centro de Memória da Unicamp.* 1991. P.9 a 15.
- MONTEIRO, John Manuell. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* São Paulo : Companhia das Letras, 1994, p.8.
- NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju.* Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória: IBGE, 1987.
- OLIVEIRA, J.J. Machado de. "A emigração dos cayua". Narração coordenada sob apontamentos dados pelo Sr. João Henrique ELLIOT. P. p. 434 a 473. Coleção de Revistas do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro acerca da História de Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico de Estado de Mato Grosso. Cuiabá. MT, TOMOS XIX, XX, XXIII, TOMO XIX (3ª série) RJ, Typ. Laemmert, 1856. ANOS 1856, 1857 e 1860.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e Tribalização. A integração dos índios Terêna numa sociedade de classes.* Rio de Janeiro, Zahar. p. 20.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.* Campinas, Pontes, 1999.
p. 50.
- PESSANHA, José Américo. *Os Pré-Socráticos.* Col. Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 1999.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira* Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1996.
- SÁ, José Barbosa de. *Relações das Povações do Cuiabá e Mato Grosso de seus Princípios até os presentes tempos.* Cuiabá, Ed. da UFMT. s/d, p. 10.
- SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e Sociedade Civilizada* São Paulo : Hucitec / I.N.L., 1986
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Continuação do Parecer sobre o Aldeamento dos Índios Uaicurus e Guanás." 1803. (continuação do Tomo VII). In RIHGB, p. p. 348 A 395. IHGMT. Cuiabá.

SILVA, José Bonifácio De Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 52.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. (*Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Compendio Histórico chronologico da noticia de Cuyabá, repartição da capitania de Mato - Grosso. desde o principio de 1778 até o fim do anno de 1817. por Joaquim da Costa SIQUEIRA, capitão reformado do regimento de milícias d'estas minas, guarda-mor das mesmas, e fiscal dos diamantes. (MS. Offerecido ao Instituto pelo seu sócio correspondente Francisco Adolpho de Varnhagen.)* . Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. I.H.G.M.T. Cuiabá – MT.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

_____. *Nós e os Outros: A Reflexão Francesa sobre a Diversidade Humana*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

VIERTLEN, Renate B. *A Vaca Louca: tendências do progresso de mudança sócio-cultural entre os Bororo-MT*. In *Revista de Antropologia*, (n.º 33), 1990. p.p. 20,21.

VOLPATO, Luiza R. R. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888)* Cuiabá : Marco Zero / UFMT, 1993

WRIGHT, Robin. *O tempo de Sophie: história e cosmologia da conversão baniwa*. . In WRIGHT, Robin (Org). *Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos de conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas-SP. Ed. da Unicamp. 1999.

Fontes Manuscritas.

Relatório de Presidente de Província da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim em 1845. APMT. Cuiabá –

Relatório de Polícia: Secretaria de Polícia da Província de Mato Grosso, 1881.

Caderno de registro das falas presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial (1841-1851)

Relatório de presidente de Província em Ricardo José Gomes Jardim em 1845. APMT. Cuiabá – MT..

Ofícios – requerimentos dirigidos ao Presidente da Província pelo diretoria Geral dos Índios – 1845-lata B. APMT. Cuiabá- M T.

Registros de Avisos Imperiais, do Ministério dos Negócios do Império. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1845-C Maço referente aos índios.. APMT. Cuiabá. MT.

Registro de Avisos do Império em 2 de setembro de 1845. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório ao Presidente de Província de do Comandante de Bandeira João Batista da Silva. 21 de junho de 1845.. Documentos Avulsos. Lata C. APMT. Cuiabá. MT.

Album Gráfico de Mato Grosso.

Relatório de Presidente de Província, Augusto Leverger 01.05.1851. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório do Presidente de Província, Coronel João José da Costa Pimentel. Em 03.05 de 1850. APMT. Cuiabá. MT.

ⁱ Relatório da Diretoria Geral dos Índios. Em 25 de novembro de 1852. APMT. Cuiabá. MT.

Ofício dirigido ao Governo Imperial pelo presidente da sobredita província o Ex.mo. Sr.

Coronel Ricardo José Gomes Jardim. Acervo NAMBI. (sem outros dados)

Relatório de Presidente de Província Augusto Leverger
03 de março de 1854. APMT. Cuiabá MT.

Decreto 426 de 24 de julho de 1845. Caderno de Leis e Decisões. APMT. Cuiabá. MT.

Livro de Registro de correspondências e ofícios da Diretoria Geral dos Índios, de 16 de novembro de 1853. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório de Presidente de Província Augusto Leverger em, 03/05/1854. APMT. Cuiabá, MT.

Livro de Registro de correspondências e ofícios da Diretoria Geral dos Índios, de 16 de novembro de 1853. APMT. Cuiabá. MT. p. 53.

Relatório de ofícios e correspondências da Diretoria Geral dos Índios (DGI). Em 08/08/1854. p. 53. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório de ofícios e correspondências da DGI. Em 08/08/1854. p. 53. APMT. Cuiabá. MT.

Lata – 1855-B Documentos Avulsos.. maço – Secretaria de Polícia de Cuiabá. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1855-C. APMT. Cuiabá. MT.

Registros de ofícios e correspondências da DGI. Em 11/01/1855. Livro 191. APMT. Cuiabá. MT.

Lata –1855-A: Documentos Avulsos. Ofício do diretor da Aldeia de N. S. do Bom Conselho ao presidente do província em Augusto Leverger 26/06/1855. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1855-A, caixa A: Documentos Avulsos. ofício de 28/06/1855. APMT. Cuiabá. MT.

1855- A, documentos avulsos. (30/07/55)Maços índios. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1855.A, Documentos avulsos. Maço: Índios. 28/10/55. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1855-A .documentos avulsos. Maço índios. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1856-C. documentos avulsos. Maço Cuiabá A/P. Missão do Bom Conselho. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1856-E. Documentos avulsos. Missão de B. Conselho. 10 de agosto de 1856. De frei Mariano para o presidente da Província. Augusto Leverger.

Relatórios de Presidentes de Províncias. 04/12/1856. APMT. Cuiabá. MT.. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1857- B: documentos avulsos. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório de Presidente de Província. Albano Souza Ozório em 03 de Maio de 1857. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório do presidente de Província Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura de Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa em 03.05.1859. APMT. Cuiabá. MT

Lata 1860 – D. Maço índios. Documentos Avulsos. APMT. Cuiabá - MT.

Lata – 1860 – D. Documentos avulsos. maço Índios. 23 de fevereiro de 1860. Ofício do Diretor Gera dos Índios João Batista D'Oliveira ao Presidente da Província Antonio Pedro de Alencastro. APMT. Cuiabá. MT.

Lata – 1861 – A .Documentos avulsos. maço Vila Maria. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1860 – D. Documentos avulsos. Maço Albuquerque e casos sobre índios. 05 de junho de 1860. APMT. Cuiabá – MT.

Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral Índios. Aldeia de N. S. do Bom Conselho. 07 de julho de 1860. Livro 191 p. 13. APMT. Cuiabá – MT. Do DGI para o director da Aldeia.

Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios. 1860. Livro 191. Do DGI João B. d.Oliveira ao Diretor de aldeia. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1860 A . documentos avulsos. Maço índios. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa em 03/05/1854. APMT . CUIABÁ – MT.

Lata 1855 - A. maço Índios, 1855. Caixa A. APMT. Cuiabá – MT.

Lata 1855 - A. Documentos Avulsos. Maço Índios. APMT. Cuiabá – MT.

Lata 1855 - A. Documentos Avulsos. Maço – Índios. APMT. Cuiabá – MT.

Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso Tenente Cel. Albano de Souza Ozório na Abertura da sessão ordinária da Assembléia legislativa Provincial em 03.05.1857.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe da Divisão Joaquim Raimundo Lamare, na abertura da sessão ordinária da assembléia Legislativa em 03.05.1859.

Lata – 1859. Sem referência da letra. Documentos Avulsos. Maço Incursões de Índios. APMT. Cuiabá – MT.

Registro de Correspondência da Diretoria Geral dos Índios. 10.01.1860. APMT. Cuiabá – MT.

Lata – 1860-C. Documentos Avulsos. Assuntos Militares n.º 1. APMT. Cuiabá – MT.

Registros de Correspondências e Ofícios da Diretoria Geral dos Índios. 30 de maio de 1860. APMT. Cuiabá – MT.

Lata – 1860. D. Documentos avulsos. Maço: Índios. APMT. Cuiabá – MT.

Registros de Correspondências e Ofícios da Diretoria Geral dos Índios. 30.05.1860. p. 10. APMT. Cuiabá – MT.

Lata – 1860-D. Documentos Avulsos. Maço – Índios.

Lata – 1860-D. Documentos Avulsos. Maço Índios. APMT. Cuiabá – MT.

Lata – 1860-D. Documentos Avulsos. Maço Índios. APMT. Cuiabá – MT.

Lata – 1860-D. Documentos Avulsos. Maço Índios. APMT. Cuiabá – MT.

Lata – 1860-D. Documentos Avulsos. Maço Miranda. APMT. Cuiabá – MT.

Lata – 1860-D. Documentos Avulsos. Maço Miranda. APMT. Cuiabá – MT.

Lata 1861-B. Documentos Avulsos. Maço – Catequese e Civilização dos Índios. APMT. Cuiabá – MT.

Registro de Correspondências e Ofícios da Diretoria Geral dos Índios. 14 de junho de 1861. APMT. Cuiabá – MT.

Lata 1861-B. *ibid.* APMT. Cuiabá – MT.

Lata 1861-B. *ibid.* APMT. Cuiabá – MT.

Registros de Correspondências e Ofícios da Diretoria Geral dos Índios. 26.10.1861. APMT. Cuiabá – MT.

Relatório do Presidente de Província Alexandre Manuel Albino, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, no ano de 1864. APMT. Cuiabá – MT.

Registros de Correspondências Oficiais da Diretoria Geral dos Directoria Geral dos Índios à Presidência Provincial, livro 191:1860-1870. 28.09.1863. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório do Presidente de Província João José Pedrosa à Assembléia em 01 de março de 1879. APMT. Cuiabá, MT. p. 19 a 55.

Leis do Brasil. Gabinete da Presidência. Lei de 27 de outubro de 1831. Coleção das Leis. Império do Brasil. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional 1878. APMT. Arquivo Público de Mato Grosso. Cuiabá – MT.

Lata 1834-A. Ofícios e mapas do Inspetor de Obras Pias Comandante e Guarda Municipal. Comissão e catechese dos Índios e Juizes. 125 peças. APMT. Cuiabá. MT.

Caderno de Registro das falas presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial 1841-1851) APMT. Cuiabá. MT.

Livro de Registro de Ofícios e Correspondências da Diretoria Geral dos Índios. Livro 191. APMT. Cuiabá. MT.

Livro de Registros de correspondências e ofícios da Diretoria Geral dos Índios, 1866, Relatório da Diretoria Geral dos Índios ao Presidente de Província. Livro 191. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório do Presidente de Província Silva Reis à Assembléia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1873. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório de Presidente de Província. 1874. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório de Presidente de Província, coronel Barão de Diamantino em 03 de Maio de 1873. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório do presidente da Província Ernesto da Fonseca, em 03 de maio de 1876. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório do Presidente da Província Hermes da Fonseca à Assembléia Provincial, em 03 de Maio de 1877. APMT. Cuiabá. MT. .

Relatório do Presidente de Província João José Pedrosa á 22^o Legislatura da respectiva Assembléia, em 1 de outubro de 1879. APMT. Cuiabá, MT.

Relatório do Presidente de Província Gustavo Galvão apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1 de outubro de 1880. APMT. Cuiabá. MT.

Relatório do Presidente de Província José Galdino Pimentel ‘a Assembléia Legislativa Provincial em 1886.

Lata 1860-E: Documentos Avulsos. Assunto Militar, APMT. Cuiabá – MT.

Livro de Avisos do Império. Palácio do Rio de Janeiro em 06 de Outubro de 1831. APMT – Cuiabá - MT.

Lata – 1835. Documentos Avulsos. Maço: Barranco Alto do Piquiri, 05 de Março de 1835. APMT. CUIABÁ – MT. 1835.

Caderno Registro das falas presidenciais apresentadas à Assembleia Legislativa Provincial (1841-1842).

APMT – Cuiabá – MT. Índios – 1842.

Ibid.

Lata 1845 – C. Documentos Avulsos. Maço referente aos índios. APMT – MT.

Relatório do Presidente de Província Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial em 01 de março de 1845. APMT – Cuiabá – MT..

Registros de Avisos Imperiais, do Ministério dos negócios do Império. 1845.

1845. Lata C. Documentos Avulsos. Relato. Bandeira: combate a Coroados. APMT. Cuiabá – MT.

Livro de Registros de Avisos e Correspondências da Diretoria Geral dos Índios. 10 de junho de 1857. Henrique José Vieira DGI. APMT – Cuiabá. MT.

Lata 1835 – A, Maço – correspondências dirigidas do governo provincial de Antonio Pedro de Alencastro. APMT – MT.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso – o Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, apresentado à Assembléia legislativa Provincial na Abertura da Sessão Ordinária em 03/05/1864.. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1864. Maço índios. Relatório do diretor geral dos Índios ao Presidente da Província. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1864. C. maço 1864, Núcleo Colonial de Taquari, relatórios do Capitão Antonio Maria Coelho. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1864. B. Relatório do comandante da Colonia Militar do Taquari. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1865 B. Maço Assuntos Militares. Ofício ao Presidente de Província General Alexandre Manoel Albino de Carvalho. APMT. Cuiabá. MT.

Lata 1865 E. Maço Cuiabá. 1865. Ofício da Secretaria de Polícia ao Presidente de Província. APMT. Cuiabá. MT.

ANEXOS

Fronteiras revisitadas

Ilustrações sobre a política indigenista em Mato Grosso

O tema fronteira está carregado por conceituações que foram deslocadas de acordo com cada circunstância histórica. A “Fronteira Oeste” do Brasil foi continuamente revisitada sofrendo refigurações no seu sentido, que modificou-se, sempre atendendo a interesses dos grupos que detinham o poder de instalar-se como lugar da verdade. A partir daí todos os demais grupos sociais que confrontaram com o saber verdade sofreram as mais variadas consequências, sendo que quase todas elas muito caro custou às sociedades indígenas que existiam nestas fronteiras. No caso de Mato Grosso a necessidade de garantia da manutenção de parte do território espanhol conquistados pelos portugueses, fez com que aqui se desenvolvesse a construção de fortificações e paralelo a isto surgiu a necessidade de povoamento da região fronteira tida no século XVIII, pela Coroa portuguesa como “espaço vazio”. Muitos viajantes passaram por Mato Grosso e deixaram registrado ilustrações de acordo com as imagens que tinham dos seus olhares sobre a província. Aproveitamos neste trabalho figuras produzidas entre outros por Eliotti, que esteve na região de Vacaria, no sul da província, registrando imagens que figuravam as tentativas de catequização dos índios Cayuá, na região da bacia do rio Paraná. Segundo seus registros, na segunda metade do século XIX, este grupo instalou-se nas proximidades do rio Amambay. Posteriormente seriam reduzidos no lugar chamado Jatahi, por desejo do Barão de Antonina, proprietário de terras na região. Hércule Florence e Taunay, membros da Expedição Langsdorf deixaram imagens registradas durante suas passagens por Mato Grosso, das quais utilizamos algumas. A apresentação deste anexo tem como objetivo registrar, as imagens que marcaram a política indigenista em Mato Grosso.

O Brasil desde a instituição do Tratado das Tordesilhas, caracterizou-se pela avanço de pessoas que partiam para Oeste a procura de índios para apresamento e busca de riquezas minerais. Seja por terra ou através de monções, a Colônia foi se dilatando para o lado espanhol, ampliando com isto sua fronteira, que teve sua efetivação com as assinaturas dos tratados de Madrid e de Santo Idelfonso, no século XVIII (figura 1). Como forma de consolidação de suas conquistas a Coroa portuguesa sentiu a necessidade de instalação de fortificações por toda extensão desta fronteira. Foram construídos as seguintes fortificações: Forte Príncipe de Beira e Forte N. S. da Conceição, ambos nas margens do rio Guaporé. Forte de Coimbra e Forte Iguatemi N. S. dos Prazeres nas margens do rio Paraguai, na altura da foz do rio Apa (figura 2). Como além de fortificações havia a necessidade de povoamento da região fronteiriça como forma de consolidação destas fronteiras, foram fundadas povoações ao longo da fronteira Oeste, indo da região do rio Guaporé até o sul da província. Tal como foi fundada a capital da Capitania nas margens do rio Guaporé, com o objetivo de deslocar o foco de povoamento do interior, que era o caso de Cuiabá, houve também a necessidade de garantir a navegação da bacia do Prata, portanto tornava-se imprescindível o povoamento da região do baixo Paraguai. Para que se materializasse este projeto, foi mandado fundar a *Povoação D'Albuquerque*, como consta da planta do século XVII (figura 3). Neste mesmo século foi confeccionado um mapa em que aparece a imensidão de terras habitadas pela sociedade Bororo (figura 4). Apesar de ocupar tão grande extensão territorial, foi nas alturas da cabeceira do rio São Lourenço que mais fortemente se localizou os índios Bororo Coroados (figura 5). Não só os espanhóis apresentavam-se como perigo ao projeto português, como também as constantes escaramuças feitas pelos povos indígenas à navegação do rio Paraguai. Foi neste sentido que em 1775 foi mandado

produzir por ordem do Império de Portugal a planta do Presídio de Coimbra nas margens do rio Paraguai mais precisamente nas margens do “*Canal de sima*” formador de uma ilha de 800 metros de extensão (figura 6). A região do Baixo Paraguai no século XIX, já tomava algum formato do que poderia chamar-se de frente de povoamento, tal como aparece na figura 7, o povoado de Albuquerque com suas ruas e praça, imagem produzida pela pena de Taunay, desenhista da Expedição de Langsdorf entre 1825 e 1829. Nesta época os índios Guaná e Kinikináo, já habitavam as imediações de Albuquerque. Os moradores deste povoado podiam desfrutar de vistas para o rio Paraguai, como ficou registrado por Hércule Florence, outro desenhista desta expedição, que também teve sua atenção voltada para a presença Guaná no local. (figura 8). O fato destes índios já terem contato com viajantes, e manter com estes relações amistosas, chamou a atenção do governo provincial que iria fundar próximo dali, no lugar chamado de Mato Grande, em 1848, a Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho. A região do rio Miranda foi outro local alvo da política de povoamento da Província. Desde o período colonial, já era considerado lugar estratégico, sendo ali fundado o Presídio de Miranda, que no século XIX, sediaria a Aldeia Normal de Miranda (figura 11). Este povoado tinha sua proteção fortalecida pela presença do Forte de Coimbra que no século XIX, ainda mantinha sua imponente e que foi imortalizada por Taunay, mantendo-se assim até o século XIX, apesar de estar em outro contexto histórico (figura 10 e 11). Apesar de todo este aparato parecer representar tranquilidade ao projeto fronteiriço, a invasão paraguaia pôs abaixo toda a organização da política indigenista no Baixo Paraguai, em 1864 (figura 13).

Um lugar de confronto de idéias e de corpos, o baixo Paraguai, foi palco de inúmeras tentativas de subordinação das culturas locais. A Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho no intuito de catequização de almas indígenas, presenciou a construção de

templos cristãos. Em 1854 o frei Mariano Bagnaia recebeu do Diretor Geral a planta da nova capela para ser construída na missão (figuras 14 e 15). Além de Miranda e Bom Conselho, o distrito de Dourados serviu como local de aldeamento os índios Cayuá e Guaraní, conforme consta do relatório da longa viagem do frei Angelo Caramônico na busca de índios para o aldeamento deste local em 1864. Para poder entender as razões do cacique Libâneo, líder desta sociedade, haver concordado com a vinda para as reduções juntos com seu povo é preciso compreender a trajetória do povo Cayuá em suas relações com o colonizador. Segundo Eliott os índios desta sociedade, sofreram várias contatos com fazendeiros que participaram da frente de expansão da segunda metade do século XIX. A região de Vacaria foi povoada por criadores de gado vindo da região do triângulo mineiro (figura 16 e 17). Neste evento não ficaram impunes as sociedades indígenas que ali habitavam. Os Cayuá foram remanejados várias vezes na tentativa de catequizá-los, principalmente por parte do Barão de Antonina, que sonhava poder reduzi-los. O viajante Eliott registrou imagens do *"Alojamento de Índios Cayuás, nas margens do Rio Amambahy, Província de Matto Grosso. Estes habitão a margem Occidental do Rio Paraná, e seus affluentes, desde o Yvinhema até o Iguaré. Grande número d'elles passarão para a Província do Paraná, e actualmente achão-se estabelecidos nos Aldeamentos de São Pedro de Alcantara, e na de Pirapó. (viagem exploradora de Lages e Eliott em 1857).* (figuras 18 e 19).

O conflito com os paraguaios que marcou a crise da política indigenista na região do baixo Paraguai, contou com a participação de indígenas de ambos os lados. Pelo lado brasileiros contou com a ajuda dos índios Guaicuru, que também por muito tempo manteve uma relação de conflito com os colonizadores. Por outro lado relacionou-se comercialmente com estes colonizadores, fornecendo animais cavaleiros, sua maior

especialidade(figura 20). Os Cayuá atuaram do lado dos paraguaios, e tiveram momentos de conflitos com os Guicurus.

Segundo os registros deixados pelos viajantes da expedição Langsdorf, entre 1825 e 1829, haviam a presença dos índios Bororo Cabaças nas imediações de Villa Maria de Cáceres (figuras: 21,22 e 23) e na Fazenda Jacobina (figura 24), cujo proprietário João Carlos Pereira Leite recebeu autorização para aldeá-los. As grandes propriedades como a Jacobina mesmo antes da reabertura da navegação mantinha produção, consumida internamente pelos habitantes da província. Durante a guerra com os paraguaios forneceu mantimentos às tropas brasileiras, uma forma de reciprocidade com aqueles que lhes haviam garantido a posse de tão extensa propriedade. O escoamento de seus produtos tal qual de todas as fazendas com suas charqueadas (figura 25) e usinas do período entre a crise mineradora (final do século XVIII) e reabertura da navegação (1870), mantinham mais comumente a cidade Cuiabá como local escoador da sua produção. Suas mercadorias, chegavam à capital da Província pelo porto desta cidade(figura 26).

Outro ponto da Província que importa destacar aqui, é Diamantino e a cidade de Mato Grosso (Vila Bela). Esta região ,habitada pelos grupos Guaraio, Apiacá e Bacahiri, (figura 27) sofria o assédio de viajantes vindos também pelos rios da Bacia Amazônica, como o rios Madeira, Juruena e Arinos. Ao contrário da relativa calma dos rios da Bacia do Prata (figura 28 e 29), o rio Arino caracterizou-se pela violência de suas águas destruidoras de muitas embarcações(figuras 30 e 31). Destacou-se entre eles o Salto Augusto, local que seria construído aldeamento para catequização de índios visando garantir a viabilidade de comunicação com a Província do Pará.

O século XIX seguia a nova ordem mundial que apontava novos rumos para a economia e paralelo a isto apontaria modificações na realidade da Província. A paisagem

já acostumara a conviver com a presença de imponentes representantes da nova ordem econômica, mesmo respeitando os limites da forma como se objetivara na Província (figuras 32,33, 34 e 35). Porém o que se viu após a reabertura da navegação na Bacia do Prata houve um aumento acentuado no fluxo de investimentos estrangeiro em Mato Grosso. Esta nova realidade exerceu uma forte influência na já então debilitada política indigenista. As terras indígenas passavam a ser vistas como mercadoria apreciada por investidores das mais variadas regiões do planeta. Um exemplo disto foi a fazenda Descalvado, comprada e ampliada por Jaime Cibils, empresário uruguaio que depois a vendeu ao capital belga. Com este novo olhar sobre as terras, os povos indígenas passaram por fortes confrontos em defesa de seus territórios. A história do cotidiano da região da cabeceira do rio São Lourenço, lugar principal das habitações Bororo, foi uma história de lutas e perdas de vidas humanas (figura 36). Os assaltos aos acampamentos indígenas dos Bororo, tinha como objetivo afugenta-los e o consequente rapto de suas crianças. Estas eram criadas por famílias de Cuiabá, exercendo, exercendo todo tipo de serviços, inclusive domésticos. Este tipo de procedimento deu-se desde o início do século XIX, conforme foi registrado por Hércule Florence entre 1825 e 1829 (figura 37). (o que não exclui a possibilidade de ter havido no século anterior). Os Bororo Coroados foram a partir de 1885 reduzidos pelas missões Salesianas, que fundaram aldeamentos como o que aparece na foto (figura 38). Tudo se fez com o intuito de aplacar o ímpeto guerreiro dos Bororo (figura 39). As suas crianças foram expostas à política catequizadora cristã desta missão religiosa (figura 38,39). As culturas indígenas foram gradativamente misturando-se aos povoamentos. As mulheres exerceram serviços como lavadeiras vivendo próximo a povoados ou à cidade de Cuiabá. Por mais que se expusessem ao ordenamento colonizador cada uma destas culturas guardaram enigmas, e por eles lutaram. No silêncio

da obediência ou na luta explícita havia algo que funcionava como barreira. Esta instituía-se como um labirinto. Não podia-se ler tudo dentro dos seus olhos. Isto provocava a vertigem colonizadora. O discurso da fronteira foi continuamente refeito. A todas as vezes que a fronteira foi revisitada, novas recepções foram constituídas. Atualmente os Bororo Coroados estão reduzidos na missão Salesiana do rio Meruri. Consta que houve uma inversão na forma de catequizá-los, sendo agora registrado a necessidade de recuperar elementos de sua cultura. Isto em si já torna-se um dado da sobrevivência de seus signos culturais, garantindo uma certa impenetrabilidade na totalidade de seus saberes.

figura 2

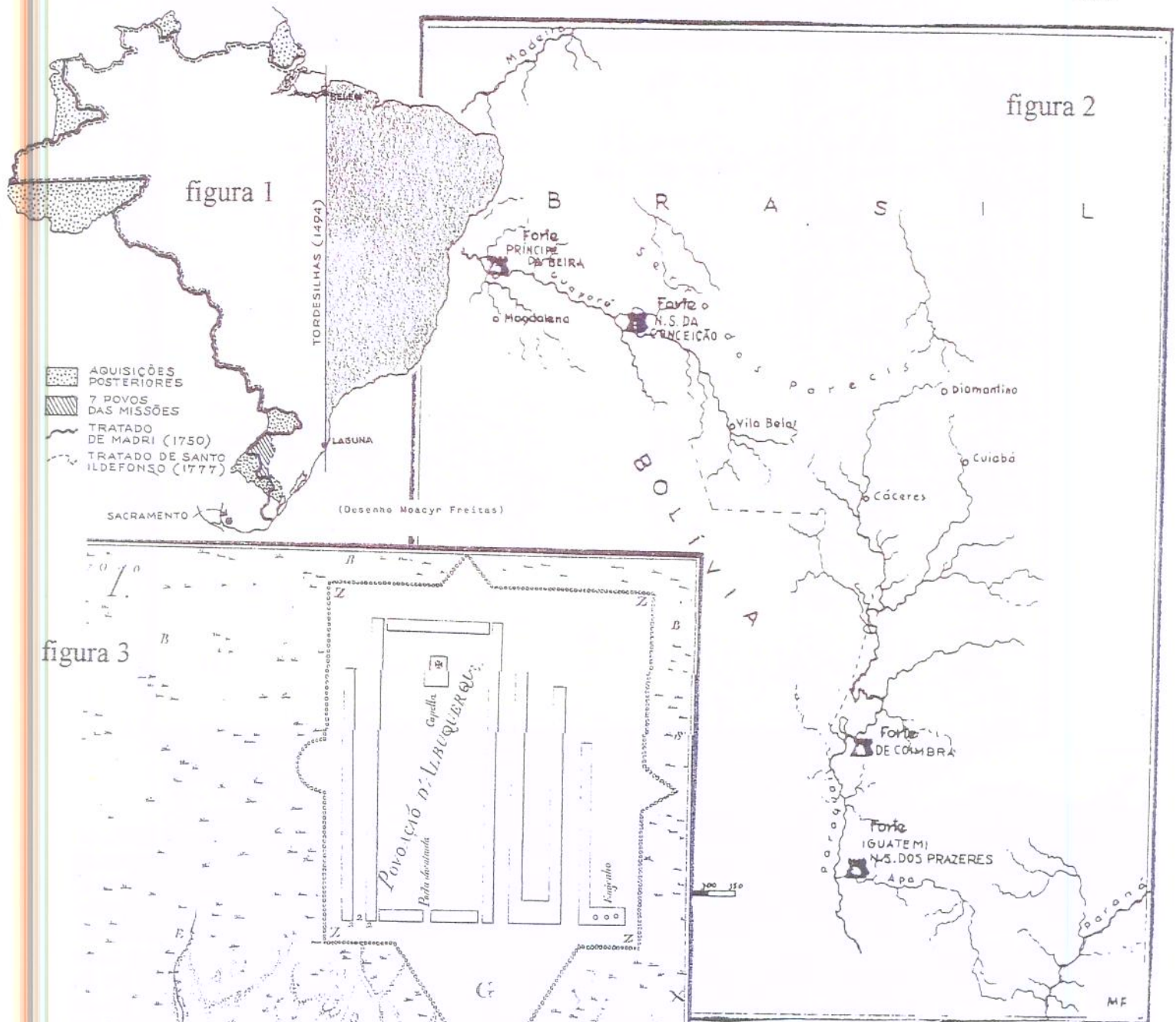
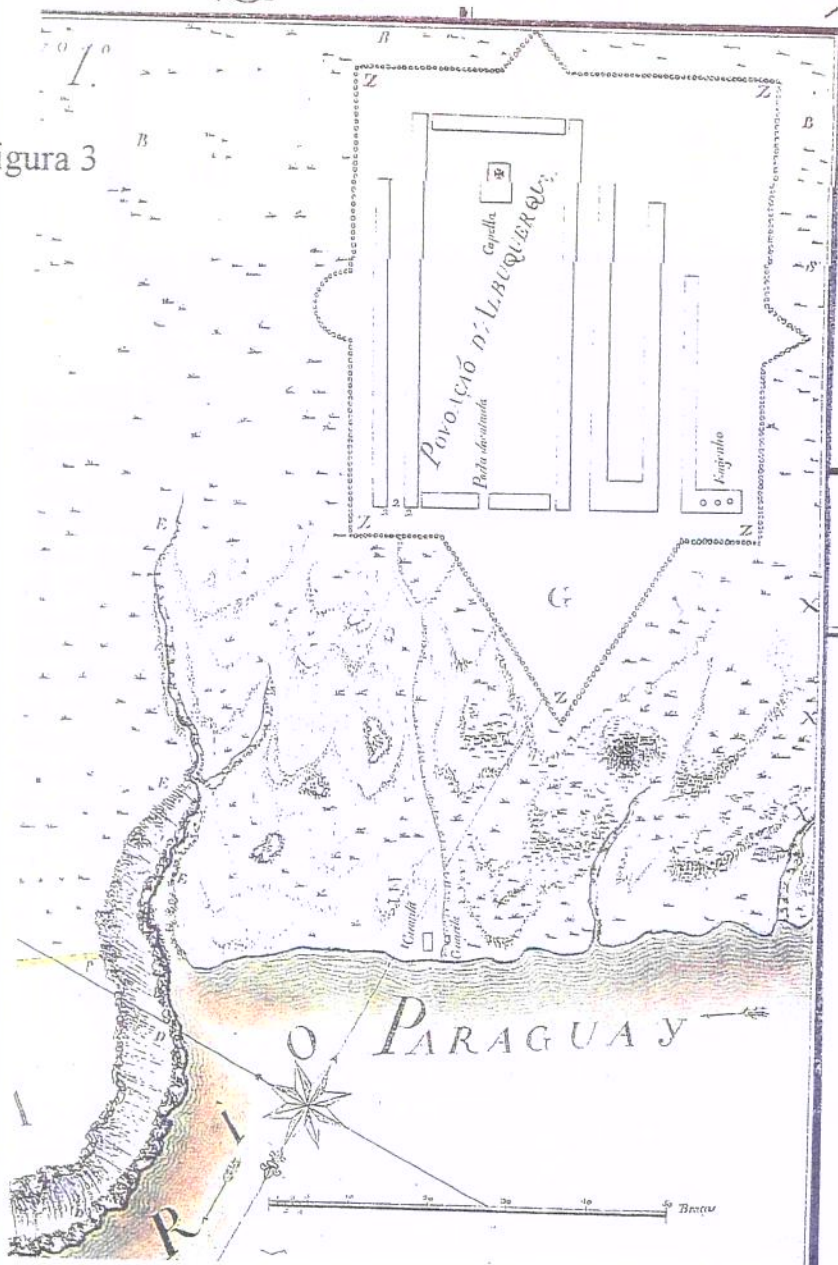
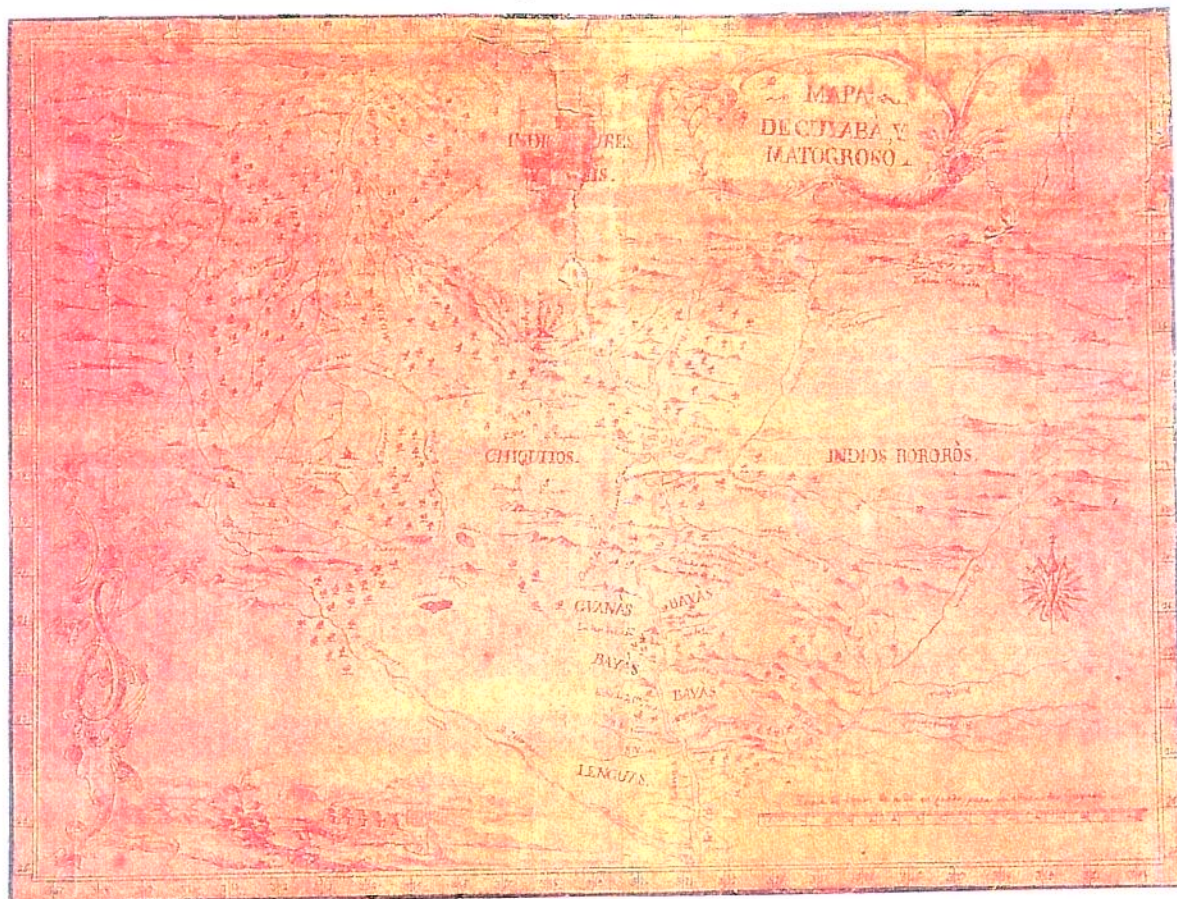


figura 3



O sentido de vida na fronteira Oeste de Mato Grosso, deslocou-se de acordo com cada circunstância histórica. Foi continuamente revisitada tendo seu significado determinado políticas que decidiram rupturas nos modos de vida da sociedade mato-grossense e principalmente na diversidade cultural ali existente. No século XVIII seguiu uma ordem discursiva que apontava para a defesa da fronteira, do perigo espanhol e indígena. Após a instituição, em 1750, do Tratado de Madrid e de Santo Idelfonso em 1770, que oficializava a expansão para oeste do território português, foram construídas fortificações e povoamentos ao longo da fronteira. Entre elas destacamos a povoação de Albuquerque. Próximo dali na localidade de Mato Grande viria a instalar-se, no século XIX, Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho.

figura 4



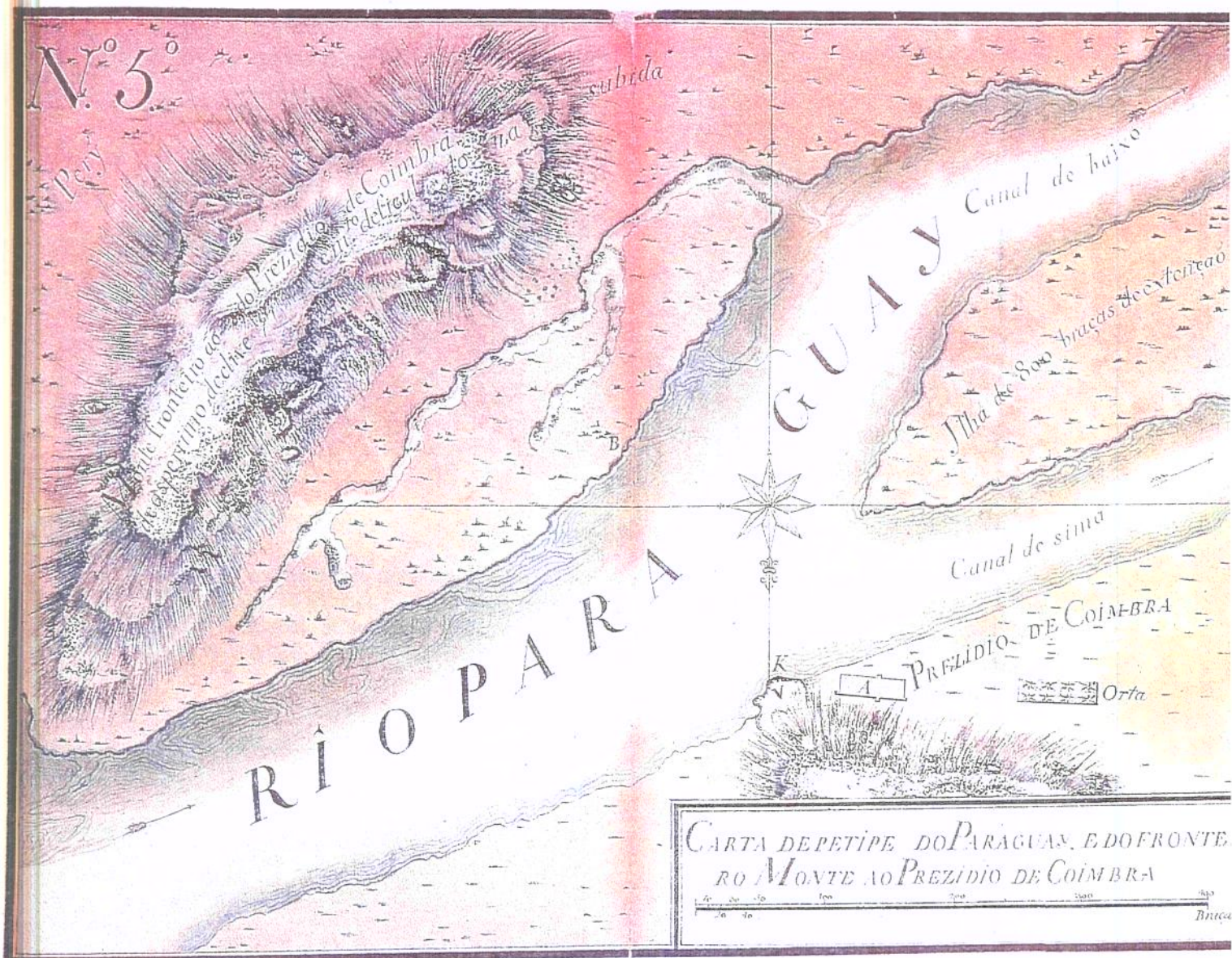
Índias Borôro do São Lourenço

figura 5

(fonte Atlas Odebrecht)

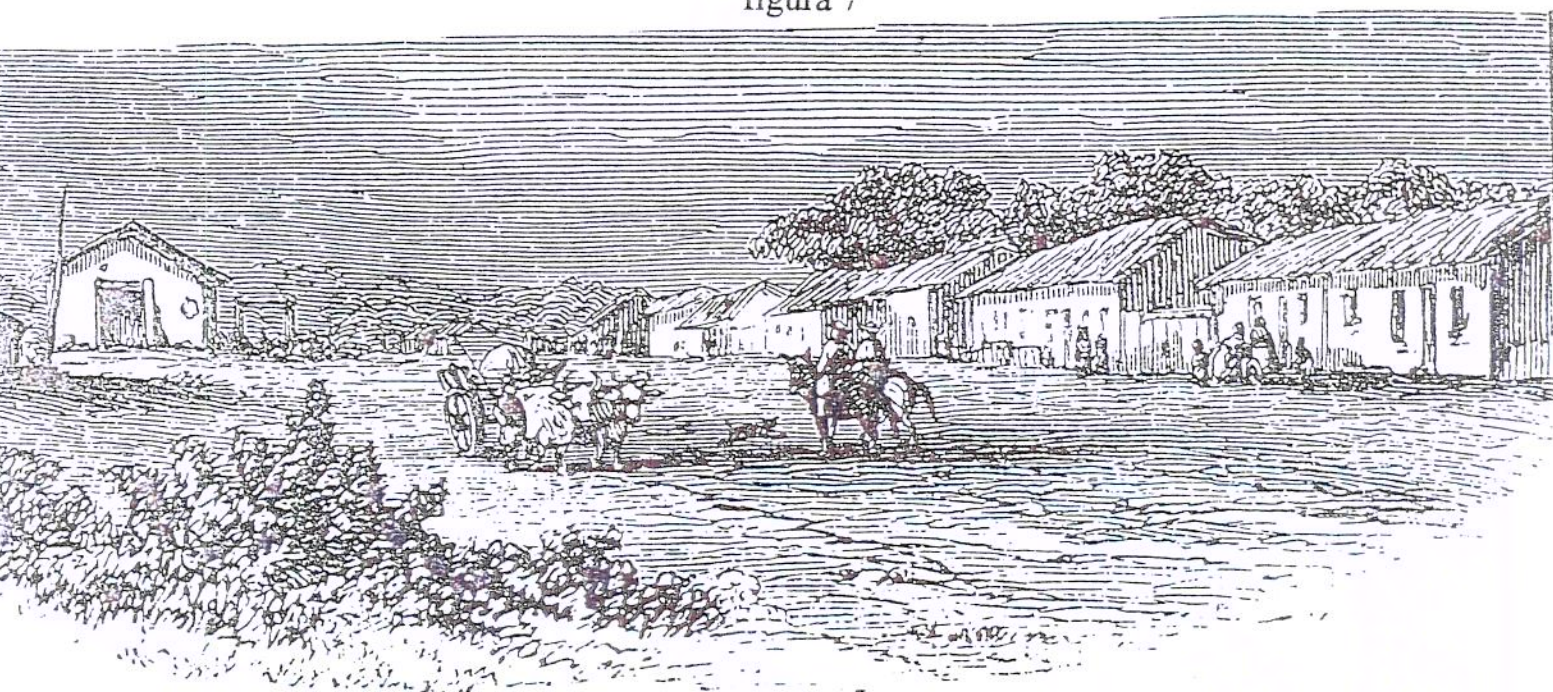
Como aparece em mapa do século XVIII, os índios bororo detinham território que abrangia enorme espaço da província de Mato Grosso, a Oeste os Bororo Cabaças e de Campanha, ocupando os vales dos rios Jaurú e Cabaças. Os Bororo Coroados por sua vez a Leste abrangiam as proximidades do vale do rio Araguaia, ao Norte as cabeceiras do rio das Mortes e ao Sul o vale do rio Paraná. Um dos locais onde mais foi acentuada sua presença foi a região localizada na cabeceira do rio São Lourenço (figura 5). Este local foi palco de constantes enfrentamentos com as frentes de povoamento e as consequentes aberturas de estradas que passavam por suas terras.

figura 6



Planta do Presidio de Nova Coimbra – 1775 localizado à margem direita do rio Paraguai, no Fecho dos Morros, hoje município de Corumbá – MS, foi construído com a finalidade de promover e resistir invasões, garantir a comunicação via rio Paraguai entre Vila Bela e o litoral, muitas vezes interrompida pelos índios Paiaguás”. MADUREIRA, Elizabeth S. O processo Histórico de Mato Grosso. op. Cit. Na segunda metade do século XIX, manteve contato com índios do grupo Chamococo, na tentativa de aldeá-los.

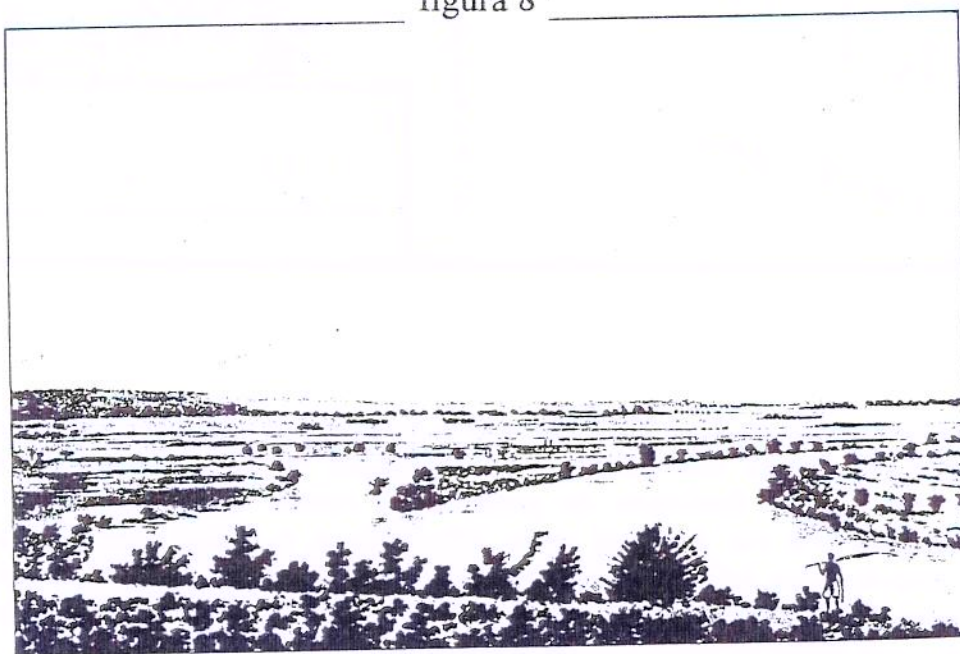
figura 7



Praça de Albuquerque

Povoado de Albuquerque, situado às margens do rio Paraguai. Este local foi escolhido no século XVIII, pela Coroa portuguesa, para defender o território ampliado com o tratado de Madrid servindo como antemural contra possíveis ameaças dos castelhanos. Atendendo à política de aldeamento após o regulamento 426 de 1845 foi em suas proximidades fundada a Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho. (desenho de Taunay. Expedição Langsdorf.)

figura 8



Rio Paraguai, visto de Albuquerque

Vistas de Albuquerque na reprodução do desenhista Hércule Florence da expedição Langsdorf. Na primeira metade do século XIX este viajante já havia mantido contato com os Índios Guaná na região de Albuquerque, tendo notado características pacíficas contrariando os conflitos futuros por parte dos religiosos que dirigiram a Missão de N. S. do Bom Conselho na virada da segunda metade do mesmo século. (desenho de Hércule Florence 1825 a 1829)

figura 10

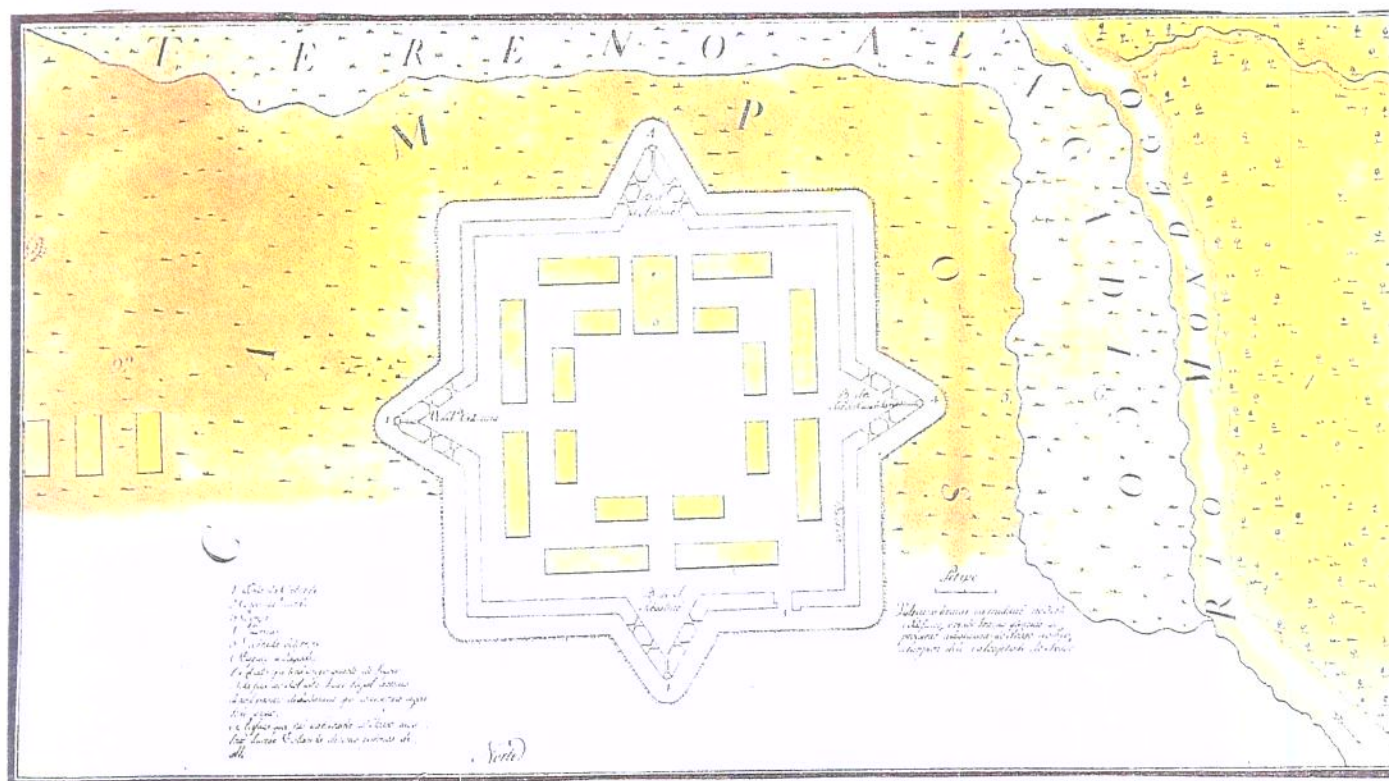


“Presidio de Nova Coimbra – 1775 localizado à margem direita do rio Paraguai, no Fecho dos Morros, hoje município de Corumbá – MS, foi construído com a finalidade de promover e resistir invasões, garantir a comunicação via rio Paraguai entre Vila Bela e o litoral, muitas vezes interrompida pelos índios Paiaguás”. MADUREIRA, Elizabeth S. O processo Histórico de Mato Grosso. op. Cit. No Segunda metade do século XIX, mantém contato com índios do grupo Chamococo

figura 11



Coimbra, Forte e Povoação



A planta do Presidio de Miranda datada de 1798, foi mais um dos locais edificados como forma de defesa da fronteira. Seu erguimento se deu como forma de defesa perante a ameaça dos castelhanos e dos índios. Os índios foram considerados empecilho ao desenvolvimento da navegação e consequentemente à comunicação com a Corte. No século XIX visando o povoamento da região do Baixo Paraguai, foi instalada neste local a Missão aldeadora Normal de Miranda. Tendo na sua direção o frei Mariano Bagnaia ao qual foi confiado a tarefa de aldeamento dos índios das sociedades Terêna e Laiana. Na figura 13 aparece o itinerário da Campanha do Apa, um dos episódios da Guerra da Triplice Aliança e com ela a memória do conflito bélico que determinou uma forte ruptura na política aldeadora na região do Baixo Paraguai na década de 1860.

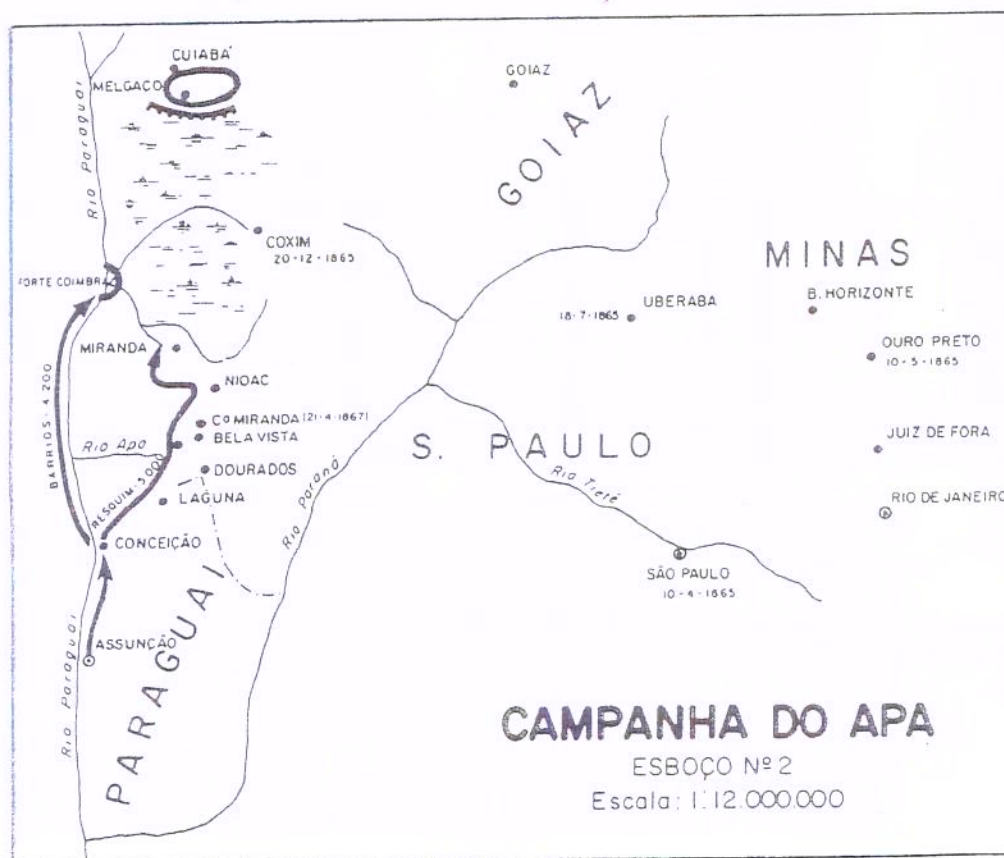
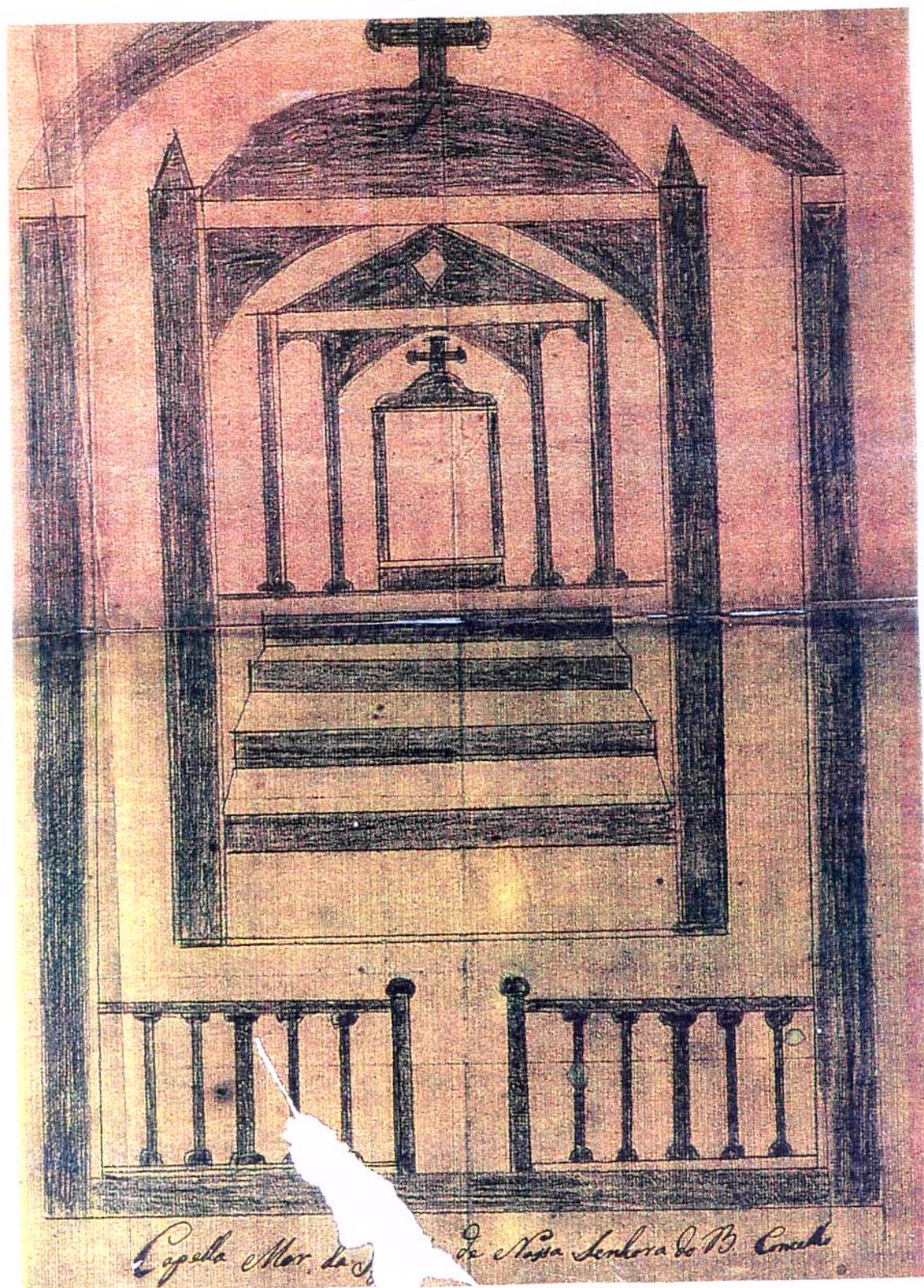


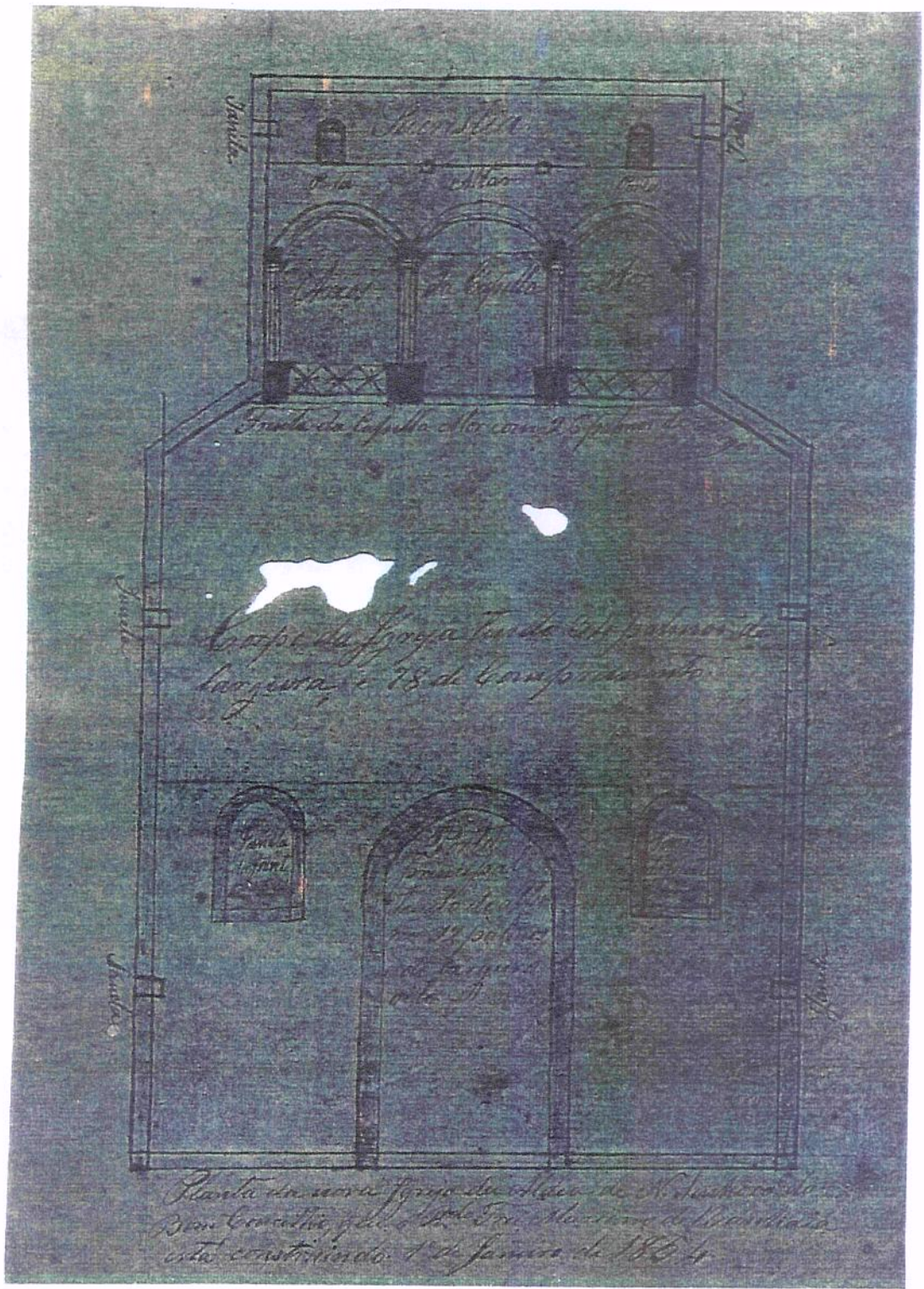
figura 13

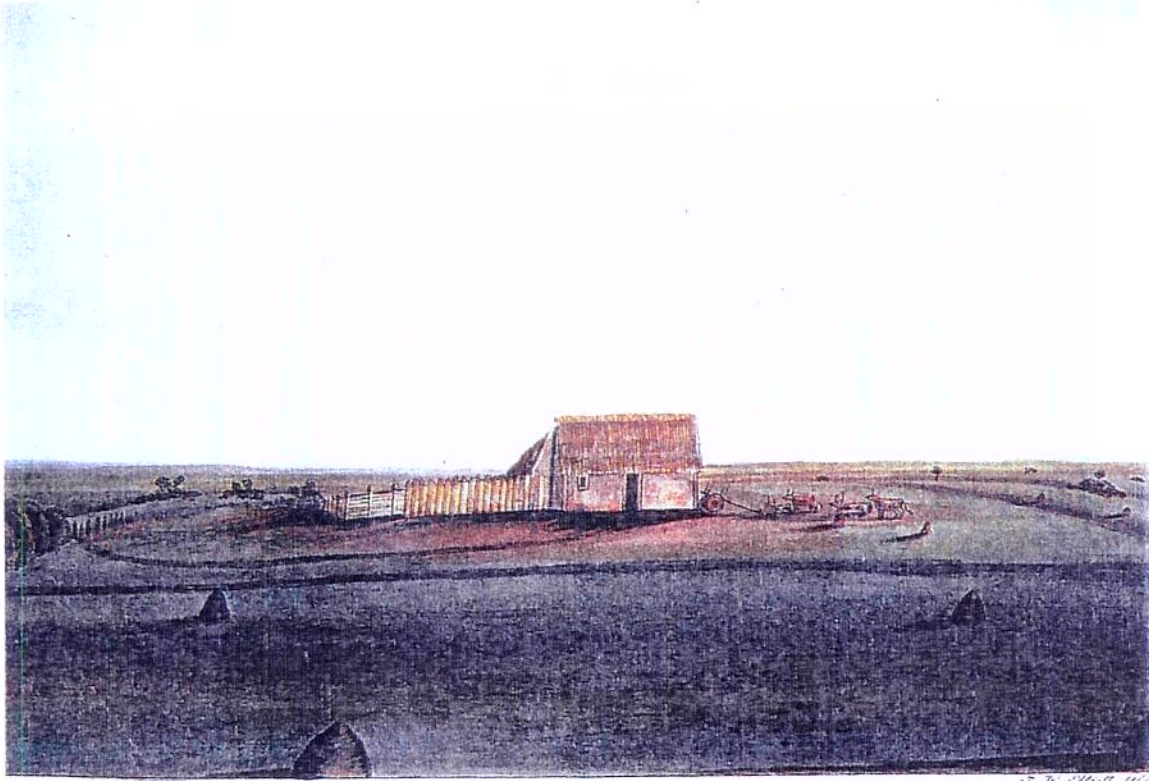
figura 14



As figuras 14 15 mostram plantas da Capela da Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho em 1854, localizada no lugar chamado de Mato Grande localizado no Distrito de Albuquerque, na província de Mato Grosso.

figura 15





Parceira dos Índios, no Campo das Vacarias

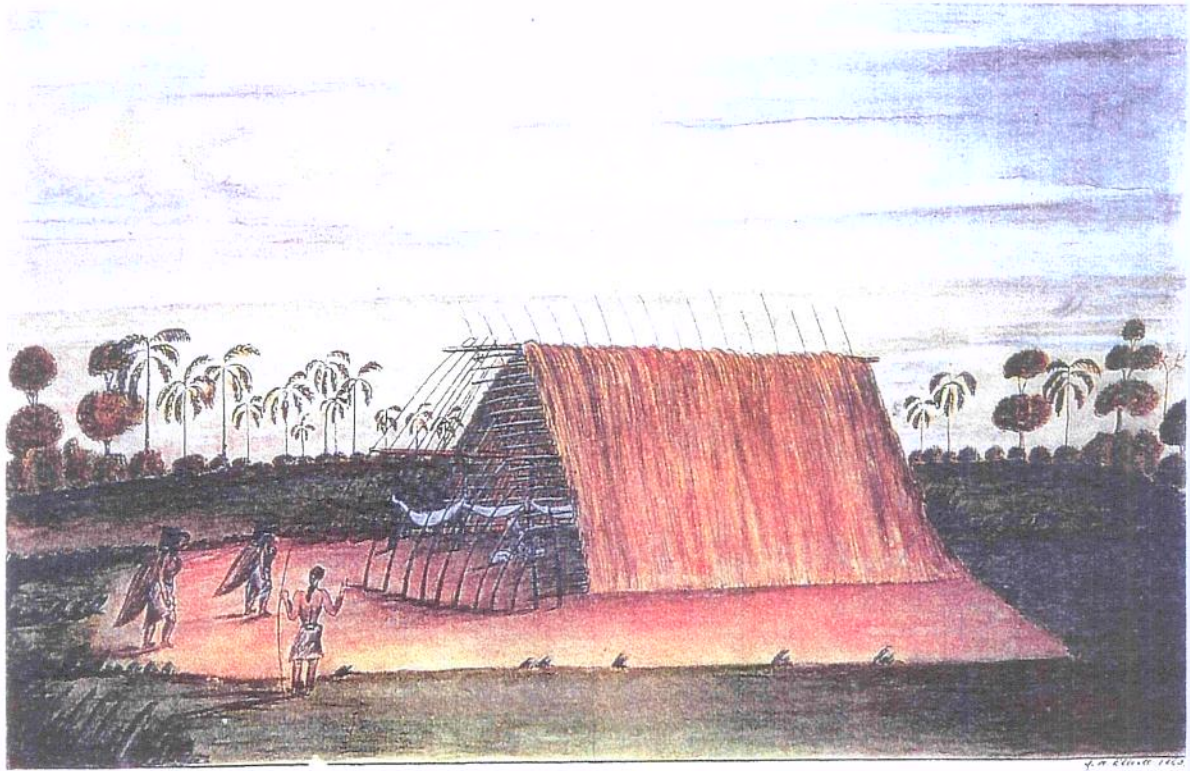
Visão a partir do S. M. Elliott em 1864

Província de Alto Rio Negro



figura 17

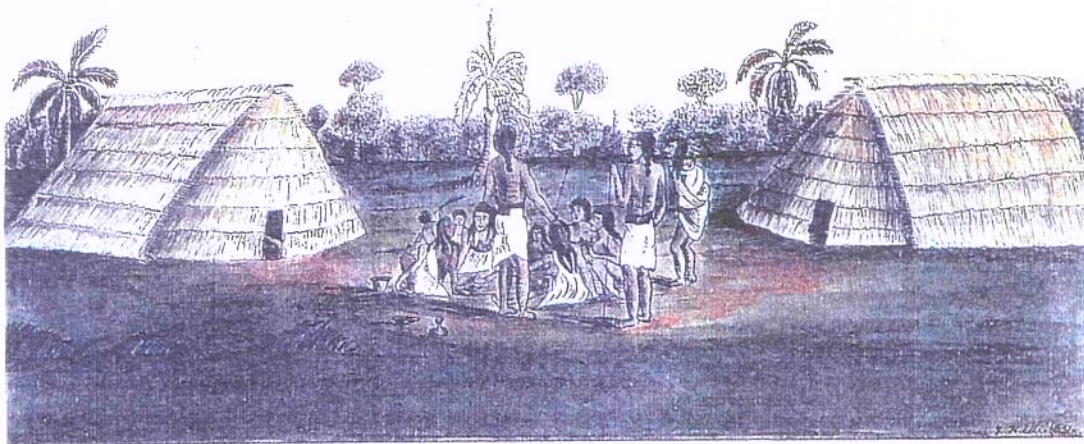
A região dos campos de Vacaria, situada na região sul da Província de Mato Grosso, nas proximidades de alguns dos afluentes do lado direito do rio Paraná, como os rios Amambay, Invinhema, etc. Teve sua colonização iniciada na primeira metade do século XIX, com a migração de criadores de gado originários da região do Triângulo Mineiro e da Província de São Paulo, como o Barão de Antonina, parlamentar desta província e proprietário de terras nesta região de Mato Grosso. Os índios que habitavam estas localidades sofreram fortes impactos culturais ao manterem contatos com esta frente de colonização. Procurando fugir dos ataques que sofriam por parte de sociedades indígenas, constantemente tentavam subjuga-los, aceitavam as propostas de redução por parte dos colonizadores. Este aspecto volta a repetir em circunstâncias diferentes, no episódio que envolveu o frei Angelo Caramônico, quando da fundação da missão aldeadora de Dourados, em 1864 aproximadamente. Estas porém passaram por situações dramáticas, como mostramos no decorrer do capítulo 3.



Alojamento de Cayuás em conspécção do Cap.º Lages, situado perto do sulco de Ilarigua, no Rio Amambahy, Província de Matto Grosso. Viagem exploradora de Lages e Elliott 1857.

Os Cayuá foram remanejados várias vezes na tentativa de catequizá-los, principalmente por parte do Barão de Antonina, que sonhava poder reduzi-los. O viajante Elliott registrou imagens do "Alojamento de Indios Cayuás, nas margens do Rio Amambahy, Província de Matto Grosso. Estes habitão a margem Occidental do Rio Paraná, e seus affluentes, desde o Yvinhema até o Iguaré. Grande número d'elles passarão para a Província do Paraná, e actualmente achão-se estabelecidos nos Aldeamentos de São Pedro de Alcantara, e na de Pirapô. (viagem exploradora de Lages e Elliott em 1857). (fonte: Atlas Odebrecht)

figura 19



Alojamento de Indios Cayuá, nas margens do Rio Amambahy, Província de Matto Grosso. Estes Indios habitão a margem Occidental do Rio Paraná, e seus affluentes, desde o Yvinhema até o Iguaré, grande numero d'elles passarão para a Província do Paraná, e actualmente achão-se estabelecidos nos Aldeamentos de São Pedro de Alcantara, e na de Pirapô. Viagem exploradora de Lages e Elliott em 1857.

figura 20

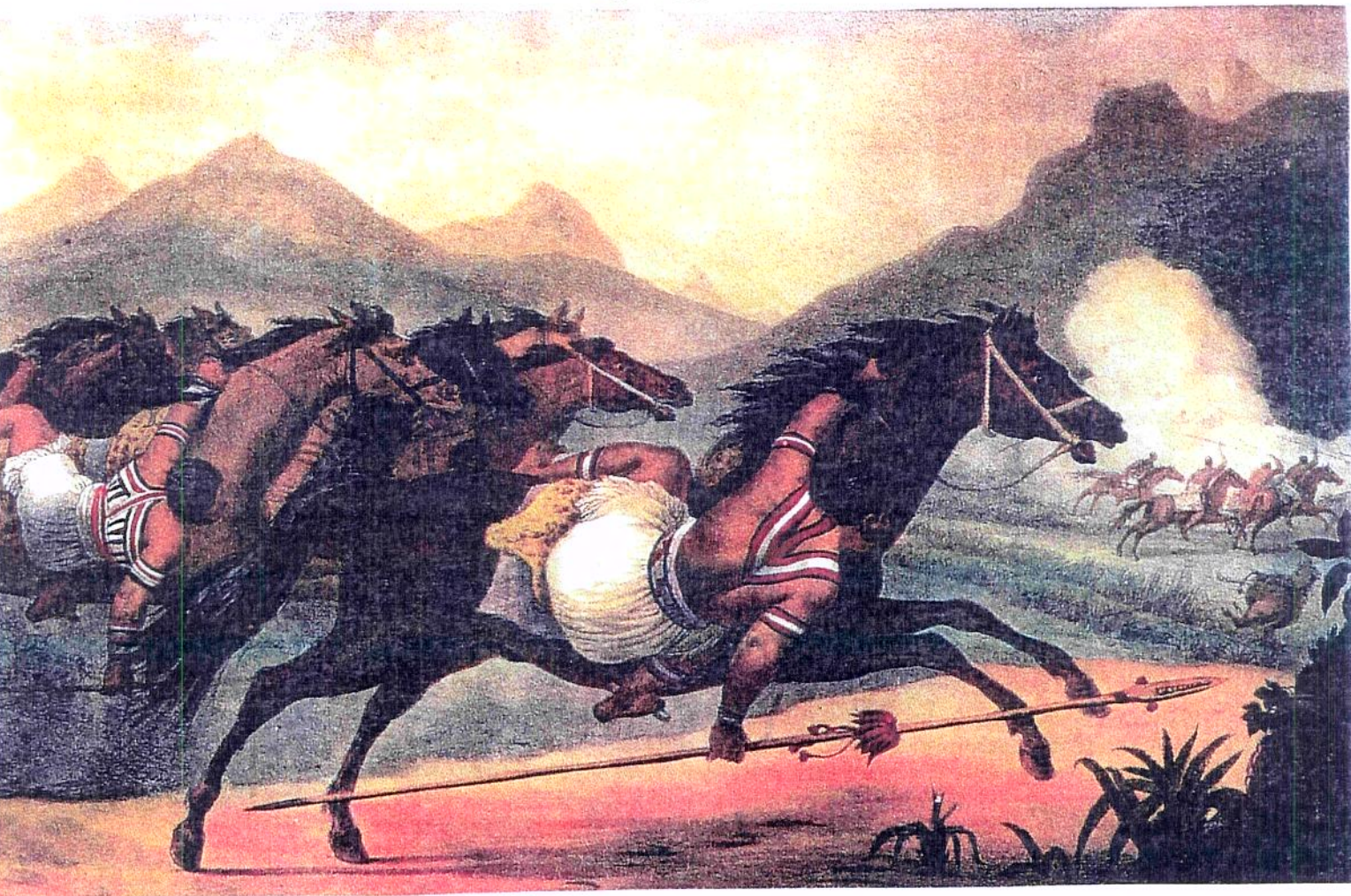
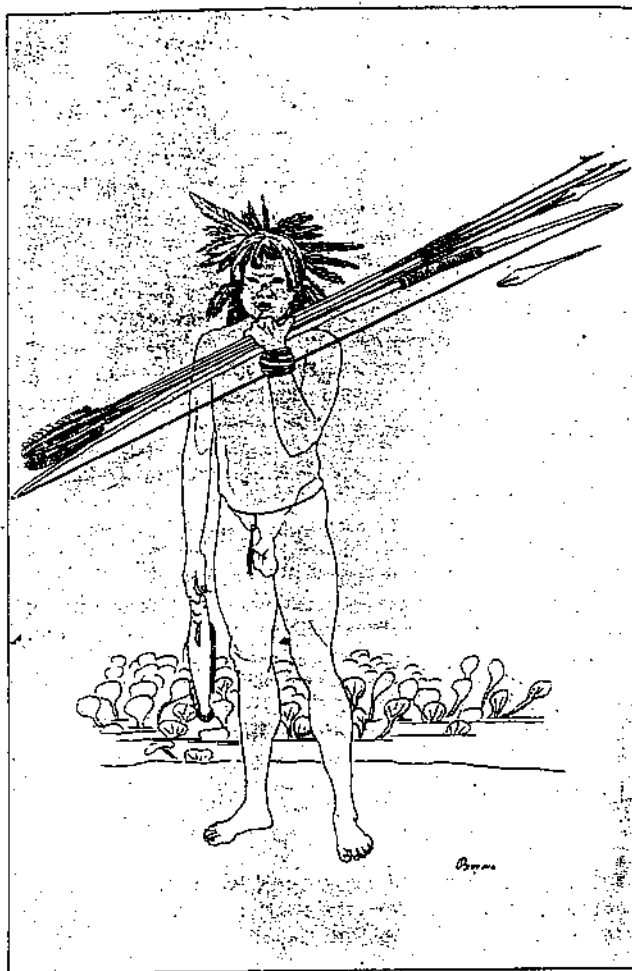


Figura 20 (fonte Atlas Odebrecht.)

Os índios Guaicurú, deixaram marcas como guerreiros e cavaleiros. Criadores de equinos desde o século XVIII, mantiveram relações comerciais com colonizadores. Mantinham lutas contra os colonizadores, os quais foram combatidos duramente por tropas do governo provincial. Foram utilizados como rastreadores da região fronteira durante a Guerra do Paraguai, quando eram denominados pelo colonizador de Aicurus.

Figura 21

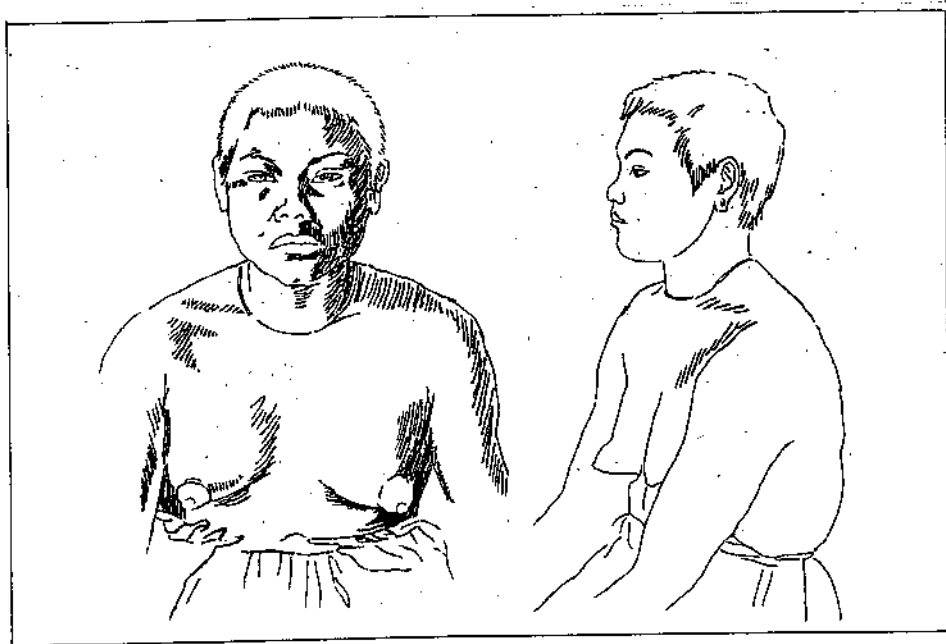


Bororó, em Vila Maria

figura 22



Mulheres Bororós, com grande carga



Índia Bororó, de Jacobina

Índios Bororo Cabaças da região de São Luís de Cáceres. Habitavam a bacia dos rios Cabaçal e Jaurú. Parte deste povo foi aldeado pelo militar João Carlos Pereira Leite na Fazenda Jacobina no século XIX. Segundo Hércule Florence haviam índios Bororo trabalhando nesta fazenda como camaradas, juntamente com escravos e pobres livres. Fonte Hércule Florence. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829. Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

figura 23



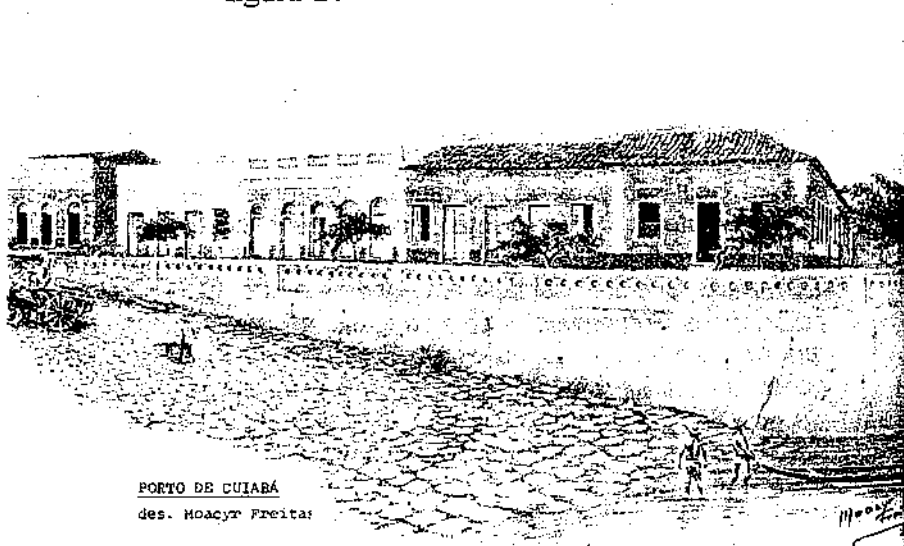
Fazenda Jacobina na estrada de S. L. de Cáceres à Cuiabá

figura 25



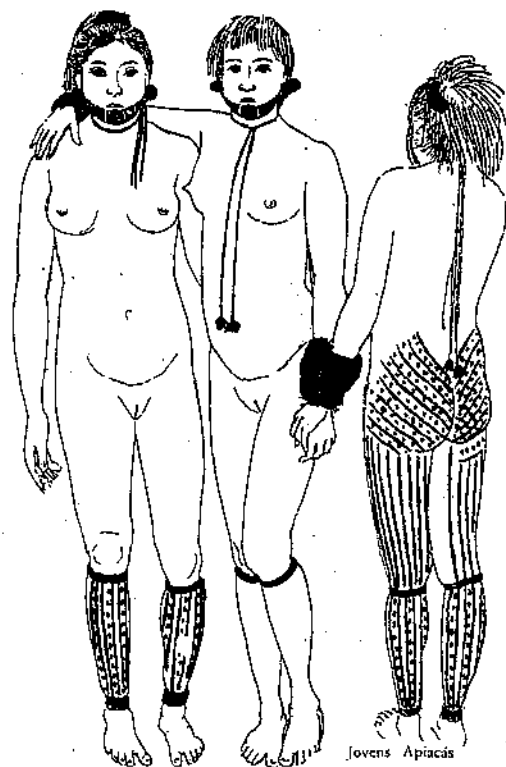
PREPARO DO CHARQUE
(Album Gráfico de MT)

figura 26



PORTO DE CUIABÁ
des. Moacyr Freitas

Na primeira metade do século XIX foi destaque na região do Pantanal a Fazenda Jacobina, de propriedade de João Carlos Pereira Leite. Vários militares foram proprietários de terra. A Jacobina teve como seu proprietário um militar. No último quartel deste século registrou-se a presença de várias empresas em Mato Grosso. Grande parte delas dedicavam-se à pecuária. A maior parte de terras foram compradas por empresas de capital estrangeiro. Grande parte delas desenvolveram a produção de charque. A fazenda Barranco Vermelho e fazenda Descalvados foram alguns dos exemplos das empresas que aqui se instalaram no século XIX. A fazenda Descalvados foi a que mais se destacou, fabricando Caldo de Carne para ser vendido na Bélgica. Com o passar do tempo ou seja em 1885, foi vendida para o capital Belga tornando-se uma enorme propriedade. Foram utilizadas grande quantidade de índios Bororo Cabaças nesta fábrica. (fonte: Album Gráfico de Mato Grosso. in SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, op. Cit.



Jovens Apicás



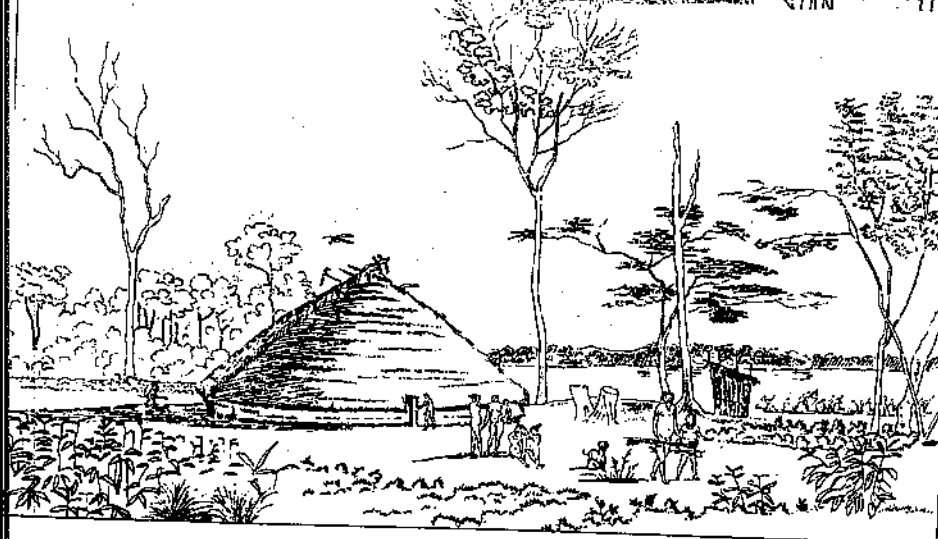
Apicás. Ornamento para usar na mão



Bacairi



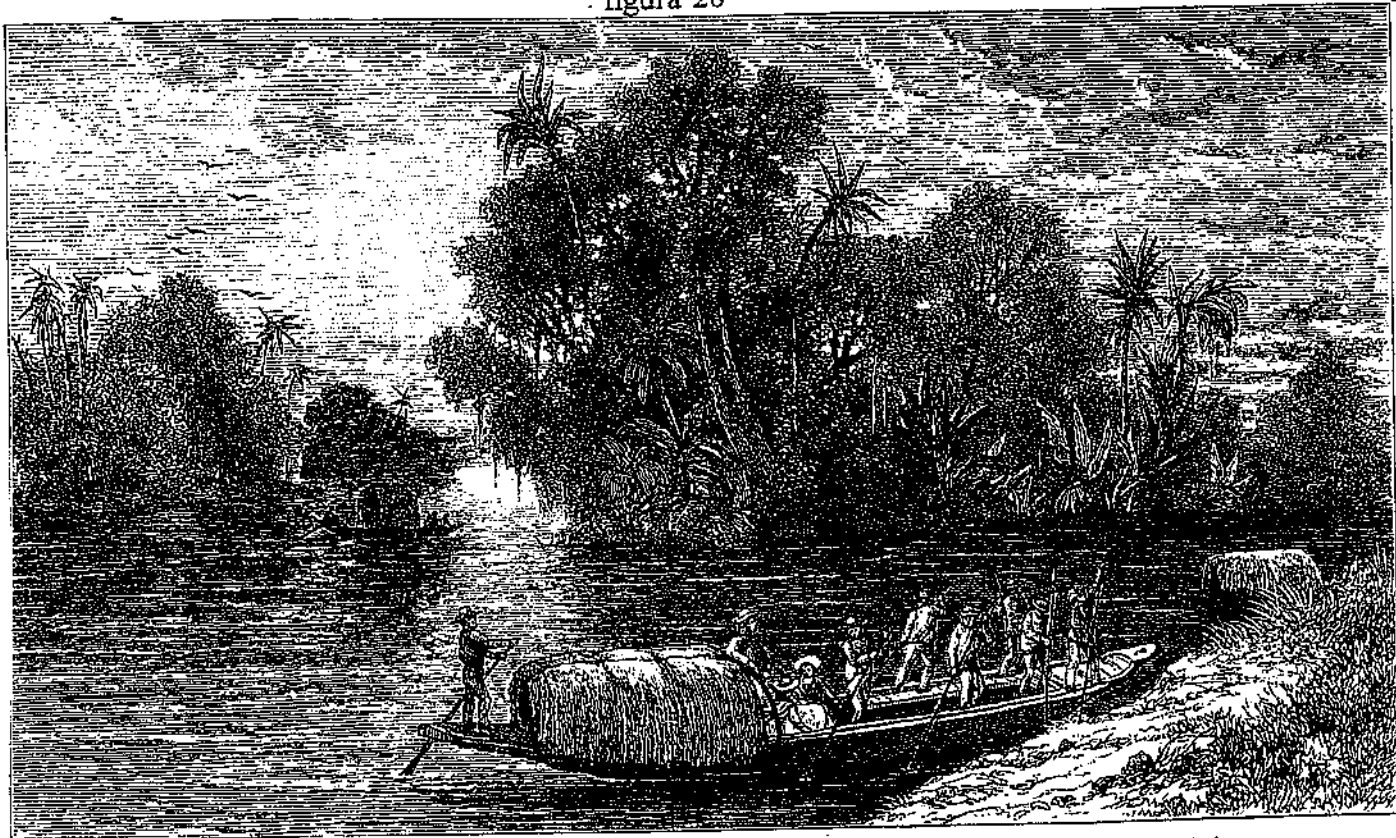
Jovem Apicá, criada em Diamantino



Habitação dos Apicás no Juruena

Outro ponto da Província que importa destacar aqui, é Diamantino e a cidade de Mato Grosso (Vila Bela). Esta região, habitada pelos grupos Apicá e Bacahiri, sofria o assédio de viajantes vindos também pelos rios da Bacia Amazônica, como o rios Madeira, Juruena e Arinos. A catequização destes grupos atendia a demanda de comunicação com a província do Pará. Sentia-se a necessidade de seu apoio logístico aos comerciantes que por ali navegavam. (ilustrações: Hércule Florence)

figura 28

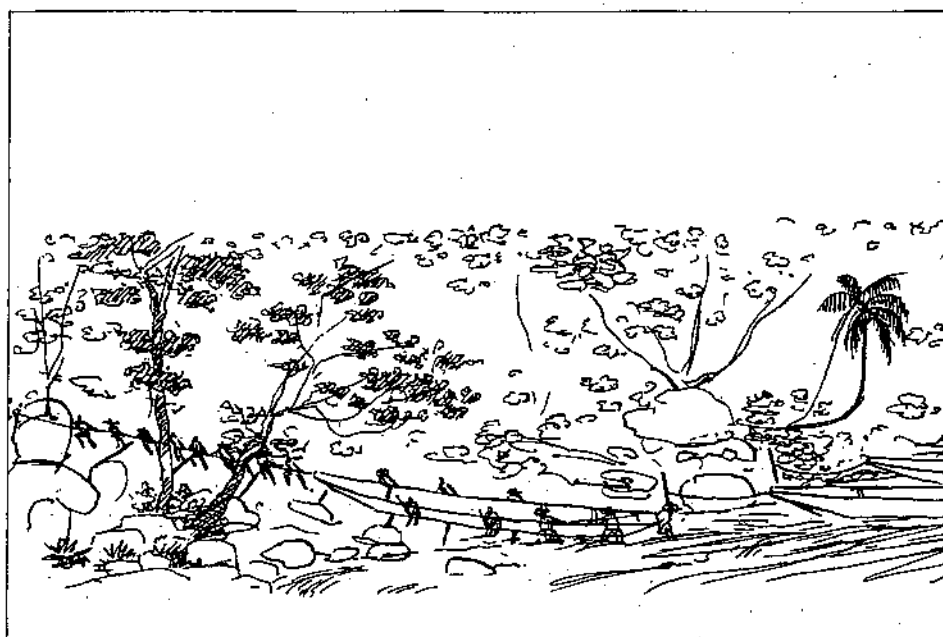


Ao contrário da relativa calma dos rios da Bacia do Prata (figura 28 e 29), o rio Arinos caracterizou-se pela violência de suas águas, destruidoras de muitas embarcações. Destacou-se entre eles o Salto Augusto, local que seria construído aldeamento para catequização de índios visando garantir a viabilidade de comunicação com a Província do Pará. Nas águas da bacia do Prata havia a presença de viajantes interessados em visitar a província como uma família de donos de jornal de Buenos Aires (figura 28). Por outro lado a comunicação com as províncias do norte do Império sofria com as fortes correntezas que caracterizava as águas, principalmente no rio Arinos. (ilustração de Taunay)

figura 29



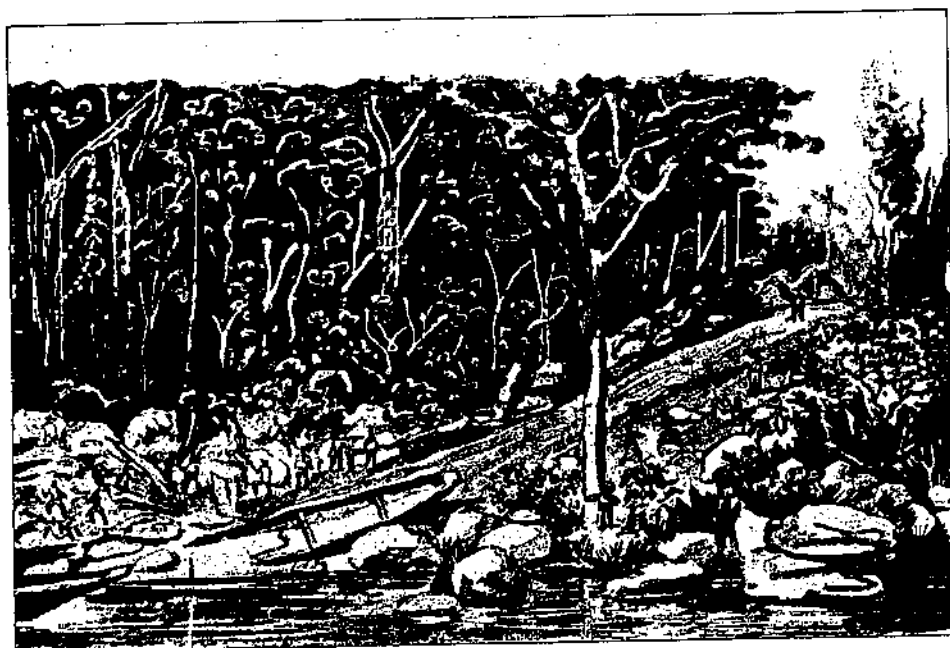
figura 30



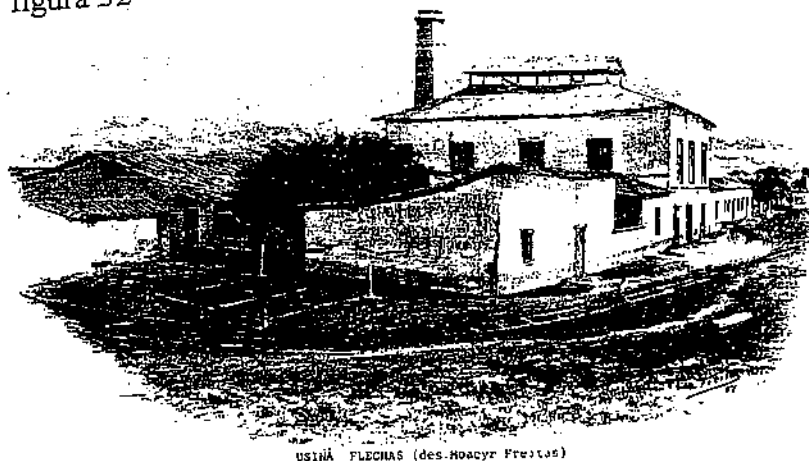
"Varadouro" no Salto Augusto

Os batelões, embarcações típicas daquele período, tornavam-se frágeis perante a força das águas no varedouro do Salto Augusto, no rio Arinos, região ao norte da província. Havia às vezes a necessidade de construção de uma nova embarcação quando estas ficavam destruídas em plena viagem. Esta situação um tanto adversa forçava a necessidade do apoio indígena na viabilização de linhas de comunicação com as províncias do norte. Era constante os apelos em prol de fundação de aldeamentos na localidade de Salto Augusto. (ilustração: Hércule Florence)

figura 31



Batelão feito em migalhas



USINA FLECHAS (des. Hoacyr Freitas)

figura 33

USINA ARICÁ - des. Hoacyr Freitas

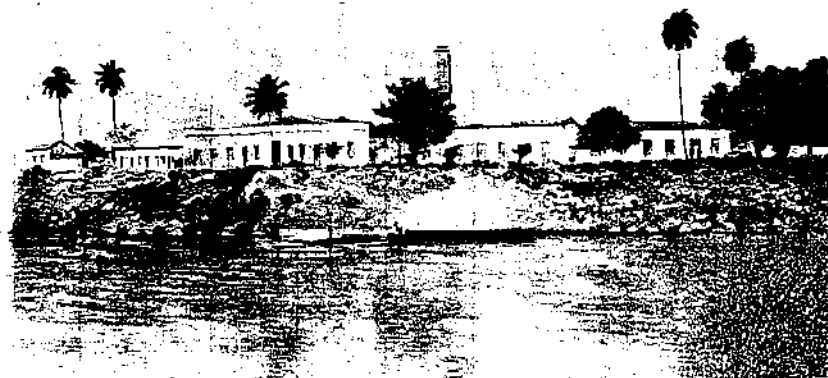
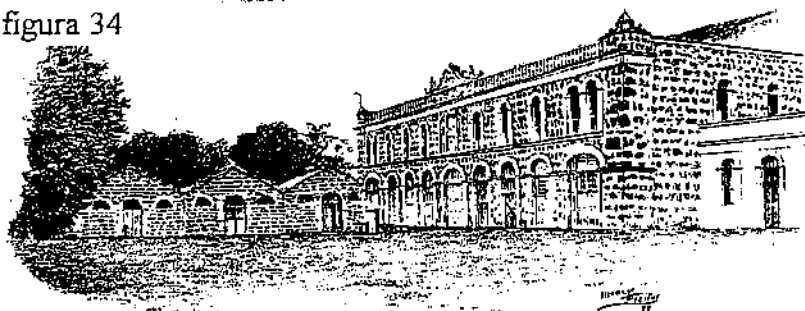


figura 34



USINA RESSACA
des. Hoacyr Freitas

figura 35

Almeida & Companhia, Cuiabá

Importação • Banqueiros • Exportação

Empresa fundada em 1870 - Endereços em ALMEIDA

Sócios:

Coronel João Baptista de Almeida Filho
Coronel Amâncio Alves de Almeida
Coronel Antonio Augusto de Azambuja
Doutor Alberto Nogueira
João Botocudo de Almeida

Empregados do Escriatório Central em Cuiabá:

Joaquim Frederico de Mattos, Cid Camacho, Clarindo Camacho,
Plínio de Almeida Castello e Lycio Lima

(Album Gráfico de Mato Grosso)

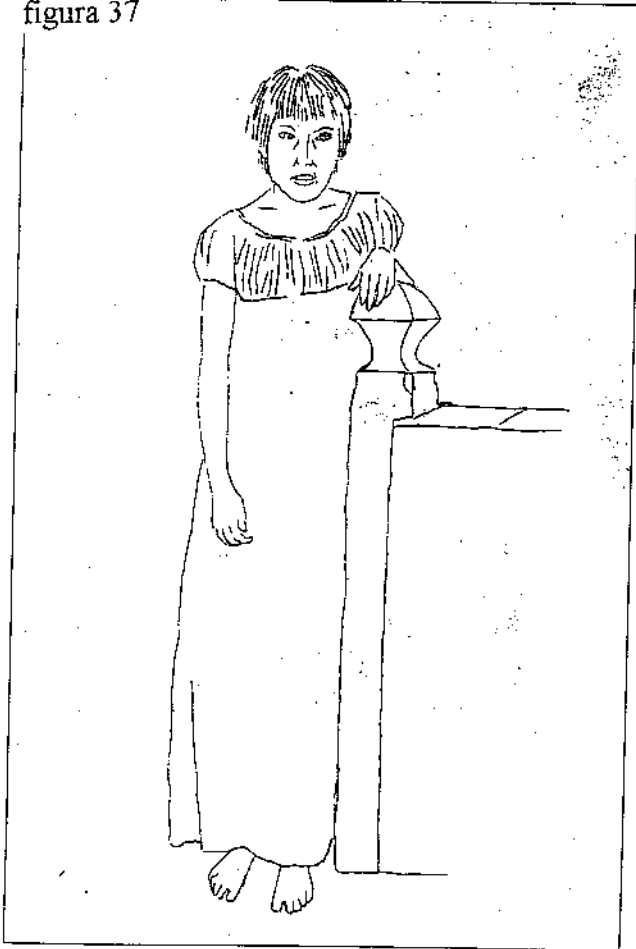
(Fonte: Album Gráfico de Mato Grosso in, SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. O Processo Histórico de Mato Grosso.)

O século XIX a partir de 1870, com a reabertura da navegação da bacia do Prata testemunhou a presença de empresas que aqui se instalaram a procura de lucros. Importavam produtos manufaturados e levavam matérias primas como charque, poaia, borracha, couro de gado, etc. As margens dos rios Cuiabá e Paraguai sofreram contrastes em sua paisagem incorporando os edifícios que ali se erguiam trazidos pelos ventos modernos. Uma nova ordem incia-se fazendo com que dificultassem ainda mais a resistência indígena a manutenção de seus territórios. As usinas de açúcar e aguardente proliferaram-se. Entre elas destacaram-se a Usina Flexas, Usina Aricá e Usina da Ressaca. As empresas que aqui aportavam não se limitavam a venda de mercadorias, mas também serviam de agentes de instituições financeiras dos grandes centros financeiros como Londres. A Almeida & Companhia, Cuiabá foi um exemplo deste tipo empresarial.

figura 36



figura 37



Índia Bororó, servente em Cuiabá

Bororo Coroado carregando guerreiro morto em combate. Este povo indígena foi o que mais mostrou resistência na guerra pela defesa de seu território. Sofreu a abertura da estrada Geral para Goiás e a partir de meados do século XIX voltam a conviver com a tentativa de abertura da estrada para as Província de São Paulo e Paraná.

(Índia Bororo em Cuiabá) As Bandeiras que praticavam guerra aos índios Bororo, tinham como orientação o rapto de crianças indígenas para serem criadas pelas famílias de Cuiabá. Muitas delas foram encontradas perambulando pelas ruas da capital, outras era internadas na escola de aprendizes do Arsenal de Guerra, nesta cidade. A mais conhecida delas foi Rosa Bororo, que acompanhou expedição "pacificadora" em 1885.

figura 38



figura 39



Nas figuras 38 e 39 aparecem um aldeamento e um índio, já no início do século XIX. Considerados os mais guerreiros dos povos indígenas de Mato Grosso, os Bororo Coroados foram incansáveis combatentes até final do século XIX, quando foram aldeados por religiosos da ordem Salesiana. Esta ordem missionária radiconou-se em Mato Grosso no ano de 1895, fundando missões na região do Vale do Araguaia. Atualmente esta sociedade está reduzida em Missões do Vale do rio Merure e Garças, contando com número pequeno de integrantes comparado aos meados do século XIX, quando apenas num local foram vistos mais de mil índios. (fonte: Album Graphico de Mato Grosso, 1914. Museu Municipal do Município de Cáceres - MT.)

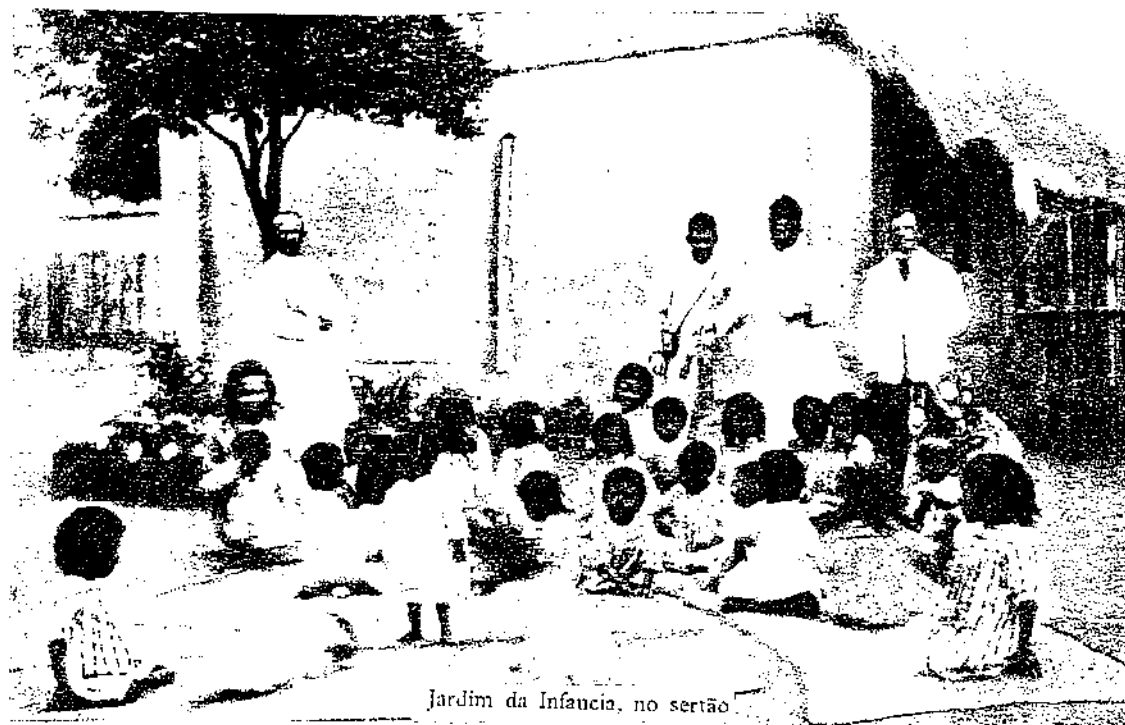


Na Colônia «Santo Coração»

Figuras 40 e 41. (fonte: Atlas Odebrecht.)

As colônias Salesianas tentaram de todas as formas introduzirem o discurso cristão entre os Bororo Coroados. Porém como nos mostrou trabalhos recentes de antropólogos os religiosos atualmente estão tentando assimilar a cultura Bororo, aceitando uma certa presença da cultura Bororo. Isto nos deu mostra da dificuldade encontrada pelo catequizador em tentar anular a historicidade indígena e introduzir o saber cristão junto a este povo.

figura 41



Jardim da Infância, no sertão

figura 42



Figura 42: 43 (Fonte Album Graphico de Mato Grosso, 1914. Museu Municipal de Cáceres – MT.)

Os índios, contando com desvantagem, militarmente, vão constituindo uma relação com a cultura colonizadora. Em Cuiabá e outras partes da província, passa a ser prática a exploração do trabalho indígena. Porém consta em documentos as dificuldades encontradas pelos colonizadores quanto à subordinação total dos índios aos interesses de sua exploração como mão-de-obra.

figura 43

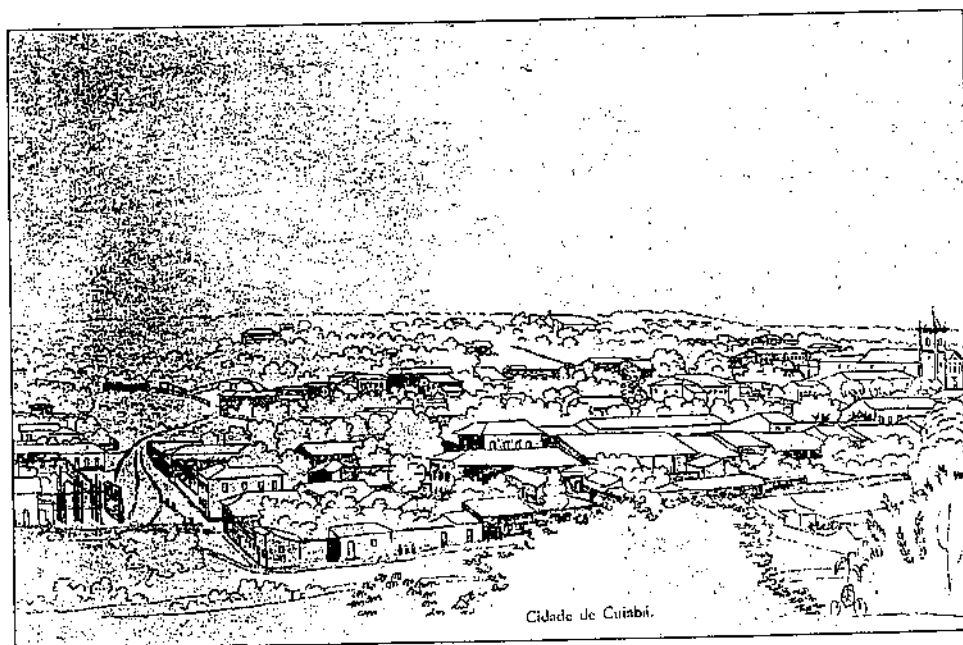


figura 45

Relatório da Diretoria Geral dos Índios sobre a população indígena na Província de Mato Grosso em 1848.¹

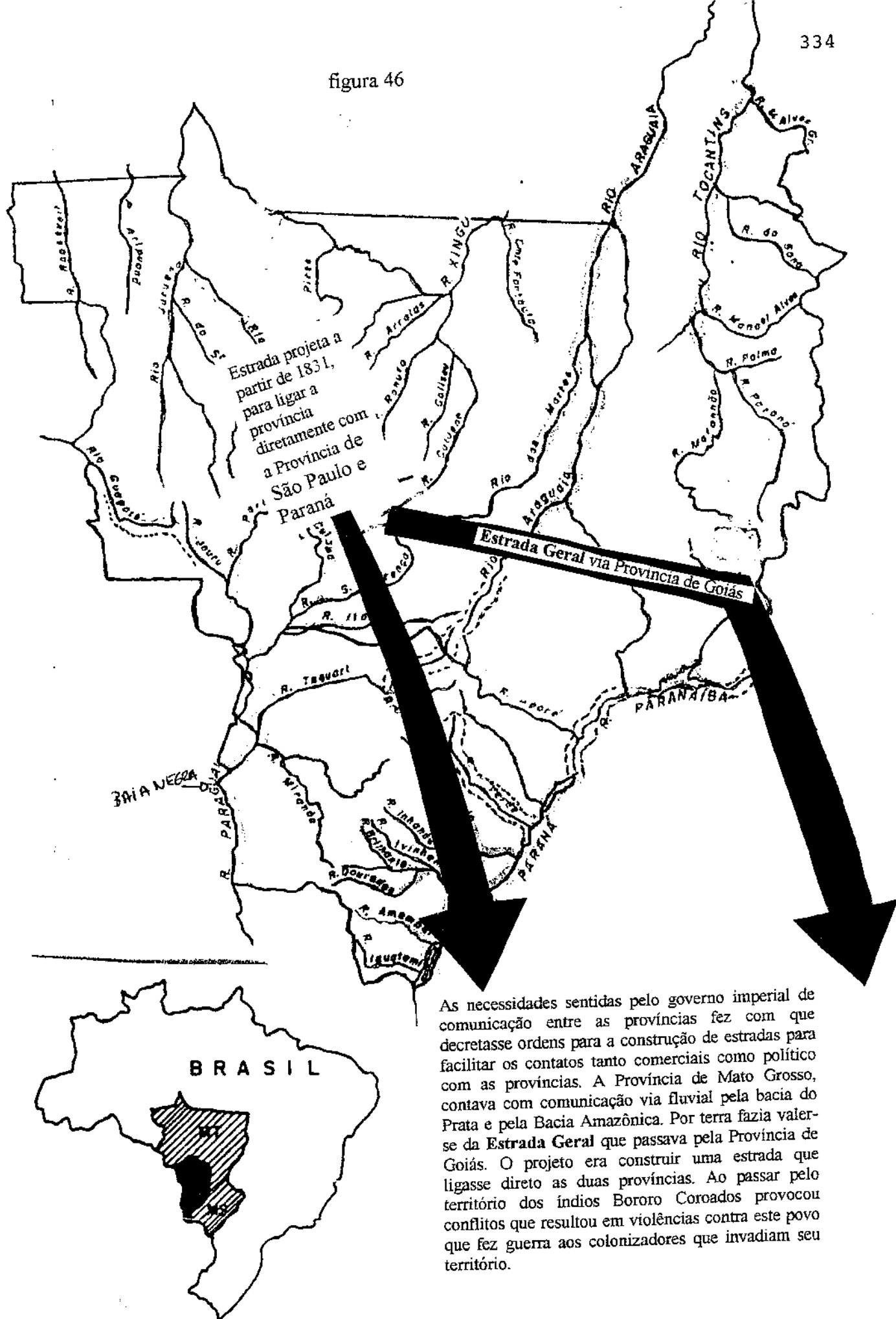
Grupo indígena	População	Lugares em que habitavam no século XIX (1848)
Caywá	?	Imediações do rio Iguatemy
Chamococo	200	Margem direita do rio Paraguai, próximo à Baía Negra.
Cadiuéo	850	Margem do Paraguai e Sul de Miranda.
Beaquéo / Cologuéo	500	A leste do rio Paraguai e sul de Miranda.
Guatidéo	850	Albuquerque
Guaná	200	Albuquerque e imediações da cidade de Cuiabá.
Kinikináo	1000	Mato-Grande, perto de Albuquerque e Miranda.
Terêna	2000	Miranda
Laiana	300	Miranda
Guaxi	?	Miranda
Guató	500	Rios Paraguai e São Lourenço, Lagôas Guaíba, perto do marco do Jaurú
Bororo da Campanha	180	Ao poente do Paraguai, perto do Marco do Jaurú.
Bororo Cabaças	110	Registro do Jaurú e Campos da Caiçara.
Caiapó	200	Nos terrenos entre as cabeceiras dos rios Taquari e São Lourenço e dos rios Paraná e Paranaíba.
Coroadó	?	Cabeceiras do São Lourenço.
Bacahiri	200	Cabeceiras do Paranatinga.
Caiabi	?	Cabeceiras do Paranatinga
Barbados	400	Entre a margem direita do Paraguai e alas da Serra dos Parecis.
mahimbaré	400	Campos e Serra dos Parecis.
Cabixi	500	Campos e Serra dos Parecis.
Nambiquara	600	Rio do Peixe, afluente do.

¹ O objetivo desta lista populacional foi muito mais mostrar o alcance que existia por parte dos dirigentes da política indigenista do que obter os números absolutos. Apesar disto podemos tirar dados interessantes como a localização dos grupos na época, as dificuldades encontradas pelo projeto, os limites de seu alcance, entre outros. Os grupos sociais que habitavam a região do rio Xingu não aparecem nesta lista.

Tapanhúma	800	Ribeirão do Tapanhuma, confluente do Arinos.
Apiacá	2700	Margem do rio Arinos e Juruena.
Mequem	?	A Oriente do Guaporé.
Guaraio	?	Ao poente do Guaporé.
Cautário	?	Ambas as margens dos rios Mamoré e Madeira.
Paccaz	?	Margem oriental do Mamoré
Cenabó	?	Margem ocidental do Mamoré
Jacaré	?	Margem ocidental do Mamoré
Caraipuna	1000	Margem do Madeira até o Juary
Arara	?	Margem do Madeira até o Juary

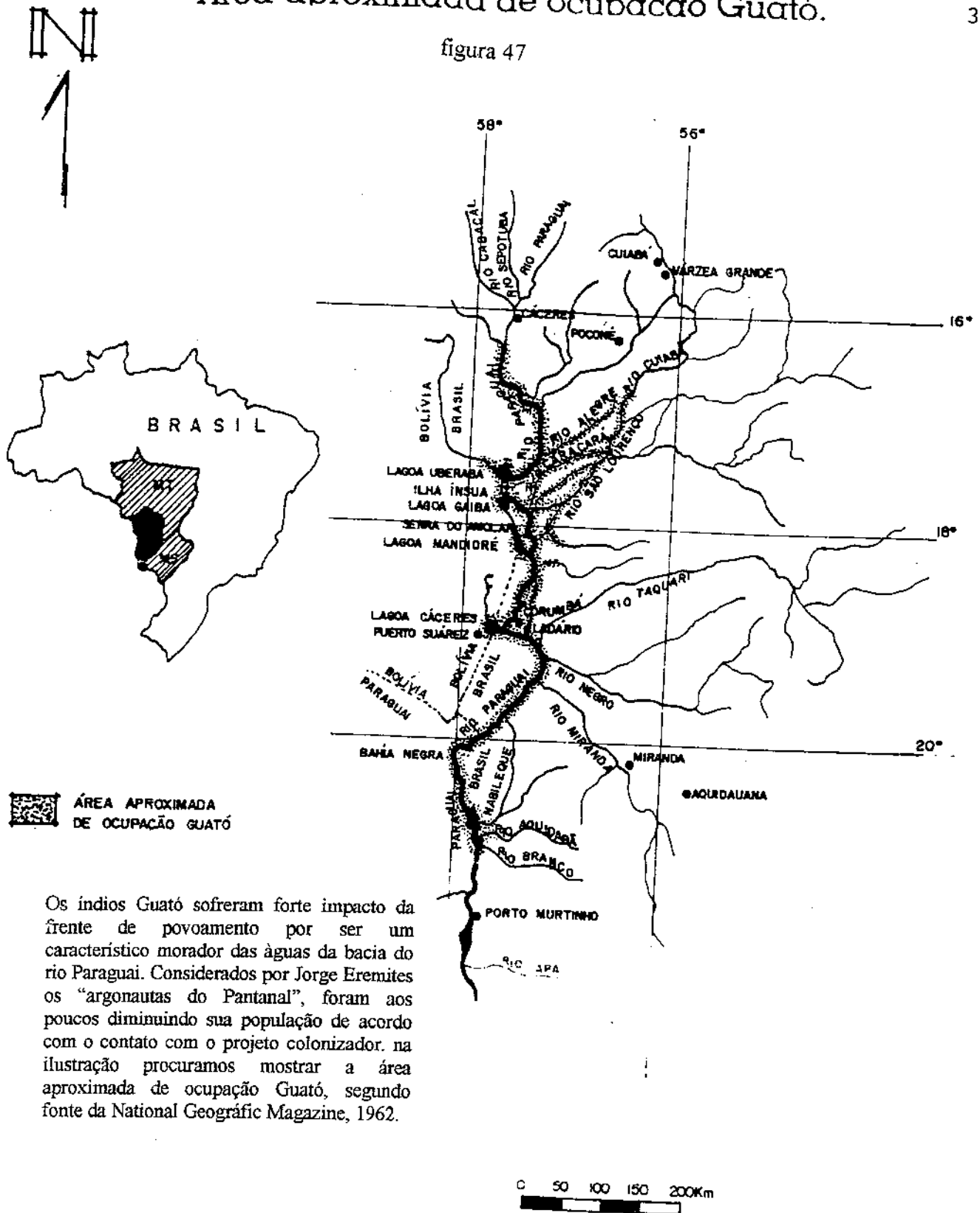
Fonte: relatório da Diretoria Geral dos Índios em 1848. Livro de Registros de Correspondências e Ofícios da Diretoria Geral dos Índios. APMT – Cuiabá – MT.

figura 46



As necessidades sentidas pelo governo imperial de comunicação entre as províncias fez com que decretasse ordens para a construção de estradas para facilitar os contatos tanto comerciais como político com as províncias. A Província de Mato Grosso, contava com comunicação via fluvial pela bacia do Prata e pela Bacia Amazônica. Por terra fazia valer-se da **Estrada Geral** que passava pela Província de Goiás. O projeto era construir uma estrada que ligasse direto as duas províncias. Ao passar pelo território dos índios Bororo Coroados provocou conflitos que resultou em violências contra este povo que fez guerra aos colonizadores que invadiam seu território.

figura 47



Os índios Guató sofreram forte impacto da frente de povoamento por ser um característico morador das águas da bacia do rio Paraguai. Considerados por Jorge Eremites os "argonautas do Pantanal", foram aos poucos diminuindo sua população de acordo com o contato com o projeto colonizador. na ilustração procuramos mostrar a área aproximada de ocupação Guató, segundo fonte da National Geográfic Magazine, 1962.